

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SÔNIA MARIA DE MENESES SILVA

A operação midiográfica:

A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964.

Niterói, 2011

SÔNIA MARIA DE MENESES SILVA

A operação midiográfica:

A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção de Grau de Doutor. Área de concentração: história social, linha de pesquisa: cultura e sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus

Niterói, 2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S586 Silva, Sônia Maria de Meneses

A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – *a Folha de São Paulo e o Golpe de 1964* / Sônia Maria de Meneses Silva. – 2011.

319. f.

Orientador: Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

Bibliografia: f. 297-307.

1. Mídia. 2. Memória e história. I. Essus, Ana Maria Mauad de Sousa Andrade. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências

Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 079.81

SÔNIA MARIA DE MENESES SILVA

A operação midiográfica:

A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964.

Tese apresentada ao Programa de Pósgraduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção de Grau de Doutor. Área de concentração: história social, linha de pesquisa: cultura e sociedade.

Aprovada em ____/____/____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus - UFF (orientadora)

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior - UFRN

Profa. Dra. Marialva Carlos Barbosa - UFF

Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça - UFF

Profa. Dra. Lúcia Grinberg - UNIRIO

Samantha Viz Quadrat - UFF (suplente)

Profa. Dra. Sônia Cristina da Fonseca Machado Lino - UFJF (Suplente)

*Para meus pais,
Antonio Carlos da Silva de quem leguei
o gosto por contar história
e Maria Helena de Meneses Silva
pela presença e a força
que só as mães conseguem ter.*

Agradecimentos

Aos meus pais **Antonio** e **Helena**, mesmo distantes, sempre presentes em minha vida.

À **Ana Mauad**, minha orientadora, um dos suportes mais importantes nessa caminhada. Ana é uma profissional exemplar e que inspira por aliar na mesma medida uma grande competência e simplicidade para tratar com questões acadêmicas e humanas, mostrando que o bom intelectual é aquele que sabe ouvir, respeitar as idéias do outro e, sobretudo, dialogar.

À minha grande amiga **Rosilene Melo** com quem dividi, no Rio de Janeiro, apartamento, incertezas, alegrias, angústias, mas também boas risadas. Situações que só quem se aventura “noutro sonho feliz de cidade” pode compreender. Difícil definir em palavras o seu apoio, suas leituras tão atentas e criativas do trabalho em todas suas fases, mas principalmente, sua amizade.

À **Jane Semeão** que, na universidade que foi um suporte fundamental em todo o período em que estive afastada, não somente por ter assumido integralmente todas as minhas atividades, que sem ela não teriam continuado, mas por ser uma amiga com quem sempre posso contar.

À **Otonite Cortez**, amiga, que me deu todo apoio durante esse período, por seu empenho em conseguir a liberação da minha bolsa, mas principalmente pelo carinho sempre dedicado a mim.

Aos meus amigos maranhenses, **Alan Kardec** e **Lila**, colegas de curso a partilhar sonhos em terras distantes e cuja casa, tornou-se nossa “embaixada nordestina” em Botafogo. Lugar fraterno, em que nos encontrávamos para matar a saudade dos lugares distantes.

À professora **Marialva Barbosa** que tanto me ensinou sobre a relação entre história e mídia mas principalmente, por ser inspiração de intelectual incansável e generosa.

À **Andreia Paraquette** e **Maurício Loures**. Amigos queridos que fiz em Niterói. Depois dos nossos encontros “gastrofotográficos”, Rio de Janeiro e Niterói se tornaram ainda mais cheio de cor e luz. Encontrá-los em um curso de fotografia foi uma das melhores surpresas da minha estada no Rio de Janeiro.

A **Edson Martins**, amigo com quem partilho também as lutas acadêmicas, por generosamente ter feito a correção deste trabalho com grande competência e empenho. Todos os erros que ainda insistiram em ficar são de minha inteira responsabilidade, sobretudo, no processo de adaptação do texto às suas sugestões.

À amiga **Michelle** com quem pude experimentar o bom diálogo entre a comunicação e a história e **Andrea Bomfim**, que certamente ajudou a tornar os dias de “Nikite” mais alegres. **Roberto Marques**, amigo de longas conversas, cujo olhar preciso e inteligente me ajudou a recortar melhor meu próprio objeto ainda no começo da pesquisa; **Isac Guimarães** e as muitas conversas nas quais tentávamos compreender um pouco da complexidade desse tempo, a todos os amigos que conheci durante minha estada em Niterói e depois no Rio de Janeiro, que tornaram esse período muito mais leve, agradeço a todos.

A **FUNCAP** (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico) pelos três anos de bolsa durante minha estadia no Rio de Janeiro.

Resumo

Esta tese analisa as dimensões da fabricação dos acontecimentos históricos, bem como, das formas de escrita do passado realizadas pelos meios de comunicação. Desta maneira, procura investigar a sofisticada engenharia de sistematização de conceitos e metodologias que colabora para composição de tessituras nas quais, passado, presente e futuro são constantemente mobilizados; usos do passado que congregam tanto elementos do campo da historiografia tradicional, como do próprio lugar da mídia. Portanto, investiga-se como esta produção organiza formas de representação históricas capazes de interferir tanto da elaboração de memória, como de esquecimento. Nesse empreendimento, esta reflexão parte de dois exemplos: o golpe de 1964, evento capital para a história recente do país, e o jornal Folha de São Paulo destacando matérias e reportagens em 45 anos de abordagem sobre esse acontecimento. Nestes termos, considera-se aqui tanto o caráter pragmático das ocorrências narradas, mas também seu caráter relativo e subjetivo. Condição que ajuda a situá-las em um jogo de elaborações sociais e simbólicas marcadas por diferentes regimes de historicidades, interesses e conflitos que se constituem em lutas no estabelecimento dos usos da história e da memória na atualidade. Configura-se assim, o argumento central deste trabalho: em nossos dias, a mídia atua na elaboração, tanto de acontecimentos emblemáticos, como de conhecimento histórico a partir de narrativas que operam com categorias temporais na fundação de sentidos. Tais elementos são articulados em uma complexa operação cujo produto final é uma escrita da história elaborada pelos meios de comunicação, esse processo é aqui denominando de operação midiográfica.

Palavras-chave: **Operação Midiográfica, Mídia, História, Memória Esquecimento.**

Abstract

The mediagraphical operation:
The production of events and historical knowledge through the media – The Folha de
Sao Paulo Newspaper and the Coup of 1964.

This thesis examines the dimensions of the fabrication of historical events, as well as ways of writing of the past carried by the media. Thus, investigates the sophisticated systemization engineering of concepts and methodologies that contributes to the composition of weaving in which past, present and future are constantly mobilized; uses of the past that bring together elements from both the field of traditional historiography, as the proper place of media. Therefore, we will investigate how this production organizes historical forms of representation that can affect both the development of memory, such as forgetting. In this achievement, this reflection is based on two key examples: the 1964 coup, a major event to the country's recent history, and the Folha de Sao Paulo highlighting articles and reports in 45 years of approaching this event. Accordingly, it is considered here as the pragmatic character of the events narrated, but also his character relative and subjective. Condition that helps to situate them in a game of social and symbolic elaborations marked by different regimes of history, interest conflicts and struggles that constitute the establishment of the uses of history and memory today. It sets up well, the central argument of this study: nowadays, the media operates in the preparation of both iconic events, such as historical knowledge from narratives that operate with time categories in the foundation of meaning. Such elements are articulated in a complex operation whose end product is a written history produced by the media, this process is here named mediagraphical operation.

Keywords: **mediagraphical operation, media, history, forgetting memory**

*Parabolicamará**Gilberto Gil*

*Antes mundo era pequeno
Porque Terra era grande
Hoje mundo é muito grande
Porque Terra é pequena
Do tamanho da antena
Parabolicamará*

*(...)
Antes longe era distante
Perto só quando dava
Quando muito ali defronte
E o horizonte acabava
Hoje lá trás dos montes
dendê em casa camará
(...)*

*Pela onda luminosa
Leva o tempo de um raio
Tempo que levava Rosa
Pra aprumar o balaio
Quando sentia
Que o balaio ía escorregar*

*Ê volta do mundo, camará
Ê, ê, mundo dá volta, camará*

*Esse tempo nunca passa
Não é de ontem nem de hoje
Mora no som da cabaça
Nem tá preso nem foge
No instante que tange o berimbau
Meu camará*

*(...)
Ê volta do mundo, camará
Ê, ê, mundo dá volta, camará*

Sumário

INTRODUÇÃO

<i>UMA HISTÓRIA SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DO PASSADO</i>	12
--	----

CAPÍTULO 1

<i>A OPERAÇÃO MIDIOGRÁFICA ENTRE A ESCRITURA E A INSCRIÇÃO</i>	31
--	----

1.1 Mídia: a deusa insone da modernidade	32
---	----

1.2 Escritura – a operação midiográfica “escreve” o evento na cena pública	42
---	----

<i>1.2.1 A construção de hierarquias sobre a dispersão: fato, pluralidade e veracidade</i>	56
--	----

1.3 A inscrição: as familiaridades da notícia – a operação prepara o acontecimento para ser história	69
---	----

CAPÍTULO 2

<i>OS FAZEDORES DE HISTÓRIA: A ESCRITURA DO EVENTO NA CENA PÚBLICA</i>	81
--	----

2.1 “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”: a testemunha e o novo acontecimento histórico	84
--	----

2.2 A escritura do acontecimento: o futuro e o passado no presente	95
---	----

2.3 O acontecimento-possibilidade: o Comício e a Marcha: o esperado entre projeções e retrospectões	100
--	-----

2.4 O Acontecimento-acaso: A Revolta - o inesperado entre retrospectões e projeções	111
--	-----

2.5 O Acontecimento-síntese: o Golpe e a espera do inesperado - projeções, irrupções e retrospectões	117
---	-----

CAPÍTULO 3

<i>OS URDIDORES DE PASSADOS: A INSCRIÇÃO E O PROCESSO DE MONUMENTALIZAÇÃO DO EVENTO</i>	137
---	-----

3.1 A instituição do acontecimento-monumento:	139
--	-----

<i>3.1.1 O acontecimento e “as culminâncias do tempo”</i>	157
---	-----

3.2 “Ventilai as consciências”: as artes do esquecimento e a memória encobridora	174
3.3 Anistia, amnésia e identidade: o acontecimento recalado e a ascensão da Folha como o canal da democracia	183
CAPÍTULO 4	
<i>OS VENDEDORES DE PASSADOS: A ESCRITA DA HISTÓRIA COMO PRODUTO DA MÍDIA</i>	206
4.1 Os escrevedores de história	210
4.2 O tribunal da história: o passado no banco dos réus.	233
4.3 A retórica do abrandamento da história ou o mito do acontecimento apaziguado	251
CONCLUSÃO	268
<i>A OPERAÇÃO MIDIOGRÁFICA: O FIM DA AURA DO ACONTECIMENTO E A PRODUÇÃO DE UM NOVO ESTATUTO HISTÓRICO</i>	268
FONTES	283
BIBLIOGRAFIA	297
ANEXOS	308

Introdução

Uma história sobre as representações do passado

“E aqui temos o passado,
A voz inicial da vida,
E temos o presente e o futuro,
Aqui temos esta vida e a outra.
Vão-se embora da nossa terra,
Da nossa terra, do nosso mar,
Do nosso trigo, do nosso sal, das nossas feridas,
De tudo... vão-se embora
Das recordações da memória,
Passageiros entre palavras fugazes.”

Pouco mais de um ano antes de morrer o poeta palestino Mahmoud Darwish¹ leu, em Lisboa, na reunião unitária contra a Guerra do Iraque, o poema “Vão-se Embora”, do qual foi extraído o trecho acima. Em 20 de março de 2003, através dos meios de comunicação – em suas variadas formas narrativas: sons, imagens e textos – fomos arrastados para dentro de tanques de guerra, campos de batalhas e esconderijos no Oriente Médio com a Invasão do Iraque, pelos Estados Unidos. Resultado da política bélica desencadeia logo depois do ataque às torres gêmeas.

Assistida em tempo real por centenas de milhões de pessoas em várias partes do mundo, a queda do simbólico centro do poder estadunidense foi o argumento para o confronto que marcou os primeiros anos do século XXI e serviu para afirmar, de maneira contundente, o desenvolvimento de uma nova constituição dos acontecimentos emblemáticos contemporâneos. Em certo sentido, tornamo-nos participantes desses eventos, na medida em que a simultaneidade da informação nos levou à condição de testemunhas; experiência que já havia se manifestado, mesmo antes, em episódios emblemáticos no século XX, como a queda do Muro de Berlim. Na verdade, o **11 de setembro** inaugurou um novo estatuto do acontecimento midiático em 2001,

¹ Darwish ficou conhecido como uma das vozes mais respeitadas da causa palestina e seu principal canal de expressão foi sua obra literária, que o tornou uma figura reconhecida internacionalmente. Em seus poemas, Darwish toca em questões relevantes da conjuntura política atual, principalmente no que diz respeito aos conflitos no oriente médio a partir da segunda metade do século XX. Faleceu em agosto de 2008.

principalmente pela força que se impôs pela reprodução de suas imagens, pois como chama atenção Mauad, “esse encontro de tempo pode ser visualizado através dos acontecimentos que fornecem o ritmo da narrativa histórica contemporânea (...) a própria noção de visualidade da narrativa factual envolve as condições de existência do acontecimento ditado pelos meios do mundo atual²”.

Assim como a queda do *World Trade Center*, a invasão iraquiana foi instantaneamente nomeada como fato histórico, servindo-nos como marco representativo no grande caldeirão de outros acontecimentos que compõem as relações políticas, sociais, bélicas e culturais entre o Ocidente e Oriente nesse início de século XXI. Além disso, tais acontecimentos evidenciam questões complexas que manifestam temas capitais na compreensão da história no tempo presente: o acelerado e desigual processo de globalização; as disputas étnicas e territoriais; os conflitos entre Ocidente e Oriente; a construção e desconstrução de identidades e a formação de comunidades diaspóricas em várias partes do mundo. Nesse tenso cenário, um elemento situa-se como ponto fulcral: os usos do passado no presente, bem como suas novas formas de representação histórica na sociedade contemporânea.

Controlar aquilo que Darwish chama em seu poema de “a voz inicial da vida” tornou-se uma das ações mais emblemáticas da virada do século XX para o XXI, uma vez que, na atualidade, dominar o passado parece ter se tornado a garantia para que se tenha sob controle também, o presente e o futuro. Segundo Rousso, deparamo-nos com a ordenação de novos sistemas de representação social sobre o passado que têm como principal característica um forte investimento na cena pública.

Esta tese procurará pensar sobre tais questões; interrogará as imbricadas dimensões da fabricação dos acontecimentos históricos em nossos dias, bem como das formas de escrita do passado, elaboradas e difundidas pelos meios de comunicação. Refiro-me, principalmente, a uma sofisticada engenharia de sistematização de conceitos e metodologias que colabora na composição de poderosas tessituras nas quais passado, presente e futuro são constantemente mobilizados em atitudes que se situam fora do campo da história e que se materializam em um tipo particular de escrita. Esta, por sua

² MAUAD, Ana Maria. *Dimensões do presente: palavras e imagens de um acontecimento, os atentados ao World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001* in História do tempo presente. Bauru-SP: Edusc, 2007, p. 228.

vez, congrega tanto elementos do campo historiográfico tradicional, quanto do próprio lugar da produção midiática.

Portanto, as primeiras questões que tentarei responder aqui são: é possível falarmos de uma escrita da história realizada pelos meios de comunicação? Se assim o for, que elementos teórico-epistemológicos perpassam essa produção? Como esses veículos realizam um trabalho de construção de sentidos sobre o passado? Em que medida a história científica tornou-se também um produto em suas formulações?

Por outro lado, se os meios de comunicação colocam em movimento essa complexa rede de sistematização, que parece evidenciar um tipo particular de conhecimento histórico, cabe ainda lançar mais uma questão: a quem compete a fabricação dos acontecimentos históricos no mundo contemporâneo; que elementos informam essa produção?

Perguntas que solicitam, para começar, que eu destaque nelas um elemento importante: a distinção entre acontecência e representância – ou seja, a diferença entre aquilo que remete à materialidade das ações humanas, suas experiências sociais efetivadas nas ocorrências concretas do cotidiano e, de outro lado, a elaboração simbólico-conceitual dessas ações; sua tradução semântica, lingüística e ideológica que formula, nesse caso, aquilo que conhecemos por acontecimentos históricos. Considero aqui o caráter pragmático dessas ocorrências, mas também seu caráter relativo e subjetivo. Condição complexa esta que ajuda a situar tais ocorrências em um jogo de elaborações sociais e simbólicas marcadas por diferentes regimes de historicidades, interesses e conflitos que se constituem em lutas no estabelecimento dos usos da história e da memória.

Ao pensar assim os acontecimentos históricos, não significa dizer que os eventos humanos em si não tenham existido, posto que a vivência humana está efetivamente marcada pela dialética da ação, da ordenação e dos infindáveis jogos de poder que se intercalam entre formas de pensamentos, culturas e sociedades. Entretanto, é somente quando cada uma dessas escolhe o quê, e como lembrar é que passam a efetivar a construção do seu arcabouço memorial e histórico. Tal construção é sempre marcada por uma intensa disputa sobre o passado. Mesmo os materiais ou rastros deixados para ajudar na edificação desse patrimônio histórico estão submetidos a uma

ordenação de discursos e práticas que efetuam um tumultuoso balbuciar de vozes dissonantes em vários tempos históricos.

Nas últimas décadas, tais elementos influenciaram uma mudança de sensibilidade sobre as relações com o passado, presente e futuro, que passaram a ganhar novos contornos quando se estabeleceu, em diversos países, a tentativa de monumentalização do presente, agora saturado pelos rastros de um passado cada vez mais marcante no cotidiano e evocado diariamente em várias abordagens dos meios de comunicação. Se, como afirmou Koselleck³, antes o presente era marcado por um forte potencial de futuridade, amparado por uma tradição filosófica e religiosa de caráter teleológico, no século XXI, assistimos a um presente carregado pela intenção de preservação obsessiva de um passado que parece se estender incessantemente em direção do futuro.

A própria compreensão sobre a historicidade desse tempo se modificou, assim como os significados dos acontecimentos tidos como emblemáticos, antes sequer conhecidos por uma coletividade mais ampla, e que agora passam a ser partilhados para além de todas as fronteiras. Talvez não seja exagero falar que atualmente vivemos sob o signo dos recursos midiáticos que ocupam lugar capital na ordenação de formas de pensamento histórico contemporâneo, já que a relevância que os acontecimentos passaram a assumir, vinculados a estes mecanismos, é bastante diferente daquela vislumbrada em outros tempos.

Ao irromperem no cotidiano, tais recursos nos apresentam uma procissão tão acelerada de eventos e informações, que a percepção espaço-temporal passou a se manifestar fortemente ligada ao imediatismo da informação, dando-nos a impressão que a articulação de uma tripla dimensão temporal foi alterada definitivamente.

Por outro lado, é também a partir de seus vários cursos narrativos que novas temporalidades são significadas e articuladas; exemplo disso, é a submissão do presente e, conseqüentemente, do passado a uma contínua sensação de evanescência que pode ser sentida em uma incessante busca pelo devir. Sevcenko proporciona uma definição bastante representativa dessa sensação de efemeridade, ao afirmar que “é um mundo sem dúvida vistoso, mas não bonito; intenso, mas não agradável; potencializado por

³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

novas energias e recursos; mas cada vez mais carente de laços afetivos e de coesão social”⁴

Assim sendo, minhas interrogações são de dois tipos: aquelas que se referem à atuação social dos meios de comunicação e à sua interferência na efetivação de eventos emblemáticos na contemporaneidade e, por outro lado, problematizo o caráter epistemológico-conceitual da reflexão desses eventos produzida nesses veículos e efetivada nesse tipo particular de escrita da história.

O primeiro desafio com o qual me deparei foi o de realizar essa reflexão a partir de exemplos concretos que possibilitassem ser vislumbradas três as dimensões dessa produção, a saber: a fabricação do acontecimento enquanto como experiência produzida nos meios de comunicação; os elementos pragmáticos dessa fabricação, ou seja, o lugar social em suas variadas demandas de sentidos e, por fim, a formulação da própria narrativa histórica sobre tais eventos. Precisaria, tanto de um evento emblemático significativo, bem como de um produtor de narrativas cuja atuação na formulação de sentidos históricos fosse incontestável. Nesse grande amálgama de possibilidades, deparei-me com dois bons exemplos que me pareceram modelares nessa problemática: o Golpe de 1964 e o grupo Folha de São Paulo.

Nas últimas décadas do século XX e em princípios do XXI, poucos eventos são tão recorrentes nos meios de comunicação do Brasil quanto o golpe de 1964, sendo bastante significativa a produção intelectual sobre o tema, não somente em termos bibliográficos, mas também, em produtos como filmes, documentários, revistas, romances, fazendo de 1964, um evento insistentemente apropriado pelas mais variadas mídias. As reflexões sobre períodos ditatoriais não são uma exclusividade do Brasil. Notadamente na América Latina, onde a implantação de várias ditaduras, a temática se tornou um elemento preponderante no debate político, bem como, na organização de diversos grupos sociais, que reivindicam para si, um lugar nas disputas pelas memórias de tais eventos. As discussões em torno da memória e do esquecimento em tais episódios se tornaram uma questão visceral para estes países, especialmente, na organização das democracias que se seguiram às ditaduras. Mas, além de uma questão

⁴ SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI – no loop da montanha-russa*. São Paulo: Cia das Letras, 2006. p. 89.

de governabilidade, as alterações giraram em torno da legitimidade na construção das versões sobre esses acontecimentos.

Nos países do Cone Sul, a transição para regimes democráticos colocou em cena usos do passado como componente fundamental no estabelecimento dos governos pós-ditaduras. É necessário que se perceba que tais utilizações obedeceram a dinâmicas específicas em cada um desses países, posto que os próprios processos de organização política assumiram caminhos bastante diversos na história de cada um deles. Entretanto, mesmo considerando tais divergências, destaca-se que a ordenação e a sistematização de memórias coletivas recentes tiveram como ponto capital a ênfase sobre a memória das vítimas em tais regimes, agora alçadas a um lugar central na constituição dos novos governos.

Portanto, o golpe de 1964 será tratado aqui dentro de um universo de significação complexo e variado, que o inscreve entre sua condição de acontecimento e representância. Nesse caso se estabelece uma diferença fundamental entre evento ocorrido e evento significado, principalmente, quando o consideramos num circuito que o desenha enquanto ocorrência social, lingüística, política e ideológica.

Necessário é ressaltar que, embora seja possível escolher algum desses elementos para figurar dentro de uma hierarquia valorativa de interpretações, não se pode deixar de considerá-lo a partir desse complexo mosaico de constituição. Uma das primeiras condutas para responder às questões que pontuei acima é pensar o próprio acontecimento do golpe de 1964 como um artefato social elaborado em um amplo jogo de construção de significados, que o problematiza sob vários aspectos e formas de compreensão e explicação. Definido o episódio, cabe agora apresentar meu segundo objeto nessa investigação: o jornal Folha de S. Paulo. Para isso é necessário discorrer brevemente sobre o processo de constituição dos grupos de mídia no Brasil.

Para Renato Ortiz⁵, é somente entre as entre as décadas de 30 a 50 que ocorrem mudanças significativas nos sistemas de comunicação brasileiros: rádio, indústria cinematográfica e imprensa tornam-se mais comerciais, sendo que, entre os anos de 1960 a 1980 se consolida a indústria cultural. Representativa nesse momento é a política nacional para as comunicações, com a criação do ministério das Comunicações

⁵ ORTIZ, Renato. *A Moderna tradição brasileira – cultura Brasileira e Indústria cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

em 1967 e a formações dos primeiros cursos de jornalismo no Rio de Janeiro e São Paulo, além dos incentivos à indústria editorial. Tal processo se deveu em grande parte à política nacionalista implantada durante os governos militares. Afirma Ortiz que:

O que caracteriza a situação cultural nos anos 60 e 70 é o volume e a dimensão do mercado de bens culturais (...). Durante o período que estamos considerando ocorre uma formidável expansão da produção, de distribuição e de consumo de cultura, é nesta que fase se consolidam os grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação e da cultura popular de massa.⁶

Até meados do século XX, a imprensa permanece o instrumento de comunicação de maior força, pois o rádio e a televisão só se estabelecem em redes depois dos anos 50. A produção de jornais, e posteriormente, a circulação de revistas nacionais — como O Cruzeiro, nos anos 20; Manchete nos anos 50 e Veja, na década de 60, dentre outras — mantiveram a imprensa como um poderoso mecanismo formador de opinião. Nesse período ainda se observa uma disputa entre uma imprensa claramente opinativa e uma perspectiva que pretendia instaurar uma separação radical entre informação e opinião.

A formação dos cursos de jornalismo e o discurso acadêmico passam a interferir e estabelecer regras para elaboração de notícias, surgindo assim, as primeiras orientações de editoração e redação, cuja inspiração vinha dos EUA. “O abandono de técnicas jornalísticas marcadas pelo gênero opinativo, em face da ascensão de procedimentos que iriam se convencionar com o nome de jornalismo informativo, marcam o discurso da imprensa”⁷.

A mudança de uma mentalidade de produção informal, em que prevalecia o ideal missionário e assumidamente moralista, é, como afirma Ortiz, progressivamente, substituída por uma mentalidade empresarial capitalista. Destacam-se aqui dois aspectos: primeiro, o caráter empresarial e capitalista na estruturação dos conglomerados e das redes pelo país. Assumia-se efetivamente o jornal como um

⁶ ORTIZ, Renato. *A Moderna tradição brasileira – cultura Brasileira e Indústria cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 121.

⁷ ANTUNES, Elton. *Imprensa e cidade: diários de uma vida besta*. Florianópolis: Anais do II Enc. Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 15 a 17 de abril de 2004: Cap no site <http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/index.htm>. 28/8/2004

produto de consumo. O outro é que a produção de notícias foi colocada sob a égide da racionalidade dos cursos de jornalismo e sua elaboração se torna objeto de intensos debates. Implanta-se uma sistematização tão rigorosa sobre o trabalho do jornalista que parece aproximá-lo do ideal cientificista do século XIX. A reflexão sobre o fazer jornalístico passa ao centro das discussões, fazendo emergir uma série de conceitos que buscam compreender e definir o papel do jornalista.

No universo dessas transformações, destaca-se o fato de que, exatamente nesse período, o jornal Folha de S. Paulo se torna um dos veículos mais representativos das transformações pelas quais passaram os meios de comunicação. Sua estruturação acompanhou todo o processo de estabelecimento dos sistemas de comunicação integrados em rede e, além disso, o jornal se tornou o carro chefe de um dos principais grupos de mídia do país.

Sobre a história de constituição do grupo Folha no espaço dos sistemas de comunicação no país, podem-se identificar três fases marcantes em seus mais de oitenta anos de circulação. A primeira se inaugura no ano de sua fundação, em 1921, pelos jornalistas Olival Costa e Pedro Cunha, aparecendo como Folha da Noite. Nesse momento, segundo reflexão do próprio jornal se “noticiava com prioridade as deficiências do serviço público”⁸. Evidencia-se aquilo que Ortiz chama de caráter missionário da imprensa, aparecendo muito mais como “empreendimento aventureiro e arriscado”⁹.

Posteriormente, o jornal começou a circular em três edições diárias: Folha da Noite, Folha da Tarde e Folha da Manhã. Vendido, em 1931, para o cafeicultor Octaviano Alves Lima, passa a se chamar Folha da Manhã, e, nesse momento “prioriza a defesa dos interesses da lavoura, defende o liberalismo e se opõe ao Estado Novo”¹⁰. Mantém, nesse período, fortes vínculos com as oligarquias agrárias paulistas, e já nessa época ocorre um aumento significativo em sua circulação que passa de 15 mil para 80 mil exemplares vendidos.

⁸ FOLHA ONLINE. *História da Folha de S. Paulo*, retirado do Site Folha On-line-Circulo Folha no endereço: http://www1.folha.uol.com.br/foalha/circulo/historia_folha.htm em 27/09/2007.

⁹ ORTIZ, Renato. *A Moderna tradição brasileira – cultura Brasileira e Indústria cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. p. 138.

¹⁰ FOLHA ONLINE. *História da Folha de S. Paulo*. Idem.

No entanto, vai ser sob a administração de José Nabatino, a partir de 1945, que o jornal passa a ganhar ares de empresa; é construído um pequeno parque gráfico para sua impressão, que até essa época era conhecido como “As Folhas”. A segunda fase, a partir de 1962, quando o Jornal é adquirido pelo grupo empresarial Frias-Caldeira, é marcada pela unificação dos três jornais em um único periódico: a Folha de São Paulo; a partir daí o jornal se assume definitivamente como uma empresa.

A terceira fase ocorre dos anos de 1980 aos dias atuais quando diversas mudanças transformaram o que inicialmente era um jornal em um grande grupo de mídia. A Folha se torna o principal jornal do país em termos de venda de exemplares, ampliando espetacularmente sua atuação com a incorporação de seus conteúdos em jornais em vários estados, além da diversificação da oferta de novos produtos culturais como livros, criação de uma editora, a Publifolha¹¹, um instituto de pesquisas, o Datafolha¹², além de um provedor de Internet, o Universo Online¹³, hoje um dos maiores em acesso do mundo.

Também é necessário ressaltar que as mudanças na estrutura conceitual do jornal são importantes nesse período, principalmente com a implantação do *Projeto Folha* e a adequação das normas de editoração através do *Manual de Redação e Estilo* lançado pela primeira vez em de 1984, o qual se tornou um marco na normatização da produção da notícia¹⁴. Com essa descrição, procuro demonstrar como o jornal Folha de São Paulo evoluiu para um influente sistema de comunicação ao longo dos seus quase 90¹⁵ anos de circulação que se associa à própria estruturação da indústria cultural brasileira.

Após apresentar brevemente meus dois objetos de reflexão – o golpe de 1964 e o jornal Folha de S. Paulo – advirto que não pretendo contar uma história sobre

¹¹ “Nos anos 90, ocorre a primeira investida na área de tecnologias digitais com a criação da Publifolha, a divisão de publicações do Grupo. A Publifolha comercializa produtos em diversos formatos desde livros, passando por vídeos, disquetes e CD-ROM.” Cf. FREITAS, Hélio. *Nem tudo é notícia: o grupo Folha na Internet*. São Bernardo do Campo-SP: Universidade Metodista, Curso de Pós-Graduação em Comunicação Social, dissertação de Mestrado apresentada em 9 de junho de 1999.

¹² Ainda na década de 80, surge o Datafolha, hoje um dos mais importantes institutos de pesquisa do país e instrumento de apoio às redações dos jornais do grupo, principalmente em períodos eleitorais. FREITAS, Hélio. *Nem tudo é notícia: o grupo Folha na Internet*. Idem.

¹³ “Em 1996, o Grupo anuncia a criação do Universo Online, em princípio uma simples divisão voltada para atender as necessidades estratégicas do grupo em relação ao nascente mercado de Internet no país.” Idem.

¹⁴ Atualmente o Jornal é composto por 28 seções entre cadernos diários e suplementos semanais.

¹⁵ Em 2011 o jornal completará 90 anos de sua criação.

o golpe de 1964 no jornal Folha de S. Paulo, embora, não renuncie a realizá-la em parte. Pretendo realizar uma reflexão epistemológica sobre tais elementos, o que se configura o ponto chave dessa análise. Por conseguinte, o jornal, além de ser refletido como lugar de produção do evento partilha com ele elementos de significação do seu próprio tempo e de formas de representação do passado.

Conseqüentemente, meu objetivo principal será discutir como os meios de comunicação atuam na produção de eventos, memória e esquecimento na contemporaneidade; compreender como eles operam com um tipo particular de escrita histórica em sua produção, tanto no momento de constituição desses acontecimentos na cena pública como em sua posterior significação como marco memorável. Embora não seja o foco de minha abordagem, tais elementos servirão para pensar ainda sobre o próprio lugar da produção histórica convencional em um momento que se caracteriza pela profusão de usos sobre o passado de formas tão recorrentes, nas várias mídias.

A partir de uma agência de mediação – o grupo Folha de S. Paulo, aqui especialmente representado por seu principal jornal e um acontecimento capital para a história do Brasil, o Golpe de 1964, irei discutir os aspectos do desenvolvimento desse processo. Ao propor perseguir cadeias de sentido nesse monumental labirinto de formulações, deparei-me com meu primeiro grande problema: que critérios teórico-metodológicos poderiam auxiliar nessa reflexão?

A princípio, os elementos propostos por Paul Ricoeur¹⁶ sobre a construção narrativa me pareceram fundamentais, uma vez que suas ponderações iriam servir para que eu passasse a considerar a dimensão narrativa nos processos de representação do passado nos meios de comunicação, assim como, possibilitar-me-ia compreender a tessitura desses acontecimentos emblemáticos em suas páginas.

A partir daí, organizou-se a primeira proposta para a estruturação da tese que teve uma clara influência no sistema proposto por Ricoeur e suas considerações sobre a efetivação de um círculo hermenêutico de significação na produção da tessitura narrativa. A partir da idéia de uma tríplice mimese, o autor oferece um valoroso instrumental em sua obra *Tempo e Narrativa* que auxilia na compreensão dos vários fluxos de aceitação e significação que podem alcançar a tessitura narrativa. Sendo

¹⁶ Refiro-me aos argumentos do autor na obra dividida em três volumes: RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomos I, II, III, São Paulo: Papyrus Editora, 1997.

assim, suas questões se tornaram fundamentais para que eu pudesse compreender os próprios ciclos de apropriação e retorno de notícias e matérias nas páginas do jornal.

Todavia, sentia que ainda faltava algo para compreender com mais amplitude esse processo. Era como se eu apenas tivesse me apropriando de um sistema conceitual e adequado meu objeto a ele, portanto, não eram minhas hipóteses que estavam sendo postas à prova, mas sim as proposições de Paul Ricoeur. Além disso, embora o sistema sugerido pelo autor fosse complexo e abrangente, era necessário ir além da compreensão da tessitura narrativa, principalmente, porque ficava cada vez mais claro que essa produção fundava novos paradigmas de representação histórica no presente. Descortinando-se, assim, um universo concreto em torno de problemas como estratégias de esquecimento, produção de memória e escrita da história.

O retorno a um historiador que já havia contribuído anteriormente para que eu pensasse sobre os processos de feitura da história, acabou por suscitar novas questões à minha pesquisa, assim, retomei a leitura da operação historiográfica de Michel de Certeau, agora estimulada por novas interrogações advindas do meu objeto.

Com suas questões colocadas à história, Certeau me fez pensar meu objeto também como uma complexa engenharia de elaboração social. Embora a intenção do autor fosse claramente demonstrar como, ao longo dos séculos, a história foi pensada como lugar de interdição em um fazer marcado por várias conformações sociais, intelectuais e políticas, resolvi avançar em suas proposições e questionar sobre o próprio campo da comunicação como lugar de produção escrita da história ou de um tipo particular de escrita histórica. Ou seja, pensar a história fora da história

Todavia, não se tratava apenas de compreender como os meios elaboravam narrativas para a produção de acontecimentos históricos na contemporaneidade, mas de entender também como jogam com formas de conhecimentos de outros campos, e principalmente, como a própria história serve como objeto de significação do presente nesses veículos. Percebi, conseqüentemente, que os meios também exercitam uma forma bastante complexa de operação que somente podia ser compreendida quando dimensionados os próprios lugares sociais dessa produção. Com as proposições dos dois autores eu tinha agora a dupla inspiração teórica que me ajudou a compor minha própria

ferramenta conceitual para trabalhar com meu objeto; dessa maneira, foi sendo progressivamente construído o conceito de Operação Midiográfica.

A consideração da idéia de que existe uma operação midiográfica que é capaz de articular várias formas de produção de sentidos históricos – ligada aos meios de comunicação – trata de dar conta das especificidades dos elementos que problematizo nesta tese. Conceito formulado, ao longo da pesquisa e pelo qual conduzirei toda essa reflexão. Os historiadores que se depararem com esse conceito, logo perceberão sua relação com aquele formulado brilhantemente por Michel de Certeau atribuído à história, naquilo que ele denominou de operação historiográfica.

Entretanto, embora a inspiração seja inegável, uma vez que trato também de compreender os elementos que informam a produção midiática em vários momentos de sua constituição, caminharei por lugares diferentes daqueles trilhados por Certeau. Minha primeira hipótese será defender a idéia de que há a elaboração de uma escrita da história de forma sistematizada fora do campo da ciência histórica: através dos meios de comunicação, tanto em suas narrativas cotidianas, como por profissionais ligados a eles, que se propõem à reflexão sobre os eventos passados.

A fim de tentar responder às questões colocadas no início, o conceito de operação midiográfica tanto funcionará para falar de lugares e elementos que conformam a produção midiática – nesse caso aqueles elementos sociais e teóricos que modelam a notícia e a produção dos eventos emblemáticos na contemporaneidade. Servirá também na sua posterior reprodução e re-significação em vários ciclos hermenêuticos, quando as ocorrências se tornam patrimônio memorável e cognitivo para uma dada sociedade. Tal procedimento possibilitará discutir questões de caráter epistemológico e semântico desses conteúdos, que ajudam a firmá-los, em longo prazo, como memória e história. Logo, a operação midiográfica se efetivará em duas grandes fases que se relacionam, mas são distintas: em primeiro lugar a escritura dos eventos na cena pública e, em segundo, a inscrição desses eventos como marcos emblemáticos para uma dada sociedade.

Configura-se, assim, a tese central: em nossos dias, a mídia atua na elaboração, tanto de acontecimentos emblemáticos, como de conhecimento histórico a partir de narrativas que operam com categorias temporais na fundação de sentidos.

Destaco, especialmente, a relação entre as três dimensões fundamentais: a mídia, a memória e a história. Tais elementos são articulados em uma complexa operação cujo produto final é uma escrita da história elaborada pelos meios de comunicação; a esse processo, denomino de operação midiográfica. Minha intenção é analisar que produção é essa e de que maneira ela se legitima como conhecimento histórico socialmente válido, muitas vezes, com mais facilidade do que a própria produção advinda do campo dos historiadores de ofício.

Passado, presente e futuro percorrem fluxos de significação que ajudam a fundar eventos emblemáticos contemporâneos ao operar em uma linha de distensão que vai da escritura do acontecimento na cena pública à sua inscrição como referente de significação memorável no tempo. Trata-se de uma ação compreendida numa relação no espaço e no tempo, ou para me remeter aos conceitos trabalhados por Koselleck¹⁷ (2006), espaço de experiência e horizontes de expectativa.

Embora eu esteja trabalhando prioritariamente com a mídia escrita através do jornal, mesmo que disposta em sites da internet ou no meio convencional, o conceito de operação midiográfica tenta dar conta da descrição de um processo que provavelmente pode ser observado em outras mídias e isso porque são abordados aqui problemas que perpassam a produção de uma série de outras formas comunicacionais, tais como, as idéias de acontecimento, os jogos de construção e reconstrução da memória, as formas de imaginação histórica que predominam nessa produção, as disputas nas versões, enfim, os usos do passado no presente. Esse trabalho é, portanto, uma espécie de arqueologia do processo de fabricação do acontecimento emblemático e da história a partir dos meios de comunicação.

Com o jornal e o golpe de 1964, interrogo o lugar dos recursos midiáticos tanto como tecedores de presentes, como também de urdidores de passados, viandantes de várias temporalidades e formas de pensar a história; seus produtos serão tomados como resultados da complexa oficina que realiza esse trabalho. Elementos estes que nos últimos anos fizeram com que surgisse uma verdadeira cultura da memória, conforme define Huyssen ou como Rousso prefere chamar: o “tempo da memória”.

¹⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rj, 2006.

Para finalizar esta introdução, saliento os desafios colocados aos historiadores nesse momento, pois, se a mídia trabalha em um movimento incessante de produção de sentidos sobre o presente e o passado, que papel deve assumir a história, entendida como campo do conhecimento, na contemporaneidade?

Pergunta difícil e problemática, uma vez que nos acostumamos a “utilizar” as várias mídias somente como produto empírico na pesquisa histórica. Jornais, revistas, filmes, fotografia, músicas, e outros suportes sempre foram tomados como “retrato” dos vários passados que tentamos construir. Contudo, para além de seu potencial como registro do passado, é fundamental que se considere que tais objetos realizam poderosos agenciamentos de sentidos tanto ontem, como hoje. Fragmentos de significação que são constantemente re-elaborados em diversas temporalidades, não somente pelos historiadores, mas por grupos humanos diversos com interesses variados. Como exemplo disso, destacam-se os grupos étnicos e os movimentos sociais e políticos que reivindicam a apresentação de suas próprias versões da história. O conhecimento produzido pelos meios de comunicação, além de ter se tornado recurso poderoso para o ensino e a reprodução de conteúdos históricos, efetiva também olhares e atitudes sobre o seu passado.

Por outro lado, ao sermos desafiados a pensar o tempo presente, somos confrontados com uma apologia ao não esquecimento que se tornou o ponto de fuga para uma sociedade que parece vacilar sobre o que é importante lembrar e o que é necessário esquecer, como nos chama atenção Huyssen¹⁸ “de fato a ameaça do esquecimento emerge da própria tecnologia à qual confiamos o vasto corpo de registro eletrônico de dados”.

No meio desse conjunto de novos problemas, uma constatação: a história se tornou um produto cobiçado, não somente de legitimação, mas mercadoria simbólica vendida em bancas de jornal. Produto que desencadeou a corrida de uma série de novos produtores ou “fazedores” de História.

Além de produzir história, vender o passado tornou-se uma atividade estimulante, pois o interesse quase obsessivo por ele levou a uma verdadeira profusão na distribuição de obras e produtos que incentivaram e alimentam uma sede de história

¹⁸ HUYSSSEN, Andreas, *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia..* Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000, p. 33.

em nosso cotidiano. O rápido registro do passado resultou em uma inesgotável demanda de datas, lugares e personagens que se tornaram memoráveis. A informação veiculada nesses recursos percorre diferentes fluxos de apropriação e conformação que, por sua vez, evidenciam aspectos da própria historicidade contemporânea.

Assim como a história, a memória passou também por um crescente processo de mediação. A formação das grandes periferias nos centros urbanos fez com que seus habitantes perdessem os limites de seus próprios territórios, que deixaram de ser tomados como suportes de memória, colocando novas formas de identificação social, agora equilibradas a partir dos relatos midiáticos.¹⁹

Testemunhamos um momento no qual os próprios conceitos de nações e nacionalismos têm de ser compreendidos a partir de outros referenciais, posto que, segundo Homi Bhabha²⁰, vive-se nas fronteiras de um presente para o qual, “não parece haver nome próprio além do atual e controvertido deslizamento do prefixo ‘pós’: pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-feminismo...”²¹. No terreno desses “entre-lugares”, que também podem ser pensados como lugares mediados, organizam-se outras estratégias de subjetivação que desencadeiam novos signos de memórias e identidades. Bhabha adverte-nos ainda que para pensar esse momento, a história tem que, abandonar sua mão-morta, aquela “que conta as contas do tempo seqüencial como um rosário, buscando estabelecer conexões seriais, causais”²². O autor incentiva-nos, sobretudo, a investigarmos o trabalho fronteiro da cultura.

Estes fazedores de história que trabalham com o alucinante fluxo do cotidiano acabam por nos oferecer um conhecimento multifacetário, formulado em diálogo com uma memória historiográfica, mas também com marcos memoráveis elaborados por sujeitos que não historiadores de ofício. Tais recursos se auto-reconhecem como tecedores de novas memórias e histórias, oferecidas, não somente, como rastro “despretensioso” de um passado que ajudam a costurar no presente.

¹⁹ Essa discussão pode ser melhor aprofundada em CANCLINI, Néstor Garcia. *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação*. Campinas: Revista Opinião Pública, vol. VIII, no. 1, 2002. pp. 40-53.

²⁰ BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2007.

²¹ BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Idem. p. 17.

²² BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Idem.

Esta pesquisa é, portanto, uma investigação sobre o campo das idéias, compreendendo-o como campo das ações humanas em um jogo intenso de práticas, representações, conformações e invenções sociais. Em um mundo no qual a própria história passou a ser tomada como objeto de consumo, é necessário olharmos e refletirmos sobre as várias invenções feitas por ela e em nome dela.

No primeiro capítulo – *A operação Midiográfica entre a escritura e a inscrição* – apresento o conceito norteador do trabalho. Meu objetivo é demonstrar os elementos que informam a produção midiática antes mesmo de haver a abordagem concreta sobre os eventos a figurarem como notícias ou rastros memoráveis em suas narrativas. Para isso, estabeleço uma análise sobre o material conceitual do jornal Folha de São Paulo, especialmente, manuais de redação, entrevistas de jornalistas e projetos editoriais, os quais me servirão para apresentar elementos que se constituirão nas duas principais etapas da operação midiográfica citadas anteriormente: a escritura e a inscrição. Aqui procurarei explicar como há um trabalho de ordenação no estabelecimento de hierarquias de sentidos que ajudam a imprimir aos eventos cotidianos dimensões profundas de significação, além da realização de um enquadramento sistemático sobre como a informação dever ser apresentada aos leitores.

A partir dessas questões, experimento a primeira etapa dessa reflexão no segundo capítulo – *Os fazedores de história: a escritura do evento na cena pública* – em que analiso exatamente o processo de escritura de eventos concretos narrados nas páginas do jornal no ano de 1964. Ao examinar detidamente os meses de março e abril daquele ano, estabeleço uma investigação sobre quatro eventos capitais para a compreensão do momento de instauração do golpe militar: o Comício da Central e a Marcha da Família, os quais qualifico como acontecimentos-possibilidade, a Revolta dos Marinheiros – definido por acontecimento-acaso, e finalmente o Golpe Militar – compreendido aqui como acontecimento-síntese. No texto, pondero sobre as ordens de significação desses eventos, marcadas entre elementos de projeções e retrospecto, procurando demonstrar que, mesmo no momento da escritura do acontecimento na cena pública, são mobilizados agenciamentos temporais diversos que acabam por auxiliar a sua permanência em longo prazo.

Tais questões serão fundamentais para o terceiro capítulo – *Os urdidores de passados: a inscrição e o processo de monumentalização do evento* – a segunda fase

da operação, quando me deterei sobre os processos de instauração do evento na duração. Nesse caso, serão tratadas as narrativas sobre rastros produzidos na primeira etapa, o passado negociado entre os vários grupos que reivindicam através do jornal suas versões sobre o evento, numa relação na qual história e memória já se configuram no horizonte de significação e o passado se efetiva como mercadoria simbólica; evento tomado não mais como notícia, mas como passado recente.

Destacam-se, nesse momento, os processos de subjetivação do próprio acontecimento retornando à cena pública a partir de um novo círculo hermenêutico de significação. Aqui lembro o papel da mídia na organização e estímulo da disputa de versões. Uma questão importante a ser abordada nesse capítulo será o próprio processo de re-significação da memória que o jornal irá realizar sobre sua atuação no apoio ao golpe com seu afastamento do episódio e a fundação de uma memória associada ao processo de abertura política e a campanha das diretas. Dessa forma, trato principalmente, da dialética entre memória e esquecimento ensejada pelo veículo de comunicação.

No quarto e último capítulo – *Os vendedores de passados: A escrita da história como produto da mídia* – pretendo analisar o último momento de um processo que começou com a escritura do evento na cena pública em 1964, quando o grupo Folha, através de seu principal jornal, passou a executar um trabalho de significação do evento no espaço e no tempo naquilo que estou denominando de operação midiográfica.

Uma vez escrito na cena pública, configurado como uma experiência temporal e reconhecido como artefato de valor histórico, o evento agora passa a ser submetido a uma reflexão mais sistematizada no próprio veículo de comunicação, que visa explicar para seu público a passagem do acontecimento histórico midiático para o acontecimento histórico historiográfico. Uma escrita que evidenciará questões não apenas técnicas, mas também epistemológicas e éticas advindas do campo midiático.

Enfrentarei ainda nesse capítulo a tarefa de investigar a atuação dos leitores diante dos círculos hermenêuticos de significação destacado nos capítulos anteriores. Nesse ponto, abre-se uma linha de investigação entre o veículo enunciador da informação, o construtor das narrativas sobre os eventos e os receptores de seu produto. Como recursos possíveis nessa investigação, lançarei mão do *Painel do Leitor*,

fechando assim, o círculo de significação realizado pela operação midiográfica. Cada uma dessas etapas se realiza em um jogo dinâmico de trocas e significação, pois tanto a escritura pode se valer de inscrições anteriores, como a inscrição pode ajudar a fundar novas escrituras na cena pública.

Nos últimos 45 anos, o grupo Folha de São Paulo, além de ter se firmado como um dos mais poderosos conglomerados de comunicação do país, na segunda metade do século XX, foi capaz de exercer, como poucos, uma complexa operação de atuação sobre o Golpe de 1964, que se manifestou em ao menos quatro ações: a escritura de acontecimentos na cena pública, os usos do passado em suas narrativas, a construção de memórias e a elaboração de um planejado projeto de esquecimento sobre sua atuação no episódio.

As elaborações em torno do golpe de 1964, ultrapassam, em muito, àquelas advindas do grupo Folha²³. Não ignoro que essa produção é pensada a partir de lugares muito claros na sociedade brasileira, sobretudo, nas quatro últimas décadas do século XX, quando sua história²⁴ se confunde com o fortalecimento da classe média no Brasil da qual o jornal nunca deixou de se assumir como representante²⁵.

Convido a um navegar por essa produção; um passeio que tentará compreender alguns dos vários fluxos de significação desse processo. Nesse jogo de conformações complexo, procurarei realçar as interconexões, dissensos, continuidades e rupturas que se embaralham em uma dinâmica de reconhecimentos e diferenciações entre a mídia, a memória e a história. Um conhecimento de constituição reticular, que

²³ Sobre a organização do grupo na década de 90 Cf. *Cf. FREITAS, Hélio. Nem tudo é notícia: o grupo Folha na Internet*. São Bernardo do Campo-SP: Universidade Metodista, Curso de Pós-Graduação em Comunicação Social, dissertação de Mestrado apresentada em 9 de junho de 1999.

²⁴ Para a compreensão sobre a história de constituição do grupo Folha de São Paulo ao longo do século XX, sugiro a leitura de três obras essenciais: MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impres, 1981; TASCHNER, Gisela. *Folhas ao Vento – análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1992; FREITAS, Hélio. *Nem tudo é notícia: o grupo Folha na Internet*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do grau de mestre, 1999. Importante mencionar ainda o livro de LINS da SILVA, Carlos Eduardo. *Mil dias: seis mil dias depois*. São Paulo: Publifolha. 2005. Além dessas obras o jornal possui uma produção própria composta de artigos de jornalistas, especialistas que analisam a história do grupo. Texto que podem ser encontrados nos seguintes endereços. *Folha de São Paulo – 80 anos*: <http://www1.folha.uol.com.br/foalha/80anos/>;

Conheça a Folha: <http://www1.folha.uol.com.br/foalha/conheca/>;

História da Folha: http://www1.folha.uol.com.br/foalha/circulo/historia_folha.htm.

²⁵ Tal postura se torna clara, sobretudo, com a administração de José Nabantino, responsável por ter introduzidos as primeiras e importantes mudanças de racionalização da redação entre fins dos anos 40 de início de 50, procurando dar a feição de empresa ao jornal.

segue ordenando formas de pensar o presente e significar passado, próprias desse tempo. Finalizo esta introdução voltando mais uma vez a Darwish:

Passageiros entre palavras fugazes:
carreguem os vossos nomes e vão-se embora,
Cancelem as vossas horas do nosso tempo e vão-se
embora,
Levem o que quiserem do azul do mar
E da areia da memória,
Tirem todas as fotos que vos apetecer para saberem
O que nunca saberão:
Como as pedras da nossa terra
Constroem o tecto do céu.

Aqui, o poeta parece querer nos lembrar que, embora o tempo presente muitas vezes nos imponha um passeio entre palavras fugazes e memórias dispersas, é preciso que enfrentemos o maior desafio da contemporaneidade: a fadiga produzida pelo excesso e pelo acúmulo irrefletido da lembrança.

Capítulo 1

A Operação Midiográfica entre a Escritura e a Inscrição

Neste capítulo, irei apresentar os elementos norteadores da operação midiográfica, quando se estabelecem os pressupostos de fundação do evento no presente. É também o momento de afirmação dos conceitos e proposições metodológicas que informarão a tarefa de escriturar o acontecimento na cena pública, quando, posteriormente, nos depararemos com a produção de rastros, monumentos, discursos e a pragmática das ocorrências no tumultuado espaço no qual convivem acaso e intenções, lembrando as proposições de Paul Veyne¹.

Compreender esse processo é levar em consideração a articulação de componentes cruzados de formulação de sentidos: linguagens, ideologias, teorias filosóficas etc., que apresentam produção de um conhecimento midiático complexo e multifacetário. Este é um processo que se desenvolve em dois grandes momentos: a escritura e a inscrição de significados e sentidos atribuídos aos eventos disposto na cena pública

O primeiro é aquele no qual a escritura – compreendida como construção narrativa em imagens, textos e sons – compõe significados sobre os eventos e ocorrências cotidianas, re-textualizando o vivido e oferecendo-o através dos veículos de mediação. Como afirma Stuart Hall, “antes que essa mensagem possa ter um efeito (...), satisfaça uma necessidade ou tenha um uso, deve primeiro ser apropriada como um discurso significativo e ser significativamente decodificada”².

O segundo momento tem início quando o produto se torna resíduo, rastro de informação que transpõe a temporalidade no qual foi elaborado. A escritura se torna inscrição, mas também nova forma de escrita re-significada em outra temporalidade.

¹ Cf. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: 4ª Editora UNB, 1998.

² HALL, Stuart. *Da Diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 368.

Realiza-se assim a inscrição de novos significados no cotidiano, ou seja, aquilo que imprime, monumentaliza e institui marcos memoráveis no tempo e no espaço.

Passarei agora à reflexão de elementos colocados em ação no momento da escritura da operação midiográfica, ressaltando, contudo, que ambos interagem num jogo dinâmico e constante de significação. Desta maneira, tanto a escritura influencia na inscrição de marcos, como sofre interferência desses, uma vez que na escritura do imediato, o passado, metaforicamente aprisionado em rastros, ajuda a significar e ordenar o presente. Antes disso, pontuo, porém, algumas questões gerais sobre a formulação de sentidos históricos na contemporaneidade a partir dos meios de comunicação

1.1 Mídia: a deusa insone da modernidade

Para este autor, *o dia 30 de janeiro de 1933 não é simplesmente a data*, à parte isso arbitrária, em que Hitler se tornou chanceler da Alemanha, mas também uma tarde de inverno em Berlim, quando um jovem de quinze anos e sua irmã mais nova voltavam para casa, em Halensee, de suas escolas vizinhas em Wilmersdorf, *e em algum ponto do trajeto viram a manchete*. Ainda posso vê-la, como num sonho³. (*meus grifos*)

Esta lembrança evocada pelo historiador Eric Hobsbawm, no início do livro **Era dos Extremos**, evidencia elementos bastante representativos sobre a constituição dos acontecimentos emblemáticos no século XX, sobretudo, quanto às percepções que as sociedades contemporâneas passaram a ter sobre o tempo e a história.

Ao me referir à história, compreendo-a como um complexo arcabouço cultural, segundo o qual os grupos humanos e sociedades ordenam uma série de narrativas e explicações sobre o mundo, as quais têm como foco principal os usos do passado como elemento capital de suas atitudes no presente. Portanto, em meio à grande

³ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – o breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras 2ª ed., 1996, p. 14.

variedade dessas narrativas, a perspectiva científica se constitui apenas uma. Nesse sentido, pode-se vislumbrar, nessa breve citação, alguns pontos que serão bastante relevantes para a compreensão do processo que aqui estou denominando de operação midiográfica.

Primeiro, referencia um acontecimento considerado limite para muitos historiadores no século XX: a ascensão de Hitler ao poder e, apesar de não citado, remete também à lembrança do posterior Holocausto nazista. Evento que colocou na berlinda muitas reflexões sobre os acontecimentos históricos desencadeados naquele século, e que tiveram como característica marcante um processo de divulgação rápida, com a emergência das mídias modernas. Não se pode esquecer que as experiências dos chamados regimes nazi-facistas se notabilizaram pela exploração espetacular dos recursos comunicacionais.

Como segundo elemento, a citação apresenta o olhar retrospectivo do historiador sobre o evento, realizado com o estabelecimento de uma linha temporal que articula o passado “re-presentado”, ou reapresentado no presente através da memória, exercício que congrega informações afetivas e pessoais.

No primeiro e no segundo caso, pode-se constatar duas formas distintas de representação histórica: uma que se estabelece na narrativa claramente ligada aos lineamentos conceituais e teóricos do historiador e outra assentada na experiência, na memória. Embora possam se constituir em narrativas diferenciadas, é provável que possamos compreendê-las como operações de um mesmo pensamento histórico.

Há ainda um último elemento a compor a citação. O evento mencionado é “presenciado” pelo historiador mediado, por um mecanismo midiático no momento de sua produção. Através da manchete do jornal, o historiador tomou conhecimento dele e foi partindo da imagem projetada em suas lembranças de criança que o rememorou; desse modo, o evento foi inscrito como objeto da memória em sua narrativa. Por outro lado, a manchete atuou também como recurso que ajudou a escrevê-lo na cena pública no momento de sua efetivação; aquilo que conecta o “aqui e agora” de sua realização e de outras temporalidades, produzindo os rastros do que, no futuro, serão, como objeto da história.

Atualmente, acrescenta-se outro dado relevante a ser considerado: as sensibilidades temporais foram irremediavelmente atingidas pela interferência dos meios de comunicação; um tumultuoso caleidoscópio de informações que ajudou a modificar sobremaneira as formas de percepção sobre o tempo. Desse modo, a espetacularização de acontecimentos se manifesta em um trabalho que coloca o passado como horizonte de realização no presente, seja através de rastros, seja na elaboração narrativa dos eventos imediatos. O futuro agora é o lugar no qual o passado deve permanecer em rastros. Seu valor se apresenta muito mais pela possibilidade que terá de guardá-lo do que por seu potencial de remissão inovadora.

Essa busca aflitiva por aquilo que aconteceu saturou o presente de uma quantidade cada vez maior de registros que se avolumam em computadores, gavetas e estantes, em uma proporção nunca imaginada. Relacionados a esse momento, os percursos assumidos pelos usos do passado adquiriram nuances bastante peculiares, ora oscilando entre uma postura na qual a *magistra vitae* foi novamente evocada como a velha aliada provedora de lições, instituição pedagógica; até o desencadear de debates acalorados entre aqueles que anunciavam uma ciência em crise, cuja morte foi anunciada em canais de televisão e bancas de revista⁴.

A difusão de acontecimentos tornados emblemáticos no século XX tem uma dupla face: primeiro, ocorrências como guerras, desastres ambientais, massacres, dentre outros, apresentaram-se como demandas midiáticas de primeira grandeza, numa divulgação espetacular que priorizou o apelo à sensibilidade e à comoção coletiva. E, em segundo, essa vulgarização, acabou por instaurar um elo de historicidade muito mais elástico entre grupos humanos em várias partes do mundo, posto que a possibilidade de sua divulgação e a repetição em imagens quase inesgotáveis criaram uma audiência muito mais ampla sobre tais eventos. Em outras temporalidades estes somente se fariam conhecidos por aqueles que os vivenciassem diretamente.

A construção de parte desses eventos é realizada em uma série de narrativas que os delimitam como marcos históricos representativos. Tais fatores os tornam

⁴ Aqui me refiro, por exemplo, à polêmica desencadeada sobre a teoria do fim da história, apresentada pelo historiador Francis Fukuyama no final dos anos 80, ao avaliar a crise do socialismo real e o fortalecimento da chamada democracia burguesa como sendo o último estágio do processo histórico humano. Teoria segundo a qual, quando a humanidade atingisse a plena maturidade de suas instituições jurídicas e liberais teriam fim os processos históricos de mudança.

multifacetários e objeto de intensas disputas e embates político-sociais, sobretudo, porque recaem sobre eles polêmicas em torno da constituição de identidades e reparações sociais.

A questão se aprofunda quando nos reportamos ao próprio significado do conceito de acontecimento histórico para a sociedade contemporânea. Se, em termos acadêmicos, essa definição passou a ser pensada como resultado de uma complexa elaboração de sentidos, como realizar a crítica historiográfica sobre eventos que passaram a ter um apelo social e ético tão fortes? O que dizer de eventos que parecem carregados por uma aura de objetividade e que põem em cena a necessidade de memória, ritos de comemorações e lugares de catarses coletivas? Voltamos a um ponto essencial presente nos debates historiográficos dos séculos XIX e XX: o problema sobre a verdade histórica; a questão de saber se alguns acontecimentos colocam, ou não, limites à interpretação do historiador.

Para Pierre Nora⁵, esse elemento em si já compõe parte da identidade da história contemporânea. O acontecimento emerge, então, com toda força, amparado por uma grande rede de sistemas de comunicação, que coloca em evidência algo muito parecido com o ideário do fato positivista. Na perspectiva histórica de influência positivista, o acontecimento está dominado pelo historiador, que detinha também o monopólio da história. Todavia a imprensa trouxe à tona um outro tipo de acontecimento que, de certa forma, se liberta dos domínios do historiador e da história.

Este acontecimento midiático apresenta-se como o evento indomável “porque a redundância intrínseca ao sistema tende a produzir o sensacional, fabrica permanentemente o novo, alimenta uma fome de acontecimento”⁶. Esse acontecimento, agora, se oferece ao historiador com a força de um “dado” e os meios de comunicação acabam por impor à história o vivido e imediato; “todo mundo e ninguém toma parte, pois todos formam a massa à qual ninguém pertence”⁷.

No final do século XX, o fazer histórico parece ter seguido cambaleante com duas pesadas cabeças: de um lado, uma produção historiográfica excepcional, com

⁵NORA, Pierre. *O Retorno do Fato* in NORA & LÊ GOFF. *Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

⁶NORA, Pierre. *O Retorno do Fato*. Idem, 183

⁷NORA, Pierre. *O Retorno do Fato*. Ibidem, 185.

sofisticadas metodologias para a investigação de sociedades, imaginários, práticas culturais, cotidianos, tornando a escrita da história uma tentativa de mergulho na “totalidade” das relações humanas. De outro lado, a profusão acontecimental advinda dos meios de comunicação que se impõe exigindo novos parâmetros de reflexão. Nesse sentido, essa tensão coloca em cena um problema a ser enfrentado pelos estudiosos das formas de representação do passado: a disputa entre um acontecimento pensado como construção, formulação simbólica, lingüística e social e outro apresentado como um dado de objetividade. Trava-se, portanto, uma luta cotidiana sobre a própria legitimidade do evento histórico e sua elaboração.

Parte desse movimento pode ser explicada pela construção de uma idéia de opinião pública estruturada desde os séculos XVII e XVIII, quando para Habermas a “esfera pública burguesa desenvolve-se no campo de tensões entre o estado e a sociedade”⁸.

O surgimento da imprensa no século XVII – e sua popularização no século XIX – representou um importante recurso para a divulgação de idéias, além de inaugurar um novo tipo de apresentação da informação ao criar a regularidade de publicações. Burke e Briggs destacam que, já no século XVII, “ao contrário do panfleto, apareciam em intervalos regulares, normalmente uma ou duas vezes por semana; costumavam ter edições numeradas, de modo que os leitores podiam saber se tinham perdido algum exemplar”⁹. Esse elemento introduziu no cotidiano não somente uma nova distribuição de informação, mas alterou noções de temporalidade e espacialidade.

O envolvimento de um número cada vez maior de pessoas nos eventos públicos impulsionou uma acelerada produção de panfletos, jornais e outros tipos de informativos, que trabalhavam para a construção de uma opinião pública cada vez mais presente como referencial para as produções midiáticas. Esta esfera pública trouxe como consequência a formação de comunidades de consumidores de bens culturais e serviu

⁸ HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003, p.169.

⁹ BURKE, Peter & BRIGGS, Asa. *Uma História Social da Mídia – de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 95.

para construir campos específicos para a produção simbólica, sendo o próprio jornalismo um desses campos¹⁰.

A percepção de que havia um público a ser atingido; tornou-se fundamental para a abrangência das mídias modernas, sobretudo naquilo que Bourdieu definiu como mercantilização das formas simbólicas. A preocupação com uma opinião pública partia do pressuposto de que era possível estabelecer uma comunicação em larga escala para um grande número de pessoas, informando, mas, sobretudo, formando opiniões.

Esta esfera pública servia à difusão de informações políticas, atitudes e valores compartilhados em determinadas classes e grupos e, em torno dela, estabelecia-se um constante espaço de disputa de lutas simbólicas¹¹ entre grupos que concorriam pelo controle de informações. “Dessa forma, os governos foram sendo forçados a utilizar o jornalismo e a contribuir tanto para a difusão de uma consciência política popular (...) quanto para o surgimento dos jornalistas (...) como uma nova força nos assuntos políticos, e que mais tarde seriam descritos como quarto poder”¹².

Em princípios do século XX, quando parte do mundo pode acompanhar pelo rádio as notícias da I guerra Mundial, a idéia de acontecimento começou a ser significativamente transformada. Contudo, é, principalmente no século XXI, que a partilha de eventos e informações em larga escala tornou o mundo esquadrihado por ilimitados ângulos de objetivas, celulares, câmeras de TVs, internet, rádio, jornais, revistas e satélites. Nesse mundo em constante movimento, a circulação dessas informações como mercadoria tornou-se uma prática. Sobre esse aspecto, Thompson¹³ avalia que, ao se constituir um público regular de consumidor desses produtos, foram também estabelecidos novos padrões de apropriação destes bens.

A ampliação do processo trouxe à tona a discussão acerca do desenvolvimento de uma comunicação de massa, como sendo um amplo processo de difusão e distribuição desses recursos tanto em termos de espaços como de receptores. Todavia, Thompson chama atenção para a idéia de uma “comunicação de massa” que

¹⁰Cf. BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectivas, 1992.

¹¹Cf. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

¹²BURKE, Peter & BRIGGS, Asa. *Uma História Social da Mídia – de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 99.

¹³THOMPSON, John B. *Mídia e Modernidade: uma teoria social da mídia*. São Paulo: Vozes, 2004.

pode remeter a uma falsa noção que os meios de comunicação conseguem estabelecer uma uniformidade cultural ou uma homogeneidade informativa e formativa, crítica realizada principalmente às proposições da Escola de Frankfurt.

Em segundo lugar, o termo “massa” estimula uma idéia de passividade na recepção desses recursos, como se aqueles que os recebessem fossem meros espectadores, não estabelecendo sobre eles um consumo produtivo. Seria mais apropriado pensar os meios de comunicação não somente em quantidade de indivíduos atingidos pelos bens culturais mas também pela tentativa de se produzir recursos simbólicos suficientes para atingir uma ampla diversidade de destinatários. É necessário ainda considerar que “devemos abandonar a idéia de que os destinatários dos produtos da mídia são espectadores passivos cujos sentidos foram permanentemente embotados pela contínua recepção de mensagens similares”¹⁴.

A estruturação de uma indústria cultural, pensada de forma articulada entre as necessidades de mercados consumidores de bens simbólicos e materiais, ocorre entre os séculos XIX e XX. Em três momentos: o primeiro deles, ainda no início do século XIX, com as transformações das mídias em interesses comerciais. A redução de impostos e o barateamento na produção jornalística levaram a um grande impulso da imprensa naquele século fazendo com que os jornais se tornassem enormes empreendimentos comerciais que movimentavam grandes quantidades de capitais. O segundo momento ocorre com a globalização das formas comunicacionais que remonta a meados do XIX, quando “o fluxo internacional de informação e de comunicação assumia uma forma muito mais extensiva e organizada”¹⁵ e, por último, o surgimento da energia elétrica, que proporcionou as transmissões de rádio, (a partir de 1920) e televisão (a partir dos anos 40).

O conjunto dessas transformações veio acentuar o papel que a construção desses grandes sistemas de comunicação tiveram na mudança de percepção que os grupos humanos passaram ter sobre o tempo, os acontecimentos, assim como, seus estruturantes de memória e esquecimento. Tais elementos muitas vezes podem se apresentar sob certa obviedade, pois se estabelecem no fluxo do cotidiano. Contudo, é

¹⁴ THOMPSON, John B. *Mídia e Modernidade: uma teoria social da mídia*. São Paulo: Vozes, 2004 p. 31.

¹⁵ THOMPSON, John B. *Mídia e Modernidade: uma teoria social da mídia*. Ibidem, p. 75.

importante pensá-los como processos fundamentais e formas de pensamento histórico na contemporaneidade.

Por isso, uma questão primordial é entender como se organizam as ordenações de sentidos sobre esses elementos experienciais e, nesse sentido, a ação narrativa se destaca como agente capital, posto que, toda experiência humana temporal tem por base uma ordenação de significados a partir de uma prática de narração, o que ajuda a fundar tais elementos tanto como objeto de memória como de história.

Esta constatação impõe o desafio de refletir sobre os componentes fundadores de pensamentos históricos contemporâneos, assim como, de uma provável estruturação de outras práticas de ritualização da memória e do esquecimento. Como afirma Catroga, “talvez se esteja a assistir (...) ao aparecimento, ainda que pouco perceptível, de novos ritos e de novas formas de socialização da memória”¹⁶. Portanto, ao problematizar essa produção – experiencial e intelectual, na intercessão entre história e mídia – estaremos investigando conceitos, a exemplo de acontecimento, fato, verdade e ficção, que transitam no instável espaço desses campos.

Isso leva a considerar que os caminhos percorridos por uma dada informação são sempre problemáticos e variados, uma vez que, todo conteúdo informado se manifesta no espaço movediço entre o que é comunicado e o longo percurso de suas (re) apropriações por sujeitos diversos em diferentes espaços. Ação que, distante de ser compreendida como circuito linear, como nos adverte Stuart Hall¹⁷, representa o movimento de uma imbricada rede na qual estão interligadas “produção, circulação, distribuição/consumo, reprodução”. Uma estrutura na qual cada um desses elementos se distingue, mas que, no entanto, dialogam entre si em um movimento constante de reatualização e produção de significados.

Nesse movimento, entre a produção e a recepção, a construção narrativa se manifesta como fundamental na elaboração da informação como mercadoria simbólica, uma vez que “a forma discursiva da mensagem tem uma posição privilegiada na troca comunicativa”¹⁸. É a partir dela que a mensagem comunicada percorre o emaranhado de

¹⁶ CATROGA, Fernando. *Memória e História* in PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteira do Milênio*. Rio Grande do Sul: Editora Universidade/UFRGS, 2001, p. 66

¹⁷ HALL, Stuart. *Da Diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 365.

¹⁸ HALL, Stuart. *Da Diáspora – identidades e mediações culturais*. Idem.

fluxos e lugares de significação social que, progressivamente, articulam, organizam e “inventam” aquilo que conhecemos por acontecimentos, sejam aqueles ordinários, objeto de ocorrências cotidianas efêmeras ou aqueles que passam a ser considerados emblemáticos ou históricos. Nesse sentido;

No momento em que um evento histórico é posto sob o signo do discurso, ele é sujeito a toda a complexidade das regras formais pelas quais a linguagem significa. Por isso, paradoxalmente, o evento deve se tornar ‘narrativa’ antes que possa se tornar *um evento comunicativo*¹⁹.

É no espaço caótico das ocorrências cotidianas que emergem acontecimentos exemplares selecionados em um jogo nem sempre lógico de conformação. O que faz, portanto, um acontecimento ser tomado como emblemático em meio à quase ilimitabilidade de ocorrências são os interesses e as disputas que se estabelecem no cotidiano e é, nesse palco plural, no qual circulam saberes e práticas distintas, que passado, presente e futuro dialogam em formas narrativas. Efetivam-se, por assim dizer, relações culturais e sociais que servem para demonstrar ansiedades e expectativas a partir de um patrimônio memorável, cognitivo e pragmático.

Narrar, portanto, torna-se a porta de entrada e saída para a elaboração de sentidos sobre o tempo, pois como adverte Paul Ricoeur²⁰, o tempo, torna-se tempo humano, “na medida em que articulado de um modo narrativo”. Ao considerar o tempo desta forma, Ricoeur colocou ainda mais uma questão fundamental: toda narrativa se constitui em uma tríplice mimese, um movimento de distensão contínuo que faz com que uma mesma narrativa, seja constantemente apropriada em temporalidades distintas em um círculo hermenêutico sempre renovado.

No Brasil, os jornais se tornam importantes mecanismos de discussão e debate e, já no século XIX, passaram a exercer um papel ativo nas acirradas discussões políticas das províncias²¹. Suas publicações tinham um forte caráter opinativo, o que

¹⁹ HALL, Stuart. *Da Diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p.365.

²⁰ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo I, São Paulo: Papyrus Editora, 1997, p. 85.

²¹ Sobre uma história da imprensa no Brasil, Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad 4ª, 1999; BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. V.1. São Paulo:

fazia da palavra impressa o espaço para disputas e provocações partidárias. “Se, por um lado, aparentemente a disputa partidária se apresentava como ponto central nas discussões desses jornais, (...) por outro lado, é inegável a insistência na construção de conceitos de caráter moralista nas publicações”²². Serviam também para a difusão de textos de teor literário, humorístico, satírico, sendo o jornal do século XIX um dinâmico canal para divulgação de idéias.

Todavia foi entre as décadas de 40 e 80 do século XX, que se articulou de forma mais clara a indústria cultural no país, período apontado por Renato Ortiz²³ como sendo o da instauração de uma moderna tradição brasileira. Representativa nesse momento é a política nacional para as comunicações, com a criação do Ministério das Comunicações em 1967, a formação dos primeiros cursos de jornalismo no Rio de Janeiro e São Paulo e incentivos à indústria editorial. Para Ortiz, esse processo se deveu em grande parte a uma política nacionalista implementada pelo Estado, inclusive durante a ditadura:

O que caracteriza a situação cultural nos anos 60 e 70 é o volume e a dimensão do mercado de bens culturais. (...) Durante o período que estamos considerando ocorre uma formidável expansão, a nível de produção, de distribuição e de consumo de cultura, é nesta que fase se consolidam os grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação e da cultura popular de massa²⁴.

Essas questões introdutórias colocam em evidência o papel dos meios de comunicação e, mais especificamente, do jornalismo como formulador de novas maneiras de apreensão do real e de escrita histórica. Conceitos antes considerados objeto de constituição epistemológica da história, como acontecimento, temporalidade, memória, esquecimento, passaram a ser discutidos a partir desse campo e, muito provavelmente, a noção de acontecimento se constitui ponto fulcral nessa discussão. Isso porque coloca em evidência questões relacionadas à própria elaboração da narrativa

Ática, 1990; MEDINA, Cremilda (org.). *O Jornalismo na Nova República*. São Paulo: Summus Editorial, 1987; ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²²MENESES, Sônia. *As Chaves da Cidade: civilização e violência na construção urbana de Fortaleza na segunda metade do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2000, p. 179.

²³ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²⁴ ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*, Idem, p.121.

histórica moderna ou, como afirmam alguns autores, seu possível retorno²⁵, prática organizada, possivelmente, de uma nova operação de escrita da história.

1.2 Escritura – a operação midiográfica “escreve” o evento na cena pública

Para começar esse ponto, proponho realizarmos um esforço de recordação. Sugiro que o leitor pense em algum evento que considere marcante ou emblemático e que, por seu impacto ou divulgação, salte em meio ao conjunto ensurdecido e multifacetário das reminiscências das últimas quatro décadas do século XX. Sugiro revolvê-las, não sem alguma dificuldade, afinal, selecionar um evento emblemático em meio a um momento que elegeu como histórico quase todas as ocorrências cotidianas nos parece um desafio tenaz.

Enquanto o leitor realiza seu próprio exercício, vou ousar evocar e apresentar aqui uma lembrança pessoal, vinda à mente muito antes deste texto, quando eu tentava pensar sobre a primeira recordação que, de alguma maneira, remeter-me-ia ao golpe de 1964. De antemão já se percebe que sua evocação está claramente ligada ao meu presente e significada por ele, contudo, isso não a invalida; serve para pensar a memória como uma reunião de elementos complexos e variados. Vejamo-la:

Nos últimos cinquenta anos, a vida pública de Tancredo Neves confundiu-se com os sonhos e com os ideais brasileiros de união, de democracia, de justiça social e de liberdade. Nos últimos meses, pela vontade do povo e com a liderança de Tancredo Neves, esses ideais se tornaram na nova república. A emocionante corrente de fé e solidariedade das últimas semanas, enquanto o presidente Tancredo Neves lutava pela vida, só fez crescer esse sentimento de união que foi sempre ação, exemplo e objetivo de Tancredo Neves. Com a mesma fé, com a mesma determinação, o Brasil haverá, a partir de agora, de realizar os ideais do líder que acaba de perder: Tancredo Neves²⁶.

²⁵ STONE, Lawrence. *O Ressurgimento da Narrativa - reflexões sobre uma nova velha história*. Tradução do texto original publicado em *Past and Present*, no. 85, nov. 1979, pp 3-24.

²⁶ Transcrito da matéria da Rede Globo em vídeo postado no youtube no endereço: <http://www.youtube.com/watch?v=eoz9dLfKetI>.

Era noite do dia 21 de abril de 1985, um domingo. Minha família e eu, desde cedo, acompanhávamos os plantões de notícias e àquela hora assistíamos ao programa Fantástico²⁷ - da Rede Globo de Televisão. Quase ao final, o programa foi interrompido e o porta-voz da Presidência da República anunciou, de forma compungida e tensa, a morte de Tancredo Neves, primeiro presidente civil eleito após o período ditatorial. Lembro da clara sensação de angústia e desânimo presente entre nós. Uma noite, cuja imagem me parece ainda hoje bastante lúgubre.

O feriado do dia 21 de abril e a expectativa da morte de um presidente que sequer chegou a assumir – alimentada durante toda a semana por notícias que circulavam insistentemente nos meios de comunicação – cercaram-nos com uma presença de história muito densa e de difícil esquecimento.

Ao final daquela noite, tomava-nos certa sensação de insegurança quanto ao futuro, muito embora, nas palavras de Antônio Brito, então porta-voz da Presidência, Tancredo Neves pudesse representar o novo herói, imediato e midiaticizado, de uma nova República. Impossível não associá-lo à imagem de Tiradentes, seu conterrâneo mineiro, herói tardio de uma república velha que, no entanto, foi tornado mártir quase um século após sua morte. Naquela noite, segundo o porta-voz da Presidência da República, era assim que devíamos ver o significado da morte de Tancredo Neves.

Embora fizesse parte de meus horizontes de discussão em grupos político-religiosos – naquela época eu participava de movimentos juvenis, ligados à Teologia da Libertação – evidentemente, 1964 não era para mim o que é hoje. Contudo, aquele momento representou uma experiência temporal extremamente importante para todos que o partilharam. Nele, um agente indelével ajudou a escrever e a inscrever 1985 como um marco representativo na história recente do Brasil: as transmissões televisivas sobre a agonia do recém-eleito Presidente da República.

É certo que não podemos dizer que os meios de comunicação conseguiram controlar e orientar todos os sentidos erigidos sobre 1985 naquela noite, porém, pode-se dizer que sua escritura é um exemplo do desencadear de uma nova ordenação cognitiva posta em movimento no multifacetário regime de historicidade constituído pós-60. As transmissões radiofônicas, televisivas e impressas, distribuídas naqueles dias,

²⁷ Programa da televisão da Rede Globo de Televisão que estreou em 1973.

efetivaram cruzamentos de linguagens, ideologias e memórias aos quais, tanto os meios de comunicação, como nós, estávamos submetidos e ajudaram a pensar novos marcos para a história do Brasil. Passado, presente e futuro foram mobilizados em narrativas dinâmicas que formulavam sentidos históricos tanto em caráter superficial como profundo para nossa sociedade.

Os elementos que acabei de mencionar carregam uma complexidade de sentidos que têm como elemento central os usos do passado no presente mais ainda, marcam expectativas que são projetadas em um caráter de significação do futuro. Misturam-se, por assim dizer, recursos muito particulares de constituição da memória, da produção das notícias e formulações acerca de eventos históricos na contemporaneidade. Organiza-se a manifestação de experiências temporais que ajudam a produzir, ou realçar, a constituição de novas formas de representação do passado no tempo presente.

Ao pensar estas formas de representação, refiro-me, sobretudo, às maneiras como os grupos humanos organizam seus usos do passado. Nesse processo as sensibilidades temporais são efetivadas em uma complexa rede de mecanismos que orientam o agir humano em suas relações de interpretação e significação sobre o tempo. Atitudes que geram expectativas e estimulam laços identitários que ajudam a produzir narrativas que traduzem tais experiências. Essas ações que, necessariamente, não são sempre desencadeadoras de atitudes racionalizadas ou planejadas, ao contrário, podem seguir o curso da imprevisibilidade e do acaso.

Talvez se deva falar em “atitudes temporais” frente ao cotidiano que se inscrevem a partir do fluxo de várias formas de pensar o tempo e que podem intercalar referências de memórias sociais, elementos historiográficos, questões religiosas, interferência dos meios de comunicação etc. Interessa-me ressaltar nesse agir, a capacidade de escritura e, posteriormente, na inscrição de marcos memoráveis, dos meios de comunicação no cotidiano; para tanto, vejamos a citação abaixo:

Foi ontem, foi há 14 anos (...) pouco tempo para julgar, quando falta à perspectiva histórica e cada um de nós se situa dentro de uma condição limitada, vendo o que vê, como vê, de onde se vê. (...) O historiador, porém, não

tem como missão somente o julgamento definitivo de uma época. Porque deve registrá-la quando ocorre, documentá-la enquanto vivem seus personagens e subsistem as fontes de informação, os jornais, as gravações, os documentos, as fotografias, os livros escritos na hora quente. Então a história é um fluxo contínuo que se avoluma até a versão definitiva²⁸.

Este trecho não foi extraído de uma obra historiográfica convencional, embora se possam perceber nele os fundamentos epistemológicos da concepção que tentou fundar o lugar da ciência histórica entre fins do século XIX e século XX. Nesse caso, ao realizar uma leitura minuciosa sobre seus elementos construtores de sentido, é possível destacar alguns pontos fundamentais a respeito da constituição do campo científico da história.

Logo de início o extrato adverte sobre as dificuldades de construção do conhecimento histórico, especialmente, para aqueles que se situam em uma temporalidade próxima ao objeto de pesquisa. O autor argumenta que o pesquisador estará sempre numa “condição limitada, vendo o que vê, como vê, de onde se vê”. Em seguida previne que o papel do historiador, mais do que realizar “o julgamento de uma época”, deve ser o de registrá-la, documentá-la, para que, no futuro outros – que certamente estarão isentos das perigosas pressões do presente – consigam ver com clareza os fatos e as personalidades.

A citação ainda faz uma rápida apresentação sobre as fontes utilizadas no trabalho dos historiadores: “os jornais, as gravações, os documentos, as fotografias, os livros escritos na hora quente”. Finaliza com uma afirmação contundente sobre o que vem a ser a história: “um fluxo contínuo que se avoluma até a versão definitiva”.

Certamente, aos olhos do historiador experiente nas lides da história, o extrato nada dá a conhecer de muito revelador. Apresenta um olhar sobre a história que remete à fórmula da moderna escrita amparada, principalmente, nos pressupostos oitocentistas do fazer historiográfico, cuja influência positivista é bastante marcante. “Sob esta influência, surgiu uma nova espécie de historiografia, que pode ser chamada

²⁸ SILVA, Hélio. *Um contragolpe revolucionário – historiador revela o desenvolvimento da crise que levou ao movimento de 64*. FOLHA DE S. PAULO, 1- caderno-Brasil, 2 de abril de 1978, in, Folha Online, Almanaque Folha, cap. do end. http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_02abr1978.htm.

de historiografia positivista (...) o resultado foi um considerável aumento do conhecimento histórico pormenorizado, com base numa proporção sem precedentes, do exame crítico das fontes”²⁹.

Mas a história também guarda um potencial de instituição pedagógica provedora de exemplos e lições para o presente, a qual deve ainda garantir a guarda do passado humano até uma versão completa. Demarca um sentido temporal: teleológico e linear, uma vez que o futuro trará o julgamento definitivo de uma época. Com isso, acredita também ser possível uma verdade histórica cumulativa, que um dia, idealisticamente, poderá ser revelada em sua totalidade. Entretanto, é preciso acrescentar ao trecho duas informações que foram omitidas propositadamente: o meio de divulgação e o evento do qual fala.

Sob o título de “1964, um contragolpe revolucionário: historiador *revela* o desenvolvimento da crise que levou ao *movimento de 64*” o jornal Folha de São Paulo, trazia em 1978, essa matéria assinada pelo historiador Hélio Silva. O autor apresenta aos leitores do jornal alguns dos segredos da oficina do historiador embora, não pareça considerar em sua própria escrita tais elementos como ponto de tensão sobre o conhecimento que produz. Percebe-se que o horizonte de preocupação do historiador é outro, refere-se principalmente à necessidade de submeter o acontecimento de 1964 ao olhar crítico da ciência histórica, mas vai além: procura dar visibilidade às suas preocupações, ao direcionar as conclusões à audiência de um jornal de grande circulação; desta forma, fala com a convicção de quem sabe que o futuro, tempo melhor, revelará a verdade sobre o “Movimento de 1964”.

A certeza de Hélio Silva parte de uma idéia de história e de tratamento sobre o passado orientado pelo modelo predominante de escritura histórica ocidental, que tem como base uma visão historicizante e racionalista, cuja episteme se assenta no paradigma iluminista. Isso será bastante relevante para a compreensão sobre o tipo de escritura efetivada pelos meios de comunicação no Século XX e como a própria operação midiográfica é influenciada por ele.

O segundo elemento que gostaria de ressaltar em relação ao texto é o evento do qual fala: o golpe de 1964. A matéria do historiador pode ser lida como um início da

²⁹ COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de História*. Lisboa: Presença Portugal/Livraria Martins fontes, 1972, p. 165.

mudança de postura do jornal Folha de São Paulo sobre o golpe, quando, visivelmente, passa, de apoiador inicial e omissor útil nos anos subseqüente a 1964, a defensor do processo de abertura política nos anos 80. A matéria de Hélio Silva insere-se, portanto, no movimento de re-significação da atuação do jornal como apoiador do golpe, ao transitar para o de ícone da defesa da democracia nas últimas décadas do século XX. Começava, no final de 1970, um dos mais bem sucedidos projetos de construção de memória e esquecimento programado sobre o papel de um veículo de comunicação na articulação de eventos na história recente do Brasil. Ação que foi facilitada, sem dúvida, pelo *boom* de produções sobre 1964 em filmes, documentários, revistas, romances, fazendo dele um evento insistentemente apropriado pelas mais variadas mídias, além de uma significativa produção historiográfica sobre o tema nas últimas décadas.

No Brasil, dentre as várias versões que explicam o golpe de 1964, há talvez apenas um consenso: 1964 é um acontecimento histórico emblemático, objeto de rememoração, reflexão e disputas. É provável que essa afirmativa soe óbvia, afinal, como poderia responder qualquer estudante do ensino médio. 1964 é histórico porque foi um evento importante e digno de ser lembrado e relembrado por todos os brasileiros, pois modificou nossa sociedade, nossa política, além disso, estabeleceu-se como marco traumático na vida das pessoas que, direta ou indiretamente, sofreram torturas e perseguições.

Contudo, embora tais constatações sejam legítimas, ao nos rendermos a essa explicação familiar ao senso comum, não estaríamos nos aproximando das proposições dos oitocentistas, para as quais o acontecimento histórico era um dado, cabendo ao historiador apenas encontrá-lo e estabelecer sobre ele explicações? De outro lado, seria 1964 um exemplo de acontecimento limite para o historiador?

Tais interrogações me colocaram frente a frente com a problemática da construção dos acontecimentos históricos, a emergência de novas formas de escrita da história no tempo presente e especialmente, sobre a influência da mídia nesse processo. Os motivos que me levaram a estas interrogações são os mesmos que me serviram para perguntar, por exemplo, por que alguns eventos, como a Inconfidência Mineira, levaram longo tempo para se tornarem, consensualmente, parte da história política oficial do Brasil, e 1964 é alçado à condição de ocorrência histórica quase no momento de sua

efetivação. Haveria nesses eventos características próprias que já os qualificam como marcos históricos?

Ao refletir atentamente sobre esse evento, há uma peculiaridade que será comum a quase todas as ocorrências emblemáticas da contemporaneidade, ele se elaborou a partir de uma tripla constituição: foi um evento midiático, construído diariamente a partir de notícias, imagens e sons veiculados nos meios de comunicação durante os 21 anos que se seguiram entre o dia 31 de março de 1964 e o ano de 1985. Evento memorial, elaborado em narrativas insistentes de “revisão”, “reflexão”, “reavaliação” do passado. Mas também é acontecimento histórico historiográfico na medida em que, a partir de um dado momento, tornou-se objeto de reflexão na produção acadêmica nas últimas décadas do século XX. Há ainda que se considerar que, na própria narrativa midiática e historiográfica esses elementos se misturam tornando as fronteiras entre mídia, memória e história bastante frágeis.

Porém, antes de se tornar notícia, evento midiático ou acontecimento histórico, assim como os demais eventos que entram em curso na narrativa midiática, os acontecimentos desencadeados a partir do dia 31 de março 1964 foram submetidos a um conjunto de hierarquizações e escolhas que tentaram ordenar-lhe os sentidos. Nesse caso, é necessário situá-los dentro de um universo de significação complexo e variado que os inscreve muito além da condição de “acontecência”. Desta forma, estabelece-se uma diferença fundamental entre evento ocorrido e evento significado, sobretudo, quando consideramos que os elementos de significação são a própria condição de existência e permanência de qualquer evento no tempo, o que leva a compreendê-los como ocorrências sociais, lingüísticas, políticas e ideológicas.

Nesse amálgama de referenciais, apresentam-se elementos fundamentais para a compreensão sobre a construção dos sentidos históricos no século XX, sobretudo, a partir dos anos 50, quando parece emergir um novo regime de historicidade. Ao me referir a regime de historicidade, destaco-o, tal como Hartog³⁰, como um conceito que não marca meramente o tempo de forma neutra, mas “antes organiza o passado como uma seqüência de estruturas”. É preciso que se perceba que essa ordenação é, sobretudo,

³⁰ HARTOG, François. *Regime de Historicidade*. Capturado da Internet em 8/05/2006 no endereço: <http://www.fflch.usp.br/dl/heros/excerpta/hartog.html>.

cultural. Ela é fruto de conjunções intelectuais e empíricas que transformam o tempo natural em tempo humano, dando-lhes significado social e cultural.

Por um lado, tais formulações estão cada vez mais sujeitas às exigências do mercado e, como nos chama atenção Bourdieu, é essencial “examinar como a restrição estrutural exercida por esse campo (...) modifica mais ou menos profundamente as relações de força no interior dos diferentes campos”³¹.

Tais questões se configuram como problemas gerais, colocados ao jornalismo mesmo antes da instituição de uma idéia de esfera pública que, segundo Habermas, passou a estimular o desenvolvimento de um público consumidor ou “uma espécie de mediador e potencializador”³² que era convocado a atuar a partir do que lhe comunicado. Essa esfera pública trouxe como conseqüência a formação de comunidades de consumidores de bens culturais a qual ajudou a organizar novos campos específicos de produção simbólica, sendo o próprio jornalismo um deles³³. A percepção de que havia um público a ser atingido tornou-se fundamental na abrangência das mídias modernas, principalmente, naquilo que o autor definiu como mercantilização das formas simbólicas.

Contudo, se a produção da informação, e conseqüentemente a operação midiográfica sofrem influência de uma lógica comercial, estimulada pela espantosa indústria dos bens culturais, que tornou a história um produto atraente na atualidade, deve-se considerar que transitam, nessa produção uma variedade muito complexa de elementos epistemológicos e cognitivos que não podem ser desprezados.

Portanto, meu questionamento parte de uma dupla problemática: a consideração da notícia como produto efetivado em uma prática que é constrangida por procedimentos, nos quais se cruzam fundadores de sentido variados que agregam um valor aos acontecimentos narrados; valores que por sua vez são delimitados pela ênfase em ângulos que antecedem o próprio evento. E, por outro lado, considero que a notícia moderna ajuda na elaboração de uma nova produção: a estruturação de idéias de história e sentidos sobre o passado, que interferem diretamente na formulação de

³¹ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 101.

³² HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. São Paulo: Col. Biblioteca do Tempo Universitário. 2003.

³³ Cf. BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectivas, 1992.

acontecimentos emblemáticos e conhecimento histórico, em um tipo particular de escrita.

A operação midiográfica, portanto, deve ser entendida como um modo de escrever história que se manifesta na fronteira dos dois campos, realizando uma ação difusa que, embora seja ordenada em determinadas rotinas de trabalho e enquadramento disciplinar, constrói conteúdos polissêmicos. Falo de uma escrita histórica específica. Processo que atua desde a formulação do evento na cena pública até seus retornos como artefato memorável e histórico. O resultado disso é um produto simbólico, no caso a notícia/informação/conhecimento, formulado em percursos variados; às vezes, de forma caótica, dispersa ou disciplinada, que produz um saber marcado pela urgência das ocorrências cotidianas que, embora pareça estar submetido à efemeridade temporal, articula relações com o tempo que transpõem a evanescência do presente e se situa num movimento de distensão entre passado e futuro.

As condutas que visam disciplinar e demarcar essas ações acabam por tornar a feitura dessa informação um jogo tenso de adequações entre vários campos. Especialistas diversos dividem com os “intelectuais-jornalistas”, as notícias no jornal, programas de rádio, televisão e sites jornalísticos, ajudando a construir mecanismos que influenciam diretamente os demais campos simbólicos, sejam eles, jurídicos, político artístico ou intelectual³⁴.

Pensando sobre o acontecimento que alimenta esta análise – o golpe de 1964 – vê-se que, antes de se tornar o acontecimento histórico evocado insistentemente nos manuais de história, nos filmes, programas de televisão, jornais ele foi submetido a uma dada forma de escrever o tempo e os acontecimentos na cena pública; um trabalho que tem início com o estabelecimento de hierarquias sobre dispersão das várias ocorrências diárias distribuídas no cotidiano. Mas, para se compreender essa disposição de sentidos sobre sua construção, é preciso entender antes como o jornalismo, especialmente no Brasil da segunda metade do século XX, consegue se legitimar para realizar a tarefa de reflexão e divulgação de acontecimentos sob o paradigma da uma rigorosa racionalização de sua produção. Começemos por essa citação, retirada da última versão do projeto editorial da Folha de S. Paulo de 1997:

³⁴ O conceito de intelectual jornalista, assim como, as interferências do campo midiático nos demais campos são levados adiante por Bourdieu. Cf. BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

Sendo um registro taquigráfico da história, o jornalismo sofre necessariamente o primeiro impacto dos fatos. Até por isso convém que ele seja reexaminando periodicamente, a fim de aferir se sua atividade está sendo capaz de projetar alguma luz para além da efervescência dos acontecimentos, se seus critérios estão sendo melhores para franquear uma leitura ao mesmo tempo fidedigna, reveladora e útil, se não da realidade, ao menos da sua superfície diária³⁵.

No extrato acima, pode-se observar como o jornal se situa como veículo que tenta instaurar um elemento de inflexão sobre o tempo e os registros sobre os “fatos” relevantes da realidade, ou “ao menos de sua superfície diária”. Em seu discurso atribui à imprensa o papel de “projetar alguma luz para além da efervescência dos acontecimentos”, desse modo, se auto-define como sendo o registro “taquigráfico da história”, construindo para si também uma competência de ação que o autorizava franquear para os leitores, não somente um relato sobre o imediato, mas uma escritura que imprimiria sentidos de longo prazo aos eventos narrados.

Todavia, para que um jornal como a Folha de São Paulo chegasse a esse grau de reflexão sobre seu próprio papel como formulador de sentidos históricos na contemporaneidade, antes foi necessário que ocorresse longo processo de transformação no jornalismo brasileiro, desencadeado nos anos de 1950. Mudanças que ocorreram principalmente com a influência do jornalismo norte-americano, que se tornou componente de destaque para a produção da notícia no país, a qual deveria abandonar uma tradição fortemente ligada um jornalismo de caráter mais literário, para se engajar nas novas exigências do mercado de bens culturais que a cada dia ganhava mais força no país.

Para isso, era preciso preparar o jornalista para lidar com as ocorrências cotidianas, de forma que este abandonasse a postura opinativa em benefício de uma atuação mais técnica na produção da notícia, o que significava introduzir o jornalismo num ritmo racionalizado de produção, segundo Marco Roxo:

³⁵Manual da Redação Folha de São Paulo 2001, São Paulo: Publifolha, 2001.p. 10.

As reformas operadas no jornalismo brasileiro não tiveram um caráter somente técnico-discursivo. Os princípios deontológicos da objetividade jornalística, como as noções de distanciamento, apartidarismo e a importância no equilíbrio no uso de fontes, serviram como instrumentos valiosos para os agentes que lutavam para distanciar o jornalismo da política e defini-lo como uma atividade de *profissionais*. Essa luta pela profissionalização fez com que os anos 1950 fossem interpretados como anos de transição de um jornalismo arcaico para um outro modelo definido como moderno³⁶.

Por outro lado, Ana Paula Goulart destaca, que nesse período, começou a se estruturar um sentido de categoria profissional que diferenciava o trabalho do jornalista frente ao literato. Para a autora, é graças à influência norte-americana que a imprensa no Brasil toma como fortes referentes de sistematização os conceitos de objetividade e imparcialidade no fazer jornalístico o que possibilitou que essa mídia se constituísse “um dos principais campos discursivos do nosso tempo, fundando sua legitimidade social e sua deontologia”³⁷:

Nesse processo, o jornalismo foi deixando de ser uma “pantomima” da literatura e começou a assumir cânones próprios. Durante muito tempo os jornais não tiveram uma técnica própria de contar história. Como não havia um paradigma, um modelo a seguir, os jornalistas se espelhavam na literatura, mas seguiam uma gama variada de estilos e não um estilo comum, padronizado³⁸.

Importante destacar também o processo de constituição dos cursos superiores, ocorrido num ambiente acadêmico que, como destaca Roxo, “estava contaminado pela atmosfera positivista e pela crença no evolucionismo científico que envolvia parte da sociedade brasileira e se espalhou pelos cursos”³⁹.

A chamada organização desse novo jornalismo e a rigorosa preocupação com a sistematização de normas para a descrição dos acontecimentos, metodologias de

³⁶ ROXO, Marco. *Jornalistas, pra quê? militância sindical e o drama da identidade Profissional*. Niterói: UFF, tese de doutorado. Versão PDF, 2007, p. 43.

³⁷ GOULART, Ana Paula. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: e-Papers, 2007, p. 15.

³⁸ GOULART, Ana Paula. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Ibidem, p. 222.

³⁹ ROXO, Marco. *Jornalistas, pra quê? militância sindical e o drama da identidade Profissional*. Op. Cit. p. 56.

investigação, e a padronização da escrita lembram a transformação que o campo científico da história já havia passado no século XIX, quando houve um rigoroso processo de sistematização do campo fortemente amparado pelo ideal positivista de produção do conhecimento. O fruto mais visível dessa influência foi o desenvolvimento da chamada escola histórica metódica e não se pode esquecer que nesse momento diversos manuais “ensinavam” ao historiador fórmulas para realizar uma “boa” escrita da história. O mais famoso deles foi certamente “Introdução aos Estudos Históricos” de Langlois e Seignobos, de fins do século XIX, no qual os autores apresentavam as três etapas fundamentais da produção histórica: a heurística, as operações analíticas e as operações sintéticas⁴⁰.

Assim como o historiador de fins do XIX acreditava que bastava seguir os procedimentos corretos para construir um conhecimento seguro, tendo como ponto fundamental o apego ao documento como garantia da verdade – “a história se faz com documentos”⁴¹ –, o jornalismo se agarrou à mesma crença de que a técnica era garantia da neutralidade e objetividade. “A técnica aparecia como neutra. Aprender as práticas do discurso dominante passou a ser visto simplesmente como uma questão de adquirir as habilidades necessárias para operar no campo”⁴².

A produção advinda desse novo jornalismo, a partir da segunda metade do século XX, acaba por colocar em movimento uma tópica histórica própria, que opera numa conexão entre a história e mídia. Uma partilha de pressupostos e fundamentos epistemológicos que, mesmo em diferentes graus de conformação, coloca em ação categorias de explicação sobre o mundo que ajudam na configuração de um novo regime de historicidade. Seus produtos – a informação noticiosa e a escrita história sobre essa informação – servem como balizadores nas percepções sobre lembranças e esquecimentos; como consequência, é possível que estejamos a assistir ao surgimento de um tipo de conhecimento que trabalha na interseção desses campos. Nele, misturam-se num jogo dinâmicos de adaptações, notícia, memória e historiografia.

⁴⁰ Cf. LANGLOIS, Charles Victo e SEIGONOS, Charles. *Introdução aos Estudos Históricos*, São Paulo: Renascença S.A., 1946.

⁴¹ LANGLOIS, Charles Victo e SEIGONOS, Charles. *Introdução aos Estudos Históricos*. Idem, p. 15.

⁴² GOULART, Ana Paula. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: e-Papers, 2007, p. 16.

Até meados do século XX, a imprensa permanece como o instrumento de comunicação de maior força entre os meios de comunicação⁴³ e não se pode negar que, embora o modelo norte-americano comece a se disseminar nas redações dos maiores jornais do país, especialmente, no Rio de Janeiro e São Paulo, ainda se percebe uma disputa entre uma imprensa claramente opinativa e outra informativa que pretendia estabelecer limites claros entre subjetividade e objetividade, interpretação e fato. A reflexão sobre o fazer jornalístico passa ao centro das discussões, fazendo emergir uma série de conceitos que buscam compreender e definir o papel do jornalista: “Não há como contestar que o estudo do Jornalismo constitui um campo do conhecimento (...) que começa nos meados do século XX e prossegue com mais intensidade até os dias de hoje”⁴⁴. O campo jornalístico arroga para si o papel de agente revelador dos fatos, matéria-prima das notícias.

Associar a produção noticiosa ao discurso científico era garantir a legitimação de um novo estatuto de aceitação no qual a defesa da verdade objetiva afiançava uma informação segura e isenta. Por conseguinte, notícia deveria ser compreendida como:

O relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; de cada fato, a partir dos aspectos mais importantes ou interessantes. Essa definição pode ser considerada por uma série de aspectos. Em primeiro lugar, indica que não se trata exatamente de narrar os acontecimentos, mas de expô-los.⁴⁵

No desenvolvimento desse processo, deter-me-ei particularmente, na organização dos manuais das redações a partir da segunda metade do século XX, pois neles se destacam os pontos mais relevantes para pensar os elementos que informam

⁴³Embora a mídia impressa venha perdendo espaço com a avalanche comunicacional desencadeada pelas novas mídias, nas quais a internet tem uma contribuição inegável, o surgimento dessas veio tornar o jornalismo num dos produtos mais consumido nesse século, sobretudo, pelas novas formas de sua produção e apropriação que tornaram muito mais complexos elementos como distribuição, consumo, recepção, etc.

⁴⁴ VIZEU, Alfredo. *O jornalismo e as “teorias intermediárias” cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimento organizacionais e as perspectivas da análise do discurso (AD)*. BH/MG: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (anais eletrônicos) 2 a 6 de set de 2003.

⁴⁵ LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 5a. Ed, 2004, p. 16.

não somente sobre os novos padrões da notícia, mas sobre o tipo de escrita histórica aí desenvolvida, espécie de segundo produto desses manuais. É deles que partirei a fim de marcar algumas chaves norteadoras da operação midiográfica, uma vez que estes recursos tentam conduzir a produção das narrativas sobre os eventos em suas ocorrências cotidianas e, além disso, acabam por ensejar questões metodológicas que descortinam uma pretensão inicial de uma racionalização quase cirúrgica do trabalho jornalístico.

Boa parte dos manuais de jornalismo no Brasil, com algumas diferenças, parte dos mesmos pressupostos apresentados na citação acima, pelo jornalista e professor Nilson Lage, para esclarecer o que vem a ser a notícia naquilo que o autor define como “jornalismo moderno”. Nela, destaco duas questões: a produção da notícia veiculada a uma idéia de fato como dado concreto a ser “revelado” pelo jornalista. Segundo, a sua estruturação como uma hierarquia de fatos, dispostos em uma ordem de importância para, posteriormente, serem expostos ao leitor.

Por outro lado, a partir da formação dos cursos de jornalismo, responder à questão – por que as notícias são como são – significava a tentativa de compreender o produto final chamado notícia e interrogar sobre os caminhos percorridos até termos, nas bancas de jornal, as manchetes do dia para, então, avaliar sua influência na vida das pessoas e no cotidiano no qual se situavam.

Em busca dessa resposta se estruturaram uma série de teorias sobre o campo jornalístico⁴⁶. Entretanto, minha idéia é encaminhar a reflexão por outra direção que será caracterizada por uma particularidade: a questão não será apenas interrogar sobre o porquê das notícias serem o que são, mas o que elas ajudam a produzir no cotidiano interferindo na constituição de formas de compreender o tempo, marcos históricos e memórias emblemáticas. Tais elementos só podem ser reconhecidos com mais clareza

⁴⁶Nesse trabalho não irei me deter sobre a discussão de cada uma dessas perspectivas, contudo, é importante mencionar que durante o século XX, reflexões em torno dessa questão ajudaram a formular conceitos complexos como a teoria do “*gatekeeper*” segundo a qual há uma intervenção de caráter pessoal na escolha e seleção das notícias; teorias da ação política, para as quais as notícias servem a interesses políticos; teoria estruturalista, que vê o jornalismo como construtor da realidade, sendo a mais tradicional delas a teoria do espelho, que toma a notícia como o reflexo da realidade, dentre outras. Cf. RIZZINI, Carlos de Andrade. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968; MARQUES DE MELO, José. *Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação*, São Paulo: Edições Paulinas, 1974; GOULAR, Ana Paula. *A história do seu tempo. A imprensa e a produção do sentido histórico*. Rio de Janeiro: dissertação de Mestrado defendida na ECO/UFRJ, 1996. KUNCZIK, Michael (1988). *Conceitos de jornalismo: norte e sul*. São Paulo: Edusp, 1997, WOLF, M., *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1994, dentre outros.

com a instituição desse chamado novo jornalismo, que, segundo Goulart, construiu a imprensa como “lugar institucional que lhe permitiu, a partir de então, enunciar ‘oficialmente’ as verdades dos acontecimentos e se constituir como o registro factual por excelência”⁴⁷. Embora, a proposta apresentada por Nilson Lage se ampare na influência de elementos trazidos do jornalismo norte-americano, estas proposições fazem lembrar as formulações historicistas, de influência francesa, que serviram para instituir o lugar da escola histórica metódica no século XIX, segundo a qual era preciso que a história construísse um método seguro para atingir o coração do acontecimento, fim último da narrativa histórica.

Assim como a historiografia viveu seu grande momento de produção de manuais que objetivavam estabelecer as regras de produção para a disciplina histórica, os manuais da redação dos grandes jornais foram pensados com o objetivo de realizar a mesma tarefa. Um processo de racionalização pelo qual passou o campo jornalístico afim de que esse também passasse a “ser reconhecido como um gênero de estabelecimento de verdade”⁴⁸. Importante notar que, embora sua elaboração tenha sido feita para sistematizar a produção na mídia impressa, acabou por influenciar todo o segmento de produção da notícia, aquilo que Ana Paula Goulart define como “mídia jornalística”. Tais manuais, mais do que estruturar a produção impressa, delimitaram padrões para a ordenação das ocorrências cotidianas em aspectos mais amplos. Eles estabelecem hierarquias valorativas sobre como as ocorrências deveriam ser apresentadas ao leitor, como veremos a seguir.

1.2.1 A construção de hierarquias sobre a dispersão: fato, pluralidade e veracidade

Os manuais surgem no jornalismo brasileiro nos anos 50, quando os jornais Diário Carioca (1951) e Tribuna da Imprensa (1953) lançaram os seus, respectivamente. Contudo, é somente nos anos 70 e 80 do século XX, que essa ordenação se delinea como mais nitidez nos jornais de grande circulação no Brasil.

⁴⁷ GOULART, Ana Paula. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: e-Papers, 2007, p. 15.

⁴⁸ GOULART, Ana Paula. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: e-Papers, 2007, p. 31.

As regras de redação supostamente retiravam do jornalismo noticioso qualquer caráter emotivo e participante. Para garantir a impessoalidade (e o ocultamento do sujeito da enunciação), impuseram-lhe um estilo direto (...) Se, antes, o jornalismo havia sido o lugar do comentário sobre as questões sociais, da polêmica de idéias, das críticas mundanas e da produção literária, agora, ele passava a ser o espelho da realidade⁴⁹.

Contudo, há uma primeira experiência de sistematização elaborada no jornal Folha de São Paulo, naquele momento ainda dividido nas três edições das “Folhas” (Folha da Manhã, Folha da Tarde, Folha da Noite) que ocorreu no final dos anos 40, quando José Nabantino – proprietário que antecedeu o grupo Frias-Caldeiras na direção do Jornal – lançou um conjunto de ações responsáveis pela concretização de dois aspectos capitais na postura do jornal, os quais perduraram na administração seguinte: a definição do jornal como veículo empresarial voltado para a classe média e a padronização das primeiras normas da redação, no que ficou conhecido como *Programa de ação das Folhas*, publicado no jornal Folha da Manhã, em 17 de julho de 1948. Nele tornava-se explícita a intenção do jornal em separar radicalmente opinião de informação:

Em razão dos diferentes aspectos da atividade jornalística, devem considerar-se separadamente a informação, a opinião, a colaboração e as fontes de receita⁵⁰.

O desafio colocado nessas normas era, sobretudo, organizar o trabalho jornalístico de forma a torná-lo capaz de produzir uma mercadoria racionalizada que atingisse um público cada vez mais amplo. Mesmo que não tenham sido reconhecidos como pioneiros, os manuais do jornal Folha de S. Paulo⁵¹ se caracterizam por uma

⁴⁹ GOULART, Ana Paula. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Idem.

⁵⁰ PROGRAMA DE AÇÃO DAS FOLHAS. Folha da Manhã, 13 de julho de 1948 in MOTA, Carlos Guilherme & CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impres, 1981, p. 134.

⁵¹ O primeiro manual da Folha foi lançado em 1984 no momento de reestruturação e modernização do Jornal. Sua inspiração vinha dos Estados Unidos, em experiências que circulavam desde os anos 50. O manual se inseria dentro do projeto maior do jornal, lançando em 1981, cujo objetivo era estruturar e

peculiaridade: tornaram-se produtos que circularam para um público amplo, situado muito além das redações dos jornais. Juntamente com o projeto Folha, foram apontados como exemplos de racionalização para o jornalismo brasileiro contemporâneo nos anos 80.

Estes manuais esboçam um conjunto de formulações que procuram não somente racionalizar a prática jornalística, mas, sobretudo, pretendem exercer um controle rigoroso sobre a produção das notícias. Uma tentativa de sistematização que autoriza o jornal a conceder uma reflexão sobre as ocorrências cotidianas como se essa, por estar submetida a um conjunto normativo, tivesse a força da verdade pronunciada. Ao divulgar suas estratégias de tratamento sobre eventos e informações, o jornal procurava se apresentar como um lugar de interdição e autoridade, e, por outro lado, anuncia-se como veículo que conceda a informação de forma “transparente”, conceito que se tornará capital na campanha de credibilidade desencadeada a partir da segunda metade dos anos 80. No primeiro projeto editorial, do ano de 1981, a Folha afirmava que:

O objetivo de um jornal como a **Folha** é, antes de mais nada, oferecer três coisas ao seu público leitor: *informação correta, interpretação competente* sobre essa informação e *pluralidade de opiniões* sobre os fatos.⁵²

A despeito de o jornal admitir que – “embora seja quase sempre impossível atingir a neutralidade absoluta. Ao contrário, isso é raramente factível”⁵³ – o tripé informação correta, interpretação competente e pluralidade pretende conceder autoridade ao seu lugar de fala e legitimidade ao seu produto, já que considerava que

sistematizar o trabalho na redação, além de fornecer os fundamentos conceituais para a produção das notícias e informações veiculadas pelo jornal o que foi, de certa forma, aplicado ao grupo no decorrer dos anos 90 e 2000. Posterior ao manual de 1984, a Folha lançou mais 3 versões (1987, 1992, 1997) nos quais realizou algumas modificações em verbetes, acrescentando ou retirando alguns. Seus princípios básicos podem ser percebidos em alguns elementos do Programa de Ação das Folhas, de 1948 e nas “Normas de Trabalho da Divisão da Redação, de 1959, elaborados por José Nabantino, terceiro proprietário do Jornal, antes de ser vendido ao grupo Frias-Caldeira em 1962. Sobre os percursos de constituição do Jornal e sua transformação em um grupo de mídia entre as décadas de 80, 90 e 2000, Cf. MOTA e CAPELATO: 1980, TASCHNER: 1992 e FREITAS: 1999, mencionados anteriormente.

⁵² *Projeto editorial de 1981 – A Folha e alguns passos que é preciso dar*. Folha Online – Círculo Folha – Projetos Editoriais, cap. no end.

http://www1.folha.uol.com.br/fofha/circulo/projeto_editorial.htm em 26/09/2007.

⁵³ *Projeto editorial de 1981 – A Folha e alguns passos que é preciso dar*. Idem.

“tomadas em seu conjunto” estes pressupostos funcionavam “como uma reprodução mais ou menos fiel da forma pela qual as opiniões existem e se distribuem no interior da sociedade”⁵⁴. Ao se apresentar como recurso de mediação necessário entre os eventos e seus leitores, o jornal constrói sobre sua atuação uma competência interpretativa que o autorizava a franquear uma dada apresentação sobre as ocorrências cotidianas; colocasse, assim, como o próprio agente autorizado a falar sobre o que acontecia. Vejamos:

As edições devem conter informações úteis para o esclarecimento do leitor, mas para a sua vida concreta, prática. As pautas devem explorar os temas que mantenham relação real e imediata com a vida. (...) É fundamental que os textos partam sempre do pressuposto de que o leitor não está familiarizado com o assunto e pode nunca ter lido sobre ele antes. Tudo deve ser explicado, esclarecido e detalhado - de forma concisa e exata, numa linguagem tanto coloquial e direta quanto possível⁵⁵.

Ou ainda:

É preciso que o jornalista considere ainda que o simples ato de publicar uma acusação pode transmitir aparência de veracidade, o que implica uma espécie de julgamento a priori com a chancela do jornal. Para evitar prejulgamentos e execrações⁵⁶.

Nas citações acima, quero destacar dois pontos: primeiro, logo de saída, há um conjunto de elementos que tentam direcionar a maneira sob a qual os leitores terão acesso à informação nesse caso, institui-se formas de interdição que visam controlar a elaboração de sentidos sobre a notícia, pois, ao serem estabelecidas formas de apresentação e “esclarecimento” a informação é, como chama atenção Foucault, “selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm

⁵⁴ *Projeto editorial de 1981 – A Folha e alguns passos que é preciso dar*. Idem.

⁵⁵ *Projeto Editorial 1985-1986, julho de 1985 – Novos rumos depois da democratização*. Folha Online – Círculo Folha, cap. no end.

http://www1.folha.uol.com.br/fofha/circulo/projeto_editorial.htm em 26/09/2007.

⁵⁶ *Projeto Folha 1997* in Manual da Redação. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 27.

por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”⁵⁷.

Embora o projeto Folha comece a ser implantado em princípios dos anos 80, tal prerrogativa já era considerada nas décadas anteriores, mesmo que em um caráter menos sistemático. Isso será particularmente percebido quando forem analisado os processos de escritura dos acontecimentos em torno do Golpe, em março de 1964, nos quais há uma clara intenção de condução *apriorística* de significados das ocorrências desencadeadas naqueles dias.

Em segundo lugar, aparece de forma contundente o binômio verdadeiro-falso. A própria divulgação pressupõe o princípio da veracidade, daí o projeto advertir para os perigos de qualquer conteúdo que não esteja devidamente comprovado. Dessa maneira, parte-se sempre da afirmação do jornal como lugar de verdade, que acaba por exercer um forte poder de coerção social, uma vez que “o simples ato de publicar (...) pode transmitir aparência de veracidade”.

O postulado da veracidade, por sua vez, ampara-se na idéia de fato trabalhada pelo recurso, ou mais precisamente de “fidelidade aos acontecimentos”⁵⁸. Embora esse tema já tenha sido bastante discutido no campo comunicacional, irei retomá-lo para demonstrar que ele se manifesta como questão central na compreensão dos eventos narrados pelo jornal.

Voltemos novamente à citação de Nilson Lage; uma vez que a notícia é uma ordenação sistematizada de fatos, como tal elemento é pensado? Entre o Programa de Ação das Folhas de 1948 e até o mais recente manual da Folha, atualizado em 2001, houve pouca mudança nessa definição, vejamos:

As Folhas noticiam tudo (...). Não os inventam, não os omitem, não os alteram. (...) Sejam bons ou maus,

⁵⁷ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 09.

⁵⁸ PROGRAMA DE AÇÃO DAS FOLHAS. Folha da Manhã, 13 de julho de 1948 in MOTA, Carlos Guilherme & CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impres, 1981, p. 134.

agradem ou não a quem quer que seja, os fatos aparecerão sempre nas Folhas (...)⁵⁹.

No manual de 1984, destaca que:

Fatos – São a matéria-prima de qualquer tipo de jornalismo. É mais valioso revelá-los do que relatar declarações a respeito deles; é mais importante noticiá-los do que interpretá-los⁶⁰.

O verbete foi mantido nos manuais da Folha de São Paulo de 1987 e 1992, sendo excluído de 1996. Contudo, o pressuposto de um fato ideal a ser alcançado e revelado, o significante original, fundador de significados, é reafirmado nas quatro versões, quando o verbete notícia é apresentado, como por exemplo, no manual atualizado em 2001.

Notícia: puro registro dos fatos sem opinião. A exatidão é o elemento-chave da notícia, mas vários fatos descritos com exatidão podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir ou inserir uma informação no texto pode alterar o significado da notícia. Não use desses expedientes⁶¹.

Desta maneira, a notícia é organizada em um claro estabelecimento de hierarquização cujo conceito fundador “fato” figura como elemento predominante em um sistema de significação que tenta enquadrar a construção narrativa em limites de significados definidos. Tal constatação pode ser percebida na diferenciação feita entre “fato espontâneo”, “fato construído” e “notícia plantada”, realizada no manual de 1996. Questões, que segundo o manual, devem ser objeto de atenção para o jornalista, uma vez que se intercalam a “ordem natural dos fatos⁶²” e uma necessidade de elaboração de

⁵⁹ PROGRAMA DE AÇÃO DAS FOLHAS. Idem.

⁶⁰ *Manual Geral da Redação*. São Paulo: Folha/ Lis 1ª. 1984, p. 39.

⁶¹ *Manual da Redação*. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 88.

⁶² *Manual da Redação*. São Paulo: Publifolha, 2001, Ibidem, p. 24.

fatos por pessoas, instituição ou grupos com “o objetivo de conseguir sua entrada na mídia”. Contudo, adverte que um fato “construído não quer dizer, no entanto, que ele seja menos verídico ou real que outros”⁶³.

É preciso chamar atenção para que ao mencionar o “fato construído” não é ao seu caráter de elaboração narrativo ou discursivo que o recurso se refere, mas sim, a uma ação deliberada, desencadeada com fins de ser noticiada no jornal. Mantém-se, portanto, a prerrogativa do fato como verdade primeira que, embora possa estar circundada por uma série de interpretações, ou versões, já que “todo fato comporta mais de uma versão”, será sempre em nome de seu conhecimento que o jornal deverá primar para que se registre “sempre todas as versões para que o leitor tire suas conclusões”⁶⁴.

A definição acima ganhou espaço, sobretudo, quando o discurso acadêmico passa a interferir e estabelecer regras para elaboração de notícias. Implantam-se regras de editoração e redação e a produção de notícias passa a ser colocada sob a égide da racionalidade dos cursos e sua elaboração se torna objeto de intensos debates. Na verdade, a preocupação com o controle e a organização do campo, sob forma de uma educação superior, começa a ser pensada ainda nos anos 30, quando do governo Vargas, sendo efetivada posteriormente através do decreto 5.480 de 1943, que criou os cursos de jornalismo com a exigência de diploma.⁶⁵ Todavia tal regulamentação jamais foi um ponto pacífico entre os próprios jornalistas que se dividiam entre aqueles que continuavam achando que a formação pragmática continuava a ser muito mais importante que a acadêmica. A despeito disso, como ressalta Marco Roxo,

O termo *profissional* ia sendo cunhado no jornalismo em oposição a uma tradição intelectual e literária herdada da velha imprensa, no qual o jornalista fazia do seu ofício uma *missão*. O caráter generalista presente no exercício profissional foi substituído (...) pelo de um jornalista com o perfil múltiplo, embora possamos questionar o grau de oposição destes termos. A visão do jornalista como um profissional dotado de vasta cultura e múltiplas habilidades facilitaria este agente trabalhar em qualquer

⁶³ *Manual da Redação*. São Paulo: Publifolha, 2001, Idem.

⁶⁴ *Manual da Redação*. São Paulo: Publifolha, 2001, Ibidem, p. 39.

⁶⁵ ROXO, Marco. *Jornalistas, pra quê? militância sindical e o drama da identidade Profissional*. Niterói: UFF, tese de doutorado. Versão PDF, 2007, p. 79.

área da comunicação, interligadas no currículo por uma nova disciplina, a teoria geral da informação⁶⁶.

Difunde-se a idéia que é possível realizar a separação radical entre opinião e fato desde que o profissional se resguarde de certos procedimentos que deverão orientar sua atuação sobre os eventos, repete-se a idéia de um dado real e verdadeiro a ser relatado. O jornalista deveria se “limitar” a apresentar os fatos ao leitor. Tomado como a matéria-prima na construção das notícias, a conceito funciona como o porto-seguro da informação, a existência concreta que dá legitimidade e aceitação à produção noticiosa, posto que apresentar fatos concretos é a questão central de todo o trabalho. Como adverte o Manual da Folha de 1992, revelá-los e apresentá-los deve ser o objetivo de qualquer jornalista, pois:

Quem busca profissionalmente a notícia deve valer-se de uma série de procedimentos que tornam sua apuração mais confiável e seu relato mais exato. Deve estudar o assunto que vai cobrir, observar cada detalhe com atenção e distanciamento, empenhar-se em identificar os vários lados implicados em cada situação, tomar notas e sempre que possível fazer gravações. Fatos, porem, são mais forte que declarações⁶⁷.

Para Bourdieu⁶⁸ essa discussão entre notícia e opinião ajudou a formular o próprio campo jornalístico no Século XIX, e, nesse sentido, esse era o “lugar de uma oposição de duas lógicas e dois princípios de legitimação”: “o reconhecimento pelos seus pares, concedido aos que reconhecem mais completamente os ‘valores’ ou princípios internos e o reconhecimento pela maioria”. Segundo o jornalista Odylo Costa Filho, em entrevista à Folha em 1979, deveria se elaborar “um jornal que fosse indispensável tanto para a empregada doméstica quanto para a patroa”⁶⁹.

⁶⁶ ROXO, Marco. *Jornalistas, pra quê? militância sindical e o drama da identidade Profissional*. Ibidem. p. 88.

⁶⁷ *Novo Manual da Redação*. São Paulo, Folha de S. Paulo, 1992, p. 27.

⁶⁸ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, os. 104 e 105.

⁶⁹ Depoimento de Odylo Costa Filho a Gilberto Negreiros. *Uma nova imagem do governo JK – Dossiê História da Imprensa*. FOLHA DE S. PAULO, 11 de janeiro de 1979, Folha Online, Almanaque, cap. no end.: http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_home.htm

Precisamos de maior empenho na realização de um jornalismo didático e de serviço, assim como de mais velocidade no processo de especialização profissional. Cada texto publicado na **Folha** deve ser claro e explicativo o bastante para ser lido com utilidade pelo leigo, sofisticado o bastante para ser lido pelo especialista e enriquecido sempre por uma dimensão de serviço que o fará lido por ambos⁷⁰.

A definição da notícia como sendo “o puro registro dos fatos, sem opinião”⁷¹ presente nos quatro Manuais da Redação da Folha, ainda permanece assentada em uma qualificação clássica de ordenação do processo cognitivo que separa sujeito e objeto do conhecimento em lados distintos. Nesse caso, o fato a ser descrito pelo jornalista deve ser vislumbrando com o necessário distanciamento, pois “o jornalista deve se abster de opinar ou emitir juízos de valor ao relatar um fato ou redigir uma notícia”⁷².

Estimula-se a idéia de um objeto do conhecimento, ou seja, o fato apurado, que irá atuar sobre o jornalista fazendo com que a notícia, produto desse conhecimento que se torna quase o reflexo, ou cópia do objeto relatado. Essa conduta baseia-se em dois grandes paradigmas ocidentais: a filosofia platoniana, para a qual “o conhecimento absoluto (da verdade, da justiça, da melhor política) é possível em suas formas mais puras e pode ser apurado mediante discussão filosófica” e os argumentos cristãos, para os quais “a palavra Deus é a Verdade”⁷³.

Com o pressuposto da verdade, necessariamente, agrega-se à notícia uma pretensão de objetividade e isenção como categorias intrínsecas ao trabalho jornalístico; demarcações fundamentais, pois, constrói-se uma idéia de informação legítima. Certamente, não é somente a evocação do princípio da verdade que interessa nessa produção, uma vez que cada regime disciplinar se estrutura tendo como ponto de partida tal elemento, mas é principalmente, a construção do meio de comunicação como instituição produtora de verdade e que, a partir disso, tenta conduzir a forma sob a qual o conhecimento sobre as ocorrências imediatas são distribuídas na sociedade. Como

⁷⁰ *Projeto Editorial 1985-1986, julho de 1985 – Novos rumos depois da democratização*. Folha Online – Círculo Folha, cap. no end.

http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto_editorial.htm em 26/09/2007.

⁷¹ *Manual da Redação*. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 88.

⁷² *Novo Manual da Redação*. São Paulo, Folha de S. Paulo, 1992.

⁷³ JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Editora Contexto, 2001, p. 55

adverte Foucault, “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos (...) uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”⁷⁴, como se pode constatar no projeto editorial de 1984:

Por interpretações competentes a respeito dos fatos entendem-se os comentários e análises redigidos por profissionais que, conforme os critérios adotados pelo jornal aliam o domínio sobre uma determinada área do conhecimento ou da atividade humana ao domínio sobre a técnica de escrever, combinando em seus textos ambas as habilidades⁷⁵.

O recurso pretende construir uma rede de controle sobre formas distintas do conhecimento, a fim de se apresentar como o lugar no qual todos podem se realizar, sendo, contudo, ordenados “conforme os critérios adotados pelo jornal”. No espaço dessas ordenações o quesito objetividade se manifesta como elemento tenso e contraditório. Os manuais da Folha mantêm desde 1984 o verbete objetividade definido por uma espécie de contra-argumentação, afirmando que:

Não existe objetividade em jornalismo. Ao redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções⁷⁶.

Todavia, no mesmo verbete, agora no manual atualizado em 2001, o jornal reproduz o texto do manual anterior realçando que: “para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza”⁷⁷.

⁷⁴ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 18.

⁷⁵ PROJETO FOLHA, 1984. documentos online - retirados de site Folha On-Line – Círculo Folha – Projeto Editorial http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto_editorial.htm em 26/09/2007

⁷⁶ *Manual Geral da Redação*. São Paulo: FOLHA/ LIS 1ª. 1984, Op. Cit. 61.

⁷⁷ *Manual da Redação*. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 45.

Há, por conseguinte, um conflito entre uma série de aspectos na produção moderna da notícia, a começar pela própria legitimidade do produto como mercadoria simbólica, cuja aceitação está diretamente ligada à sua possibilidade de apresentar “fatos concretos” do cotidiano. Nesse caso, recorre-se ao estatuto, segundo o qual o jornalismo é por excelência lugar de formação de opinião pública, já que, segundo o Manual da Folha “sua força se mede pela capacidade de intervir no debate público e, apoiado em fatos e informações exatas e comprovadas, mudar convicções e hábitos. Mede-se ainda pelo número de exemplares que vende”⁷⁸.

Em 2001, quando a Folha completou 80 anos, a Jornalista Ana E. de Sousa Pinto⁷⁹ avaliava que este foi, sem dúvida, o ponto mais polêmico do projeto Folha, o de assumir-se publicamente como produto de mercado, ao mesmo tempo em que, na visão da jornalista, causou uma verdadeira revolução entre os demais veículos de comunicação por se apresentar como jornal isento, apartidário e profissional respaldado pelo projeto; o que reforça, em aspectos implícitos, que o ideal da objetividade que seria garantido tanto pela implantação das rigorosas normas, como por uma total intolerância com aqueles que não se enquadrassem aos padrões da técnica.

(...) Ainda há um número considerável de jornalistas cuja qualificação profissional não está à altura das exigências colocadas pelo Projeto da **Folha**. Não há tempo nem condições materiais para *adestrá-los* e *prepará-los adequadamente*; terão que ser substituídos. A empresa terá que investir para viabilizar essas substituições e para remunerar melhor a maioria que permanecerá⁸⁰.

Todavia, sustentar a idéia de uma objetividade pura, em meio aos vários processos de conformação pelos quais passa a notícia, seria ignorar a própria ordenação do campo midiático o que, atualmente, é inconcebível, haja vista o reconhecimento dos limites que o demarcam.

⁷⁸ *Novo Manual da Redação*. São Paulo, Folha de S. Paulo, 1992, p.17.

⁷⁹ PINTO, Ana Estela de Sousa. *Projeto Folha inicia jornalismo moderno - "Manual da Redação" é um dos elementos da renovação do jornal in FOLHA 80 ANOS*. Folha Online, cap. do endereço <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/> em 27/09/2007.

⁸⁰ *PROJETO FOLHA, 1984*. documentos online - retirados de site Folha On-Line – Círculo Folha – Projeto Editorial http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto_editorial.htm em 26/09/2007

Por outro lado, abrir mão totalmente de tal preceito representaria colocar em xeque o lugar do próprio jornalismo como produtor de relatos fidedignos do real. Para suprir a clara fragilidade que o termo objetividade assume diante das pressões postas pelo universo no qual os recursos midiáticos se inserem, elege-se como meta o princípio do pluralismo:

Pluralismo – princípio editorial da Folha. Numa sociedade complexa, todo fato se presta a interpretações múltiplas, quando não antagônicas. O leitor da Folha deve ter assegurado seu direito de acesso a todas elas. Todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estar representadas no jornal⁸¹.

Essa conduta atuaria como resposta ao problema das “posições pessoais, hábitos e emoções” que inevitavelmente interfeririam no processo de sistematização dos fatos. Porém, há na proposta uma dupla problemática: primeiro confundir polissemia interpretativa com conduta plural, sobretudo, quando se considera que o próprio recurso parte de um dado lugar social, portanto, apresenta-se como mercadoria. Segundo, imaginar que trazer a tona um fluxo ininterrupto de informação sobre um dado evento seria oferecê-lo a partir de todos os seus ângulos, principalmente, ao ponderarmos que os ângulos apresentados são conformados por elementos que nada têm a ver com o evento narrado, já que há sempre um enquadramento subjacente associado a interesses postos em um dado momento.

O princípio carrega em si o mesmo ideal do anterior, pois, se a postura objetiva não poderia ser alcançada como sendo produto de um único relato, pretensão sempre malograda, o pressuposto do pluralismo parece querer sugerir que por trás da poeira de todas as “múltiplas interpretações”, assegurar-se-ia a verdade cumulativa, cujo somatório viria a construir um ponto de isenção e imparcialidade ideal. Ambição que remete, por sua vez, àquelas ensejadas pela própria concepção histórica historicista e à crença em uma verdade histórica progressista.

Ou, de outra forma, a intenção de uma posição supra-ideológica que seria alcançada pelo jornal, simplesmente, pelo fato de considerar que, a partir da

⁸¹ *Novo Manual da Redação* de 1992; 2ª. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992 p. 20.

implantação de seus projetos editoriais, toda “ideologia política deveria ceder lugar à formulação de uma ideologia jornalística”, afirma a jornalista⁸², como se fosse possível a formulação de uma “ideologia jornalística” compreendida como um lugar acima de todas as outras ideologias, uma espécie de campo livre das influências sociais e políticas. Princípios norteadores do pensamento do historicismo metódico; aquele que preconizava a idéia de uma verdadeira depuração do acontecimento histórico a partir da aplicação de uma rigorosa abordagem metodológica.

Em suas quatro versões, o manual da redação do jornal Folha de São Paulo, ao apresentar o verbete “o outro lado”, orienta o “relato” da notícia para que se encontre o “fato comprovado, relevante e novo”, reafirmando que, “todo fato comporta mais de uma versão”⁸³. Em 1987, acrescenta que “a Folha deve sempre tentar ouvir todas as possíveis versões de um fato”⁸⁴, para que, finalmente, segundo o Manual de 1992, “o leitor tire suas conclusões”⁸⁵.

Nesse ponto, abre-se uma linha em busca de legitimidade entre o veículo enunciador da informação, construtor da narrativa, com o receptor de seu produto. O chamamento para que o leitor atue como mediador final sobre o acontecimento/notícia visa dar caráter de transparência ao jornal, como se o seu papel fosse, tão somente, o de relator dos fatos, como nos demonstra o seguinte trecho:

Faz parte da filosofia editorial da Folha poupar trabalho a seu leitor. (...) O jornal deve relatar todas as hipóteses sobre um fato em vez de esperar que o leitor as imagine. Deve publicar cronologias, biografia e mapas em vez de supor que o leitor vá recordar ou pesquisar por conta própria. Deve explicar cada aspecto da notícia em vez de julgar que o leitor esteja familiarizado com eles. Deve organizar temas de modo a que o leitor não tenha dificuldade de encontrá-los ou lê-los⁸⁶.

⁸² PINTO, Ana Estela de Sousa. *Projeto Folha inicia jornalismo moderno - "Manual da Redação" é um dos elementos da renovação do jornal in FOLHA 80 ANOS*. Folha Online, cap. do endereço <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/> em 27/09/2007.

⁸³ *Manual Geral da Redação*, Folha de São Paulo 1984; 1ª, São Paulo: Folha de S. Paulo, 1984, p. 64.

⁸⁴ *Manual Geral da Redação*, Folha de São Paulo 1987; 2ª. : São Paulo: Folha de S. Paulo, 1987, p. 118.

⁸⁵ *Novo Manual da Redação*. 1992; 2ª. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992, p. 39.

⁸⁶ *Novo Manual da Redação*. 1992; 2ª. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992, p. 19.

Todo o trabalho de sistematização da notícia se estabelece como uma tentativa de controlar os usos do leitor sobre a informação veiculada, o que de certa maneira acaba por expor a fragilidade do princípio da pluralidade. Embora se parta da idéia de que todas as versões estão disponíveis para que o leitor, por si mesmo, realize seu trabalho de reflexão sobre o que lhe informado, há um trabalho constante de interdição e ordenação sobre o conteúdo disponibilizado.

Tais elementos funcionam como recursos para a ordenação das ocorrências cotidianas; visam construir uma dada lógica sobre a dispersão. São escolhas realizadas antes mesmo que tais ocorrências se configurem no espaço público como experiência. É preciso destacar que, mesmo assim, elas não conseguem controlar todos os percursos de apropriação ou mesmo de outras formulações dos eventos a partir de sua eclosão na cena pública. Isso permite que falemos em uma contínua tensão pela disposição de sentidos e significados que nunca se completa em sua fase inicial.

O que tentei demonstrar foi, portanto, que para a realização da escrita de ocorrências na cena pública, o veículo de comunicação se ampara em um repertório de conceitos que definirão, em parte, como as ocorrências serão selecionadas e significadas a partir de sua efetivação. Mas agora, pode-se perguntar: uma vez que a ocorrência se apresenta recortada a partir de tais pressupostos, que novos elementos possibilitarão que ela deixe de ser uma simples notícia e passe a figurar no rol de ocorrências emblemáticas? Terá o veículo interferência nessa passagem?

1.3 A inscrição: as familiaridades da notícia – a operação prepara o acontecimento para ser história

Até aqui, realizei a reflexão sobre três aspectos que considero como fundamentais no processo de escritura da operação midiográfica: as definições de fato, veracidade e pluralidade. Por sua vez, cada um desses elementos comporta outra série variada de elementos que serve para ordenar as ocorrências cotidianas em hierarquizações complexas de conteúdos que irão tornar as notícias possíveis acontecimentos emblemáticos na etapa seguinte da inscrição, quando os eventos serão tratados como resíduos e monumentos em uma dada sociedade.

Organiza-se, por assim dizer, uma escritura do imediato que significa as ações cotidianas em sistemas de conformações ideológicas, lingüísticas e sociais. Contudo, tal ordenação nunca ocorre em via única. Os meios de comunicação partilham com seus usuários de um arcabouço cognitivo e pragmático que se situa na própria materialidade das relações cotidianas.

Portanto, nesse ponto, destaco alguns dos componentes que acabam por conceder aos eventos uma ordenação mais profunda de sentidos que possibilitarão que parte dessas notícias se destaquem das demais e se tornem possível objeto de uma inscrição futura. São conformações que atuam diretamente sobre aspectos de significação temporal. Tornam-se objeto de distensão entre o passado, presente e futuro. Toda notícia, carrega, portanto, uma tripla temporalidade; é o que irei tentar discutir nesse ponto.

Em toda produção da notícia, há elementos que acentuam a tensão presente em sua formulação e a evanescência/permanência de seus conteúdos no tempo. Nesse caso, configuram-se categorias temporais ordenadas nessa produção de maneira a influenciar para que um dado evento consiga transpor a condição de efemeridade e se situe como objeto de apropriação para além do momento de sua “acontecência”. Dessa forma, irei enfrentar aqui o problema da definição de acontecimento, que, como veremos, é bastante diferente do conceito de fato.

É preciso distinguir três momentos chave nesse percurso: o primeiro é aquele a que me reporte anteriormente, quando se mantém um palco preparado para enquadrar e significar as ocorrências cotidianas e há, portanto, uma predisposição interpretativa que se antecipa ao evento. É o tempo e o mundo das estruturas de agenciamento que se organizam antes da acontecência, que no futuro tornar-se-á a protagonista da construção narrativa. Pode-se dizer também que esse momento é influenciado pelo regime de historicidade que ajuda a explicar, em parte, as produções de sentidos que recairão sobre o objeto.

O segundo é o espaço da imprevisibilidade, o momento no qual o evento se manifesta na cena pública, ou seja, a matéria prima do inesperado, aquilo que “provoca um corte na trama dos nossos hábitos, das nossas rotinas diárias, dos nossos projetos,

das nossas recordações⁸⁷. O lugar da existência material e a circunstância do tempo específico da ocorrência.

O terceiro momento é aquele no qual o evento é aprisionado em um, ou vários ciclos que ordenam significados diversos sobre ele; torna-se, por conseguinte, acontecimento conceitual, acontecimento midiático – e dependendo de suas apropriações, acontecimento emblemático ou histórico – marcado por disputas de qualificação que fazem com que recaiam sobre ele diversas outras temporalidades e sentidos. É quando o que é surpreendente perde sua excepcionalidade, sobretudo, porque múltiplas relações causais começam a ser associadas a ele, numa tessitura geradora de sentidos no tempo, “uma narrativa que integra o acontecimento num ‘todo contextual’”⁸⁸.

Aqui irei tratar das maneiras como o jornal trabalha com idéias gerais de acontecimentos e como isso está previsto em seus manuais, ou seja, os elementos de qualificação utilizados para se referir a determinados “modelos” de acontecimento universais que são previamente qualificados. Portanto, passarei a analisar como o Jornal qualifica o Golpe de 1964. O momento de implantação do Projeto Folha e de seus manuais coincide exatamente com a mudança de postura do jornal diante do evento⁸⁹.

Com isso estou querendo chamar atenção para o fato de esse processo de racionalização não ocorre de maneira homogênea. Até meados de 1970, o jornal realizava procedimentos para a qualificação das ocorrências narradas em suas páginas, inspirado no programa de ação das Folhas lançando por José Nabantino em 1948; logo, mesmo antes dos manuais, já havia um conjunto pragmático de sistematização em funcionamento. Porém, não se pode negar que uma teorização mais aprofundada só ocorre nos manuais que são produzidos nos anos de 1980, exatamente quando o golpe de 1964 já é lido como ocorrência emblemática. O golpe passa então a ser tomado como uma ocorrência exemplificadora dentro do próprio manual e sobre como os jornalistas deveriam se referir a eventos similares; na verdade, com o golpe deparamo-nos com uma tipificação de acontecimento político. É quando também a Folha se engaja na

⁸⁷ RICOEUR, Paul. *Événement et sens*, in *Raisons Pratiques*, No. 02, *l'événement en perspective*, Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1991, p. 41-55.

⁸⁸ RABELO, José. *Os acontecimentos midiáticos como actos de palavra*. Servilha: Revista científica de informação e comunicação, no. 03, 2006. p. 20.

⁸⁹ A mudança de atitude do jornal frente ao acontecimento será analisada por mim, no terceiro capítulo dessa tese, quando refletirei sobre os jogos de memória e esquecimento na produção do acontecimento emblemático.

defesa de outro acontecimento que será capital para que ela própria inscreva seu papel como veículo defensor da democracia; estou me referindo à campanha das Diretas, em meados dos anos 80.

A campanha Diretas-Já faz parte da história brasileira. Faz parte, também, da história da Folha, que aderiu à campanha em novembro do ano passado e foi o primeiro grande meio de comunicação a fazê-lo. De novembro até a votação da emenda Dante de Oliveira, em abril, o jornal experimentou uma mobilização interna sem precedentes. Externamente, disseminou e consolidou o prestígio público acumulado nos anos anteriores. Impôs-se, ao país inteiro, como uma das principais forças formadoras de opinião pública. Conquistou um importante crédito de confiança junto à sociedade civil. Antes da campanha, era difícil ignorar a Folha; depois dela, tornou-se impraticável⁹⁰.

Com o episódio das Diretas, o jornal consegue desvincular quase totalmente sua imagem do acontecimento de 1964. Vinte anos mais tarde, no projeto editorial de 1984, como constado acima, marca-se uma separação entre sua memória de apoio ao Golpe e de defensora da democracia. Mas voltemos à questão de como o golpe é apresentado em seus manuais: Vejamos como o jornal aborda a partir de três verbetes exemplares:

Ditadura – use com critério este termo para designar a dominação de uma sociedade por uma pessoa ou um pequeno grupo. É melhor qualificar regimes autoritários de forma objetiva: governo militar; regime cujo presidente está no poder a 25 anos; regime de partido único. Não use a expressão ditadura militar nem revolução de 64 para designar o movimento militar ocorrido no Brasil naquele ano⁹¹.

⁹⁰ PROJETO FOLHA - 1984. Documentos online - retirados de site Folha On-Line – Círculo Folha – Projeto Editorial http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto_editorial.htm em 26/09/2007.

⁹¹ *Novo Manual da Redação*. 1992; 2ª. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992, p. 70.

Movimento militar – O de 1964 no Brasil, deve ser designado por essa expressão, e não por ditadura ou Revolução⁹².

Revolução de 64 – Não use esta expressão para designar o movimento militar que ocorreu no Brasil naquele ano⁹³.

A partir dos verbetes o acontecimento é submetido a uma tentativa de despolitização que tenta retirar-lhe o potencial de divergência e tensão, já que “é melhor qualificar regimes autoritários de forma objetiva”. Nesse caso, predomina a idéia de acontecimento, cujo núcleo central se constitui em “fatos concretos” e que devem ser tratados como dados a serem revelados. Imprimir-lhe a ilusão de acontecimento puro, não conceituado, pois, defini-lo por conceitos como ditadura ou revolução seria situá-lo em algum pólo da discussão. Contudo, a escolha pelo termo “movimento militar”, embora aparente uma pretensa neutralidade, claramente favorece a atuação dos militares, posto que, minimiza política e socialmente os efeitos do evento.

Sua condição de produto fabricado, tornado mercadoria distribuída amplamente, reforça o trabalho de seleção feito em meio à infinidade de ocorrências cotidianas que, sem uma divulgação articulada em uma rede de significações, facilmente se perderia em meio ao caos acontecimental, como destaca o próprio manual da Folha em 2001:

São atitudes fundamentais que antecedem a elaboração da pauta, que é a seleção refletida dos fatos, que serão investigados pelos jornalistas, efetivamente publicados como notícia no jornal e transmitida organizadamente ao leitor⁹⁴.

Embora esse produto esteja sempre submetido a uma série de conformações que o fazem ser o que é, ao se dar ao mundo, que a notícia às vezes instaura um

⁹² *Novo Manual da Redação*. 1992. Ibidem, p. 92.

⁹³ *Novo Manual da Redação*. 1992. Ibidem, p. 108.

⁹⁴ *Manual da Redação*. 2001. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 19.

elemento de ruptura no cotidiano. É o momento no qual ela é vinculada como sendo o “fato comprovado, relevante e novo”⁹⁵; a ‘novidade’, que pode subverter continuidades, redefinir posições de poder em um dado contexto sócio-político, mas que também pode servir para reforçar lugares estabelecidos ou, simplesmente, tornar-se esquecimento conforme se desenvolvam seus processos de apropriação e construção de sentidos.

Os conteúdos vinculados demarcam e dão a ver formas de comportamentos na medida em que podem intermediar maneiras de percepção do real, bem como, efetivar a circulação de narrativas partilhadas em espaços histórico-culturais dispersos. Conforme destaca Bretas, “a maneira como jornais falam da cidade pode ser apreendida como um relato sobre o viver diário, demarcando lugares e acontecimentos (...) é capaz de agendar rotinas, sinalizando o tempo das práticas comuns (...)”⁹⁶.

A sistematização dos conteúdos jornalísticos se ampara em uma vontade de verdade que auxilia a construção de uma dada legitimidade social de seu discurso e de suas narrativas. Se os recursos se apresentam como lugares evocadores da verdade, elaboram para si, conseqüentemente, lugares de poder, uma vez que se manifestam como mecanismos autorizados a falar, assim como, interditar outras vozes. Todavia, a verdade pretendida por tais recursos visa transpor os domínios do momento de sua reflexão sobre os acontecimentos que narra, especialmente, quando estes colocam em cena aquilo que eles definem como sendo “fatos de incontestável interesse geral”, conforme define o mesmo manual;

[...] os acontecimentos que podem modificar as estruturas políticas, econômicas e culturais de uma cidade, de um país ou do mundo, afetando a história de uma comunidade, de um povo ou de toda a humanidade – como a queda do Muro de Berlim, o impeachment de um presidente, a eleição de um prefeito⁹⁷.

Deparamo-nos com uma vontade de verdade que se pretende histórica. Aquela que objetiva fundar marcos memoráveis e a instituir uma clara articulação

⁹⁵ *Novo Manual da Redação*. 1992; 2ª. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992, p. 27.

⁹⁶ BRETAS, Beatriz. *Interações cotidianas*, in GUIMARÃES, César e FRANÇA, Vera. *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 38.

⁹⁷ *Manual da Redação*. 2001. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 220.

temporal entre as tensões das ocorrências do presente e as orientações para o futuro. Efetiva-se ainda uma tentativa de significação sobre o passado, posto que, define padrões de representação histórica para as eventualidades que narra. Sua atuação trabalha não somente com a idéia de uma informação necessária ao presente, mas, como conteúdo que pretende direcionar referências futuras. A necessidade de atribuir a algumas circunstâncias cotidianas *status* de fenômenos memoráveis coloca em cena a pretensão de uma ordenação de um tempo que se situa além do presente. Exatamente por isso, o passado é evocado como elemento de legitimação ou justificativa para os eventos imediatos.

É dessa forma que se apela à chamada contextualização como elemento capital na instauração de uma dada condição de permanência temporal do evento narrado, capturando e agregando-o em uma rede de significação. Vejamos como o manual orienta o processo de contextualização:

Nenhuma pauta está completa sem que se desenvolva a relação dos fatos com contextos variados e pertinentes, a fim de oferecer ao leitor os nexos históricos, sociais, causais, estatísticos e culturais da notícia. Quando mais nexos a pauta for capaz de estabelecer entre as notícias e os assuntos mais rica será a reportagem. [...] Um maior número de nexos surgirá entre os fatos quanto maior for também o número de fontes de que se dispõe, sejam elas pessoas ou documentos⁹⁸.

A partir dessa prerrogativa, há um trabalho de seleção que transita entre acaso e controle. Diante da ilimitada avalanche de ocorrência que saturam o cotidiano, alguns eventos são selecionados e, por vezes, identificados por seu potencial de comoção e apelo social; mais do isso, são assim narrados, o que os transforma em um poderoso capital simbólico no jogo de disputas de poder e construção de memórias e marcos históricos.

Nesse jogo estabelece-se um movimento discordante/concordante que é contínuo. Como sustenta Ricoeur, tudo ocorre entre uma “necessidade retrospectiva” e

⁹⁸ *Manual da Redação*. 2001. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 23.

uma “contingência prospectiva”⁹⁹. Para Rabelo¹⁰⁰, em tal movimento o acontecimento é “simultaneamente explicável e explicativo”. Efetivando-se entre o contexto do passado e a tentativa de domínio sobre o futuro.

Explicável pela produção de histórias que origina. Explicativo pelo poder que transporta, enquanto revelador daquilo que ele (trans)forma, ou pode (trans)formar, nas pessoas e nas coisas¹⁰¹.

Por exemplo, segundo o manual da Folha¹⁰², a força de atuação do jornalismo seria sentida nomeadamente por sua “capacidade de intervir no debate público e, apoiado em fatos e informações exatas e comprovadas, mudar convicções e hábitos”¹⁰³. Desse modo, segundo o projeto editorial de 1997, os jornais contemporâneos funcionariam como “âncoras de referência geral” na contemporaneidade, uma vez que não adiantaria apenas “organizar a informação inespecífica, aquela que potencialmente interessa a toda a pessoa alfabetizada”, mas sim, “garantir seu trânsito em meio à heterogeneidade de um público fragmentário e dispersivo”¹⁰⁴.

Certamente nesse amálgama subsistem interesses diversos, destacando-se o próprio lugar social exercido por um veículo como a Folha de São Paulo e o seu auto-reconhecimento como produtor de um conteúdo que é vendido a partir de uma lógica mercadológica rígida, o que o situa ideologicamente em seu meio. Em 1997, o jornal adverte que exerce sua função com um profissionalismo independente, “submetido apenas às forças de mercado”¹⁰⁵.

Para o jornal, nas duas últimas décadas do século XX, a “dualidade política foi substituída pelo consenso”, posto que, “uma só superpotência impôs seu domínio ao mundo”.¹⁰⁶ Nesse caso, a defesa do Grupo do capital e do mercado é tão contundente

⁹⁹ RICOEUR, Paul. *Événement et sens*, in *Raisons Pratiques*, No. 02, *l'événement en perspective*, Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1991, p. 50

¹⁰⁰ RABELO, José. *Os acontecimentos midiáticos como actos de palavra*. Servilha: Revista científica de informação e comunicação, no. 03, 2006. p. 21.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² *Novo Manual da Redação*. 1992; 2ª. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992, p. 17.

¹⁰³ *Manual da Redação* 2001. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 15.

¹⁰⁴ *Manual da Redação* 2001. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 15.

¹⁰⁵ *Manual da Redação* 2001. São Paulo: Publifolha, 2001, Ibidem, p. 13.

¹⁰⁶ *Manual da Redação* 2001. São Paulo: Publifolha, 2001, Ibidem, p. 10

que aqueles vislumbra como estágio último do desenvolvimento econômico e social humano, vejamos:

Com pouca variação de grau, há uma só receita econômica (o mercado) uma só fórmula institucional (a democracia), num mundo que tende inevitavelmente à “globalização. Pois não se trata de um sistema estanque, mas que se propõe a enquadrar toda diversidade étnica ou cultural num mesmo modelo, já batizado como “fim da história”, desde que cumpridos os preceitos da livre competição e da técnica¹⁰⁷.

O breve trecho nos dá a ver uma visão temporal claramente linear e teleológica, sendo o capitalismo o estágio final em um processo que “tende inevitavelmente à ‘globalização’”. Sua defesa aberta de uma ideologia liberal-capitalista evidencia uma idéia de fim de processo histórico, sendo, necessário apenas corrigir distorções pontuais que se apresentam nessa conjuntura. Embora não possamos desconsiderar a importância fundamental que essa visão de mundo exerce sobre a forma que esse grupo de mídia constrói e difunde suas informações, não é menos importante considerar que sua ação o insere em um sistema de pensamento mais abrangente de significação que ordena percepções sobre o tempo que são bastante complexas.

Pode-se dizer que são estruturas de significação cultural e simbólica; uma rede de relações e inter-relações que define a própria postura diante da realidade, assim como a própria noção desta. Realidade que em si não pode ser apreendida a não ser através dessa teia de construções que concedem explicações e sentidos às informações, de maneira que leitores, telespectadores e produtores partilhem de formas de compreensão do mundo que possibilitam a inteligibilidade do que é comunicado.

Segundo Ricoeur, é o mundo das experiências temporais no qual concorrem vários signos e símbolos e é, partindo dessa compressão, que a explicação sobre os eventos começa a ser ordenada e elaborada em uma dimensão narrativa; situada, portanto, na ação, na densidade complexa da vivência humana em seus aspectos e riqueza. É o mundo no qual os meios de comunicação buscam referências para a ordenação de seus conteúdos; sem ele, a informação dificilmente poderia se tornar um todo coeso e inteligível; verossímil. Como sugere o mesmo autor, em relação à

¹⁰⁷ *Manual da Redação* 2001. São Paulo: Publifolha, 2001, Idem.

construção narrativa do acontecimento, antecede-lhes um agenciamento ancorado em três elementos fundamentais: estruturais, simbólicos e temporais.

De um lado, qualquer narrativa pressupõe, da parte do narrador e de seu auditório, uma familiaridade com termos tais como agentes, fim, meio, circunstância, socorro, hostilidade, cooperação, conflito, sucesso, fracasso, etc.¹⁰⁸.

Quando um dado evento entra no circuito midiático, é submetido em um jogo de regulações culturais que o situa a partir de normas que são ordenadas no campo das ações humanas. Para que a acontecência ultrapasse a condição da efemeridade diária e se torne acontecimento memorável e exemplar é necessário que subsistam em sua formulação três dimensões fundamentais: a factual, a monumental e a teórica, numa adequação de posições que é ao mesmo tempo caótica e refletida, ou para me referir novamente aos argumentos de Paul Ricoeur, discordante/concordante.

O acontecimento tem sua dimensão factual, na medida em que é uma ocorrência desencadeada em uma sociedade num dado contexto temporal; é um produtor de rastros. É o que remete ao pragmatismo das ações humanas, aquilo que está imerso no grande amálgama de eventos que ocorrem cotidianamente como algo pensado ou imprevisível. É o que possibilita falar em uma dada existência, sobretudo, porque temos acesso aos seus vestígios e, é somente a partir deles, que podemos nos comunicar com essa temporalidade que não mais existe.

Em seu segundo momento, o acontecimento pode tornar-se monumental, uma vez que transpôs seu contexto temporal através dos seus rastros. A sua sobrevivência em registros representa escolhas sociais e culturais para fundar uma determinada memória coletiva¹⁰⁹. Isso demonstra uma preocupação em preservar e perpetuar a memória sobre um dado evento. É necessário chamar à atenção que tal escolha nunca é neutra ou ingênua, como bem lembra Le Goff¹¹⁰ (1990), todo

¹⁰⁸ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo I. São Paulo: Papyrus Editora, 1997, p. 90.

¹⁰⁹ Aqui me refiro sobretudo, às diferenças postas por Jacques Le Goff sobre as relações monumento e documento.

¹¹⁰ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, São Paulo/Campinas: Editora Unicamp, 1990.

monumento é uma tentativa de edificação, de instituição de marcos que possam sustentar um dado arcabouço cognitivo e simbólico de constituição memorial.

Por último, em sua dimensão teórica, o acontecimento se apresenta como objeto de reflexão numa tentativa de sistematização metodológica e conceitual. Uma vez preservado em rastros, tornado monumento da memória de uma determinada sociedade, tal acontecimento será apropriado de várias formas num processo de leitura que é contínuo. Seu conjunto monumental pode ser transformado em documento e fonte para elaboração de explicações e argumentações que são compostas em outros contextos sociais e temporais.

Nesse esforço de compreensão e explicação, entram em cena conjecturas, interrogações, problemas e conclusões que são muito diferentes do acontecimento em si. Assiste-se à metamorfose do evento em acontecimento midiático, em uma face memorável e/ou histórica, num processo de reatualização do passado pelo presente que lhe acrescenta elementos subjetivos e simbólicos de outras temporalidades.

Neste capítulo, procurei formular os elementos introdutórios da operação midiográfica. A ênfase nos manuais de redação e projetos editoriais do jornal Folha de São Paulo teve o objetivo de demonstrar como, mesmo antes de qualquer evento se apresentar na cena pública, já existem sistemas de conformação que os aguardam a fim de absorvê-los em determinadas cadeias explicativas e, é assim, que funcionam as definições de acontecimento, verdade, pluralidade, objetividade.

Há, assim, categorizações de hierarquias que sistematizam os tipos de ocorrência a serem tratadas como notícia. Procurei demonstrar que mesmo nesse momento, existem determinadas ações, que ajudam a conceder a tais eventos, profundidade histórica e inscrição temporal. Ao indicar, como procedimento necessário na apresentação das notícias, o exercício da contextualização, ou a posição apriorística sobre como alguns eventos devem ser qualificados, o jornal pretende atuar sobre aqueles acontecimentos que segundo ele, “podem modificar as estruturas políticas, econômicas e culturais”.

Entretanto, o alcance real dessa operação somente se manifesta na ocorrência material do evento em um dado espaço-temporal, a partir desse momento, novos elementos, ligados ao próprio momento de efetivação do episódio, entram em ação,

demonstrando muitos outros lugares de sistematização que estão diretamente ligados à pragmática das ações. Dessa forma, no próximo capítulo, falarei da escritura do evento na cena pública. É somente na manifestação da ocorrência que escritura e inscrição podem ser compreendidas.

Capítulo 2

Os fazedores de história: a escritura do evento na cena pública

Em torno a uma grande mesa redonda estão a secretária de Redação e os editores. Sobre a mesa, microfones e alto-falantes: as sucursais do Rio e de Brasília participam da discussão. Nas paredes da austera sala, reproduções de históricas primeiras páginas e suas manchetes. Jânio renunciou. Anunciado o acordo de paz no Vietnã. Polícia federal invade Folha. Impeachment! Acidente mata Ayrton Senna. Brasil é tetra... A História, com H maiúsculo, está ali, há 80 anos¹.

A história está ali. Mas não qualquer uma, somente aquela digna de ser substantivada com o “h” maiúsculo, adverte o escritor e colunista da Folha, Moacyr Scliar²: a história de caráter universal; o coletivo singular que se manifesta para o jornalista quase como instância transcendental. O *Theatrum mundi* inaugurado entre a queda da Bastilha e Waterloo, lembra-nos Agnes Heller³ ao se referir à expressão cunhada por Danton em plena Revolução Francesa. Tal pressuposto simbolizava exatamente o caráter reflexivo e universalista alcançado pela história ocidental na modernidade, o que para muitos autores refere-se à própria consciência do mundo histórico.

Como que a velar os jornalistas em sua oficina diária, a história “estava” ali para não os deixar esquecer que as notícias produzidas em torno da “grande mesa redonda” poderiam ser também primeiras páginas a figurar na “austera” parede dos grandes acontecimentos. Assim sendo, as palavras de Scliar nos chamam atenção para outra questão: na visão do jornalista, a história não somente estava, mas, era feita ali.

¹ SCLIAR, Moacyr. *24 hora de ação – acompanhe um dia da edição de um jornal* in Folha 80 anos, Folha Online, cap. no end. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/> em 27/09/2007.

² Moacyr Scliar é médico e escritor com várias obras publicadas, além disso, é também um dos principais colunistas do Jornal Folha de São Paulo.

³ Cf. HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

É com a imagem da redação que começo este segundo capítulo. Embora a operação midiográfica seja realizada em vários lugares, o espaço da redação pode ser visto como a representação da oficina jornalística e do trabalho de elaboração das notícias e acontecimentos contemporâneos. Ao partir dela, quero lembrar também o complexo trabalho de sistematização e reflexão ao qual estão submetidos os eventos antes de se tornarem objetos de apropriação através da sua escritura no espaço público. Antes mesmo de se tornarem inscrição memorável. Pois, como reconhece o próprio texto de Scliar:

(...) o conjunto dos assuntos a serem abordados, e que podem dar notícias de interesse pelo número de pessoas a quem esta notícia possa afetar, pela repercussão, a curto ou longo prazo, do acontecimento em termos sociais, políticos, econômicos. Superfície, mas também profundidade. Presente, mas também futuro⁴.

Percebamos que o escritor transita entre uma tentativa de fundação de marcos sobre o passado, mas também ressalta a intenção de futuridade destacada no papel atribuído ao jornalismo. Controlar o presente é, portanto, direcionar o futuro através do poder de agenciando do passado efetivado pelo jornalismo. Evidentemente, embora haja em sua fala uma tentativa de instituir tal lugar, é certo que não há como prever e controlar as apropriações futuras de tais produtos. Todavia, a questão maior não é apenas saber se suas pretensões serão ou não alcançadas, se as matérias daquele dia tornar-se-ão os grandes acontecimentos da história, mas, principalmente, considerar como elemento relevante este objetivo na produção da informação.

Como procurei ressaltar no primeiro capítulo, quando um determinado acontecimento é posto em cena no universo da midiatização, antecede-lhe uma grande variedade de formulações que influenciam as maneiras de sua apresentação através dos meios de comunicação, o que pode ser também constatado com o texto de Scliar. Estruturas produtoras de sentidos informam conseqüentemente sua escritura no espaço

⁴ SCLiar, Moacir. *24 hora de ação – acompanhe um dia da edição de um jornal* in Folha 80 anos, Folha Online, cap. no end. <http://www1.folha.uol.com.br/foalha/80anos/> em 27/09/2007.

público, o que acaba por lhes conceder uma existência que é sempre entrecortada por dimensões discordantes e concordantes, previsão e imprevisibilidade.

Essa fase é marcada por um duplo caráter: uma produção ao mesmo tempo refletida e caótica; caótica porque se produz no desenrolar do cotidiano com eventos novos que irão se seguindo e exigindo novas demandas de notícias e informações; refletida porque todo conteúdo institui uma produção de sentidos, interesses, postura políticas e ideológicas, e nesses termos, o Grupo Folha, situa-se em um dado lugar social. Contudo, além de suas proposições políticas e ideológicas, destacam formas de pensamento histórico que sutilmente perpassam suas informações; jogos narrativos com o passado, artes de lidar com outros eventos, em aspectos comparativos, numa tentativa, já nesse primeiro momento, de organizar e direcionar uma reflexão sobre o presente e, conseqüentemente, sobre o olhar futuro para o passado.

Posteriormente, investigar-se-á como se efetivam as primeiras tentativas de constituição de marcos de lembrança, bem como de esquecimento, os jogos de força sobre o que deve ou não ser registrado, noticiado; as interlocuções feitas entre o presente das notícias e eventos emblemáticos passados, a idéia de história ordinária desencadeada em meio à ebulição dos interesses e disputas, ou seja, a operação que organiza a primeira construção narrativa do evento.

Irei destacar aqui um aspecto que considero especialmente importante para compreendermos parte de tais configurações semânticas e sociais: as idéias de história que orientam o trabalho de sistematização dos eventos no momento de sua efetivação pela mídia. Nesse caso, começarei com a reflexão sobre importância da idéia da testemunha nessa produção. Em seguida me deterei na análise de matérias produzidas em dois meses do ano de 1964, março e abril. Meses capitais e profícuos para análises de acontecimentos exemplares, tanto para a mídia como para a história, que nos servirão para compreender a feitura pragmática de tais ocorrências. Narrativa diária, mas que como veremos, consegue operar com dimensões bastante diversas. Eventos referenciais para os 21 anos seguintes.

Contudo, advirto que meu interesse será problematizar formas de compreensão histórica que informaram as matérias no momento de sua elaboração; assim sendo, o que busco é principalmente a dimensão pragmática do pensamento

histórico e como isso irá influenciar na escritura do acontecimento na cena pública pelo meio de comunicação. Como a escrita midiática enseja por sua vez uma escrita histórica a partir de articulações complexas entre o passado, presente e futuro.

2.1 “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”: a testemunha e o novo acontecimento histórico

Em busca do fato. A partir de então repórteres e fotógrafos, viaturas e motoristas foram mobilizados, depois da ‘checagem’ do aviso. Era preciso confirmar a veracidade da notícia. (...) – Capitão, é verdade que estourou uma bomba agora na rua Bahia em Higienópolis? – De onde fala? Quem está falando? – Aqui é da Folha, capitão. (...) – Ainda não sabemos nada dessa bomba, porque o senhor pergunta? Como sabia disso? (...) – Foi uma pessoa que ligou para a redação, avisando que uma bomba explodiu lá. É só, até logo. A partir de então a reportagem acompanhou a mobilização policial⁵.

Na passagem das ocorrências pragmáticas para sua representação midiaticizada constrói-se uma narrativa, que se pode definir como uma primeira “síntese de heterogêneos”⁶ cuja complexidade nos obriga a considerar algumas questões: a primeira delas é que essa narrativa é um relato do presente, pois se desenrola no cenário de constituição dos acontecimentos, ou bastante próximo a eles; a trama que emerge no espaço caótico das ocorrências cotidianas.

Entretanto, já nesse momento entram em ação os elementos que procurei apresentar no capítulo anterior; tais como a ordenação de hierarquias sobre o que deve ser priorizado; definições sobre fato, objetividade, pluralidade, verdade etc., bem como os procedimentos para tratar tais ocorrências. O que se constitui uma parte dos elementos de sua escritura.

⁵*Bomba explode no centro de pesquisa*, publicado na FOLHA DE S. PAULO em domingo, 5 de setembro de 1976. Almanaque, Banco de dados Folha, acervo online, textos de Brasil - Folha Online. Cap. do end. <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil70lista.htm>

⁶ RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007, p. 255.

Isso demonstra que quando um novo evento se apresenta em uma dada ordem, aguardam-lhe agenciadores de sentidos que pretendem aprisioná-los em determinada cadeia explicativa. Antecedem-lhe, portanto, delimitações sobre o que deve ou não ser considerado notícia. Agora irei acrescentar outro elemento capital nesse processo de escritura: a dimensão pragmática do pensamento histórico como condição fundamental de significação dos eventos relatados pela mídia. Isto é, falo da própria maneira como os meios de comunicação se relacionam com o tempo nas operações concretas da vida cotidiana, ou seja, suas maneiras de interpretar experiências e os eventos a partir de dimensões temporais.

Por conseguinte, no espaço de sistematização do acontecimento-acaso, deve-se se vislumbrar uma dupla dimensão da construção do pensamento histórico. A primeira é aquela na qual o evento é compreendido a partir de categorias de pensamento que se ligam às maneiras de representação histórica no espaço de uma historicidade mediada. E, a segunda, a interferência do próprio acontecimento na fundação de marcos e nas formas de compreensão histórica na medida em que ajuda instaurar novos elementos de continuidade e descontinuidade em uma dada ordem.

Mesmo que haja a tentativa de seu aprisionamento em uma rede de sentidos, sua entrada no espaço público como artefato da comunicação sempre instaura um momento de inflexão que, dependendo dos seus alcances, pode ou não servir para modificar a ordem estabelecida. Necessário destacar que tais elementos não devem ser compreendidos em termos hierárquicos, mas como dimensões intercambiáveis que se informam mutuamente.

Nesse movimento, seus produtores são ao mesmo tempo testemunhas e formuladores de explicações sobre os eventos; narram e explicam, dessa forma, o que significam. Transitam entre uma estrutura conformativa que os antecede, que é posta pelo lugar de onde falam, pois necessitam se enquadrar em determinados agenciamentos escriturários, sociais e ideológicos, mas, por outro lado, partilham também da condição de participantes do momento do qual falam.

São conseqüentemente também atingidos pelos eventos que narram embora quase sempre se pretenda diminuir o peso desse elemento e, ainda que haja referência ao caráter subjetivo dessa ação, reafirma-se o mito de que há um fato essencial passível

de ser capturado. Voltemos mais uma vez ao texto de Scliar, quando o escritor menciona o trabalho do repórter:

Nas paradas de ônibus, nas estações de metrô, ela entrevistou pessoas. Gente ansiosa, apreensiva (...). Outro colega também está à *caça de notícias*. Busca *o ângulo político, os interesses que podem estar atrás do movimento*: investigar é parte do trabalho jornalístico, mesmo que esta investigação encontre resistências. (...) Terminado o trabalho na rua, os dois voltam à Redação, (...) A jornalista consulta suas anotações, conclui: precisa complementar as informações. (...) Há muitas perguntas a serem feitas, perguntas que nascem da *lógica, da experiência, da intuição - o faro jornalístico*. Que busca, antes de mais nada, *descobrir coisas, estabelecer conexões*. O que é a *essência da informação*⁷. (meus grifos)

A repórter é apresentada como a caçadora em busca da presa valiosa a ser capturada; espera-se que ao final do dia ela possa voltar para sua oficina trazendo o fato abatido em suas mãos. Nessa empreitada, que segundo Scliar, vale muito mais o faro jornalístico e a intuição; a “lógica da experiência” seria dirigida por instintiva predisposição de encontrar a notícia.

Atitudes que, na verdade, fazem parte da própria constituição cultural do campo jornalístico que, distantes de serem qualidades premonitórias para que se “encontre” o furo ou, mais precisamente, “a essência da informação” compõem aspectos de sua própria formação. O olhar da repórter partilha da condição de testemunha do que narra, ajuda a conceder ao evento sua condição noticiosa num jogo no qual entram em ação a constituição de hipóteses, explicações e conclusões.

Destaco a atuação da testemunha, especialmente, porque no futuro seu papel entrará em um novo círculo hermenêutico, quando será transformada no testemunho para outra temporalidade, o vestígio ou rastro que servirá tanto para informar novas

⁷SCLIAR, Moacir. *24 hora de ação – acompanhe um dia da edição de um jornal* in Folha 80 anos, Folha Online, cap. no end. <http://www1.folha.uol.com.br/foilha/80anos/> em 27/09/2007.

escrituras, como poderá se tornar inscrição memorável, monumento, material para a “representação historiadora”.⁸

Em relação às teorias da comunicação, esse papel também pode ser definido como o do sujeito da comunicação, uma expressão que, como destaca França⁹, pode fazer referência tanto à ação dos indivíduos na produção/recepção das formas discursivas, como pode definir a natureza de sujeito social.

Tanto a história como a mídia partilham desse componente como aspecto fundamental em suas narrativas, além disso, a esta noção se articulam outros recursos importantes na produção do jogo escriturário: a idéia de prova, a representação da verdade e o elo que liga acontecência e representância. Refiro-me, sobretudo, ao *status* que a testemunha exerce a partir do “estar lá”; no tempo presente do evento, o lugar que destaca a força de quem narra; como chama à atenção Ricoeur¹⁰, “o que se atesta é indivisamente a realidade da coisa passada e a presença do narrador nos locais da ocorrência”. Vejamos como o jornal narra a saída de Castelo Branco do poder em março de 1967:

Visivelmente emocionado, o marechal Castelo Branco deixou na manhã de ontem o Palácio da Alvorada, depois de cumprimentar individualmente os servidores da residência presidencial (...). Ao chefe da cozinha, Manuel Murilo Bandejas, o Marechal Castelo Branco disse, com voz embargada: - “A sua comida é excelente, Manuel”.¹¹

No trecho há a presença “ausente” do repórter, acompanhando todos os detalhes daquele dia; de maneira tão próxima que chega a nos informar que “já no interior do carro, o marechal Castelo Branco voltou-se para o majestoso palácio e comentou: é realmente uma beleza”¹². A saída de Castelo do comando político do país

⁸ RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007, p. 247.

⁹ FRANÇA, Vera. *Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação* in GUIMARÃES, César e FRANÇA, Vera. *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 61.

¹⁰ RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007, p.172.

¹¹ CB: *Adeus ao Alvorada – Castelo emociona-se ao deixar o Alvorada*. Publicado na FOLHA DE S. PAULO em 11 de março de 1967. Almanaque, Banco de dados Folha, acervo online, textos de Brasil - Folha Online, cap. no end. <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil60lista.htm>.

¹² CB: *Adeus ao Alvorada – Castelo emociona-se ao deixar o Alvorada*. Idem.

é narrada em tom emocional e até com certo saudosismo, o que certamente contrasta com as ações de um governo que dissolveu partidos, fechou congresso e cassou direitos políticos. Mas é o repórter que o vê naquele momento e, através do que repara, intenta colocar seus leitores diante da “realidade” que via.

O breve trecho reforça a constatação de que se vive uma economia midiática que se move a base da testemunha; dessa forma, os relatos dos eventos pelo jornalista pretendem se apresentar como ação meramente informativa. À atividade de caça aos fatos, atribuída por Scliar ao trabalho jornalístico, acrescenta-se a imagem de uma testemunha ideal, aquela capaz de narrar o evento tal como ocorreu. Uma exposição de situações que, embora se pretenda “neutra”, substantiva e qualifica tais ocorrências concedendo-lhes sentidos muito particulares que estão diretamente vinculados aos lugares onde ela é produzida, no caso, a uma atividade, a jornalística, e a um veículo de comunicação. Cito outra narrativa, agora sobre a realização do congresso da UNE, em 11 de agosto de 1967:

Às seis horas da tarde de ontem a metade superior da praça da Sé, em frente à Catedral, foi tomada por grupos de rapazes e moças estudantes, muito característicos com suas calças e camisa esporte e suas bolsas a tiracolo. (...) Cartazes foram levantados acima das cabeças, e panfletos foram jogados para o ar. O povo em volta, olhava com indiferença e com a mesma indiferença ouvia os discursos. (...) Às 18h35 os estudantes calaram-se. Os grupos dispersaram-se, alguns passantes pararam para olhar os cartazes que ficaram abandonados no chão e os folhetos espalhados. (...) Somente meia hora mais tarde é que apareceu uma tropa de choque da Força Pública no local. Enquanto isso os estudantes dirigiam-se para a praça Patriarca onde haveria nova manifestação. Lá, os moços agruparam-se em redor de uma pregadora religiosa, perplexa diante do súbito aumento da assistência¹³.

Através do relato do jornalista o leitor é quase levado a caminhar com ele pela Praça da Sé, no centro do São Paulo. Sua narrativa tenta criar a imagem de uma cena total, como se fosse possível vislumbrar todas as situações dispostas naquele

¹³ *UNE diz que encerrou o congresso - Dispersão*, Publicado na Folha da S. Paulo, sexta-feira, 11 de agosto de 1967. Almanaque, Banco de dados Folha, acervo online, textos de Brasil, Folha Online, cap. no end. <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil60lista.htm>.

espaço através de seu olhar; testemunha situada em todos os recantos da praça, imersa nos pequenos ou grande grupos que ali se reuniam. Através dela, sabemos dos estudantes e de suas roupas características, dos cartazes, da indiferença do povo em volta deles, da chegada da polícia e até mesmo, da perplexidade da pregadora diante do aumento de sua assistência. Olhos onipresentes aos quais nada parece escapar.

A citação serve para destacar, especialmente, o trabalho daquele que se resguarda de uma confiabilidade presumida pela experiência de quem esteve presente ao evento, ou com pessoas muito próximas a ele, daí o estabelecimento de uma pretendida autenticidade de declaração. O sujeito transita entre as experiências às quais está submetido e a ação de poder narrá-las a partir de um recurso midiático para uma grande audiência; o que ajuda a corroborar com a máxima contemporânea sobre o papel atribuído ao jornalista: uma espécie de testemunha auto-nominada dos eventos contemporâneos ou, uma “testemunha ocular da história”, lugar de enunciação privilegiado que se pretende instaurador de sentidos históricos às ocorrências cotidianas.

Como representativo desse papel, menciono o “Dossiê Memória da Imprensa – Jornalistas contam a história”, organizado pela Folha em 1979 com o objetivo de rememorar “os principais fatos da história brasileira a partir da década de 20”. O dossiê é assim apresentado:

Os profissionais de imprensa escolhidos para os depoimentos viveram, sentiram e, na maior parte das vezes, participaram dos acontecimentos relatados. Enfim, a História contada por quem ajudou a fazê-la¹⁴.

Nesse caso, as vozes dos jornalistas tornam-se inscrição através dos próprios recursos que as apresentam. Percebe-se a dupla função que lhes é atribuída: a de testemunhas que estiveram lá e ajudaram a escrever os acontecimentos na cena pública no passado e agora os testemunhos que inscrevem tais eventos como objetos de significação mais ampla, “os principais fatos da história brasileira” no presente, numa nova reinscrição e publicização. Há, portanto, a ligação entre a produção de tais eventos

¹⁴*Dossiê memória da imprensa – jornalistas contam a história*. Almanaque, Folha Online, banco de dados Folha, acervo online, cap. no end.
http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_home.htm.

e o papel exercido pela testemunha, sendo o jornalista apresentado tanto como o que convoca outros a atestarem consigo os acontecimentos relatados, numa relação dialogal, como o agente que atua na inscrição memorável de tais eventos.

O dossiê demonstra a tripla temporalidade na qual a testemunha se situa: O “estar lá” transmuta-se no “estava lá”, ambas as localizações temporais mobilizadas em um dado presente pela voz a se pronunciar: “eu posso contar”. Há nele uma dimensão complementar de autoridade moral que se destina a reforçar a competência e a confiabilidade do relato, o que ressalta a disposição da testemunha de reafirmar sua fala. Não por acaso, em 1978, quando a Folha produz uma matéria destinada a discutir “a presença da censura na vida cotidiana da imprensa” entre os anos de 1972 a 1974, o texto começa citando um trecho da obra de Tucídides:

... ‘sem dar crédito às primeiras testemunhas que encontrei, nem às minhas próprias impressões, mas narrando apenas os acontecimentos de que fui espectador ou sobre os quais tive informações seguras’ Tucídides (cerca de 460-399 A.C.)¹⁵.

A partir disso, explica que:

A citação de Tucídides, o modelar historiador grego, traduz, por si só, o sentido do que abaixo vai *transcrito*. ***Se a missão dos jornais é a de formar opinião, não é menos importante sua natureza de documento histórico.*** O que vai abaixo reproduzido é a *transcrição, ipsis literis ou ipsis verbis* (as ordens eram dadas pelo telefone), das determinações que a Censura Federal transmitia aos jornais durante período recente da história contemporânea. [...] A proximidade dos acontecimentos que marcaram a vida brasileira durante mais de um lustro não são de todos conhecidos. [...] Todos os fatores que formaram essa ***parcela de história de nosso país*** devem ser levados em conta, para uma leitura correta e desapaixonada das ordens que preenchem esta página¹⁶. (meus grifos)

¹⁵ *Dossiê Censura - 1972, 1973, 1974, a presença da censura na vida cotidiana da imprensa*. Publicado na FOLHA DE S. PAULO em domingo, 5 de março de 1978. Almanaque. Banco de Dados Folha, acervo online, textos da Ilustrada, Folha online, cap. no end. no endereço: http://almanaque.folha.uol.com.br/ilustrada_05mar1978.htm

¹⁶ *Dossiê Censura - 1972, 1973, 1974, a presença da censura na vida cotidiana da imprensa*. Idem.

O trecho enfatiza, de forma geral, a autoridade de testemunha ocular no esclarecimento dos “acontecimentos que marcaram a vida brasileira”. Numa tentativa não de prever, mas, de instigar uma compreensão para o futuro dessa “parcela de história de nosso país”, tempo já marcado pelo recurso como portador de sentido histórico. “Trata-se em suma de tornar presente um real passado por intermédio do virtual e do real com fins pedagógicos”¹⁷. Todavia, destaca-se outra questão: o regime de veracidade assegurado através do relato escrito, nesse caso, não é uma pessoa que exerce a voz a se pronunciar sobre o passado, é o próprio jornal que se arroga o lugar da testemunha, oferecendo os elementos necessários para a compreensão de tais acontecimentos.

Em primeiro plano, a herança assumida da historiografia grega clássica é clara, especialmente, no papel atribuído ao espectador dos eventos, peça capital na produção historiográfica ocidental até o século XIX, quando, a partir daí, a profissionalização da história desterrou a testemunha ocular de sua produção e colocou em seu lugar o testemunho escrito como aquele capaz de oferecer os subsídios seguros para a escrita sobre o passado.

Enquanto a ciência histórica se voltava para o passado mais remoto, abandonando o presente como horizonte de suas preocupações, os recursos midiáticos acabaram por tomá-lo como tempo de excelência na sua produção e é a partir dele que, instauram ou reinventam outra operação para lidar com os acontecimentos.

Nesse caso, o jornalismo acaba por desenvolver um híbrido metodológico que condensou tanto sensibilidades pré-oitocentistas – ao atribuírem à testemunha uma dramaturgia legal que retoma o próprio sentido cristão e faz da testemunha ocular uma pedra angular de sua produção – como soube capitalizar procedimentos inseridos pela renovação historiográfica do século XIX, para os quais vozes são também fontes, prova testemunhal no sentido atribuído no campo do direito, a asseverar a verdade dos fatos.

Dessa forma, a ação da testemunha/testemunho também adquire condição de mutabilidade. Uma vez que tanto se conclama aquele que viu, como se agrega a materialidade daquilo que ficou registrado sobre o evento para atestar a veracidade de sua ocorrência, pois, “se a missão dos jornais é a de formar opinião, não é menos

¹⁷ HARTOG, François. *Regime de Historicidade*. Capturado da Internet em 8/05/2006 no endereço: <http://www.fflch.usp.br/dl/heros/excerpta/hartog.html>.

importante sua natureza de documento histórico”¹⁸. Tal elemento comprova o processo de monumentalização ao qual o texto jornalístico é submetido no momento de sua produção, demonstrando que há uma nítida preocupação com a sistematização e seleção sobre os futuros rastros do passado. Avancemos mais um pouco na matéria:

São ao todo 101 ordens aqui registradas, de um total de 286, total este que abrange o período de março de 1972 a dezembro de 1974, escolhido deliberadamente, por marcar uma fase de transição ¹⁹.

Vislumbra-se uma necessidade de interpretação das ações humanas no tempo, de compreensão e explicação sobre o próprio evento, pois “os acontecimentos que marcaram a vida brasileira”, mesmo que em um tempo muito próximo, formam uma “parcela de história”, o que deve ser considerado como uma tentativa “de dominar o tempo que é experimentado pelo homem como ameaça de perder-se na transformação do mundo e dele mesmo”.²⁰

A percepção desses elementos gerais torna possível que o texto jornalístico e, mais especificamente, seus relatos sejam compreendidos para além das inúmeras divergências que efetivam, posto que colocam em cena formas de pensamento que ressaltam uma ambivalência antropológica inerente ao próprio homem, que “só pode viver no mundo, isto é, só consegue relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo com dados puros, mas sim interpretá-los em função de suas intenções, de sua ação e paixão”.²¹

Através dessa produção, transita-se, por conseguinte, entre uma idéia “de fazer história” e uma noção “de escrever a história”, ambas as atitudes reivindicadas

¹⁸ *Dossiê Censura - 1972, 1973, 1974, a presença da censura na vida cotidiana da imprensa*. Publicado na FOLHA DE S. PAULO em domingo, 5 de março de 1978. Almanaque. Banco de Dados Folha, acervo online, textos da Ilustrada, Folha online, cap. no end. no endereço: http://almanaque.folha.uol.com.br/ilustrada_05mar1978.htm.

¹⁹ *Dossiê Censura - 1972, 1973, 1974, a presença da censura na vida cotidiana da imprensa*. Publicado na FOLHA DE S. PAULO em domingo, 5 de março de 1978. Almanaque. Banco de Dados Folha, acervo online, textos da Ilustrada, Folha online, cap. no end. no endereço: http://almanaque.folha.uol.com.br/ilustrada_05mar1978.htm.

²⁰ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 60.

²¹ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*, Ibidem. 58.

pelos meios de comunicação. Vejamos como o jornalista Samuel Wainer²², articulista da Folha, define a função do jornalismo impresso em 1979:

A imprensa no Brasil é uma *fonte para a História* do País, das mais importantes. Talvez não exista em outros países, ou em poucos outros países existirá uma fonte com essa riqueza. Porque em verdade ao povo brasileiro sempre faltou acesso a outras fontes de informação. Faltou-lhe escolas, bibliotecas, livrarias, livros culturais. Então, o jornal no Brasil passou a ser até instrumento de cultura, o que nos outros países está há muito tempo superado. O jornal é um instrumento de informação e de orientação²³.

Wainer destaca a escrita da história como sendo também umas das tarefas da imprensa que deve “informar e orientar”. Fazer a história, nesse caso, significa dispor da tarefa de escrevê-la e distribuí-la. Há uma história universal, uma história do Brasil a ser escrita e aí a imprensa coloca-se como agente produtor. Parte dos eventos do presente para ordená-los em outras temporalidades; nesse aspecto, a função narrativa assume um papel primordial.

Se a escola histórica metódica delimitou seu fluxo da história a partir de uma tentativa de separação radical entre presente e passado, a mídia marca sua operação partindo do exatamente do presente para instituir o imediato como histórico, um presente agregador de sentidos históricos, no qual há um constante fluxo de convergência temporal a permear sua escritura. Nesse sentido, todo acontecimento midiático comporta uma tripla projeção no tempo que é articulado pela narrativa formulada sobre ele. Ao capturá-lo numa cadeia de significação, projeta-lhe causas e efeitos, que acaba por situá-lo entre uma necessidade retrospectiva e uma contingência

²² Samuel Wainer foi fundador e editor-chefe e diretor do jornal Última Hora, teve uma importância inegável na história do jornalismo brasileiro tendo destaque seu o papel político que exerceu no segundo governo de Getúlio Vargas. Jornalista ligado ao grupo de intelectuais congregados em torno da revista Diretrizes; Wainer era um repórter dos Diários Associados de Assis Chateaubriand quando veio a entrevistar Getúlio Vargas, durante a campanha eleitoral de 1950, formando com ele uma amizade política, movida à base de interesses mútuos, que viria a resultar na criação do Última Hora.

²³ WAINER, Samuel. *Porque Café Filho traiu Getúlio*, depoimento dado ao repórter Wianey Pinheiro in Jornalistas contam a história – *Dossiê Memória da Imprensa*, FOLHA DE S. PAULO, 4 de janeiro de 1979. Almanaque, Bando de dados Folha, acervo online, Folha Online no end. http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_home.htm

prospectiva. Observemos a citação abaixo extraída do caderno especial produzido para os 80 anos da Folha, do jornalista Armando Antenore:

Há quem defenda, com razão, que jornais diários são mais perecíveis do que o leite matinal. No entanto mesmo os jornais às vezes superam o efêmero e oferecem reportagens que, por alterar o presente de maneira decisiva, acabam merecendo lembranças futuras²⁴.

Mais uma vez afirma-se a dupla dimensão do fazer história: através do agente que participa alterando, interferindo com suas ações nos eventos e aquele que escreve o acontecimento na cena pública construindo-lhe redes de significações. Há uma terceira dimensão sobre a qual me deterei no capítulo seguinte: a ação daquele que atua na inscrição do evento como acontecimento memorável. Nesse sentido, é preciso que eu ressalte mais uma vez que tais ações não são separadas nem devem ser percebidas em uma cadeia linear. É possível, por exemplo, que no momento da inscrição haja também novas escrituras de eventos no espaço público e vice-versa, em um movimento que é sempre concordante/discordante, para lembrar Ricoeur.

Nas três fases evidencia-se uma conceituação histórica que se manifesta a partir das experiências do cotidiano. Isso não significa dizer que tais representações sejam simplesmente aleatórias. Ao contrário, demonstra exatamente os vários fluxos de significação presentes nesse cotidiano, o que faz da escrita midiática uma escrita histórica uma vez que opera com dimensões temporais e semânticas muito próprias daquelas que atribuímos ao campo da história.

Destarte, a imprensa também tende a ser apresentada como agente de universalidade, na medida em que tem o poder de interditar, divulgar, e distribuir a história. O grande desafio é compreender os limites em cada uma dessas operações, uma vez que tanto a midiográfica como a historiográfica trabalham com os mesmos elementos fundadores: evento, tempo e narrativa.

²⁴ ANTENORE, Armando. *Reportagens exclusivas marcam história Investigações jornalísticas revelam fatos que estão escondidos da opinião pública*. Marcos do Jornalismo, FOLHA DE S. PAULO 80 anos, Folha Online, cap. no end. Folha 80 anos, retirando do site Folha On-line no endereço <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/> em 27/09/2007.

Minha intenção nesse ponto foi refletir a elaboração dos relatos dos eventos a partir do *status* exercidos pela testemunha, no caso, do próprio jornalista como a testemunha dos eventos que narra e a partir disso, compreender como seu olhar influencia no produto de sua ação: a notícia. Feito isso, passemos para reflexão sobre a elaboração dos acontecimentos propriamente ditos, no momento da sua escritura no espaço público. Após o passeio pela complexa rede de ação do olhar, ver e reparar abrir-se-á, a partir deste ponto, outra trama não menos imbricada: o trabalho da mídia na tarefa de compreender, explicar e narrar os eventos no tempo.

2.2 A escritura do acontecimento: o futuro e o passado no presente

Naquela noite, Maria Teresa escolheu um vestido azul-piscina e optou por prender os cabelos negros no alto da cabeça. Quando subiu ao pequeno palanque de 1,60 metros de altura postado na praça da República, em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, fez-se silêncio entre os 100 mil presentes. Eram 19 h 44 de 13 de março de 1964. Ela ainda não sabia, mas, aos 24 anos, a primeira-dama mais bonita que o país já teve participava do primeiro e último comício ao lado do marido, João Belchior Marques Goulart, 20 anos mais velho. Dezoito dias depois daquela noite, o presidente João Goulart, o Jango, seria apeado do poder por um golpe de generais que daria início à ditadura militar que vigeu (sic) até 1985²⁵.

É a com a imagem de Maria Teresa, esposa do então presidente João Goulart, que o jornalista Sérgio Dávila começa seu artigo de reflexão sobre os dias que antecederam ao Golpe de 1964. Ao mesmo que tempo em que busca construir um ponto de partida retrospectivo sobre as ações que corroboraram para sua efetivação, o jornalista nos coloca quase como observadores de uma cena instauradora, claramente carregada de dramaticidade. Nela estão mobilizados o passado, o futuro e o presente. O jornalista é a voz a se pronunciar a partir de um tempo exterior à situação que narra e

²⁵ DÁVILA, Sergio. *O dia em que Jango começou a cair. Opinião* – Folha de S. Paulo, 13 de março de 2004. Especial Golpe Militar 40 anos 1964-2004, Folha Online, cap. no end. <http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura.htm> em 26/09/2007.

pode-se perceber através do cruzamento temporal presente em seu texto, que oferece a antecipação de acontecimentos posteriores aquele dia. A matéria foi apresentada em uma série de reportagens nas quais o jornal Folha de São Paulo em 2004, organizou o caderno especial “40 anos do Golpe”.

O discurso da Central do Brasil, realizado em 13 de maio de 1964, é apresentado pelo jornalista como o marco referencial para os acontecimentos que culminaram, dias depois, com a tomada do poder pelos militares. Certamente não é apontado como único, porém, é tomado como deflagrador importante dos eventos que ajudam a compor a linha de causas e efeitos que culminaram com o 31 de março e a sucessão de ocorrências em 21 anos de regime militar. A partir da narrativa, as pessoas presentes ao Comício da Central do Brasil são as testemunhas de um acontecimento que marcaria o final de uma etapa da política brasileira; é o que o jornalista, logo em seguida destaca em seu texto:

A face mais evidente da reação, porém, viria seis dias depois. Apoiadas pela UDN, pelos governadores Adhemar de Barros (SP) e Carlos Lacerda e outras lideranças conservadoras, organizações católicas levaram 500 mil pessoas às ruas de São Paulo -10% da população da cidade à época-, em sua maioria de classe média. Era a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, importante por mostrar aos militares que conspiravam que também eles tinham potencial apoio popular. Seria o próximo lance do xadrez político que levaria ao golpe do dia 31 de março de 1964²⁶.

Dávila parte do lugar de quem já conhece o futuro do passado e o agenciamento de sentidos sobre os eventos que eclodiram naqueles dias. Dispô-los em um tabuleiro de xadrez marca exatamente a maneira teatral do arranjo daquelas posições em sua narrativa.

Para a composição da trama, utiliza-se da reflexão realizada em inúmeras obras historiográficas, midiáticas e depoimentos que, em 2004, já haviam construído um complexo panorama de explicação sobre aqueles dias. Há um processo de

²⁶ DÁVILA, Sergio. *O dia em que Jango começou a cair. Opinião* – Folha de S. Paulo, 13 de março de 2004. Especial Golpe Militar 40 anos 1964-2004, Folha Online, cap. no end. <http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura.htm> em 26/09/2007.

sistematização do evento que o toma de maneira retrospectiva a partir de um encadeamento linear de significações.

Em seu texto a evocação de Maria Teresa pode ser lida também como a inflexão entre dois momentos temporais distintos: um antes e um depois daquele dia. Segundo Dávila, citando o historiador brasilianista Thomas Skidmore, na mesma matéria, “a presença de Jango com ela foi entendida como um recado ao país de que ele estava tomando o comando”. Naquele presente-passado, sobre o “pequeno palanque de 1,60 metros de altura”, a imagem da bela esposa e seu marido contrapõe o sentimento de tensão parecendo insinuar que o rumo dos acontecimentos poderia ter sido outro.

Embora Dávila destaque “que segundo alguns historiadores, o golpe viria de qualquer maneira”, sendo o comício apenas seu elemento de precipitação, em sua narrativa, João Goulart e Maria Teresa são apresentados como o espectro das esperanças postas em cena naquele momento e eram amparados pelas propaladas reformas de base. Mas a cena pode ser também percebida como a última imagem melancólica de um tempo que parecia se encerrar ali. Um tempo que, como veremos a seguir, o próprio jornal *Folha de São Paulo* à época ajudou a construir como de incertezas, angústias e ansiedades, o que pode ser percebido em algumas manchetes dos dias que antecederam ao comício:

Esforços para garantir êxito no comício da Guanabara²⁷.

Exército reagirá a provocações no comício do dia 13²⁸.

Teme-se fanáticos contra JG²⁹.

Federação Ameaçada – Editorial³⁰.

O Brasil poderá ser a China comunista da América Latina³¹.

Radicalização – Editorial³².

²⁷ *FOLHA DE S. DE PAULO*. 1º Caderno, p. 03, 03 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional-Setor de Microfilmagem).

²⁸ *FOLHA DE S. DE PAULO*. 1º Caderno, p. 06, 03 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional-Setor de Microfilmagem).

²⁹ *FOLHA DE S. PAULO*. (Capa), 04 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional-Setor de Microfilmagem).

³⁰ *FOLHA DE S. PAULO*. 1º. Caderno. p. 03 04 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional-Setor de Microfilmagem).

³¹ *FOLHA DE S. PAULO*. 1º. Caderno, p. 02, 05 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional-Setor de Microfilmagem).

Desorientação do Governo – Editorial³³.

Comício chega, tensão cresce, Jango descansa³⁴.

Exército de prontidão no país: comício na Gb³⁵.

Quando se vislumbra tais episódios sob o olhar da rememoração, seja ela midiática ou historiográfica, deparamo-nos como um evento completo, aparentemente formulado em todos os meandros, acontecimento como ato de linguagem. Dessa forma, o golpe de 1964 transporta uma carga semântica e conceitual que o situa como marco indelével para a história recente do país, o que concede a ele o estatuto de acontecimento histórico exemplar.

Não obstante, quarenta anos antes o que predomina é a dialética entre uma necessidade de previsão e o confronto com o inesperado. O tempo da escritura de vários eventos, várias novidades dispostas em cena pública. Ocorrências que se seguiam umas às outras em uma cadeia lancinante que por vezes instauravam dramáticos instantes de rupturas, ou, como chama à atenção Ricoeur³⁶, instantes que eclodiam e acabavam por alterar rotinas e padrões estabelecidos, impondo novas demandas de sentidos.

Vê-se um movimento frenético no qual entravam em cena as articulações políticas e sociais dos vários grupos que ali transitavam e as necessidades de explicação sobre as ocorrências advindas daquelas ações. É possível identificar, nesse enredamento imediato, várias linhas a se cruzarem, a saber: os arquétipos do cotidiano, as disputas de divulgação, os tipos de agenciamentos de sentido aos quais eram submetidas e, por fim, sua escritura de forma a se tornarem notícias. Diante dessa tensão, elementos de explicação foram colocados em ação naquilo que, posteriormente, foi agregado no grande amálgama do qual o golpe de 1964 se tornou a síntese.

³² FOLHA DE S. PAULO. 1º. Caderno, p. 04, 06 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

³³ FOLHA DE S. PAULO. 1º. Caderno, p. 03, 08 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

³⁴ FOLHA DE S. PAULO. 1º. Caderno, p. 03, 11 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

³⁵ FOLHA DE S. PAULO. 1º. (Capa), 13 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

³⁶ RICOEUR, Paul. *Événement et sens*, in *Raisons Pratiques*, No. 02 *l'événement en perspective*, Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. 1991. p. 42.

Não se pode esquecer o exercício de comparação realizado entre tais ocorrências e outros acontecimentos desencadeados em seu horizonte temporal, o que ressalta o elemento de historicidade que os agrega. Exercício este que não se limita, contudo, à proximidade temporal ou espacial. Investe-se em uma construção de significado que coloca em cena conceitos universais capazes representar tais ocorrências.

Dessa forma, a utilização de conceitos como revolução, democracia, estado, federação ou comunismo revela pontos de vista específicos que estão inseridos nas polêmicas naquele dia a dia. Servem para tentar estabelecer elos de identificação entre problemas locais e regionais, posto que são colocados em ação a partir da tentativa de planejamento sobre o futuro. Por exemplo, às vésperas do comício da Guanabara, a Folha de S. Paulo, insistentemente, passa a apresentar matérias sobre a possibilidade do que ela chama de complô comunista em outros países, ou mesmo da “bolchevização” futura do Brasil.

O Brasil não faz frente a nenhum perigo imediato de ocupação comunista, mas poderá converter-se na China comunista da América Latina – diz a revista U.S. News and Word Report – citando funcionários norte-americanos.³⁷

Correm rumores nas esferas oficiais da possibilidade de irrupção de um movimento subversivo de tendências comunistas naquele país.³⁸

A partir desse ponto, irei proceder a reflexão sobre alguns eventos que se tornaram pontos de inflexão importantes na composição narrativa do golpe. Deter-me-ei, sobretudo, nos meses de março e abril de 1964 estabelecendo uma reflexão sobre a forma como tais eventos foram dispostos na cena pública; a saber: o Comício da Central do Brasil, a Marcha da Família da Família, a Revolta dos Marinheiros e a tomada do poder pelo militares em 1964 em 31 de março e seu desenrolar no mês de abril.

³⁷ *O Brasil poderá ser a China comunista da A.L. Folha de S. Paulo* 1º. Caderno, p. 02, 04 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

³⁸ *Rumores de complô comunista: Bolívia. Folha de S. Paulo* 1º. Caderno, p. 2, 05 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

2.3 O acontecimento-possibilidade: o Comício e a Marcha: o esperado entre projeções e retrospecções

‘Antes e Depois’

O comício do dia 13 já começa a aparecer ao pessoal da SUPRA³⁹ uma espécie de marco cronológico e João Pinheiro anuncia para depois do comício outros decretos. Com outros comícios?⁴⁰

Uma vez mediatizado, o acontecimento coloca-se como um problema público e reúne outras ocorrências em torno dele. Como disse anteriormente, tal movimento evidencia sistemas de valores, discursos e demandas que invadem cotidianamente as páginas do jornal. Pode-se falar que o acontecimento tanto se alimenta pela novidade de outras ocorrências, como pelo potencial de universalidade que manifesta.

Entretanto, há uma questão importante a discutir nesse ponto: aquilo que vou denominar de “acontecimento-possibilidade”. Até aqui afirmei, corroborando com proposições de Ricoeur, que o acontecimento-acaso é aquilo que eclode inesperadamente no cotidiano, exigindo a partir daí, uma intensa busca de sentidos a fim de enquadrá-lo em uma determinada ordem. Nesse caso, é possível afirmar ainda que os meios de comunicação buscam a novidade, contraditoriamente, para retirar-lhe seu caráter de excepcionalidade; sendo assim, especializam-se em fabricar justificativas e explicações para os eventos que narram.

Mas o que dizer dos eventos que se apresentam como a novidade, antes mesmo de “eclodirem” na cena pública, como é o caso do Comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro e a Marcha da Família, em São Paulo? Ou seja, falo de um tipo de acontecimento que se realiza primeiramente como expectativa, numa construção ficcional dos efeitos possíveis que poderá causar no espaço público a partir do momento que se efetivar.

³⁹ Superintendência da Reforma Agrária.

⁴⁰ *Antes e depois*. Folha de S. Paulo 1º. Caderno, p. 04, 10 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

Nesse caso, pode-se até falar que se tratam de dois acontecimentos distintos ligados a uma mesma matriz: um que se elabora a partir de um exercício de predição e o outro de retrospecção. Uma vez que ambos os momentos podem se tornar pontos de inflexão temporal importantes para outros eventos, tanto antes como depois de se efetivarem materialmente como ocorrência no cotidiano. Vejamos o caso do Comício da Guanabara.

Durante os dias que antecederam a realização do evento, no dia 13 de março de 1964, o comício da Guanabara ou da central do Brasil se torna, nas páginas da Folha de S. Paulo, o principal assunto a mobilizar matérias e reportagens. Na narrativa de predição, o evento é construído como acontecimento desastroso, desnecessário e resultado de extremismos dos grupos políticos que apoiavam João Goulart, quando não do próprio presidente. Isso acentua, logo em primeiro plano, a posição política do jornal contrária ao governo João Goulart e das pressões que o veículo realiza para que o comício fosse uma ocorrência malograda:

Apesar de insistentes não devem ter procedência as notícias de que o presidente da República estaria pensado em adiar o comício da Guanabara (...) ⁴¹.

Revelará o presidente da República alta dose de bom senso se contribuir para esvaziar o discutido comício (...) o ideal seria que o Sr. João Goulart compreendesse todos os inconvenientes da concentração ⁴².

À medida que se aproxima o dia do comício a tensão política recrudesce em todas as áreas (...) ⁴³.

(...) Os preparativos que se fazem para o próximo pronunciamento do chefe da nação, sexta-feira próxima, dia 13, até aqui ratifica apreensão (...) ⁴⁴.

(...) resultaram vãos todos os apelos dirigidos ao presidente da república para que usasse de sua influência (...) no sentido de cancelar a reunião (...) surdo ao bom senso, preferiu o Sr. João Goulart prestigiar uma

⁴¹ *Esforços para garantir êxito do comício de JG*. Folha de S. Paulo 1º. Caderno, p. 03, 03 de março de 1964.

⁴² *Editorial – Comício*. Folha de S. Paulo 1º. Caderno, p. 04, 07 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁴³ *Comício chega, tensão cresce, Jango repousa*. Folha de S. Paulo – Panorama político. 1º. Caderno, p. 03, 11 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁴⁴ *De 9 a 13 – Editorial*. Folha de S. Paulo 1º. Caderno, p. 04, 11 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

iniciativa vista com justificada apreensão por toda opinião pública nacional (...) ⁴⁵.

O Comício da Guanabara é, de antemão, apresentado como evento provocativo que possivelmente irá servir para instaurar ou aprofundar um tempo de instabilidade no país. Certamente, tal perspectiva se inscreve ainda na campanha que grupos políticos e empresários, programavam contra o governo.

Mas, além disso, destaca-se uma formulação antecipada do acontecimento num plano de possibilidades que visa direcionar o futuro a partir do presente, no qual a atuação do jornal é extremamente importante, porquanto o jornal “pré-escreve” o acontecimento concedendo-lhe uma aura de significação que poderá ou não influenciar a ocorrência propriamente dita no futuro.

O presente passa a ser apresentado como o tempo de “dolorosa perplexidade” ⁴⁶ e o futuro narrado sob projeções de incertezas e grandes temores. Sensações estas estimuladas nas páginas do jornal, que diariamente sugerem a ruptura iminente naquela ordem como demonstram as passagens abaixo:

A radicalização política (...) aproxima-se de limites sumamente perigosos ⁴⁷.

Tudo, nesse caso, vem desenvolvendo de maneira que justifica apreensão (...) às Forças Armadas de terra caberá (...) policiar a reunião. (...) É possível que ouçam coisas desagradáveis (...) essa incontinência verbal vexatória para as Forças Armadas, habituadas, antes de tudo, à disciplina pode ainda ir além (...) o próprio clima criado em torno do comício desaconselha sua realização ⁴⁸.

⁴⁵ *Comício Provocação*. Folha de S. Paulo – *Editorial*, 1º caderno, p. 04, 13 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁴⁶ *Comício Provocação*. Folha de S. Paulo – *Editorial*, 1º caderno, p. 04, 13 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁴⁷ *Radicalização* – Folha de S. Paulo, *Editorial*. 1º. Caderno, p. 04, 06 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁴⁸ *Comício* – *Editorial*. Folha de S. Paulo 1º. Caderno, p. 04, 07 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

Isso ajuda a transformar o comício da Guanabara em um marco antes mesmo de sua realização. A partir da posição ideológica da Folha o acontecimento é prognosticamente, formulado como ocorrência negativa e perigosa, em suas palavras; “um espetáculo que lembra as maciças concentrações populares organizadas e dirigidas para sustentar ditadores ou aspirantes a tal”⁴⁹.

Entretanto, a despeito de todas as suposições que faziam crer que o dia 13 seria uma ocasião desastrosa, na qual se podia aguardar desde atentados de fanáticos contra João Goulart a graves conflitos entre os participantes do evento, tudo transcorreu sem incidentes, embora, o discurso de João Goulart e de outros políticos como Leonel Brizola e Miguel Arrais tenham servido para desencadear novos significados para aquela noite.

A frustração é nítida, quando não se realizam as previsões sombrias, de tal forma que o jornal lança no dia seguinte um editorial de teor bastante agressivo que inicia com a pergunta: “Para que?”. Nele chega a chamar João Goulart de um “pre-fuehrer”.

Depois de uma longa, sensacionalista e até por vezes ridícula preparação psicológica, realizou-se sem maiores incidentes, como era de se esperar, o comício que as esquerdas promoveram na Guanabara. (...) Quando se pensa em termos daquela multidão arregimentada como todos sabem para bater palmas nas horas certas das palavras do presidente que se porta como um pré-“fuehrer” (...) é tempo de se perguntar a verdadeira finalidade desse comício⁵⁰.

Nesse momento, o veículo tenta se eximir de sua própria participação na construção daquela atmosfera tensa, como se não houvesse exercido uma atuação decisiva na construção da “longa, sensacionalista e até por vezes ridícula preparação psicológica” que agora critica, tentando assumir o lugar de veículo meramente informativo. Constatase, por conseguinte, a dialética entre previsão e imprevisibilidade,

⁴⁹*Comício Provocação*. Folha de S. Paulo – *Editorial*. 1º. Caderno, 13 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁵⁰*Para Que?* Folha de S. Paulo – *Editorial*. 1º. Caderno, p 03, 14 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

pois o que parece se realizar é justamente as expectativas dos organizadores do comício, objeto da ironia do jornal três dias antes:

Uma notícia diz que os promotores do comício do dia 13 esperam mais de 100 mil pessoas. Tanto pelego assim? E por falar nisso, digam aos mestres da língua qual o coletivo de pelego, para ficar mais fácil a quem tem que de referir-se às multidões deles⁵¹.

O jornal encerrou o editorial do dia 14 com um chamado às forças armadas, desafiando-as a defender “a constituição e a pátria”, o que marca de maneira clara a disposição do jornal de não apenas apoiar as possíveis ações contra João Goulart, mas estimulá-las:

Resta saber se as forças armadas, peça fundamental para qualquer mudança desse tipo preferirão ficar com o Sr. João Goulart, traindo a constituição e a pátria, ou permanecerão fiéis àquilo que devem defender, isto é, a constituição, a pátria e as instituições. Por sua tradição elas não haverão de permitir essa burla⁵².

Em 13 dias, o evento passa de um horizonte de expectativas para o plano da experiência. O acontecimento-possibilidade, realizado como ocorrência material, entra em um novo ciclo de significação e para o jornal se torna o indicativo de que era necessário preparar-lhe uma resposta imediata. Se o Comício da Central não se cumpriu como ocorrência desastrosa, serviu, ao contrário, para fortalecer os grupos políticos que a Folha combatia. Todavia, isso não que impediu que, ao efetivar-se no dia 13, o evento continuasse a fornecer os argumentos para novas formulações de sentido. A Folha mantém sua posição de realçá-lo como marco negativo e provocação.

Os setores de oposição que há tempos vinham condenando a realização do comício atiraram fogo contra

⁵¹ “Coletivo” 1º. Folha de S. Paulo, Caderno, p. 04, 10 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁵² *Para Que?* Folha de S. Paulo – Editorial. 1º. Caderno, p 03, 14 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

o chefe do governo para criticar, sobretudo, os ‘ataques à constituição’. O governador Carlos Lacerda após tachar a fala de João Goulart de ‘subversiva e estúpida’, chegou a dizer que a guerra revolucionária está desencadeada.⁵³

A matéria demonstra que, qualquer que fosse o resultado do comício do dia 13, tal acontecimento ajudaria a aprofundar a guerra contra João Goulart; se não fosse pelos resultados imaginados antecipadamente, seria por outros motivos escolhidos a partir de sua realização. Nos dias que se seguiram ao comício, a narrativa do jornal passa a ser feita sobre o exame do acontecimento passado, construindo-lhe imediatamente novas representações, mantendo-se ainda a intenção de futuridade em suas matérias. Se de um lado, o Comício da Central do Brasil continua a ocupar as páginas do jornal como mobilizador negativo, justificativa útil para incitar novas ações contra o governo, de outro, um novo evento passa a assumir o foco de suas atenções:

Amplia-se o trabalho de mobilização de entidades que participarão no próximo dia 19 da ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’. Dirigentes do movimento informaram à reportagem que o sucesso está garantido não só pelo prestígio das organizações participantes, como também pelo vulto das adesões – pessoas de todas as camadas sociais.⁵⁴

Deparamo-nos dessa forma com uma nova esquematização temporal. Se antes do evento do dia 13, o futuro era apresentado como o sombrio tempo da incerteza e da desorientação, que o comício representava, a marcha é construída como a preparação de um tempo de renovação das esperanças. A guerra mais evidente que se trava agora nas páginas do jornal é aquela entre o Comício, acontecimento passado, e a Marcha, acontecimento futuro:

(...) Dia 19 as mulheres de São Paulo, representando todas as camadas sociais, darão início a um movimento

⁵³ *Reações* – Semana Política. 1º. Caderno, p. 03, 16 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁵⁴ *Amplia-se a “Marcha da Família”*. Folha de S. Paulo (Capa), 16 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

que pretende ser de âmbito nacional em defesa da constituição e da democracia.⁵⁵

Com a utilização de múltiplos tempos verbais (passado, presente e futuro) as matérias efetivam uma ação de ordenação temporal que transforma categorias abstratas em objetos de uma compreensão prática, interferindo de forma ativa nas experiências cotidianas. Nesse sentido, não só há um desejo implícito de compreender as ações de seu tempo, mas principalmente, demonstra-se a intenção de controlá-las; nisso, a narrativa de predição do evento tem uma função poderosa.

Nesse movimento de interdição e elaboração, organiza-se a composição de uma teatralidade de eventos articuladora um movimento que acaba por inserir os acontecimentos em uma trama entre rompimentos e continuidades, numa uma ordem dialética, porém, coerente de significações.

Ao acompanhar dia-a-dia as matérias, percebe-se a estruturação de uma narrativa que permite aos leitores compreendê-la a partir de um programa de sistematização de sentidos organizado pelo jornal. No caso, há uma tentativa de convencê-los de que a disputa entre esses dois eventos era, na verdade, a escolha entre um tempo de desordens ou a defesa dos princípios democráticos, o que para o jornal, representava a manutenção dos interesses dos grupos sociais aos quais se vinculava, tais como empresários, classes médias urbanas e latifundiários. Entretanto, o discurso é elaborado como se tanto o veículo, como a Marcha representassem a “enorme parte do povo” brasileiro; o jornal tenta assumir um lugar de representação coletiva que o autorizava a falar em nome desse “povo”. Vejamos:

É evidente que uma grande, uma enorme parte do nosso povo, a sua esmagadora maioria acompanha com viva apreensão o clima que vai se procurando criar no país. Essa maioria ordeira e trabalhadora (...) pergunta com justa inquietação: *para onde vamos?*⁵⁶ (meus grifos)

⁵⁵A “*Marcha da Família*”. Folha de S. Paulo (Capa), 16 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁵⁶*Marcha da Família*. Folha de S. Paulo, 1º. Caderno, p. 04, 19 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

Ao contrário do comício, a marcha representou para a Folha o sucesso de suas predições, foi construída como tal. Na verdade, assim como ela conseguiu elaborar uma cadeia narrativa que atribuiu ao Comício da Central status de ocorrência negativa e malograda, também a Marcha da Família foi inserida em uma cadeia linear de sentido, que dessa vez, como evento exemplar, ocorrência histórica memorável narrada como parte da própria epopéia do povo paulista em sua salvaguarda da nação. Povo representado, naquele dia, pela mulher paulista num movimento espontâneo em defesa da ordem e da democracia. Em suas páginas, o acontecimento é narrado como sendo o fruto do desejo do “povo, apenas povo”, editorial do dia 20 de março de 1964:

Ali estava o povo mesmo, o povo povo (sic), constituído pela reunião de todos os grupos que trabalham pela grandeza da pátria, ciosos de suas tradições e de suas crenças e consciente de seus destinos democráticos (...). Aquele mar humano formou-se espontaneamente pelo natural desembocar de afluentes vários surgidos dos bairros e do interior, nascido nas mais diversas fontes. E formou-se de súbito, quase por um milagre ao simples apelo de um grupo de mulheres (...)⁵⁷.

O jornal omite, deliberadamente, o complexo processo de mobilização que envolveu igreja católica, grupos empresariais, representados por institutos como o Ipes (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) fundado em 1962; além da participação atuante dos governadores de São Paulo e do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, e outros políticos como Auro de Moura, presidente do senado e Cunha Bueno, um de seus principais articuladores, além dos próprios militares contrários ao governo.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade corroborou com os argumentos para os militares, posteriormente, justificarem suas ações, uma vez que certamente representou o apoio de importantes setores civis da sociedade. O evento é narrado como ocorrência cívica, grandiosa, “histórica” em defesa da pátria, procurando, construir uma idéia segundo a qual predominava a união e o consenso em torno, aparentemente, de um único fim – a defesa da causa da democracia brasileira.

⁵⁷*Povo, apenas povo* Folha de S. Paulo, – Editorial. 1º. Caderno, 20 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

Avancemos mais um pouco em seu discurso em busca dos sentidos de históricos produzidos a partir daquela narrativa:

A disposição de São Paulo e dos brasileiros de todos os recantos da pátria para defender a *Constituição* e os *princípios democráticos*, dentro do *mesmo espírito* que ditou a *Revolução de 32*, originou ontem o maior movimento cívico já observado em nosso Estado: a "Marcha da Família com Deus, pela Liberdade". [...] Meio milhão de homens, mulheres e jovens - sem preconceitos de cor, credo religioso ou posição social - foram *mobilizados pelo acontecimento*. Com "vivas" à *democracia* e à Constituição, mas vaiando os que consideram "traidores da pátria", concentraram-se defronte da catedral e nas ruas próximas⁵⁸.

No trecho, há a evocação de conceitos de caráter universais que ajudam a conceder ao acontecimento uma inscrição temporal mais ampla. Quando por exemplo, refere-se a ele como acontecimento agenciador de conceitos como “democracia”, “constituição”, “estado”, “pátria” e “família”, marcando os elementos de duração que o explicaria, objetiva-se conceder à marcha, profundidade política e histórica.

Não por acaso, o evento é oferecido no dia seguinte como marco histórico. A marcha ocupa completamente as principais páginas do jornal em uma longa matéria repleta de falas que assim a apresentam: “sentimos que hoje é um dia de importância histórica para o Brasil”, bradava Auro Moura, presidente do congresso nacional.

Um dia no qual se “fez história” é o que sugere toda a construção narrativa e, embora não se possa dizer, como adverte Koselleck⁵⁹, que o decurso das ocorrências históricas ocorra meramente como ordenações lingüísticas, os exemplos demonstram o entrelaçamento das duas dimensões, uma vez que, o estatuto da história é mobilizado como conceito agregador que exerce naquele momento uma função apelativa sobre o presente.

⁵⁸ *São Paulo parou ontem para defender o Regime*. Folha de S. Paulo (capa) 20 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁵⁹ *São Paulo parou ontem para defender o Regime*. Idem.

Fazer a história significava, notadamente, planejar o futuro. Nesse caso, a evocação do acontecimento de 1932 demonstra como a história é tomada como conceito reflexivo, o passado é chamado a falar ao presente para assim controlar os acontecimentos futuros. Vejamos outro exemplo, a fala do deputado Herbert Levy:

Vossa presença nesse momento histórico significa que o povo brasileiro não quer ditadura, não quer o *comunismo*. Quer *paz, ordem e progresso*. O povo está na rua *revivendo o espírito de 32* em defesa da constituição que fizemos com o nosso sangue. E, se preciso, iremos todos, velhos, moços e até crianças, para as trincheiras de 32⁶⁰.

A matéria segue destacando que, a todo o momento, o deputado foi interrompido por palmas, o que ressalta por sua vez a condição de testemunho do meio a asseverar o acontecimento; coloca-se, por conseguinte, como agente da história e, supondo-se que a história possa assim ser feita, pretende traçar-lhe objetivamente uma trajetória. Ligar o acontecimento de 1932 ao daquele dia tem por finalidade manter a linearidade entre um e outro, numa postura que destaca ao mesmo tempo a tentativa de manutenção de uma ordem posta naquele cenário, bem como, o agenciamento ao qual a marcha vai sendo submetida.

Há ainda outro elemento a ser considerado, o apelo realizado ao passado e a afirmação de que naquele momento se “fazia a história” pressupõem um interesse implícito de quem realiza a evocação. Ao alçar a marcha ao rol dos “grandes” acontecimentos históricos, o jornal defende principalmente uma intenção de futuridade ao pretender fazer daquele acontecimento, um momento fundador para conjuntura política do país ou, pelo menos, o respaldo simbólico para o que pudesse advir. Não por acaso, o evento tem início com a leitura de uma oração dirigida ao “Apóstolo Anchieta” por “uma mãe paulista”. A “oração” é o exemplo explícito de apelo à história:

Venerável apóstolo Padre Anchieta viemos de longe:
(...) viemos dos palmares, dos Guararapes, dos arrecifes,

⁶⁰ “Espírito de 32”. Folha de S. Paulo, 1º caderno, p. 06, 20 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

guardando fronteiras (...) viemos de longe trazendo na alma as lições de civismo, de patriotismo e de fé, que ouvimos da boca de Vieira, de Nabuco, de Rui e de José do Patrocínio. (...) Viemos de longe trazendo nossa rotina à imagem dos nossos heróis (...). Viemos do chão sagrado da Praça da República – onde tombaram os primeiros mártires de 32 (...) sustentai a fidelidade e a lealdade dos homens públicos (...) à constituição, à vocação histórica, às tradições cristãs e à paz da família brasileira⁶¹.

Percebamos uma questão importante a partir dessa citação: tanto os agentes sociais que organizaram a marcha, como o próprio jornal, sabem da importância do chamamento à história naquele momento, para voltar ao início do capítulo é novamente o *Theatrum mundi* posto em movimento, numa atitude que, segundo Agnes Heller, atesta um processo de autoconsciência histórica efetivado em uma dada historicidade.

Aqui chamo a atenção para o fato de que em nenhum momento, o jornal se refere ao comício como marco histórico, pelo contrário, ele é narrado como evento anti-histórico, exatamente porque o texto somente atribui à história qualidades que ressaltam a continuidade, o progresso e, sobretudo, a ordem de um processo linear; história como vocação, numa narrativa marcada pelas oscilações entre uma história ora narrada como destino – a heróica saga do povo paulistano – ora preconizada como escolha, numa perspectiva que abre espaço para que os homens possam prevê-la e planejá-la, tal como a própria marcha é posta como exemplo.

Ambos os eventos apresentam uma característica singular: foram acontecimentos-possibilidade antes de se efetuarem como ocorrência no cotidiano; tornaram-se eventos midiáticos antes de se constituírem em experiência prática. Apresentavam-se, conseqüentemente, com um forte potencial de agenciamentos de sentidos, antes de se tornarem aquilo que Paul Ricoeur⁶² define como o momento de eclosão e rompimento em uma dada ordem. Teriam ou não a possibilidade de assim se configurarem. Entretanto, mesmo nessa fase de sua apresentação, configura-se também

⁶¹ *Mães oram ao Padre Anchieta*. Folha de S. Paulo, 1º. Caderno, p 08, 20 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁶² RICOEUR, Paul. *Événement et sens*, in *Raisons Pratiques*, No. 02 *l'événement en perspective*, Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1991.

como um tipo de experiência; uma vez que movimenta, efetivamente, outras ações naquele momento.

A notícia enquanto a novidade insurgente é apenas o aspecto mais visível dessa escritura que opera com dimensões temporais fundadas de maneira muito mais profunda nas estruturas culturais daquela sociedade. Os elementos de construção de significados tornam a narrativa midiática também uma narrativa histórica, pois, colocam em ação tecnologias de sistematização temporal complexas, capazes de lidar no presente com várias dimensões temporais. Até aqui, há uma ênfase na experiência do passado como perspectiva de uma valorização para o futuro. É preciso que se destaque também que a reflexão imediata de tais eventos como históricos expõem elementos de distinção e auto-identidade, que podem ser constados pelas constantes comparações entre outros tempos e a busca de heróis no passado.

2.4 O Acontecimento-acaso: A Revolta - o inesperado entre retrospectões e projeções

Tentei demonstrar no tópico anterior que tanto a Marcha como o Comício têm suas narrativas iniciadas antes de se tornarem experiência concreta do cotidiano, o que destaca uma pré-escritura que os introduz de maneira singular na cena pública. Ocorrem, portanto, primeiramente como projeção para, posteriormente, serem objetos de retrospectiva pelos meios de comunicação.

Entretanto, nem todos os acontecimentos são passíveis de serem anunciados antes de sua efetivação. Pelo contrário, boa parte deles emerge advinda de situações imediatas e inesperadas do cotidiano, o que coloca os meios de comunicação em uma condição de posteridade em relação a eles. Analisam e significam ocorrências que os antecederam, na medida em que não eram esperadas e, nesse caso trabalham, no primeiro momento, amparados em uma atitude de retrospectão – mesmo que no plano de um curto espaço temporal – para em seguida, retomarem o processo de projeção dos efeitos daqueles eventos. É assim que a Revolta dos Marinheiros emerge na cena pública daquele mês de março de 1964.

Enquanto trava-se uma luta cotidiana na formulação dos dois eventos antes mencionados, ainda no mês de março, ocorre a irrupção do inesperado. Se o Comício da Central e a Marcha da Família transitavam entre uma narrativa de predição e outra de retrospecto, no dia 25, outro evento começa a se configurar na cena pública de forma súbita: a revolta dos marinheiros, episódio que, embora seja quase imediatamente explicado pela conjuntura de tensão daqueles dias, representou a surpresa posta em cena.

Em 24 de março de 1964, reunido na sede da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), entidade não reconhecida pelo almirantado, um grupo de marinheiros e fuzileiros lançava uma pauta de reivindicações visando a melhoria das condições de vida dentro da marinha. Tal reunião foi recebida como ato de indisciplina, fazendo com que, no mesmo dia, o ministro da marinha, almirante Silvío Mota, submetesse punição aos líderes do movimento, que deveriam ficar presos por 10 dias.

O que em outra circunstância poderia ser um evento interno da marinha, ganha contornos dramáticos nas páginas do jornal, aprofundado, especialmente, quando o movimento dos marinheiros agrega às suas reivindicações o apoio às reformas de João Goulart. Tal ocorrência acabou por colocá-lo em uma posição delicada entre os grupos políticos que o apoiavam e o possível agravamento de suas relações com o alto comando das Forças Armadas.

A manchete de capa do dia 25 já demonstra a potencialidade de agravamento que o evento poderia adquirir: “Sílvio Mota diz que não tolera idéias subversivas”. Na mesma matéria, transcreve a nota da AMFNB através da qual a associação divulgava suas reivindicações e advertia as “mais altas autoridades” para que tomassem providências para sanar “as perseguições e injustiças sofrida pelos subalternos da marinha”.⁶³ Embora haja a transcrição da nota, a própria apresentação do acontecimento a partir da admoestação do ministro da marinha, dá indício sobre como o jornal iniciava o agenciamento de sentidos sobre aquele evento. Vejamos a matéria em que a Folha analisa seus desdobramentos dois dias depois:

⁶³Nota da AMFNB. Folha de S. Paulo, 1º. Caderno, p. 03, 25 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

O ato comemorativo do segundo aniversário da associação (...) *foi* um *desafio*. Não ao presidente da república, certamente, *mas às instituições que o presidente pretende reformar*. É mais gritante uma manifestação como esta saída de um setor das Forças Armadas, do que aquelas surgidas de organizações sindicais. Ali existe o hábito e a disciplina e, no entanto, os regulamentos se mostram impotentes.⁶⁴

No dia 26, situação se aprofunda com a disposição do ministro em não ceder às pressões, optando pela demissão a ter que voltar atrás em suas determinações. Dessa maneira, o jornal dava a notícia que os “Marinheiros forçam renúncia do ministro: crise agravada”⁶⁵. Segundo a matéria, o ministro se demitia por ter desatendido a determinação do Presidente da República, uma vez que mantinha a ordem de punição disciplinar para os envolvidos no episódio, fazendo o que considerava “ser o seu dever irremovível” segundo a Folha citando o próprio ministro. Para o jornal a crise se acentuou ainda pelo fato dos marinheiros virem a público lançando nota desafiadora ao ministro demissionário:

(...) Pela nota da associação dos marinheiros e fuzileiros que a rádio Mayrink Veiga divulgou nas últimas horas (...) os marinheiro respondem ao pronunciamento de Silvio Moto acusando-o de “perseguições e injustiças”, “em desrespeito expreso ao presidente da república” (os destaques são do próprio jornal)⁶⁶.

O pano de fundo no qual se organiza a série de eventos desencadeados em torno da revolta dos marinheiros era a crise política estabelecida no país e a posição do próprio jornal diante dela. Dessa forma, as explicações eram organizadas em uma classificação de problemas entre elementos de anterioridade e posterioridade que demonstravam os limites da situação do jornal frente ao governo. Quando finalmente Silvio Mota entregou sua carta de demissão em caráter irrevogável no dia 28, o jornal avaliava, no dia seguinte, que a partir daquele ato, João Goulart reorganizaria

⁶⁴ *Crise na Marinha mobiliza o governo*. 1º caderno, p. 03, 27 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁶⁵ *Marinheiros forçam renúncia do ministro: crise agravada*. Folha de S. Paulo, (capa), 26 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁶⁶ *Marinheiros forçam renúncia do ministro: crise agravada*. Idem.

“totalmente o comando naval, entregando-o por inteiro a homens fiéis à sua orientação política”, todavia, chamava atenção que nada impedia “absolutamente, que o episódio tenha um desdobramento, pelo contrário, espera-se que assim seja, embora não se possa imaginar ainda a profundidade do que virá”.⁶⁷

A revolta começa a ganhar uma unidade de sentido mais densa quando, no dia 29, todos os marinheiros são anistiados. Na narrativa diferentes acontecimentos passam a compor um todo, ainda em aberto, que estendia os efeitos daqueles dias para o futuro. Como demonstrado na citação acima, esperava-se que os resultados daquelas ações ainda se manifestassem com bastante gravidade.

A revolta ganhava consistência de evento emblemático e na mediada que seus efeitos passavam a orientar novas articulações numa transposição de experiências ao centro de uma trama que começava a se encaminhar para outra ocorrência de maior gravidade. Pode-se assim perceber como a narrativa midiática lida com o inesperado, rapidamente, ajudando a capturá-lo em uma estrutura diacrônica de significação. O Editorial do dia 29/03/1964 conclui:

A nação não tem o direito de iludir-se mais. A vaga insurrecional que engolfa o país já atingiu as Forças Armadas. O princípio (...) está seriamente abalado nas corporações que se destina a assegurar a lei e a ordem (...)⁶⁸.

A crise na marinha é a última grande peripécia de uma sucessão de eventos “menores” de uma narrativa cujo núcleo parecia se anunciar de forma muito mais nítida nas páginas do jornal: a possibilidade de golpe; acontecimento cada vez mais mencionado direta ou indiretamente. A tensão presente nas matérias dava a sensação muito clara de que algo maior estava por vir, evento possível, ainda não definido, mas, projetado em novas texturas de antecipação.

⁶⁷*Fim da Rebelião: JG circunscreve a crise* – Folha de S. Paulo, coluna de D Alembert Jaccoud. 1º. Caderno, p. 03, 28 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁶⁸*Indisciplina vitoriosa – Editorial*. Folha de S. Paulo, 1º. Caderno, p. 04, 29 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

Com a revolta dos marinheiros, o futuro novamente passa a ser narrado como incerteza e inquietude, prenunciando a eclosão de um novo evento. Acontecimento que, não somente para a Folha, mas para os grupos civis e militares que apoiavam as ações contra João Goulart, representou mais uma justificativa para a construção dos argumentos quanto à necessidade de intervenção no governo federal e a “retomada” de uma ordem que, para o jornal, já parecia estar perdida. Ainda no dia 28 de março, o colunista do jornal, D’Alembert Jacoud, advertia:

A reação virá e será forte, ninguém duvida. As críticas do almirantado ao governo, violentíssimas, ressoarão no Exército e na Aeronáutica. Em nome da hierarquia e da disciplina movimenta-se a “oposição militar” procurando mobilizar a oficialidade ciosa daqueles princípios básicos da instituição militar⁶⁹.

A revolta foi acolhida nas páginas da Folha dentro do universo de ocorrências que se apresentavam como possibilidades naquela conjuntura. Embora o evento desencadeie detalhes imprevisíveis, passa a ser enquadrado em uma estrutura de significação na qual tanto o comício, como a marcha haviam sido também inseridos.

Entre o dia 24, dia da reunião deflagradora, e a anistia concedida aos marinheiros e fuzileiros por João Goulart, desenrolou-se uma complexa batalha de agenciamentos que circundou aqueles eventos. Mesmo ainda configurada como ocorrência aberta, entre os dias 24 e 29, a revolta é escrita a partir de um espaço de pré-compreensão que acaba por impregná-la de códigos e significados.

Ou seja, pode-se dizer que a escritura da Revolta através do jornal se situa entre uma ordem paradigmática, que estabelece uma interconexão horizontal de significados, explicada pelos próprios detalhes de seus eventos internos, como se manifesta também como elemento representativo de uma ordem sintagmática numa elaboração discursiva que tenta construir um sentido geral para enquadrar o evento na narrativa global da crise política.

⁶⁹ *Fim da Rebelião: JG circunscreve a crise*. Folha de S. Paulo, coluna de D Alembert Jaccoud. 1º. Caderno, p. 03, 28 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

Em 31 de março, “os clubes Naval e Militar tomam posição conjunta”, era a manchete com a qual o jornal abria a edição daquele dia. Logo em seguida, na página três, em outra reportagem, anunciava: “UDN e PDS unidos para derrubar João Goulart”. Fechando a lista das ocorrências dramáticas daquele 31 de março, o jornal ainda dava a notícia sobre o manifesto do governador de Minas Gerais, incentivando a reação militar contra João Goulart. Em sua coluna, com artigo intitulado “Jogando na crise o futuro do Brasil” D’Alembert Jacoud, em uma breve retrospectiva dos eventos, pelos quais afirma não ter sido surpreendido, a exceção de um, interrogava sobre o futuro, embora desse a entender que pudesse saber mais do que informava:

(...) em 4 dias a situação nacional agravou-se, consideravelmente, sem fugir, no entanto, a linha de nossas previsões anteriores. Apesar da crise na Marinha e da mobilização de uma frente de governadores contra o governo federal, só houve um fato realmente novo: a definição do governo de Minas Gerais, Magalhães Pinto contra o presidente (...) a impressão generalizada no Rio é a de que alguma coisa vai acontecer nos próximos dias. Talvez nas próximas horas (...) ⁷⁰.

A partir da reflexão sobre esses três eventos, pode-se constatar que várias ordens engendram as explicações que foram construídas sobre eles no fluxo das notícias. O caráter de mediação da narrativa jornalística não se manifesta somente na disposição de eventos na cena pública, mas também, na tessitura de várias dimensões temporais que tornam o tempo mais do que um conceito e o faz existir como categoria compreensível a partir do ato narrativo.

Os três eventos ocorreram em um espaço de 31 dias, embora através das páginas do jornal tenha-se a sensação de que, entre eles, viveu-se um tempo muito mais longo do que o que realmente ocorreu; exatamente, porque o texto joga com categorias de passado e futuro como fortes pilares de expectativa e referências e, com isso, consegue estabelecer marcos entre um tempo fora do texto e o tempo configurado em suas folhas diárias.

⁷⁰*Jogando na crise o futuro do Brasil*. Folha de S. Paulo, 1º. Caderno, p. 03, 31 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

As referências à história e ao passado significam o presente, fazendo com o futuro oscile entre um tempo de incerteza, como nos discursos dirigidos ao Comício da Guanabara; tempo de esperança, quando se elabora os possíveis resultados da Marcha da Família; e indagação frente à inesperada Revolta dos Marinheiros.

Naquele dia 31 de março de 1964, é com o tempo do padecer que o jornal confronta seus leitores; a espera ansiosa que criava uma sensação temporal, simultaneamente, tensa e angustiante, na qual o pessimismo era muito mais presente do que a esperança.

(...) Por enquanto a grande expectativa que existe se refere à posição do exército. Jango, porém, acha que o exército garantirá o governo, até mesmo porque o governo não tentará golpe (...) ⁷¹.

Na madrugada do dia seguinte, as forças militares já haviam se posicionado em pontos estratégicos do país forçando a deposição de João Goulart que acontece poucos dias depois. Naquela manhã de 1º de abril de 1964, os leitores da Folha de São Paulo depararam-se com a manchete: “II Exército domina o vale do Paraíba”.

É possível que, mesmo entre os que comemoravam se pudesse sentir o peso de um evento que efetivamente instaurava naquele momento uma nova ordem. Para os que o conduziam, era o restabelecimento da ordem; a revolução de 1964, associando-se assim, 64 a 32, número simbólico que, ironicamente, duplicava o peso do passado sobre o presente. Mesmo que para alguns analistas o golpe viesse de qualquer forma, aqueles que ajudaram a orquestrá-lo podiam ter plena clareza do que se iniciava ali, embora, a Folha o saúde com regozijo.

2.5 O Acontecimento-síntese: o Golpe e a espera do inesperado - projeções, irrupções e retrospectões

⁷¹ *Jogando na crise o futuro do Brasil*. Folha de S. Paulo, 1º. Caderno, p. 03, 31 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

Voltou a nação, felizmente, ao regime de plena legalidade que se achava praticamente suprimido nos últimos tempos do governo do ex-presidente João Goulart. E isso se fez, nota-se, com o mínimo traumatismo, graças ao discernimento de nossas forças armadas para conter os desmandos de um político que, cercado de assessores comunistas, procurava manobrar o país⁷².

Em 1985, o historiador Hélio Silva, ao realizar uma reflexão sobre os 20 anos de golpe, fez a seguinte afirmação: “há, no Brasil mais ojeriza à palavra ditadura do que à sua prática”.⁷³ Em princípios da chamada abertura política, o autor avaliava que nossa história política nos apresentava muitos exemplos de governos com característica ditatoriais, mas que rejeitaram com veemência a carga negativa do próprio conceito, definindo-se assim, a partir de outras denominações menos depreciativas. Governo revolucionário, populista, e até mesmo autoritário soariam menos pejorativamente do que a pecha de governo ditatorial.

Ao começar esse ponto chamando atenção para tal questão, quero destacar a relação fundamental entre espaço de experiência e horizonte de expectativa⁷⁴ na constituição dos acontecimentos na mídia. Necessariamente, iremos nos deparar com uma intrincada rede de elaboração de sentido que está no texto da Folha, mas também, fora dele; o que servirá para investigar como, projeções, retrospectões e acasos se movimentam em uma mesma narrativa, pragmática e lingüística, para elaborar o que hoje conhecemos como o Golpe de 1964.

Tal constatação leva ao primeiro elemento dessa análise: o fato de o golpe figurar, naquela conjuntura, tanto no espaço de experiência, como no horizonte de expectativa, ou seja, como acontecimento possível dentro daquele panorama. Nesse caso, estou falando aqui de duas dimensões basilares que possibilitam à sua compreensão: a relação entre espaço e tempo e, por conseguinte, a associação entre o

⁷²*O Brasil continua* – Folha de S. Paulo, Editorial. 1º. Caderno, p. 04. 03 de abril de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁷³SILVA, Hélio. *1964, vinte anos de Golpe Militar*. Porto Alegre. L&PM, 1985. p. 39.

⁷⁴KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed.PUC-RJ. 2006. pp.305-328.

passado e o futuro. Portanto, a ocorrência de um acontecimento como um golpe de estado naquele momento se manifestava tanto como experiência, uma espécie de passado presente, como também, de expectativa para o futuro, ou um futuro presente.

Essa tensão é informada, por exemplo, pelo desenrolar de outros eventos, ainda muito vivos em 1964. Não se pode esquecer que entre os anos 40 e 60 o Brasil vive um conjunto de situações políticas muito marcantes, o governo ditatorial e populista de Getúlio Vargas, seu posterior suicídio, o governo de Juscelino Kubitschek e a renúncia de Jânio Quadros, pouco depois de ter assumido a presidência. A própria posse de João Goulart, e sua quase inviabilização pelos militares – que o viam com bastante desconfiança por sua ligação com setores da esquerda – está incluída nesse emaranhado de situações. Intercalando cada um desses momentos, as constantes investidas contra a ordem democrática faziam desse acontecimento uma possibilidade cotidiana.

Por conseguinte, a idéia de golpe, representava um permanente ponto crítico, uma vez que os vários grupos políticos davam a entender que tal artifício político poderia ser acionado a qualquer hora, embora, nenhum deles, efetivamente, enunciasse claramente suas pretensões a futuros “golpistas”, pois o próprio conceito funcionava como categoria negativa e incerta para ambos. Vejamos:

(...) Não *haverá* golpe algum, nem *haverá* continuísmos – 65 *será* mais aflito que 60, mas nos *dará* porta hábil para o novo quinquênio presidencial, sem reeleição, sem cunhadio (...) sabem todos e se não sabem intuem, que *o golpe é o desconhecido e a insegurança*.⁷⁵ (meus grifos)

Antes de se efetivar em 31 de março daquele ano, enquanto ocorrência no cotidiano, o golpe estava como o elemento pensável diante das especulações sobre os rumos do país naqueles dias. Estruturas sociais, política e simbólicas faziam dele um evento admissível, graças “às mediações simbólicas da ação”⁷⁶ presente naquele contexto, muito embora, esteja em uma categoria muito diferente daqueles que

⁷⁵ *Cronista assegura: não haverá golpe!* Folha de S. Paulo, 1º. Caderno, p. 03, 26 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁷⁶ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomos I, São Paulo: Papyrus Editora, 1997, p. 88.

mencionados como acontecimentos-possibilidade, uma vez que, estes últimos se organizaram, antecipadamente, em uma perspectiva temporal delimitada por um marco de futuro conhecido *a priori*; a surpresa, nesse caso, seria sua não realização.

A cinco dias do Golpe, o texto do jornalista Pedro Leite, pode ser lido ainda como um lembrete para todos aqueles que se “não sabiam, deveriam saber”, que o golpe seria um mergulho “no desconhecido”. Em sua coluna afirmava com contundência que não haveria golpe, mas trazia, contraditoriamente, um aviso sobre o risco dele vindo das esquerdas e dos grupos que apoiavam a João Goulart e, de certa forma, era a eles que se dirigia em tom de admoestação:

(...) A opinião que realmente pesa hoje no destino brasileiro não tem o menor interesse em manobras ilegais ou extralegais (...). Há esses decretinhos, de efeito aleatório, mas passam, tudo voltará aos eixos. A luta das reformas continuará, e no legal, e virão mudanças, com JG ou com seu sucessor, ou sucessores. Mas virão. Isso porém não deve tirar o sono de ninguém (...) virão sem golpes e badernas, sem caudilhadas, sem continuísmos⁷⁷.

No dia seguinte, o colunista volta a insistir na questão:

Falou-se aqui ontem em golpe e dando a entender que o temor deve nascer exclusivamente dos movimentos suspeitos de Jango. Esse o principal nascente atual, mas não o único. (...) Golpe de Jango pode dar tremores a radicais escovados, no entanto, o desejam (...)⁷⁸.

Em oposição aberta a João Goulart, o jornal Folha de S. Paulo investe numa idéia de golpe ligada aos apoiadores do presidente e, embora, considere que outros grupos de extrema direita pudessem também preparar a ação, somente o fariam estimulados pelos excessos da esquerda e por aquilo que eles denominavam de

⁷⁷ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomos I, São Paulo: Papyrus Editora, 1997, p. 88.

⁷⁸ *Golpe à direita visa marcha à direita* – Folha de S. Paulo, Coluna Sal da Terra. 1º. Caderno, p. 05, 27 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

acelerado processo de “comunização” do país. No começo de março, ao lançar um editorial intitulado “Radicalização”, a Folha de S. Paulo já havia advertido:

Mais vezes merecem criticas os radicalismos de esquerda que os de direita. É que eles são mais agressivos, mais mononucleares, mais danosos ao país. Recebem hoje, é inegável, o beneplácito do governo federal e por isso mais perigosos⁷⁹.

A narrativa política de princípios de 1964 constrói-se marcada por incertezas quanto aos rumos do país – mesmo em relação à administração de João Goulart em muitos momentos relutante em relação à maneira como as reformas de base seriam realizadas – tanto é que a partir do Comício da Central do Brasil, com a assinatura de decretos como a encampação das refinarias particulares e criação da Superintendência da Reforma Agrária – Supra, ficava clara a tentativa de diminuir o peso do congresso no processo. Tais escolhas serviam de estímulo aos grupos políticos conservadores com os quais a Folha comungava e, a partir de um dado momento, o jornal apresenta como desafio implícito em suas matérias e reportagens a construção de uma unidade política de ação com fins de fortalecer a oposição a João Goulart. Suas intenções se assentam em uma experiência que se configurava como o passado atual daquele presente, o que servia para a elaboração “racional quanto às formas inconscientes de comportamento”⁸⁰.

Na elaboração narrativa daquele 1º de abril de 1964, está presente a utilização de conceitos assimétricos opostos que marcam relações de diferenciação e auto-identidade revelada muito antes, quando se acentua a oposição aberta a Goulart, o que serviu para a própria formulação semântica e a definição de lugares na construção de significados para aquele dia.

Lembro, mais uma vez, que nenhuma obra ou produto simbólico que se propõe a refletir, apresentar ou narrar o real se impõe sobre as experiências em uma via de mão única. Ao contrário, é a partir de tais experiências que pode se constatar a

⁷⁹*Radicalização* – Folha de S. Paulo, *Editorial*. 1º. Caderno, p. 04, 06 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁸⁰KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed.PUC-RJ, 2006, p. 309.

necessidade humana de narrar histórias e construir-lhes sentido, sendo, portanto, o texto midiático uma ação no mundo. Como lembrou Ricoeur, cada sociedade, grupo humano ou indivíduo está imerso em um emaranhado de histórias não contadas, não sistematizadas e, “a consequência principal dessa análise existencial do homem como ser emaranhado em histórias é que narrar é um processo secundário, o do tornar-se conhecido da história (...). Narrar, seguir, compreender histórias é só a continuação dessas histórias não ditas”.⁸¹

O recurso à utilização de conceitos pelo quais passam a delimitar seu grupo e àqueles ligados ao presidente ganha força e sistematização. “Bolchevização”, “comunização”, “subversão”, “desordem” passam a estabelecer os elementos de referência aos apoiadores de João Goulart. Ao lado do próprio conceito de golpe, é comum menções à “ditadura” constantemente associada à imagem do presidente, especialmente, ao se colocar em destaque sua vinculação no passado com Getúlio Vargas e ao trabalhismo, descrito como radical, agora representado por Leonel Brizola, liderança de maior expressividade do movimento. A Folha chega a afirmar, no começo de março, que se vivia uma situação de franca ameaça à federação, já que, “o espírito da ditadura ainda permanece entre nós, viciando as bases mesmas da nossa vida e democracia”⁸².

Onde não há resistência organizada, vence a inércia. E esta no Brasil tantos anos dominados pela ditadura consiste em manter vivos os esquemas da ditadura⁸³.

Conceitos gerais de autodeterminação passam a funcionar como forma de caracterização que não apenas indicavam tais grupos, mas os distinguia radicalmente em termos políticos. O jornal e seus apoiadores são configurados como os representantes da democracia, da ordem e da própria história, enquanto do outro lado, os elementos da subversão ameaçavam o processo de desenvolvimento da nação.

⁸¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomos I, São Paulo: Papyrus Editora, 1997, p. 116.

⁸² *Federação Armada*, Folha de S. Paulo, – Editorial. 1º. Caderno, p. 04, 04 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁸³ *Federação Armada*. Idem.

Não se pode alimentar ilusões sobre a nova atividade comunista nesse país ou daqueles setores a ele aliados (...) ai está os desvirtuamentos dos sindicatos, as falsas organizações sindicais que montaram uma fábrica nacional de greves, a infiltração comunistas na administração federal. Ai está o abuso que essas correntes fazem de certos conceitos⁸⁴.

“Comunismo” passa a ser o conceito síntese a representar tais grupos e funciona como mobilizador de justificativas para que fosse fortalecida a oposição ao governo. Num claro arranjo para estruturar uma política de ação com esse fim, há uma contínua distribuição de mensagens e textos dentro do jornal que abordavam a necessidade de combate a esses grupos; quer apresentadas em grandes matérias, ou em pequenas notas como a que se segue:

Comunismo – começam a pipocar por aí ligas e sociedades de luta contra o comunismo. É preciso, todavia, não esquecer que não bastam palavras nem manifestações semelhantes para essa luta. O essencial é lutar para que desapareçam as condições em que o micróbio do comunismo viceja⁸⁵.

Ao recorrer a esse artifício o jornal fazia com que sua narrativa diária trabalhasse em torno da construção de uma unidade ficcional de ação, colocando em lado oposto conceitos como família, estado, igreja e democracia, que funcionavam como elementos de auto-identificação de seu próprio grupo. Lembrando Koselleck⁸⁶, reclamava, dessa forma, o direito exclusivo à universalidade, haja vista, que ao aplicar tais conceitos lingüísticos apenas ao seu grupo, rejeitava que os demais pudessem ser representados por eles.

Ao colocar em movimento uma série de conceitos assimétricos opostos para caracterizar grupos distintos, o jornal acabava por exercer várias formas de negação e

⁸⁴ *Radicalização* – Folha de S. Paulo, *Editorial*. 1º. Caderno, p. 04, 06 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁸⁵ *Comunismo*. Folha de S. Paulo, 1º. Caderno, p. 04. 12 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁸⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed.PUC-RJ, 2006, p.192.

interdição. Ao se manifestar como o defensor da democracia e do “povo brasileiro” a Folha, excluía, conseqüentemente, o outro de ser representado por tais denominações. Vejamos a conclamação para Marcha da Família, publicada pelo jornal, em 18 de março, dirigida à “mulher paulista”.

Os nossos direitos de amar a *Deus* e a *Liberdade* e a Dignidade de nossos maridos, filhos e irmãos estão ameaçados pelo *comunismo*, primário em seus instintos e bruto em seus sentimentos. Eles se acham em plena marcha para submeter o Brasil à escravidão da sua *ditadura* retrógrada *anti-humana, anti-cristã* fracassada na quase faminta Rússia e na faminta China (...) os comunistas altamente acumpliciados preparam-se para o assalto final às igrejas de todos os credos e a todas as liberdades de todos os cidadãos (...). Vamos para as ruas antes que o inimigo chegue às nossas igrejas⁸⁷. (meus grifos)

Na prática se pretendia a afirmação dos setores, os quais a marcha proclama como os únicos representantes do povo e, além disso, sugere-se um consenso em torno de suas reivindicações por meio da propaganda que os distinguia dos grupos “anti-humanos”. A utilização de tais conceitos opostos servia não apenas para recomendar uma unidade de ação, mas também, para construí-la a partir de caracterizações específicas. Um exemplo que evidencia tal intenção é a própria definição de povo, utilizada pelo jornal. Enquanto no Comício da Central, as mais de 150 mil pessoas eram, na verdade, “a pelegada de vários estados, arrebanhada para esse fim”⁸⁸, na Marcha da Família “estava o povo mesmo, o povo povo”⁸⁹, atentando uma autodenominação que excluía categoricamente o outro.

Ao longo do mês março além da oposição entre comunismo e família, comunismo e igreja, comunismo e ordem, etc., como já chamei atenção, outros dois – golpe e ditadura – sempre aparecem relacionados aos grupos ligados a João Goulart, portanto, no jogo narrativo, funcionavam como característica atribuída a eles servindo

⁸⁷ *Mulher paulista, mãe paulista, esposa paulista, irmão paulista*. Folha de S. Paulo, (anúncio). 1º. Caderno, p. 03, 18 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁸⁸ *Comício Provocação*. Folha de S. Paulo – *Editorial*, 1º caderno, p. 04, 13 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁸⁹ *Povo, apenas povo* Folha de S. Paulo, – *Editorial*. 1º. Caderno, 20 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

como advertência ao futuro numa crescente preocupação em distinguir um grupo do outro:

O comício de ontem se não foi um comício de pré-ditadura, terá sido comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio Sr. João Goulart⁹⁰.

O jornal e, por conseguinte, os grupos que representa, excluem-se como agentes produtores das experiências que evocam, apresentando-se como aqueles que padeceram sob seus efeitos, o que os colocaria em uma condição de desvantagem em relação aos outros. Dessa forma, estabelece-se uma distinção ainda mais aguda: a inversão de papéis na interpretação das experiências do passado, o que influencia a construção de expectativa sobre o lugar de onde o golpe poderia partir. Por isso, jamais as ações realizadas no dia 31 poderiam ser definidas pelo jornal como um golpe, não obstante, tratava-se de restabelecer o país “ao regime de plena legalidade”.

A nomeação de “movimento armado” ou “revolução” preconizam significação totalmente diferente dada ao evento pelo jornal. No editorial, “Expurgos” de 4 de abril de 1964, o jornal pergunta, para que o movimento que acabou “com o abandono do poder pelo ex-presidente”, ao que trata de responder, logo em seguida:

(...) Para restabelecer o império da lei (...) e também para demolir a ditadura comunista que se estava alojando no governo (...). Posta abaixo aquela ordem (...) impõem-se a tarefa de reconstruir o regime. Para isso, e óbvio inadiável, se torna afastar de todos os postos de confiança os elementos ali infiltrados para o nocivo processo de comunização do país.⁹¹

Entre a efetivação dos três eventos no mês de março e o acontecimento desencadeado na noite do dia 31, havia uma circulação de elementos dinâmicos (sociais, políticos, religiosos) que informaram o acontecimento mesmo antes de sua efetivação.

⁹⁰ *Para Que?* Folha de S. Paulo, – Editorial. 1º. Caderno, p 03, 14 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁹¹ *Expurgos – Editorial.* Folha de S. Paulo, 1º. Caderno, p. 04, 04 de abril de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

No entanto, embora muitos elementos o “pré-anunciassem” não podemos colocar o golpe na mesma condição de acontecimentos-possibilidade como o foram o Comício e a Marcha, nem considerá-lo como acontecimento-acaso nos moldes da Revolta. Isso porque o acontecimento do dia 31 de março acaba sendo uma interseção entre o três, na medida em que carrega elementos tanto de predição como de retrospectão e, ao mesmo tempo, passa a figurar como uma síntese a partir da qual se explicam os demais. Enquanto tal, se apresenta como evento agregador e universalizante.

Sua configuração através dos meios de comunicação pode ser lida não somente como a ocorrência que eclodiu em uma dada ordem, mas como aquela que marcou em profundidade no próprio momento de sua efetivação. Estabelece, a partir daquela ocasião, um ponto de inflexão temporal capaz de ordenar temporalidades e sentidos dispersos em uma mesma narrativa.

Apesar disso, a ação dos militares não deve ser vista como uma quebra total entre as experiências do passado e as expectativas que sugeriam sua possibilidade. Isso porque, se era possível a construção de tais prognósticos, é porque, em uma dimensão política, ainda não havia se estabelecido uma ruptura profunda entre experiência e expectativa. A Folha soube capitalizar tais experiências de forma a significar expectativas para o futuro para justificar o apoio àquelas ações.

Sob aspectos sociais e simbólicos o evento tornou-se emblemático também por ser capaz de inaugurar um novo ciclo hermenêutico de significações. O que no futuro dará possibilidade de outras leituras, interpretações e explicações. Intervenções que nunca serão as mesmas, mas, que também jamais poderão realizar uma quebra total de seus fundadores de sentido iniciais.

A estruturação de caracterizações lingüísticas e semânticas atinente a cada um dos grupos funciona ainda como uma preparação para o que poderia vir e, mesmo que não fosse possível uma clareza afirmativa sobre o que ocorreria, subsiste uma ordem explicativa que servirá para justificar a possibilidade da ocorrência futura. Vejamos como é apresentada a argumentação da UDN e do PSD para lançarem uma ofensiva pedindo o afastamento de João Goulart em 31 de março:

(...) Se se tratasse apenas de um simples golpe de estado, ainda se poderia compreender. Mas não podem admitir a instauração de uma ditadura comunista no país⁹².

O texto dá entender que naquele momento seria desencadeada uma ação contra o golpe e a implantação de uma ditadura comunista já em curso tendo a frente à figura de João Goulart; é o que os vários editoriais da Folha de S. Paulo afirmavam a partir daquele dia.

No dia primeiro de abril, o jornal apresenta um editorial bastante contundente apoiando as ações dos militares, intitulado “Em defesa da Lei”. O editorial é longo e traça uma linha seqüencial dos eventos que culminaram com o acontecimento e pretendia conceder os motivos para aquelas ações.

A análise que irei proceder sobre ele tentará mostrar o processo de agenciamento ao qual a ocorrência foi submetida, evidenciando como o editorial corrobora para a fundação do golpe como ocorrência agregadora, tanto em termos de temporalidades como de significados, levando a crer em sua irremediabilidade. Embora ressalte o momento de tensão vivido, a Folha o apresenta como acontecimento histórico positivo, necessário e continuador do processo de desenvolvimento da própria história do país. Vejamos:

Não foi por falta de advertências que a situação nacional chegou ao estado em que hoje se encontra de profunda crise militar e política (...). Ninguém por certo desejou tal situação, excluídos certamente os elementos comunistas para os quais a situação do país estará tanto melhor quanto pior em verdade for⁹³.

Logo de saída, dois elementos ficam evidentes no texto: o caráter retrospectivo e a atuação do próprio jornal no trabalho de articulação das ocorrências

⁹²*UDN e PSD unidas para derrubar Goulart*. Folha de S. Paulo, 1º. Caderno, p. 03, 31 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁹³*Em defesa da Lei* – Folha de S. Paulo, Editorial. 02 de abril de 1964, in Folha online, Folha 80 anos, cap. no end. http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02b.shtml.

que culminaram com o 31 de março. Constrói, portanto, uma autoridade para si e para os demais grupos colocando-se como um veículo que “registrou numerosas vezes sua estranheza ante a cada vez maior ilegalidade em que ia mergulhando o governo federal, apelando ao patriotismo dos responsáveis pela coisa pública”. Tal recurso funciona na narrativa como o “antes” a informar o acontecimento principal, numa pretensão de construir os indícios, postos em cena, que conduziriam ao golpe, mas, para o jornal, a despeito de seus esforços:

[...] os clamores foram vãos. [...] E *a sementeira vermelha se tornou cada dia mais abundante*, não demorando a produzir os seus amargos e venenosos frutos⁹⁴.

A justificativa para episódio passa a ser centralizada em uma luta contra o “comunismo” e uma oposição radical entre aqueles que defendiam a ordem e a “sementeira vermelha”, que na tessitura jornalística é metaforicamente apresentada como erva daninha, de frutos “amargos e venenosos”. Daí a urgência de cortá-la pela raiz. Não por acaso, logo que assumem o poder, os militares, aliados a líderes políticos como Ademar de Barros, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, dentre outros, iniciaram a operação “limpeza”.

Enquanto ganhava corpo, no governo, a tendência para o abuso de poder e o desrespeito aos outros Poderes da República, submetiam-se as Forças Armadas ao duro vexame de assistir ao apoio que a tais atos era dado por alguns oficiais colocados em postos de direção. (...)

As sucessivas paralisações do país mediante greves que não nasciam dos trabalhadores, mas de uma cúpula política bem engordada em cômodas posições de falsa liderança, falsa porque armada à custa do governo, ensombreciam ainda mais o ambiente nacional.

(...) Finalmente, no lamentável comício do dia 13, na Guanabara, o que se viu e ouviu foi, diante dos chefes

⁹⁴ *Em defesa da Lei* – Folha de S. Paulo, Editorial. 02 de abril de 1964, in Folha online, Folha 80 anos, cap. no end. http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02b.shtml.

militares, a pregação aberta da revolução e do descumprimento da Constituição (...).

Nesses trechos há uma síntese das principais ocorrências do mês de março. Nesse caso, embora em um tempo bastante curto, os eventos mencionados perderam sua condição de notícia e já figuram como elemento explicativo em uma dada ordem de ocorrências. Até aqui pode se compreender como a tessitura obedece a uma ordem lógica de significação, um bom exemplo que ajuda a compreender o trabalho de mediação efetivado pelo veículo.

A partir do texto, houve a instauração de um problema inicial, ou seja, a ampliação dos chamados grupos de esquerda no país; em segundo lugar, as consequências desse fato, que pode ser constatada com os momentos de tensão e irrupção naquela ordem, peripécias que instauravam incerteza naquele cotidiano e por fim, a ação para combatê-las:

São claros os termos do manifesto do comandante do II Exército. *Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei.* [...] Ora, *a pátria estava ameaçada pelo comunismo*, que *o povo* brasileiro repele. Os poderes constitucionais haviam sido feridos de morte, tantos os desrespeitos à Constituição, à lei, ao regime federativo. E a ordem periclitava com a quebra de disciplina e de hierarquia nas Forças Armadas [...]. (meus grifos)

Nesse caso, o editorial se esforça para reunir um conjunto de argumentos que enquadram o acontecimento em uma cadeia explicativa: “a ilegalidade do governo federal”, a “sementeira vermelha”, “o comício da Guanabara” “a pregação aberta da revolução” etc. É o momento da ação no qual se misturam as ansiedades daqueles grupos sociais, suas posições ideológicas divergentes e as formulações semânticas do acontecimento.

A atuação do jornal na efetivação daquelas ocorrências é percebida, principalmente, quando ele constrói, através do discurso, significados que ressaltavam a positividade e a necessidade daquelas ações. Para ele, a tomada de poder pelos militares

não deveria ser vista como “descumprimento legal”, mas, sim como a “defesa da legalidade” num “movimento que empolgou” o país.

Sob o caráter ideológico o evento é uma consequência natural e até previsível dentro do conjunto de outras ocorrências. O foco das explicações, que se situa de regressos a momentos imediatamente anteriores a ele, sugere um desmoronamento progressivo da ordem estabelecida, o que, ainda segundo o jornal, abonaria qualquer ação em defesa da ordem:

Assim se deve enxergar o movimento que empolgou o país. Representa, fora de dúvida, um momento dramático de nossa vida, que felizmente termina sem derramamento de sangue. E *termina com a vitória do espírito da legalidade*, restabelecido o primado da Constituição e do Direito.

Como objeto de mediação o jornal coloca em cena outra série de questões que operam com dimensões temporais numa ordenação de significados que situa as ocorrências em um campo de compreensão marcada pelos pressupostos de historicidade daquele momento, construindo assim, uma ordenação lógica de maneira a fazer da narrativa mais que um simples encadeamento de eventos.

Embora aqueles acontecimentos sejam novos em relação à ordem já estabelecida, aspira-se colocá-los como parte de outra ordem, que tanto pode agregar elementos de continuidade como de descontinuidade. Pretende-se ainda retirar-lhes o caráter de irracionalidade e imprevisibilidade e, sobretudo, destituir-lhe do status de novidade e é dessa maneira que começam a ser inseridos em uma ordenação temporal circundados por outros eventos, apresentados entre uma cadeia que os precede – como demonstrada no editorial – e outra que lhes será ulterior.

Durante as duas décadas em que os militares permaneceram no poder, a atuação do jornal foi quase sempre de apoio aberto às suas ações, mudando de postura somente em fins dos anos 70, quando outros acontecimentos marcam uma ruptura naquele cenário, como veremos adiante. Vejamos o editorial do dia 04/12/66:

Aposte no Brasil - esta é uma das frases que este jornal vem publicando em sua *campanha de confiança no Brasil*. (...) As dificuldades são grandes, ninguém

ignora. Mas não surgem da incapacidade do brasileiro nem da falta de recursos materiais e intelectuais do país. Surgem, como é sabido, de uma *serie de contingências*, tantas delas oriundas de *um passado de dissipação*. (...) Os derrotistas gostariam de derrotar o Brasil. Não o conseguirão, é claro, porque *contra o desejo deles há a vontade de cada um de nós que confiamos*, há a nossa vontade - a vontade de todos aqueles que sabem que a força de vontade constrói e que o ódio, o ressentimento, o desânimo são o pior dos cimentos para a unidade e o progresso de uma nação. Diga conosco: Confiamos no Brasil⁹⁵.

Após dois anos da tomada de poder pelos militares, o jornal ainda mantém sua postura, ressaltando os mesmos ideais da união da pátria, da nação e do progresso. Certamente a escritura da Folha de S. Paulo sobre as ocorrências desencadeadas naqueles dias ajudou a corroborar com os argumentos dos militares sobre as necessidades da instauração do regime.

Embora a Folha pretenda construir para si uma idéia de veículo isento, plural e objetivo no tratamento dos eventos que narra, o jornal é traído pela própria dialética entre seu lugar social e sua atuação como veículo de mediação. Um problema central em sua formulação é defender a idéia de que em suas páginas estão separados opinião e informação, como se ao delimitar espaços rigidamente separados para ambos, a leitura de um não influenciasse no outro. Naqueles anos a Folha se limita a referendar o golpe, tal como foi formulado pelos grupos que o almejaram: ‘a revolução’, ‘revolução de março’, ou a ‘revolução de 64’, definições nunca aspeadas, vejamos:

O Sr. Carlos Lacerda foi a Montevideu procurar o Sr. João Goulart, para obter apoio do ex-presidente da república, deposto pela Revolução de Março, para Frente Ampla⁹⁶.

⁹⁵*Aposte no Brasil*. – Editorial, 04 de dezembro de 1966, Almanaque, Banco de dados Folha, acervo online, textos de Brasil - Folha Online. Cap. no end.

<http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil60lista.htm>

⁹⁶*Lacerda vai a Jango e faz pacto político*, 26 de setembro de 1967, Almanaque, Banco de dados Folha, acervo online, textos de Brasil - Folha Online. Cap. no end.

<http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil60lista.htm>

O Sr. Kubitschek já anunciou que voltará ao Brasil em princípios de 1965, ainda não se sabendo se embarcará antes ou depois do primeiro aniversário da Revolução⁹⁷.

Às 10h03, prestou o compromisso de praxe (Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil), tornando-se o 5º presidente da Revolução⁹⁸.

Certamente, deve-se levar em consideração a interferência de órgãos da censura em muitos veículos de comunicação, o que em relação à Folha, não pode ser sentido com tanta força, uma vez que a postura do próprio jornal, como procurei demonstrar em outras passagens foi a de se manter ao lado do regime. Nesse caso, o próprio sentido de revolução se transforma ao perder sua pecha de artifício comunista, como no editorial de 1º de abril, para o de movimento em defesa da ordem. Vejamos na matéria publicada em 04 de julho de 1965:

O marechal Castelo Branco, após manifestar sua satisfação por poder entregar ao país maior produção de energia elétrica, frisou que a Revolução buscou, no campo político, preservar a democracia e assegurar o equilíbrio entre os poderes da República [...]. Para isso e com objetivo de mudar a fisionomia da sociedade, não vê caminho melhor senão modificando as leis que a orientam, 'sob pena de mergulharmos no arbítrio e na prepotência'.⁹⁹

Na narrativa, a revolução com 'R' maiúsculo é formulada a partir da conotação de acontecimento emblemático e agregador naquela ordem. Entre os anos 60 até a segunda metade dos 70, o jornal se contenta em divulgar notícias que,

⁹⁷Costa e Silva afirma que não haverá anistia. 29 de dezembro de 1964, Almanaque, Banco de dados Folha, acervo online, textos de Brasil - Folha Online. Cap. no end.

⁹⁸Democracia – Reafirma Figueiredo, 16 de março de 1979. Almanaque, Banco de dados Folha, acervo online, textos de Brasil - Folha Online. Cap. no end.
<http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil70lista.htm>

⁹⁹Castelo: o povo escolherá livremente seus governantes, 4 de julho de 1965 Almanaque, Banco de dados Folha, acervo online, textos de Brasil - Folha Online. Cap. no end.
<http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil60lista.htm>

aparentemente, acentuam um teor meramente informativo sobre as ocorrências ligadas ao golpe.

A primeira etapa da construção do acontecimento elaborado pela Folha é marcada pelo conservadorismo e conivência do veículo com os militares. Não se pode negar que, dessa forma, “fazia a história” em ações cotidianas que construía argumentos favoráveis ao regime. Por outro lado, na escrita do evento, o jornal partilhava modelos de representação histórica que transitavam no espaço ordinário das relações cotidianas, que apesar de apresentar elementos que podem ser dotados de certa obviedade, efetivam um determinado modo de pensar, a construção dos acontecimentos emblemáticos.

Com isso, não pretendo generalizar o conteúdo apresentado pelo jornal como a visão de toda a sociedade sobre o evento abordado, uma vez que, desde o início, procuro destacar seu lugar social. Entretanto, sua forma de ordenação dos fatos nos possibilita a compreensão de um arranjo cotidiano do pensamento histórico. Tal reflexão demonstra o conhecimento histórico como parte dos processos elementares de sistematização temporal com o qual os grupos humanos lidam em seu dia-a-dia.

Em 1º de abril de 1964, a notícia da tomada do poder pelos militares é assim apresentada pela Folha: “II Exército domina o vale do Paraíba”; em outras manchetes da “histórica primeira página” podia se ler ainda: “Calma é completa no Estado de São Paulo”; “Proclamação de AB¹⁰⁰ ao povo brasileiro”; “Não há separatismos em Minas, diz Magalhães”; “O IV Exército solidário aos II e III”.

Na página 9 do primeiro caderno, em uma grande matéria, Ademar de Barros comunicava: “seis estados unidos em defesa da legalidade”. No lado direito, no final da mesma página, em meio a alguns anúncios, uma pequena nota entre aspas, dizia: “resistência ao golpe pedem Brizola e PCB: o deputado Leonel Brizola e o Partido Comunista Brasileiro exortam hoje o povo brasileiro ‘a resistir à ação dos golpistas’ e a defender o mandato do presidente”. A não ser por ela, nenhuma referência a golpe ou a instauração de regime ditatorial é apresentada em suas páginas; pelo contrário, a ocorrência passa a ser narrada como a vitória da legalidade e da democracia.

¹⁰⁰ Ademar de Barros, um dos principais articuladores civis do golpe

O evento é apresentado como o caminho natural e necessário tomado diante da situação de um país com governo “desgarrado”, segundo editorial do dia 22 de março de 1964. No dia primeiro de abril, Ademar de Barros, um dos principais articuladores do evento, já oferecia no jornal uma extensa proclamação na qual explicava os motivos que justificavam aquelas ações.

Embora o jornal já naquela época se dissesse plural, não há a preocupação em apresentar outras reflexões que relativizassem aquelas ocorrências. Com satisfação, o jornal narrava à nação a instauração da “revolução democrática”, termo cunhado tanto pelos militares como pelos grupos políticos que apoiaram o golpe e, com qual, a Folha passa a se referir ao episódio durante quase todo o regime ditatorial. Nas palavras do então governador de São Paulo, Ademar de Barros, em sua proclamação:

Foi esse o sentido, o querer de nossas gloriosas Forças Armadas (...) comungando com o povo paulista na sua heróica decisão de restituir o Brasil à autenticidade de seu *destino histórico*. Essas gloriosas forças do II Exército e ainda de toda sua oficialidade e soldados, se unem ao povo brasileiro para a luta final contra a bolchevização do país. (...) vimos, nesta hora sacrossanta de nacionalidade conclamar as forças de mar e ar de todo o país, os outros exércitos, para que irmanados, possamos defender a legitimidade democrática da nação (...) à união santa *nesse momento histórico*.¹⁰¹ (meus grifos).

Todas as projeções e retrospectivas postas em ação pelo jornal naquele mês de março são arregimentadas em torno da construção simbólica da tomada de poder pelo militares como acontecimento emblemático positivo. Não porque fosse o único destino possível naquela conjuntura, mas porque a narrativa desencadeada sobre aquele dia o construiu como tal. Dessa forma, a ocorrência do dia 31 de março passa a ser explicada tanto pelas projeções realizadas no passado, mesmo as que não lograram êxito, como pela rápida escritura de retrospectão que queria dar à tomada de poder pelos militares status de “momento histórico” quando não de “destino” irrevogável.

¹⁰¹*Proclamação de Ademar*. Folha de S. Paulo, 1º. Caderno, p. 03, 01 de abril de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

O acontecimento começava ali a ser construído como histórico a partir do potencial de ocorrência agregadora que apresentava. Por isso, mesmo sendo nomeado por Ademar de Barros como ocorrência histórica, por motivos totalmente diferentes daqueles dos grupos ligados à resistência - posto que para o primeiro é narrado como continuidade, e para os últimos como ruptura do processo histórico - ele mantém o estatuto porque conseguiu se configurar naquele momento como instante de inflexão que marca a história do país.

Volto ao primeiro ponto desse capítulo, sentia-se que ali se configurava a grande teatralização da vida, narrada através de uma sensibilidade histórica; que se pode chamar também de historicidade. Tal compreensão somente torna-se possível em uma sociedade que consegue compreender suas experiências em um sentido temporal, entre projeções e retrospecções.

Isso não significa dizer que tais ocorrências já traziam consigo o valor de uma essencialidade histórica; ao contrário, somente quando as inserimos nessa ampla configuração de sentidos é que podemos compreendê-las enquanto tal. Há, por conseguinte, a sistematização de pensamentos históricos ordinários que as informam de maneira capital e isso nos desafia a pensá-las a partir de uma ordem que é ao mesmo social, simbólica e cultural. O que leva a considerar, por outro lado, a própria dimensão ficcional presente em tais eventos. Refiro-me às várias narrativas que os circundam tanto em termos de perspectivas não realizadas, como de experiências posta na cena pública.

Nesse caso o jornal Folha de São Paulo tem uma considerável participação não somente como agente de mediação escriturando eventos na cena pública, mas também como ator, que através de seus textos, apóia a efetivação do golpe. Isso faz pensar que, embora todo acontecimento histórico esteja, irremediavelmente, ligado à pragmática cotidiana, não é menos verdade que muito de sua condição de acontecência é pensada antes mesmo de se tornar representância; dessa forma, é também representância antes de ser acontecência.

A reflexão que procurei realizar nesse capítulo teve como objetivo demonstrar como os meios de comunicação efetivam, em suas narrativas diárias, uma complexa sistematização de sentidos sobre os acontecimentos. O que serviu para

vislumbrar várias categorias de ocorrências. Entre projeções e retrospectões operam com dimensões temporais que estão muito além do momento presente em que são narradas, embora sejam nele mobilizadas, fase que se caracteriza como o momento da escritura do evento na cena pública.

Ao analisar quatro eventos emblemáticos entre os meses de março e abril de 1964, compreendem-se diferenças de abordagem e de construção nessa escritura. Escritura e inscrição como as duas faces de uma mesma ação. Ao lançar mão de projeções e prognósticos, a Folha jogava com um arcabouço experiencial que a permitia projetar imagens sobre o futuro, ou seja, resguardava-se de elementos já inscritos no tempo. Elaboram-se, por assim dizer, expectativas que são informadas e vivenciadas.

Ao realizar retrospectivas para explicar tais eventos, ajudava-os a inscrevê-los como novas experiências no espaço e no tempo em um movimento dialético que nunca se encerra nem no texto, nem em sua posição como agente de mediação. É dessa forma que o Comício da Central, a Marcha da Família e a Revolta dos Marinheiros e Fuzileiros podem ser compreendidas. Entre projeções e retrospectões, tornam-se experiências sociais, modificando e interferindo efetivamente na cena pública.

Capítulo 3

Os urdidores de passados: a inscrição e o processo de monumentalização do evento

No momento que denomino de inscrição do evento na duração, segunda etapa da operação midiográfica, o acontecimento vai progressivamente sendo urdido como evento memorável a partir de uma dinâmica relação entre esquecimento e evocação da memória. Neste capítulo, irei tratar dos processos de re-significação do acontecimento no tempo; é o momento em que a operação midiográfica ajuda a inscrevê-lo na duração; mas é também o momento de um complexo rearranjo de posições na cena pública. Procurarei pensar, conseqüentemente, as imbricadas relações entre memória, esquecimento e produção de monumentalidade na ação midiática. Lembremos que na etapa anterior, no processo de escritura, diversos elementos foram mobilizados tanto antes, como depois do evento se efetivar como experiência¹.

Deste modo, estratégias de ação foram orquestradas ajudando a compor, já naquele momento, significados profundos capazes de organizar uma espécie de síntese de heterogêneos². Entre as diversas ocorrências desencadeadas no ano de 1964, é possível identificar, nesse trabalho de sistematização, diferentes tipologias de acontecimentos e de construção de sentidos efetivadas em narrativas de retrospectões e projeções que, mesmo em uma primeira configuração, serviram para definir o alcance e os efeitos que as ocorrências poderiam ter no futuro.

Quero dizer que, na concretização de determinados eventos na cena pública, são ordenados protocolos de escrita e de imaginação histórica que ajudam a conceder a eles *status* de ocorrência exemplar, como foram os eventos desencadeados naquele março de 1964. Tais elementos podem ser identificados em diversos ciclos narrativos.

¹Nos dois primeiros capítulos quando, tratei dos elementos que informam a escritura dos acontecimentos na cena pública, as padronizações conceituais, hierarquizações etc., e no segundo, quando tentei apresentar as tipologias de acontecimentos nessa escritura.

² RICOEUR. Paul. *A memória, a História, o Esquecimento*. Campinas, Unicamp. 2007, p. 255.

indo da escritura do evento no cotidiano, momento no qual ele se efetiva como experiência prática em uma dada temporalidade, fazendo emergir uma crescente demanda de sentidos, até sua inscrição na duração, que ocorre através de um trabalho de monumentalização que se organiza em vários momentos de retorno do evento à cena pública.

Colocadas essas questões introdutórias, esclareço que minha abordagem nesse capítulo terá duas linhas de ação. Em primeiro lugar, destaco o processo comunicacional que inscreve o acontecimento na duração, ajudando a conceder-lhe densidade histórica e memorial; desta maneira, será observado o trabalho de significação sobre os rastros deixados na primeira etapa, no momento da escritura do acontecimento na cena pública. Abordarei, portanto, a metamorfose do evento midiático em ocorrência memorável, processo que pode ser observado principalmente nas efemérides da ocorrência. Aqui, o grupo Folha é também o agente que partilha de elementos de historicidade e de imaginação histórica com a sociedade que o circunda. Portanto, ao investigar sua atuação serão ressaltados também determinados protocolos de usos do passado, ou talvez, de certa poética histórica, que atua na construção do acontecimento emblemático num nível pragmático de significação. Certamente, isso não descarta o fato de se considerar ainda o lugar social do veículo, bem como de seus interesses ao elaborar uma dada explicação sobre as ocorrências que narra.

Em segundo lugar, analiso como, a partir do final dos anos de 1970 e primeira metade dos anos oitenta, o grupo Folha pode fazer de um acontecimento, legitimado socialmente enquanto ocorrência memorável, um importante capital simbólico de re-significação de sua memória e de seu lugar social. Nesse caso, enfrentarei mais diretamente a problemática dos usos do passado na produção de memória, esquecimento programado e construção de identidade.

Se na primeira fase de meu trabalho destaquei o papel dos meios de comunicação numa escritura do evento na cena pública, aqui tentarei realçar o papel da leitura exercida sobre essa escrita. Uma leitura que por sua vez engendrará novas formas narrativas no cotidiano; um movimento que nunca se esgota em uma dada temporalidade, mas, que sempre se renova em um contínuo processo de apropriação, de

configuração e reconfiguração do acontecimento no tempo³. Todavia advirto que essa não será uma investigação sobre a recepção do produto realizado por seus leitores, objetivo que tentarei enfrentar no próximo capítulo, aqui, sigo investigando o processo de construção histórica realizado pelo veículo de comunicação, procurando demonstrar como esse trabalho efetiva diversas etapas de significação.

Ao final desse capítulo minha intenção será demonstrar como as produções de sentido sobre 1964 se misturam à elaboração da memória do grupo de mídia, servindo para reconstrução de sua identidade nas últimas décadas do século XX. Tal mecanismo possibilitou que o jornal Folha de S. Paulo conseguisse passar de apoiador e incentivador do golpe – papel que assume abertamente até a primeira metade dos anos 1970 – a veículo “isento” e legitimado para coordenar o trabalho de evocação de memórias sobre ele nos anos 1990.

3.1 A instituição do acontecimento-monumento:

Ao completar seu 11º aniversário, a Revolução de 31 de março se apresenta aos olhos da nação dentro de um processo evolutivo perfeitamente consonante com os propósitos que a justificaram (...). A normalidade democrática em nome da qual se levantou o país em 1964 configurando a finalidade primordial da Revolução que visa atingi-la constitucionalmente em toda sua plenitude, não deve, entretanto, servir de pretexto para contestações, revanches ou inadmissíveis retornos a um deprimente passado. (...) Nenhum brasileiro, por certo, desejaria voltar à agitação e ao desgoverno que caracterizaram aqueles dias de confusão e tumulto por que passamos há 11 anos⁴.

³ Não posso deixar de referenciar neste ponto, a reflexão de Paul Ricoeur, sobre o ciclo hermenêutico de significação ao qual toda narrativa está submetida. Como evento constantemente narrado, o golpe, a partir da abordagem apresentada pelo jornal Folha de S. Paulo, passa por vários ciclos que ajudam a entender as próprias transformações pelas quais passa o jornal, deixando de narrar-se como apoiador dos militares para apresentar-se como porta-voz da sociedade civil e defensor da democracia a partir da segunda metade dos anos oitenta.

⁴*Editorial*. Folha de S. Paulo, 1º. Caderno; p. 03, 30 de março de 1975. (Fundação Biblioteca Nacional-Setor de Microfilmagem).

Em março de 1975, onze anos após o golpe que deu início ao regime ditatorial no Brasil, nas páginas do jornal Folha de S. Paulo, o período que antecedeu aos acontecimentos de 1964 era narrado como o tempo da confusão, do desgoverno e da agitação. Um tempo de incertezas que parecia plenamente superado quando, em março de 1964, foi instituído, através da tomada de poder pelos militares, um novo marco para a história do país, sobretudo, ao se vislumbrar o presente; como o tempo melhor que assegurava inteiramente o “processo evolutivo” e a “normalidade” nos quais o Brasil se encontrava desde então. Um passado que funcionava como admoestador do presente e que pretendia apresentar ao futuro suas lições.

Na urdidura temporal imaginada naquelas páginas, depois de dez anos do golpe, chegava-se agora ao tempo da rememoração e, mais precisamente, de instruir um lugar de memória para aqueles dias. Em uma narrativa de retrospectão o jornal toma por base a mesma matriz da representação história que serviu para justificar em 1964 seu apoio aos militares. A propalada “Revolução de 64” se tornava um marco fundador e o ideal de um projeto de nação preconizado por aquelas elites para o Brasil. Até a primeira metade dos anos 70, para os grupos políticos que o apoiaram, o evento continuava a representar a defesa da democracia, a marcha do progresso e a preservação da ordem.

No ano de 1968, um dos momentos de maior ebulição social no período, o jornal esboçou algumas críticas ao regime e reivindicou a necessidade de maior abertura política; postura em grande parte influenciada pelo jornalista Cláudio Abramo⁵, que passa a fazer parte do quadro do jornal em 1965. Assumindo a chefia da redação, colocou como prioridade a cobertura da atividade estudantil naquele ano.

Com o AI-5 e o endurecimento do regime, o jornal retoma a mesma linha que vinha desempenhado desde 1964 e, embora o Abramo afirme que entre os anos de 1969 até 1972, pouco se podia fazer, uma vez que “o jornal não tinha condições de

⁵ O Jornalista Cláudio Abramo entrou para Folha em 1965, tendo colaborado até final dos anos 1970 assumindo ai diversos cargos. Foi afastado dos postos principais na segunda metade dos anos 1970 sendo substituído por Boris Casoy. Abramo teve uma importante trajetória na história do jornalismo brasileiro iniciando sua carreira as 22 anos, foi um dos criadores do Jornal de São Paulo, passando posteriormente pelo “Diários Associados”, “Estado de São Paulo”, e por último a Folha de S. Paulo, para o qual escrevia até sua morte em 1987. Sua vida e obra são refletidas em: ABRAMO, Cláudio. *A Regra do Jogo*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

resistir às pressões do governo, e por isso não provocava”⁶ – na prática, o que aconteceu foi novamente o apoio aberto aos militares e ao governo Médici.

Ao final daquele governo⁷ - período considerado o mais duro e repressivo dos 21 anos de ditadura militar – a Folha avaliava que “nunca, como hoje, o país esteve tão aparelhado para enfrentar o futuro”⁸. Fazendo uma avaliação positiva do governo Médici, destacava que o “caráter grave” de algumas ações desencadeadas naquele período se justificava para “garantir a ordem pública e firmar o país no seu rumo ascensional”, tarefa que, ainda segundo o jornal, “foi cumprida para além das expectativas e não é para ser esquecida”⁹. O decênio do golpe representava um momento de avaliação:

Embora decorrido um decênio sobre o 31 de março talvez seja cedo para se escrever a história da Revolução. É tempo, porém, de se reunir o material para avaliar os caminhos do Brasil nesses dez anos que lhe mudaram o destino. Esses caminhos começam com Castelo Branco. Caminhos novos e gloriosos¹⁰.

Em 31 de março de 1974, a exemplo dos anos anteriores, a Folha trazia uma série de matérias para lembrar e, ao mesmo tempo refletir sobre os acontecimentos desencadeados no ano de 1964, apresentados pelo jornal como “revolução de 64”, conforme o consenso estabelecido entre os grupos civis e militares que os apoiaram. Atitude não somente tomada pelo jornal, mas por boa parte dos grandes veículos de comunicação que fizeram edições comemorativas ao decênio do golpe.

Luiz Vianna Filho¹¹, um dos colaboradores chamado a escrever o artigo mencionado acima, no qual analisa o governo de Castelo Branco e a inauguração do período “revolucionário”, destaca logo no primeiro parágrafo os dias “gloriosos” que se

⁶ ABRAMO, Claudio. *A regra do jogo*, São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 87.

⁷ Segundo dados do projeto Tortura Nunca Mais, ao menos 139 pessoas foram mortas nesse período, além dos desaparecidos entre os anos 1969 a 1974, governo de Garrastazu Médici. Fonte: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>

⁸ *A Mensagem do Governo* - Folha de S. Paulo, Editorial. 1º Caderno, p. 06, 03 de março de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁹ *A Mensagem do Governo*. Idem.

¹⁰ *Decisões Políticas do Presidente Castelo Brasil*. Folha de S. Paulo, 2º Caderno, p. 4, 31 de março de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

¹¹ Chefe da casa civil do governo de Castelo Branco, afastando-se em 1966 para assumir o governo da Bahia.

seguiram ao 31 de março de 1964. Em suas palavras há outra questão relevante: embora não se pudesse “ainda” escrever a “história da Revolução”, o dia 31 de março estava irremediavelmente configurado como marco indelével nos destinos do país. Portanto, (co)memorá-lo funcionava, naquele momento, como um chamamento para que sua recordação pública pudesse instruir uma dada lembrança e estimular uma filiação identitária dos leitores do jornal àquele projeto.

Deparamo-nos agora com uma segunda apresentação do evento na cena pública. Para me remeter ao conceito que venho tentando desenvolver, a operação midiográfica entra em seu segundo momento, quando, através das páginas do jornal, o acontecimento passa a ser configurado em um novo ciclo narrativo no qual lhes serão agregados outros sentidos e representações. O desafio agora não é mais dar a notícia, mas fixar o acontecimento na duração; de uma escritura no espaço, passamos a uma inscrição do evento no tempo. Na capa do jornal do dia 1 de abril de 1974, a Folha abria sua edição com as palavras de Ernesto Geisel:

O Presidente Geisel afirmou ser dever das gerações mais velhas recordar à juventude de hoje – “esperançosa e idealista” – o que foi “o pesadelo, a angústia que amortilhava os corações bem formados” nos momentos que antecederam a deflagração do movimento revolucionário. “O povo – acrescentou o presidente da república – confiava nas Forças Armadas, consciente que elas não o abandonariam do cataclismo devastador do totalitarismo comunista”¹².

O evento retornava com todo vigor à cena pública e, embora sua condição fosse outra, suas apropriações continuavam a realçar seu potencial de agenciador de sentidos para aqueles grupos sociais. Nas palavras de Geisel destacadas pela Folha, o tempo objetiva-se entre dois passados; aquele de angústia – o de antes da “revolução” – e outro de redenção, inaugurado com o episódio do qual o presente era o fruto. Percebamos que o golpe começava exercer a mesma função de outros eventos que foram evocados no momento de sua efetivação em 1964 – como a revolução de 32, por

¹²*O povo confiou nas forças armadas*. Folha de S. Paulo, (capa), 01 de abril de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

exemplo – para respaldar sentidos sobre o presente e, conseqüentemente, sobre novas ocorrências futuras, assim, o chamamento ao passado exercia fundamentalmente uma função reguladora para o futuro.

Ao se realizar uma leitura de seus materiais, ou de seus efeitos naquela conjuntura – como aconselhava Vianna – tal ação funcionava como uma evocação fundadora de memórias. Uma leitura que o apresentava enquanto ocorrência monumental e o situava em uma tripla temporalidade que advertia: “estamos na primeira etapa, a montagem das fundações do projeto econômico (...). o futuro depende unicamente de nós, do que fazamos ou deixemos de fazer no presente”¹³.

Não por acaso, o veículo joga com as dimensões temporais de maneira a introduzir o evento em uma linha explicativa que chama seus leitores a olharem sempre para o futuro. Reafirma-se, como em 1964, o caráter teleológico na estruturação da matéria. Passado e presente se misturam com o objetivo de instrumentalizar o futuro, e é dessa forma que são explicados “os excessos” realizados pelo mais violento dos governos militares, como pode ser constatado nessa matéria na qual o jornal analisa o governo Médici:

Não há desenvolvimento sem ordem. A consciência de sua obrigação de preservá-la pode ter levado o governo Médici a alguns excessos na adoção de medidas de segurança. Só o futuro dirá se ele estava certo ou poderia ter arriscado alguma abertura (...). Por dever de justiça diga-se que muitas medidas oportunas e adequadas impediram o crescimento da voga de terrorismo que ameaçava o Brasil a ponto de convertê-lo numa ilha de paz no mundo conturbado e indeciso¹⁴.

O presente é o lugar de observação constantemente distendido entre o ontem e o amanhã; como na brincadeira de criança, o frágil ponto de equilíbrio no cabo de força entre o passado e o futuro. E é exatamente aí que o jornal atua; tensionando-o ora para trás, ora para frente através de sua narrativa. Desta forma, inscreve no tempo marcas duradouras que ajudam a lembrar/esquecer de determinadas ocorrências. Ao

¹³*O Modelo Brasileiro*. Folha de S. Paulo, (capa) 31 de março de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional-Setor de Microfilmagem).

¹⁴*O Novo Governo*. Folha de S. Paulo, 1º caderno. p. 03, 15 de março de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional-Setor de Microfilmagem).

delegar ao futuro o julgamento de Médici, entrega à história que ainda irá ser escrita essa tarefa, embora tente construir no presente os argumentos que poderão servir como parâmetros das configurações futuras; vejamos mais um pouco da matéria:

Por tudo isso e pela dignidade com que exerceu o poder, o General Emílio Garrastazu Médici é credor do reconhecimento e do apoio de seus compatriotas. *A História lhe fará a justiça a que tem direito*¹⁵.

Fiz questão de mencionar este trecho porque ele é representativo de como a história é projetada na narrativa. Lembro que, no capítulo anterior, ela foi insistentemente evocada como o passado, quase sempre de glórias, que concedia aos acontecimentos do mês de março de 1964 a monumentalidade necessária para justificá-los e, conseqüentemente, inseri-los em uma ordem causal de significações. Portanto, naquele momento, há a predominância da história mestra da vida, formuladora de lições para o presente; na medida em que acontecimentos como a Marcha da Família e o Golpe foram associados ao “mesmo espírito que animou a revolução de 32”. Nesse caso, esperava-se que a história concedesse a legitimidade do presente pelo passado.

Todavia, em 1974, o presente esperara também a legitimação pelo futuro, lá onde a história daqueles dias seria contada. Portanto, era preciso prepará-la. Sendo assim, o jornal toma para si o planejamento sobre como esse passado poderia ser elaborado e era isso que tentava ao construir, ficcionalmente, a certeza de que Médici seria celebrado pela “História”. O veículo assume o papel urdidor do passado e realiza uma clara distinção entre história e memória na narrativa, demonstrando ainda seu desejo de controlar ambas a partir do texto. Tal atitude será espetacularmente potencializada nas décadas de 80 e 90 e princípios do Século XXI, quando a escrita jornalística aprofunda o tratamento sobre os usos do passado no presente. Embora em um tempo próximo as matérias do jornal oferecem ao leitor uma primeira configuração sobre os eventos de 1964 em uma dimensão temporal memorável, ordenando assim uma memória que pretendia se instituir como história oficial para o futuro, como nos chama atenção Ricoeur:

¹⁵ *O Novo Governo*. Folha de S. Paulo, 1º caderno. p. 03, 15 de março de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

Nesse nível aparente, a memória imposta está armada por uma história ela mesma “autorizada”, a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente. De fato uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim, arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum¹⁶.

É nesse sentido que dentre várias matérias, o jornal trazia naquele dia um longo texto no qual realizava um apanhado cronológico sobre as ocorrências que culminaram com o dia “da revolução”. Começando a tessitura com o ano de 1961, quanto destaca a saída do presidente Jânio Quadros, distende para um prazo de três anos antes de 1964, a cadeia de eventos que culminaram com o golpe. Ao fazer isso concede à “revolução” uma maior densidade temporal o que amplia consequentemente, o rol de suas justificativas em longo prazo.

Assim como em 1964 o jornal elege o Comício da Central, a marcha e a revolta dos marinheiros como os estopins para a precipitação do episódio, recolocando-os na cena pública a partir de uma nova narrativa de retrospecto. Agora, tais eventos também podem ser vislumbrados a partir de sua dimensão de monumentalidade.

E naquele comício do 13 de março tudo aquilo que vinha passando o país teria a sua ebulição mais perigosa (...) serviu principalmente como estopim para a radicalização das forças políticas nacionais tanto de direitas como de esquerda. Se o comício do dia 13 ‘foi a apoteose das esquerdas’ foi também o início da sua derrota. (...) Em São Paulo, no dia 19 de março milhares de pessoas iam para as ruas, numa das maiores manifestações populares que o país já conhecerá. Era a Marcha da Família com Deus pela Liberdade¹⁷.

¹⁶ RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007, p. 98.

¹⁷ *No palanque a ebulição*. Folha de S. Paulo, 1º. Caderno, p. 04. 32 de março de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

Em 1964, o jornal já havia feito uma retrospectiva¹⁸ dos eventos que antecederam ao 31 de março. Dez anos depois, a narrativa assume outra conotação, posto que, aquelas ocorrências funcionam agora como traços, vestígios que alimentarão a memória maior sobre o acontecimento que é para o jornal a “revolução de 64”. A estratégia narrativa de 10 anos realiza-se como um dever de lembrança sobre o episódio e, implicitamente, institui o imperativo de “não esquecer” os motivos pelos quais a tomada de poder ocorreu. Dessa forma, direciona a manutenção daquela versão no tempo a partir da função pedagógica e normativa que a memória assume.

Se em 1964, a narrativa sobre a o comício, a marcha e a revolta tem a intenção da construção de uma justificativa imediata para as ações instauradas naquela cena pública, agora sua evocação tem a função de realizar uma liturgia que visa o reavivamento do passado a fim de objetivá-lo no tempo. O conjunto daqueles eventos se torna referência memorável que deveria servir para instruir o presente e “iluminar” o futuro do país, fazendo de 1964 um monumento que difundia uma dada representação histórica para o país.

Ao optar por colaboradores e articulistas que fizeram parte diretamente ou indiretamente dos governos militares, o jornal realiza um trabalho de seleção sobre “o que” deve ser lembrando a partir da escolha de “quem” irá contar; dessa maneira, “tudo se passa como se o dever de memória se projetasse à frente da consciência à maneira de um ponto de convergência entre perspectiva veritativa e a perspectiva pragmática sobre a memória”.¹⁹

Isso parece demonstrar que aí se desenvolvem tessituras que, mesmo ordenadas por caminhos diversos daqueles preconizados pelos rigores da ciência histórica, elaboram uma escrita histórica primária sobre as ocorrências que narram; o que ajudou a imprimir sobre os eventos do mês de março de 1964, *status* de acontecimentos históricos. Certamente isso não exclui seus efeitos e impactos imediatos na vida de homens e mulheres que sofreram ou partilharam de tais ocorrências como experiências práticas de seu cotidiano, ou seja, sua dimensão de acontecência. Todavia, os meios de comunicação exercem um papel capital na urdidura e na formulação racionalizada de 1964, como uma síntese capaz de congrega explicações e significados

¹⁸ Cf. na reflexão realizado no segundo capítulo quando faço uma análise do editorial do dia 2 de abril de 1964.

¹⁹ RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007, p. 101.

diversos e tornar-se ocorrência memorável, posto que seus vários fluxos narrativos auxiliaram na inscrição do acontecimento na duração.

No mesmo mês de março de 1974, Ernesto Geisel assumia o governo em meio a grandes expectativas quanto aos destinos da “revolução” e a lenta abertura política que se anunciava. Nas várias matérias em que avaliavam os dez anos da ditadura civil-militar no país e o governo Garrastazu Médici, o jornal considerava que “após o grande esforço desenvolvido na última década (em especial nos últimos quatro anos) prepara-se o Brasil para novas etapas na escalada rumo à sua vocação histórica e geopolítica”²⁰.

Naquele momento, a edição do 31 de março de 1974 exercia a função de um rito de recordação que pretendia também parar simbolicamente o tempo para fazer “reviver” um passado colocado numa relação comparativa com o presente, que representava a efetivação de um tempo do progresso, da ordem e da paz, mas, principalmente, promovia um projeto realizado em consonância com a “vocação histórica” do país; dito de outra forma: é o passado, ficcionalmente projetado pelo presente como história que servia para ordenar sentidos naquela conjuntura.

O trabalho de memória realizado por alguns articulistas que escrevem para o jornal nos períodos de efemérides surpreende pela clareza de seus objetivos, como a matéria do dia 31 de março 1977, do escritor Fernando Nobre Filho, ao analisar os 13 anos da “Revolução Brasileira de 1964”. Importante notar, que em 1977, vivia-se a grande expectativa quanto ao processo de abertura tencionada inclusive nas páginas da Folha. Vejamos o que nos diz Fernando Nobre:

Recordar, porém, não é apenas viver, mas é um exercício altamente salutar, porque aviventa o que está adormecido natural ou propositalmente e aguça o raciocínio (...) Antes daquele 31 de março que hoje recordamos (...) vivíamos as conseqüências de uma irresponsável e desastrosa direção. E no caso, repetimos, recordar não é apenas viver, mas é precaver-se em defesa de nossas famílias, de nosso Deus e de nossa Pátria (...). No passar da História, 31 de março será, como é, o sol que nos ilumina e nos induziu no sentido de institucionalizar a

²⁰*O novo governo*. Folha de S. Paulo, – Editorial, 1º. Caderno, p. 03, 15 de março de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

Revolução Brasileira. Ela é a Razão e a Certeza. Ela é a Fé nos destinos da Pátria²¹.

Na citação se destaca a intenção normativa que a memória exerce, aliada ao seu caráter pedagógico e institucional. Abuso de memória praticado para auxiliar na manutenção do poder daqueles que coordenaram o evento, daí a ênfase do autor em defini-lo como a “razão e a certeza”.

A convocação de Fernando Nobre à defesa da “Revolução Brasileira” representa ainda uma atitude de apagamento em relação às outras interpretações possíveis sobre o evento, bem como aos outros grupos sociais que foram submetidos ao regime em 1964; coloca-os sob a sombra do acontecimento que é o “sol” que ilumina o presente. Como pode ser constatado até aqui, a celebração de um lado corresponde à execução do outro e, como nos chama atenção Ricoeur, “é assim que se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas reais e simbólicas”, uma vez que:

As manipulações da memória (...) devem-se à intervenção de um fator inquietante e multiforme que se intercala entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória²².

Nas páginas do jornal Folha de S. Paulo, até as comemorações de seus 10 anos, o golpe, paradoxalmente, continuava a representar ruptura e continuidade. Ruptura porque marcava a quebra de um projeto que significou para o jornal “esquerdização” do país, um dos argumentos para que os grupos políticos civis, aliados aos militares se levantassem contra João Goulart em 1964.

Retórica tão forte que, mesmo passados 36 anos do episódio, manteve-se presente em reflexões do jornal sobre sua atuação no episódio, como afirma o jornalista Mário Magalhães no ano de 2001, ao analisar os 80 anos do periódico: “a Folha apoiou

²¹ NOBRE FILHO, Fernando. *A Razão e a Certeza* – BALANÇO, Folha de S. Paulo, 1º caderno-Nacional, p. 14, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

²² RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007, p. 95.

a deposição de Goulart porque considerou ter havido esquerdização do governo²³”, ou seja, o levante, sob esse prisma, continua válido na visão do jornal.

Foi continuidade na medida em que diz restituir ao país seu destino de nação e progresso. Era a invenção de um passado para o presente, com o objetivo de que este último fosse visto como um passado melhor para o futuro, conforme pode ser constatado no trecho da matéria o “modelo brasileiro”:

Diríamos que somos hoje uma nação desigualmente desenvolvida e não mais uma nação equilibradamente empobrecida. O desequilíbrio no crescimento é preferível ao equilíbrio no definhamento. A divisão desigual em expansão é bem melhor que a divisão por igual da pobreza crônica. (...) Eis uma das conquistas básicas da doutrina estabelecida há 10 anos, através dela, o Brasil faz do projeto de construção nacional um exercício permanente de reciclagem ao modelo, reduzindo sua margem de erro e elevando seu padrão de eficiência (...) o Brasil já desfruta da confortável sensação de conhecer os caminhos que deve evitar e os caminhos que poder trilhar²⁴.

Esse trecho é elucidador de duas questões importantes: primeiro, como afirmei acima, há a intenção de direcionar um olhar sobre o passado a partir de argumentos de um presente, e conseqüentemente, de um futuro melhor, proporcionado pelo episódio, uma vez que, em 1974 segundo o texto, o “Brasil” sabia os caminhos que deveria trilhar. Contudo, aqui é importante chamar atenção para outro aspecto quanto ao lugar social do jornal em relação ao evento, já que fica clara a defesa aberta da manutenção do status econômico privilegiado que os grupos empresariais e as classes médias urbanas alcançaram com regime o militar.

Através de uma política econômica que teve como um dos pontos centrais o arrocho salarial e a deterioração das condições de trabalho para as camadas mais baixas da população; agravaram-se profundamente as desigualdades na distribuição de renda

²³MAGALHÃES, Mario. *Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70* in *Folha 80 anos*, Folha Online, cap. no end. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/> em 27/09/2007

²⁴*O Modelo Brasileiro*. Folha de S. Paulo, (Editorial de Capa), 31 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

no país, situação que beneficiou os grupos apoiadores do regime. Não por acaso, sem o menor constrangimento, o jornal ressalta que “o desequilíbrio no crescimento é preferível ao equilíbrio no definhamento” ou mesmo que “a divisão desigual em expansão é bem melhor que a divisão por igual da pobreza crônica”.

Tal aspecto serve para identificar aspectos ideológicos e sociais que influenciam a tessitura do jornal sobre o acontecimento, fazendo com que a defesa do episódio se traduza também na defesa de seus interesses e dos benefícios alcançados até ali. Pode-se assim compreender como os mecanismos de produção de memória, esquecimento e história são mobilizados de forma a justificar também representações muito particulares de um acontecimento na cena pública a partir dos interesses de um determinado grupo.

Embora tal constatação pareça óbvia, é preciso que eu reforce que há na construção narrativa um elemento de constituição ideológico extremamente poderoso e que consegue dialogar com outras produções de sentido que informam a construção de um dado evento no tempo, assim como dos usos do passado partilhado pelos indivíduos de uma sociedade. Nenhum requisito ideológico tem sucesso na construção dessas narrativas se não conseguir operar com os demais códigos de formulação temporal, trabalhando, conseqüentemente, com referenciais inteligíveis de memória e história. Tal constatação aponta o caráter conflitante e problemático na formulação de qualquer evento emblemático na contemporaneidade, assim como a sua condição de artefato histórico sempre em litígio.

Nas matérias emergem conceitos universais que tentam construir uma unidade de sentido que tem, por base, grupos específicos da sociedade. No trabalho de uniformização sobre 1964 é o “Brasil” que no texto aparece como o grande articulador do projeto de sua autoconstrução; como se fosse uma entidade quase materializada a guiá-lo e não o jornal ou os grupos políticos que estavam no poder, ou mesmo a população, contra ou a favor do regime, como visto em mais um trecho da mesma matéria:

Até 1964 *o Brasil* tentou incertar o processo, ensaiando uma democracia política sem a base de uma autêntica democracia econômica. O resultado foi contínua e politicamente desastroso. A partir de 1964, recolocando os bois adiante do carro, *o Brasil* passou a criar

condições para montagem de uma democracia econômica, pressuposto de uma democracia política²⁵.

Com isso pretende-se anular toda a divergência posta em torno do evento. O Brasil assume o lugar de um sujeito coletivo que diluiu e mascarou os atores sociais que estiveram à frente daquele movimento. Uma representação impessoal na qual tanto os desencadeadores das ações desastrosas ou os que colocaram o “os bois adiante dos carros” são sujeitos aparentemente indeterminados. É o destino do país e a sua história que estão colocados em jogo, por isso, adverte o jornal:

No Brasil a obra da Revolução de 31 de março, com todos os erros, equívocos, tergiversações e até excessos que lhe possam ser imputados, é uma realidade incontestável. Por mais intransigentes ou inconformados que sejam seus adversários não se poderia negar de boa fé, que o saldo final apresentado é altamente positivo²⁶.

Nessa nova etapa, a distinção realizada não é mais entre grupos opositores, tanto que o jornal evita o apelo constante a conceitos assimétricos da forma como o fez em 64, pois, agora pretende construir uma unidade de consenso bem maior. Com isso, trata de enfatizar, sobretudo, a distinção entre um projeto de passado e, especialmente, de futuro para o país. De um lado, um projeto passado (implicitamente creditado às esquerdas) segundo o jornal, desarticulado definitivamente em 31 de março e para o qual “nenhum brasileiro, por certo, desejaria voltar²⁷” e do outro, aquele que representava “a normalidade democrática em nome da qual se levantou o país em 1964”²⁸.

As narrativas de rememoração do episódio atestam que, embora o jornal se notabilize como agenciador de sentidos sobre o presente, uma de suas funções fundamentais é realizar um poderoso exercício de formulador de memória. Não somente

²⁵ *O Modelo Brasileiro*. Folha de S. Paulo, (Editorial de Capa), 31 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

²⁶ *O país lembra os 11 anos da Revolução*. Folha de S. Paulo, - Editorial. 1º. Caderno, p. 03, 30 de março de 1975. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

²⁷ *O país lembra os 11 anos da Revolução*. Idem

²⁸ *O país lembra os 11 anos da Revolução*. Idem.

por sua condição de produtor de rastros, afinal, seus textos e reportagens se tornarão material capital para a reflexão sobre o passado, mas porque, intencionalmente, é capaz de mobilizar a memória, realizando um sistemático trabalho de produção de versões sobre o passado. Talvez não seja exagero dizer que, em suas páginas, toda narrativa do presente é uma tessitura sobre o passado, o que, por sua vez, é sempre uma escrita que tenta direcionar o futuro num interminável esforço de retrospectiva e projeção.

O rito de 10 anos do golpe de 1964 desempenha um papel pragmático e normativo²⁹. Em nome de uma história e de um “modelo brasileiro”³⁰, procurava se instituir um patrimônio cognitivo cujo objetivo maior era a filiação da população a uma unidade que deveria ser reforçada pelo retorno do evento à cena pública, que além de acontecimento-síntese, agora também se realizava como acontecimento-monumento. Lugar de memória, convocador do passado, tornado instituição pública de concentração da lembrança.

Constata-se a íntima ligação entre essa construção memorial do evento e a elaboração de uma identidade social e histórica vinculadas a ele. Como veremos alguns anos depois, em fins de setenta, tanto a problemática da memória como da identidade retornarão à cena em um novo jogo de disposição de papéis, quando a Folha procurará desvincular sua imagem e memória do 1964 para colocar em seu lugar novas ocorrências que passarão a representá-la. Como nos lembra Ricoeur “é nesse plano que se pode mais legitimamente falar em abusos de memória, que são também abusos de esquecimento”.³¹

Embora a Folha, assim como boa parte da grande mídia, atualmente argumente que naquele momento não havia muito a fazer, em virtude da censura a assombrar todas as redações – atitude que atesta a releitura do jornal sobre suas escolhas no passado – até a primeira metade dos anos 70, houve uma clara disposição do veículo em apoiar às ações desencadeadas naqueles anos. Muito de seus textos são de apologia aos presidentes militares e, além disso, desempenhava ainda uma função de vigilância

²⁹ Uma discussão introdutória sobre o caráter normativo da memória pode ser encontrada in CATROGA, Fernando. *Memória e História* in PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do Milênio*, Porto Alegre: UFRSG, 2001, pp. 43-69.

³⁰ *O Modelo Brasileiro*. Folha de S. Paulo, (capa) 31 de março de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional-Sector de Microfilmagem).

³¹ RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007, p. 94

para que o estado mantivesse sob controle o processo de abertura política e não relutasse diante das pressões da população.

Por isso, em 1974, quando entram em cena também os debates mais diretos sobre a anistia política para presos e exilados, o jornal é relutante sobre até onde tais ações deveriam ir. É este debate que, segundo a Folha, direcionava-se “aproveitando o sentimentalismo do povo brasileiro”. Contudo, admite que “nada impede, entretanto, que com o passar do tempo, fosse autorizado a revisão de alguns processos”, mas adverte na mesma matéria:

Essa seria a exceção, nunca a regra. E não atingiria os líderes do governo deposto há dez anos, nem os grandes responsáveis pelo caos que o país mergulhou a partir de 1961. Todos tiveram sua oportunidade e falharam³².

Sem dúvida, esse é um dos momentos mais tensos no processo de objetivação do evento na narrativa midiática. Primeiro porque os resultados mais imediatos daquele acontecimento continuavam a produzir sentidos na cena pública. Até 1985, considerado o marco para o fim do período ditatorial, 1964 sofre um lento processo de distensão temporal que vai agregando a ele, cotidianamente, novas explicações e justificativas. Embora tenha perdido sua condição de novidade, outras ocorrências se somam ao seu núcleo explicativo fundador, o que serve para projetá-lo diariamente na escrita jornalística.

Segundo, porque nessa “danação” do evento na dimensão temporal, em seu processo de transformação de acontecimento midiático a monumental e, posteriormente, historiográfico, afluem-lhe diversos fluxos de sentidos e demandas sociais nas quais se misturam elementos ideológicos, processos cognitivos de apreensão temporais, proposições teórico-metodológicas que orientam o fazer jornalístico e histórico, bem como, os usos que cada grupo realiza sobre o passado.

Se, passados dez anos do golpe, para aqueles atores ainda não era possível “escrever a história da Revolução”, não se podia negar que 1964 já é

³² RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007, p. 94.

festejado/lamentado como marco emblemático para a história do país. Fosse por seus opositores ou defensores, o evento começava a ser explicado como uma experiência temporal que direcionava sentidos históricos.

Numa atitude, que pretendia “criar sentido e perpetuar o sentimento de pertença e de continuidade, num protesto metafísico contra o fluxo do tempo”³³, a tarefa dessa liturgia dos dez anos do evento pretende justamente inseri-lo no *continuum* temporal que segue sua marcha “ascensional” e para o qual, segundo o jornal: “descortina-se o futuro. Projetam-se agora as grandes linhas políticas e administrativas de uma nação finalmente sedimentada e um estado que avança para a eficácia”.³⁴ Nesse momento, o acontecimento direcionava a certeza quanto ao futuro numa visão idealizada de plena harmonia entre espaço de experiência e horizonte de expectativa desencadeados com o 31 de março.

Na formulação monumental desse acontecimento, produz-se um deslocamento temporal, fazendo com que o futuro fale ao passado, posto que ele é projetado em uma leitura do acontecimento. Como disse anteriormente, embora em um primeiro plano o passado instrumentalize o presente, é com o futuro que ele busca dialogar. Ao mesmo tempo em que as edições comemorativas se manifestem como um recurso da lembrança — pois, como afirma Nora, ao se referir à memória, ela “se enraíza no concreto, no gesto, na imagem, no objeto”³⁵, — as quais a materialidade do jornal representa — também se revela como rastro que, como diz o autor ao se referir à história, impõe-se pela “distância” e “mediação”.

Essa produção encerra uma dupla problemática: como memória, “emerge de um grupo que ela une”, um grupo cada vez mais diverso de jornalistas e leitores que o jornal ampliava todos os dias. Como artefato histórico, “pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal”³⁶. Ao rememorar os fatos passados, o jornal reatualiza constantemente a memória, trazendo-lhes novos elementos. Aqui deparamo-nos com uma produção que é, concomitantemente, memória e história

³³ CATROGA, Fernando. *Memória e História* in PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do Milênio*, Porto Alegre: UFRSG. 2001 p. 51.

³⁴ *O Novo Governo*. Folha de S. Paulo, 1º. Caderno, p. 03, 15 de março de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

³⁵ NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: problemática dos lugares*. São Paulo; rev. Projeto História – no. 10. 1993 pp. 7-28, p. 9.

³⁶ NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: problemática dos lugares*. São Paulo; rev. Projeto História – no. 10. 1993 pp. 7-28.

Ela é capaz de estimular laços de afetividade, ou que acarretem forte apelo emocional sobre as ocorrências que narrar; torna a notícia um monumento traumático ou festivo configurado como lembrança em estruturas sociais, políticas e familiares de grupos que a transportam como herança para outras gerações. É por isso que boa parte das matérias que tratam do evento sempre parte do chamamento a uma unidade de sentido maior: “nós, os brasileiros”, “nós, o povo”, “nós, o Brasil”, “a nação”. O jornal, ora se apresenta como parte do grupo singular o qual faz parte: aqueles que apoiaram o golpe, ora se coloca como pertencente a uma unidade de sentido coletiva maior, ou seja, a sociedade civil, “o povo”, aqueles que almejam o “melhor para a nação”, portanto, pretensamente é em nome dela que fala quando realiza determinadas escolhas.

Quando afirmo isso, não parto somente da compreensão de que a memória é elemento fundamental na produção midiática, ou de que essa produção é capaz de fundar novas memórias. Na elaboração do evento pela mídia, produz-se simultaneamente história e memória, postas em um diálogo ambíguo e problemático, alimentando-se mutuamente na formulação do evento na cena pública.

À medida que o evento retorna, insistentemente, seja em efemérides, ou vinculado às novas ocorrências que o evocam, objetivando construir explicações sobre o tempo presente, desenrola-se um jogo de adequações simbólicas que elabora uma compreensão do tempo sob o caráter de uma memória histórica midiaticizada. Conceito que congrega elementos de saberes ordinários, na medida em que lida com formas de compreensão temporal que colocam em movimento uma gramática de ação e usos do passado que pertence a essa sociedade, da qual o veículo faz parte; mas que também trabalha com elementos que são inerentes ao campo científico da história, a exemplo da preocupação com a ordenação cronológica dos acontecimentos, o recurso à consultas a fontes orais e documentais para respaldar as matérias ou mesmo o chamamento a especialistas para refletirem sobre tais elementos.

Em termos práticos, talvez possa-se dizer que os meios de comunicação na atualidade realizam uma espécie de neo-metodismo histórico que nos remete aos princípios fundamentais da escola metódica do século XIX. Embora deva ressaltar uma diferença fundamental entre ambos, se para os metódicos o passado era o dado morto, e o presente o tempo da não-história, com a produção midiática ocorre exatamente o

oposto: o passado é o suporte vivo de interpretação para o presente e este por sua vez, é o lugar da fabulação da história; o tempo do “fazer a história”.

Nesse caso, há que se questionar em que essa produção se diferencia efetivamente da escrita historiográfica contemporânea, e em que medida pode influenciá-la. É possível que uma resposta a ser apontada seja o fato de que a produção midiática parte de uma tripla fabricação sobre o passado: o evento, compreendido em seu caráter teórico-pragmático, ou seja, sua escritura na cena pública, a partir disso, a produção de materialidade através dos rastros que se tornarão objetos de investigação história e, em terceiro lugar, o trabalho de produção de monumentalidade através do texto jornalístico numa re-escritura do evento na cena pública, que também pode ser definida como a inscrição do acontecimento na duração, ou talvez, uma escrita histórica midiática.

Ao recolocar o evento na cena pública, desacelera o tempo e imprime um lugar de recordação na frenética marcha do cotidiano, quase como se pudéssemos partilhar, ao mesmo tempo, da dinâmica de dois tempos numa articulação que se dá, concomitantemente, entre um tempo que segue e outro retido em um ciclo que sempre volta ao presente para orientar o futuro.

Dessa forma, eventos como 1964 comportam ainda mais uma característica: são acontecimentos-espetáculo. Isso significa uma diferença fundamental na relação que as pessoas passaram a ter com o evento emblemático. Àquela transmissão que se dava em uma rede de relações comunitárias e rastros selecionados direta ou indiretamente no tempo, numa difusão efetivada naquilo que Nora denominou por saberes reflexos, acrescenta-se agora o potencial da audiência de um evento espetacularizado e acompanhado cotidianamente através dos meios de comunicação.

Depara-se com um excesso de imaginação histórica que é capaz de articular tanto saberes do campo histórico, quanto àqueles que partem das formulações ordinárias sobre os usos do passado. Essa é, portanto, uma forma bastante peculiar de invenção do acontecimento emblemático no tempo presente. Monumento midiaticizado que se ordena independente da reflexão dos historiadores, e que se impõe à sua produção de forma contundente, fazendo com que, muitas vezes chegue ao livro didático antes mesmo de

se tornar objeto de investigação no espaço acadêmico. Avancemos um pouco mais nas peculiaridades desse processo.

3.1.1 O acontecimento e “as culminâncias do tempo”

Como mencionei anteriormente, a partir da segunda metade dos anos 70, ocorreram mudanças significativas que alteraram o processo de configuração do acontecimento na cena pública, sobretudo, em relação ao controle exercido pelo governo e as pressões vindas de vários setores da sociedade que reivindicavam por mudanças imediatas no cenário político-social do país. Grupos civis que, durante os anos anteriores, tinham apoiado abertamente ao regime, viram-se pressionados por uma crescente participação da opinião pública exigindo mudanças, sendo assim, obrigados ainda a reverem suas posições, ou assumirem o risco de serem engolidos pelas transformações que claramente se anunciavam e pagarem o ônus “histórico” do alinhamento com o regime militar. Em 1976, era dessa forma que Dines³⁷ começava a analisar o episódio:

O tempo passa todos os dias. Em aniversários o tempo se amonta, muda de medida e torna-se solene. Então o sutil correr dos dias, semanas e meses dimensiona-se em anos. Aniversários são culminâncias do tempo quando estica e ganha duração. É nos aniversários que a intermitência diária consolida-se em segmentos mais visíveis, descortinam-se prospectivas. O Brasil festeja hoje o 12º aniversário da Revolução de 31 de março de 1964. Entre outras coisas é o momento de dimensioná-la no tempo, examinar seus aportes³⁸.

³⁷Dines dirigiu e lançou diversas revistas e jornais no Brasil e em Portugal. Leciona jornalismo desde 1963, e, em 1974, foi professor visitante da Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia, Nova York. Foi editor-chefe do *Jornal do Brasil* durante doze anos e diretor da sucursal da *Folha de São Paulo* no Rio de Janeiro. Dirigiu o Grupo Abril em Portugal, onde lançou a revista *Exame*. Escreveu mais de 15 livros, entre eles *Morte no paraíso, a tragédia de Stefan Zweig* (1981) e *Vínculos do fogo – Antônio José da Silva, o Judeu, e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil, Tomo I* (1992). Cf. a entrevista de Dines ao Observatório da Imprensa sobre sua trajetória no end. http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/sobre_dines/memoria.htm

³⁸ DINES, Alberto. *A noção do tempo*. 1º Caderno-Opinião, p. 02. Folha de S. Paulo, 31 de março de 1976. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

Apenas o fato de ser nominado como ocorrência exemplar no momento de sua constituição, necessariamente, não representa garantia de que um evento sobreviverá na duração. É necessário que ele seja constantemente convocado em narrativas de retrospectão que o situam em uma linha que se abre novamente entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. A citação acima serve para compreender a clareza do jornalista sobre tal necessidade. Como destaca Alberto Dines, em 1976, era preciso “dimensioná-lo no tempo”, realizar um exercício de retrospectão e “prospectiva”. Em seu caráter retrospectivo, 1964 já podia ser analisado como experiência posta naquele cotidiano, ou ser situado dentro de um horizonte de expectativa dimensionado em médio e longo prazo no tempo.

Em questão de entendimento sobre o passado, a opinião Dines não difere muito das anteriormente citadas. Continua sendo função do presente examinar os aportes do passado para que estes possam apresentar as lições para o futuro. Entretanto, a principal mudança que se observa em relação ao evento, a partir de 1976, diz respeito exatamente ao horizonte de expectativas que se coloca em relação a ele. Enquanto experiência, continuava a ser narrado como ocorrência positiva e que foi indispensável para país, tanto que, mesmo que reclame por mudanças no regime, Dines se refere a ele como “aqueles dias heróicos” em que:

A Revolução tinha como meta a unificação do País, a construção de uma sociedade moderna, a liquidação da radicalização ideológica, o expurgo da corrupção e a consolidação do estado democrático ameaçado pelo próprio poder³⁹.

A aura de evento exemplar permanece inalterada nas páginas do jornal, assim como, a experiência do passado atual incorporado na memória e na história do país. O episódio podia ser lembrado sem prejuízos dos valores que representava e que continuava a fundamentar as defesas mais acaloradas. Porém, essa mesma lembrança de ocorrência célebre, que na narrativa do jornal e de seus colaboradores, servia para exaltação da nação, do progresso e da “democracia”, começava a se voltar contra a continuidade do processo deflagrado em 1964. Tanto é, que Alberto Dines, em 1977, alertava para a seguinte questão:

³⁹ DINES, Alberto. *A noção do tempo*. 1º Caderno-Opinião, p. 02. Folha de S. Paulo, 31 de março de 1976. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

Revolução é um processo autolimitado no tempo. Quando a dinâmica revolucionária suplanta as barreiras temporais, altera-se basicamente processo deixando de ser revolucionário⁴⁰.

A construção da monumentalidade do episódio tinha se configurado com sucesso, tanto que nem mesmo os principais críticos do regime a atacavam, todavia, sua permanência como uma experiência que teimava em não se encerrar, fazia com que agora o passado rivalizasse com o futuro, o que limitava o horizonte expectativas colocado em cena desde sua deflagração em março de 1964. O devir agora era projetado de maneira diferente de como o fora até 1974, como chama atenção Koselleck. Isso demonstra que “a presença do passado é diferente da presença do futuro”⁴¹. A continuidade dos militares no poder e a persistência do evento configurada em suas ações irá colocar em xeque a possibilidade de controle sobre o futuro, tornando-o novamente um tempo de incertezas. É nessa atmosfera que o jurista Dalmo Dallari, reconhecido opositor do regime, indagava nas páginas da Folha em 31 de março de 1977: “Qual o futuro político imediato do Brasil? Que elementos existem para uma tentativa de previsão desse futuro?”⁴².

Em sua crescente decepção com o rumo dos acontecimentos, o jornal colocava em questão os limites de suas projeções frente ao espaço da imprevisibilidade do cotidiano; quebrava-se ali a correspondência entre a experiência configurada pelo episódio e a expectativa de futuro amparada nele, o que para muitos outros grupos políticos já havia ocorrido desde a deflagração do episódio.

As matérias de Dines e Dallari, ao contrário das anteriormente citadas, não são um mero chamamento às comemorações festivas da “Revolução de 64”, mas, a tentativa de realizar uma reflexão crítica quanto aos seus efeitos, de forma a prospectar seus resultados em um longo prazo; talvez reformular os horizontes de expectativas agora muito mais saturados de angústias do que esperanças. Por isso, Dines chama

⁴⁰DINES. Alberto. *O 13º aniversário IV*– Opinião, Folha de S. Paulo, 1º Caderno, p. 03, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁴¹KOSELLECK. Reinhart, *O Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed.PUC - Rio, 2006, p. 311.

⁴² DALLARI, Dalmo. *O quadro político do brasileiro – Tendências/Debates*. Folha de S. Paulo, 1º. Caderno, p. 03, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

atenção para o fato que era necessário fechar um ciclo do episódio para que efetivamente ele se tornasse experiência passada:

Falta, porém, examinar o futuro, prospectar, comparar situações e circunstância, perceber diferenças, sobretudo anotar idades. Nos aniversários completam-se coleções de ocasiões, oportunidades, épocas, eras. *Fecham-se ciclos*, esgotam-se momentos. O tempo avulta nos aniversários. É o momento propício para avaliar *sobre sua extensão e duração*⁴³.

Com Dines e outros colaboradores, o evento começa a perder a força como ocorrência que direcionava o futuro de forma positiva e previsível, como fora narrado até ali. Contudo, mantém-se como ocorrência histórica memorável e positiva; processo revolucionário que, segundo Dines, “teve apoio unânime da nação”⁴⁴. A derrota do governo nas eleições de 15 de novembro de 1974 foi um ponto importante nessa nova configuração, pois o MDB conseguiu o controle político das maiores cidades do país, o que o colocou como o principal partido, superando a ARENA.

Tal episódio agravou ainda mais o cenário político, pois mostrou ao governo militar a clara insatisfação da população com a manutenção do estado de exceção implementado em março de 1964. Acuado pela flagrante derrota nas urnas, Geisel resolve lançar mão novamente do AI-5, desagradando inclusive muitos de seus mais fiéis apoiadores. Entre suas ações mais criticadas, fecha novamente o congresso nacional, cria o mandato de senador biônico, estende o mandato do presidente para seis anos e torna indireta a eleição para governador. Em junho do ano seguinte, no pronunciamento de Armando Falcão, ministro da justiça de Geisel, ao ser questionado sobre o processo de abertura advertia:

O país está em clima de absoluta tranquilidade, mas que o processo de distensão gradual, em curso, não importará, em hipótese alguma, na supressão da legislação revolucionária. O ministro leu pronunciamentos do presidente Geisel, para distinguir os conceitos de distensão e de abertura política, sustentando

⁴³ DINES. Alberto. *O 13º aniversário IV*– Opinião, Folha de S. Paulo, 1º Caderno, p. 03, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁴⁴ DINES. Alberto. *O 13º aniversário IV*. Idem.

que a primeira é uma busca "segura e lenta, sem prazos", e que a abertura representaria a adoção de providências imediatas, de efeitos perigosos. "O Governo não cogita da extinção do AI-5 nem do decreto 477", salientou Falcão⁴⁵.

Tais medidas começam a se chocar mais diretamente com os interesses da classe média urbana, que temia um retrocesso tanto em aspectos políticos, quanto econômicos. Certamente, não interessava a nenhum grupo empresarial e isso incluía os donos de jornais e outros meios de comunicação, um país de economia fechada e que mergulhasse indefinidamente na repressão e contenção dos direitos civis. Não se pode esquecer, ainda, que o chamado milagre econômico a cada dia dava sinais de claro fracasso. Era visível que, naquele momento, definhava o pacto estabelecido entre militares e parte dos grupos civis que os apoiavam entre os quais a Folha se incluía.

Se o primeiro semestre do ano de 1974 havia significado o momento de exaltação das efemérides de 1964, apresentado como ocorrência emblemática para a memória da nação; ao final daquele mesmo ano, inicia-se o processo de deterioração de uma idéia de futuro seguro e próspero, construída nas páginas da Folha de S. Paulo, que agora se via pressionada pelas reivindicações de mudanças que partiam de diversos setores do país e que haviam ganhado fôlegos com as ações repressivas novamente desencadeadas pelo governo.

Nesse período o jornal irá passar por várias mudanças em seu corpo editorial que, de certa forma, auxiliaram na preparação de um eficiente projeto de reformulação de sua identidade nos anos 80. Pode-se dizer que em 1976 o jornal ganha a configuração que permanecerá praticamente a mesma até os dias atuais, com a inclusão de páginas de opinião e cadernos como a Ilustrada, que se tornam espaços importantes para intelectuais e vários outros colaboradores, que ali passam a escrever regularmente. A partir daí, sua postura se torna ambígua e, até mesmo, conflitante em vários momentos. Em suas páginas alternam-se textos que ora criticam, ora corroboram, ou são elogiosos ao governo. Como se estivesse experimentando, na dubiedade dos textos, quais os caminhos a seguir. Não assume abertamente uma atitude de oposição; ao menos evita

⁴⁵*Distensão não elimina o AI-5*, 1º. Folha de S. Paulo, Caderno, p. 04, 20 de junho de 1975. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

entrar em confronto até 1977, quando outro episódio⁴⁶ representará seu rompimento público com os militares. Já naquele momento, valendo-se do argumento da pluralidade, o jornal tenta funcionar como se fosse uma grande colcha de retalhos ideológica, na qual pretensamente “todas” as versões podiam ser costuradas e enredadas na tessitura orquestradas em suas páginas.

Para justificar sua posição, a idéia de pluralidade ganha destaque, sendo um dos pilares de seu projeto de mudança. O conceito passa a conceder um lugar de legitimidade para que o veículo pudesse trabalhar em diversas linhas discursivas, sob o argumento de que se abria para ouvir todos os lados. Mas essas questões somente serão incorporadas com clareza com a implantação do projeto Folha na segunda metade dos anos oitenta; antes disso, há um período no qual o jornal assume publicamente a defesa da campanha das Diretas, marco divisor na construção de sua identidade.

Portanto, na segunda metade dos anos 70, temos um jornal relutante quanto a que posição tomar frente ao governo, pois seu envolvimento com o golpe acarretara ao menos duas atitudes: em primeiro lugar, sobressai seu papel de apoiador do episódio em sua efetivação, e aqui destaco sua atuação, por exemplo, como mediador na escritura do episódio na cena pública, objeto de minha reflexão no capítulo anterior. Em segundo, o papel de formulador de monumentalidade, na inscrição do evento no tempo, em narrativas retrospectiva e projeção que novamente o recolocavam na cena pública na condição de ocorrência célebre, positiva e necessária, numa clara conexão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa.

Entretanto, o desafio colocado agora era o de construir uma nova legitimidade para o veículo; não mais a do interlocutor entre os militares e a sociedade civil, mas o de apresentá-lo como a voz da sociedade civil contra o regime. Na reformulação de sua imagem, tanto editorial, quanto política, a Folha começa a trabalhar para assumir um lugar de agente de interlocução nas reivindicações da sociedade por mudanças políticas. Àquela altura, avolumam-se protestos em todo o país é, nesse momento, que o jornal identifica o vácuo para se apresentar como “o porta voz da sociedade civil”. Para fazer isso, convida reconhecidos atores sociais, entre os quais,

⁴⁶ O episódio ao qual me refiro é o caso Lourenço Diaféria, quando o jornalista da Folha foi preso devido uma matéria publicada no jornal, do qual trarei logo mais.

perseguidos e exilados, que voltam a se posicionar publicamente nas páginas do jornal na recém-criada seção “Tendências/Debates” em 1976.

A persistência do episódio na cena pública faz com que o jornal, progressivamente, atue num trabalho de separação entre os eventos ocorridos no dia 31 de março de 1964 e a continuidade dos militares no poder, que passam a ser tomadas como duas ocorrências independentes. Para fins de reflexão sobre o passado, “a revolução” ainda continuava a manter sua aura positiva, vista como ocorrência de importância inquestionável que recolocou o país na “normalidade”, todavia os seus resultados, a partir da insistência dos militares em se manterem no poder, começavam a tornar o futuro instável e imprevisível. Tais questões ficam evidentes na matéria “Mudou o sistema, menos a consciência deste” do jornalista Alberto Bahia em março de 1977; vejamos:

A verdade é que o sistema político de 1964 tem realizado muito. Mudou o país. Ele mesmo mudou bastante. Sua consciência movida pela necessidade de ficar no poder não percebe, ou não quer perceber, até que ponto o Ato Institucional I já é História do Brasil. Assim sendo, não resolverá adiar simplesmente a democracia apelando para um modelo político que conjuga exceção com democracia. Esta última não se realizaria, nem tampouco, uma revolução democrática justificaria seu qualitativo. A Revolução extingue-se mudando em democracia. É necessário que só permaneça a democracia⁴⁷.

Na edição do dia 31 de março de 1977, o jornal realizava uma ampla cobertura sobre o episódio, dispensando a ele, diversas matérias nas páginas 2, 3, 9, 12 e páginas completas, 13, 14, 15 e 16. A Folha trazia um painel de colaboradores diversos e, embora apresentasse textos críticos como o do jurista Dalmo Dallari, reconhecido opositor do regime, não havia ainda, enquanto postura do jornal, um enfrentamento aberto ao regime, e muito menos ao episódio, como pode ser constatado em suas principais manchetes daquele dia: “Solenidades em todo o país por 13 anos da Revolução” e “Na festa do 31 de março, aguarda-se a fala de Geisel” pag. 9, “O 13

⁴⁷ BAHIA, Alberto. *Mudou o sistema, menos a consciência deste* – Nacional, 1º. Caderno, Folha de S. Paulo, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

aniversário da Revolução de Março” pág. 13, “Mudou o sistema, menos a consciência deste” pág. 13. “Balanço” pag. 14, “Roteiro da Revolução” pág. 14, “A Razão e a Certeza” pág. 14, “A “Revolução em busca de seu rumo” pág. 15, “A literatura sobre a Revolução” pág. 16.

De fato, em suas páginas, ainda há um consenso de que em 1964 instaurou-se efetivamente um processo revolucionário que foi indispensável ao país para colocá-lo no “rumo certo”. Contudo, passados 13 anos do evento, há um clima de certa frustração por parte de seus apoiadores, sobretudo, por se considerar que ocorreu uma desvirtuação de seus objetivos.

Se em 1974, para o ex-chefe da casa civil de Castelo Branco, Luiz Vianna Filho, ainda era cedo para contar a história da revolução, três anos depois, Jorge Boaventura⁴⁸, colaborador do jornal, já considera que “transcorridos trezes anos do movimento de março de 64, já há bem delineada a profundidade histórica indispensável a um julgamento sereno dos seus acertos e desacertos”. Afirmando isso, Boaventura, destacava que agora era necessário superar a relativa vulnerabilidade do sistema e abri-lo para as novas necessidades do país:

Parece-nos assim indiscutível o sucesso, *o extraordinário sucesso administrativo do movimento vitorioso em 64*. Onde se situa em nosso entendimento a sua maior vulnerabilidade é no resultado da inexistência de um projeto político renovado em termos de adequação definitiva das instituições às novas realidades do país⁴⁹.
(meus grifos)

Sensação que fica clara também no texto de Aliomar Baleeiro⁵⁰, que após realizar um apanhado cronológico sobre a história do país, afim de, possivelmente, explicar seus problemas políticos – situados desde a chegada do português –, afirma:

⁴⁸ Foi professor da UFRJ e também conselheiro da Escola Superior de Guerra,

⁴⁹ BOAVENTURA, Jorge. *Balanço* – Nacional 1º. Caderno, p. 14, Folha de S. Paulo, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁵⁰ Foi deputado e jurista presidente do Supremo Tribunal Federal de 1971 a 1973.

a Revolução foi *necessária, oportuna e indispensável*. Curou a desordem oficialmente promovida, financiada e planeja. Levei na cabeça um tijolo para ela e disso não tenho remorso na consciência (...) em seu lado positivo, a Revolução, embora drasticamente, restaurou a ordem. (...) Mas a Revolução mudou. Perdeu o caráter civil e calçou botas reúnas. Praticou mais uma vez o que em política chamam de inversão do Mito de Saturno devorando os filhos aos pais⁵¹.

No lento processo de distensão que se iniciava, o jornal abre novamente suas páginas para a atmosfera de incerteza política daqueles dias, postura que estava ausente de seus textos desde 64, já que para Folha episódio havia inaugurando uma fase de plena segurança e tranquilidade.⁵² Porém, para se firmar como espaço de manifestação da sociedade civil, era necessário construir uma nova legitimidade política e social, uma vez que se tornavam cada vez mais evidentes as pressões por mudanças políticas no país. Uma identidade que desvinculasse sua imagem do apoio aos militares e, principalmente, que a colocasse em oposição pública a eles naquele momento. Como destaca o jornalista Mário Magalhães sobre a história do jornal, “A Folha era um jornal muito lido, mas de pouco prestígio e influência restrita. Era informativo, mas faltava-lhe densidade política”⁵³.

Em outras palavras, faltava ao jornal reconhecimento para ser aceito como um interlocutor a falar contra o regime cuja instauração havia apoiado. Tal desconfiança era notória por parte dos grupos de resistência, tanto que em 1971, a Folha teve dois de seus carros de entrega de jornais atacados em represália à suspeita de que serviam como fachada para que os militares capturassem presos políticos clandestinamente. Em resposta à ação, o próprio Otavio Frias escreveu sobre o episódio o único editorial creditado a si, no qual realizava uma severa crítica ao que denominava de “a sanha assassina do terrorismo”:

Que notícias e que comentários? Os relativos ao desbaratamento das organizações terroristas, e especialmente à morte recente de um de seus mais

⁵¹ BALEEIRO, Aliomar. *A frustração depois de 13 anos*, 1º. Caderno, p. 13, Folha de S. Paulo. 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁵² *O Modelo Brasileiro*. Folha de S. Paulo, (capa) 31 de março de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁵³ MAGALHÃES, Mário. *Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70* in Folha 80 anos, Folha Online, cap. no end. [http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/ em 27/09/2007](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/em 27/09/2007).

notórios cabeças, o ex-capitão Lamarca. (...) Quanto aos terroristas, não podemos deixar de caracterizá-los como marginais. O pior tipo de marginais: os que se marginalizam por vontade própria. Os que procuram disfarçar sua marginalidade sob o rotulo de idealismo político. Os que não hesitaram, pelo exemplo e pelo aliciamento, em lançar na perdição muitos jovens, iludidos, estes sim, na sua ingenuidade ou no seu idealismo⁵⁴.

Sendo assim, para assumir plenamente o posto de “porta voz da sociedade civil”, era preciso antes desconstruir sua identidade, atrelada ao golpe, e livrar-se do peso do episódio sobre suas costas. No dia 15 de setembro de 1977, o inesperado parece conceder ao jornal a fresta pela qual poderia escapar do enredo que ajudara a escrever anos antes. Vejamos:

O jornalista Lourenço Diaféria da “Folha” foi detido ontem em sua casa por volta das 17 horas por agentes da política federal. (...) Na última sexta-feira, atendendo à representação do ministro do Exército General Sílvio Frota, o ministro determinou a abertura de inquérito para o enquadramento de Lourenço Diaféria na Lei de Segurança Nacional em virtude de uma crônica que publicou nesse jornal, no dia 1º desse mês⁵⁵.

Lourenço Diaféria era conhecido cronista da Folha que, havia uma década, trabalhava no jornal escrevendo sobre o cotidiano e a cidade de São Paulo. Porém, no dia 1 de setembro de 1977, ao escrever uma crônica na qual elogiava a figura de um sargento que salvara a vida de uma criança, Diaféria ressaltou a imagem do militar, construído como o herói de sua narrativa cotidiana, mas acabou por realizar uma crítica à hierarquia militar que disputava o poder naquele momento. Em texto intitulado: “Herói. Morto. Nós”, Diaféria, exaltava o sargento, dizendo que:

⁵⁴ FRIAS, Otávio. *Banditismo* - Editorial. 1º. Caderno, p. 02, Folha de S. Paulo, 22 de setembro de 1971. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁵⁵ *Preso Lourenço Diaféria*. Folha de S. Paulo, (Capa) 16 de setembro de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

(...) Prefiro esse sargento herói ao duque de Caxias. O duque de Caxias é um homem a cavalo reduzido a uma estátua. Aquela espada que o duque ergue ao ar aqui na Praça Princesa Isabel – onde se reúnem os ciganos e as pombas do entardecer – oxidou-se no coração do povo. O povo está cansado de espadas e de cavalos. O povo urina nos heróis de pedestal. Ao povo desgosta o herói de bronze, irretocável e irretorquível, como as enfadonhas lições repetidas por cansadas professoras que não acreditam no que mandam decorar.⁵⁶

O texto do jornalista foi o estopim que aprofundou a crise entre a Folha e os militares, situação que já vinha se desenrolando desde a morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI em outubro de 1975, e para que o jornal começasse a realizar seu afastamento do episódio iniciando uma nova fase na construção de sua identidade política. A crônica demonstra ainda como a frustração em relação às ações dos militares ganhava peso nas páginas do jornal e, mesmo que não tenha tido a expressividade política de outros artigos e matérias publicados em jornais nos anos anteriores contra o regime⁵⁷, ajudou a instaurar um ponto de ruptura visível entre a Folha e os militares.

Sua crônica atacava ao mesmo tempo três aspectos capitais naquela conjuntura: a imagem do herói atrelada à figura distante de Duque de Caxias, que representava a hierarquia militar no comando no país, o descontentamento popular diante de um poder “oxidado” e por fim, o papel da história ensinada a fim de reverenciar esse poder. Embora tenha sido uma crítica contundente, não foi exatamente a matéria que instaurou o ponto de ruptura entre a Folha e o governo militar, mas o que se produziu a partir dela. No dia 16 de setembro, em lugar da crônica de Diaféria, uma nota da redação explicava que:

A crônica diária de Lourenço Diaféria deixa de ser publicada em virtude de o cronista ter sido detido às 17h

⁵⁶ DIAFÉRIA, Lourenço. *Herói. Morto.Nós*. Folha de S. Paulo, 1 de setembro de 1977, Folha 80 anos, Folha Online, cap. no end. http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02a.shtml

⁵⁷ Cf. MOLICA, Fernando. *10 reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro/São Paulo. Record, 2005.

de ontem pela Polícia Federal conforme noticiamos na Primeira Página⁵⁸.

A partir da publicação da coluna em branco o jornal passa a sofrer fortes pressões dos militares para que recuasse de posição, o que de fato ocorre em parte, com Otávio Frias deixando definitivamente a chefia da direção no dia 19 do mesmo mês, assumindo no dia seguinte, em seu lugar, Boris Casoy. Embora deixe de publicar editoriais até 1978, nos dias seguintes, o episódio ganha expressividade nas páginas do jornal, sendo alimentado cotidianamente por novas matérias como pode ser constado em algumas manchetes: “Nós” (editorial do dia 17 de setembro no qual o jornal se posiciona sobre o episódio); “Advogado faz visita a Diaféria (17/09/1977); “Montoro critica, Rezende defende” (idem); “As declarações do cardeal Arns” (idem); “ABI manifesta sua preocupação” (idem); “Lourenço Diaféria presta depoimento” (18/09/1977); “Suspensas visitas a Diaféria (19/09/1977); “Juiz decide hoje sobre prisão de Diaféria” (20/09/1977). O último editorial escrito nessa fase é justamente “Nós”⁵⁹, no qual o jornal se posiciona de forma contundente sobre o episódio e sobre “os serviços que prestou e está prestando ao Brasil” naquele momento e faz questão de mencionar a grande comoção e solidariedade dos outros veículos prestados à Folha.

Quando a coluna de Diaféria é publicada em branco no dia 16 de setembro, o acontecimento ganha visibilidade e uma audiência cada vez maior, sobretudo, porque gera um novo fluxo de notícias, cotidianamente, alimentado tanto pela Folha como por outros jornais que também aproveitam seu potencial mobilizador para agregar reivindicação por mudanças no cenário político. Sendo assim, o espaço em branco irrompe como a novidade que, simbolicamente, cria um momento de incontestável tensão pública entre o jornal e os militares e ajuda a formular ainda outro importante elemento: a condição de vítima para a Folha, que, agora, também podia narrar-se como veículo que foi perseguido e censurado pelo regime, conforme podiam atestar as manchetes daqueles dias. O episódio Diaféria, foi assim inscrito na história do jornal:

Na manhã do dia 16 de setembro de 1977, os leitores da Folha receberam o jornal com uma longa coluna em branco, de cima a baixo, no canto direito da última

⁵⁸ Coluna de Lourenço Diaféria – Ilustrada. 2º. Caderno, p. 44, Folha de S. Paulo, 16 de setembro de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁵⁹ Nós – Editorial, 17 de setembro de 1977, Folha 80 anos, Folha Online, cap. no end. http://www1.folha.uol.com.br/fohla/80anos/tempos_cruciais-02a.shtml. Com esse editorial, O jornal deixa de publicar editoriais até maio de 1978.

página da "Ilustrada". No alto, como de hábito, estava escrito o nome do colunista: Lourenço Diaféria. (...) Começava aí a mais grave crise que a Folha viveria com o regime militar (1964-85)⁶⁰.

O trecho acima foi extraído do artigo produzido para um suplemento especial publicado no site da Folha Online em 2001, em comemoração aos 80 anos do jornal. Na seção sob o título: “militares ameaçam suspender circulação” o jornalista Mário Magalhães cujo artigo foi intitulado, “*Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70*”, realizava uma análise que, em certo sentido, resume o processo de re-significação da memória e construção de identidade articulado pela Folha e plenamente configurado nos anos 90.

Não por acaso, o artigo é o primeiro texto apresentado após um relato no qual é narrada, em ordem cronológica, a história do Jornal até sua aquisição definitiva pelo grupo Frias-Caldeira em 1962 e sua expansão mercadológica nos anos 80. Em sua narrativa de retrospecto o período que vai de 1962 a 1977, a posição política do jornal do jornal é apresentada de maneira hesitante e dúbia, reforçando a tese de boa parte da grande mídia, segundo a qual não havia muito a fazer naquele período diante da censura, tão pouco clareza frente ao episódio deflagrado em 1964 (golpe? revolução?); minimizando assim, a atuação do veículo em relação aos eventos de março e abril daquele ano. Como nos demonstra o título do artigo, ou ainda outros trechos em que afirma:

A Folha apoiou a deposição de João Goulart, **mas não** participou de nenhuma conspiração” (...).

(...) Quando os militares tomaram o poder, a Folha tinha dois colunistas políticos (além de Hermano Alves, D’Alembert Jaccoud escrevia de Brasília). Na página 4, ao lado dos editoriais, revezavam-se Cecília Meirelles e Carlos Heitor Cony. Nos anos seguintes, o jornal se pautaria por uma preocupação, a retomada da agenda democrática, antecipada na manchete de 3 de abril de 1964: "Lacerda propõe: eleição já do novo presidente" (...).

⁶⁰ MAGALHÃES, Mario. *Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70* in Folha 80 anos , Folha Online, cap. no end. <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/80anos/> em 27/09/2007,

Embora Magalhães não realize um apagamento dos rastros que ligariam a Folha ao golpe, re-significa sua importância no conjunto das novas ocorrências que se seguiram em fins dos anos 70. Opera uma estratégia de esquecimento a partir de uma nova leitura sobre os episódios desencadeados naqueles dias e na formulação de uma nova identidade para o grupo. O passado é re-configurado para produzir um afastamento quase cirúrgico do jornal em relação ao evento e aos militares. Ao fazer isso realiza uma clara seleção dos elementos de maneira a fazer crer que nunca houve um apoio efetivo do jornal aos acontecimentos de 1964, posto que;

A **Folha** era ainda um diário pequeno, num mercado liderado com folga por "O Estado de S. Paulo". A preocupação essencial dos seus donos, Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, era com a saúde financeira do jornal que haviam comprado em 1962⁶¹.

Dentro dessa lógica, outros trechos muito mais numerosos e enfáticos de apoio do jornal ao evento são omitidos dando lugar a uma outra lembrança, ou mais precisamente àquilo que Ricoeur denominou de “lembrança encobridora” que funciona “tanto na escala da vida coletiva como na da psicologia da vida cotidiana, por meio da exaltação do acontecimento da libertação”⁶².

Dessa forma, setembro de 1977 é tomado como o marco do rompimento público do jornal com o governo militar. E o caso Diaféria, seu acontecimento de libertação. A coluna em branco funciona, implicitamente, como a quebra de um contrato simbólico entre veículo e o evento que agora entrará em um novo ciclo de significação para o periódico.

Para Abramo, o caso Diaféria serviu como o estopim que precipitou seu desligamento, já esperado, da redação do jornal. Diz o jornalista: “no dia seguinte o

⁶¹ MAGALHÃES, Mario. *Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70* in *Folha 80 anos*, Folha Online, cap. no end. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/> em 27/09/2007.

⁶² RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007, p. 457.

general Hugo Abreu, chefe da casa civil de Geisel, ligou para o jornal e Frias pediu que me demitisse; e me demiti. Ele não me demitiu, pediu que eu o fizesse.”⁶³. Em sua opinião, o projeto de distensão do regime pedia, “um acordo tácito entre os militares e os donos dos jornais. Creio que eles não chegaram a falar abertamente no assunto (...). Subitamente, num prazo de dois ou três anos fomos quase todos eliminados”⁶⁴, diz o jornalista.

Considerando as reflexões de Abramo como um dos componentes relevantes naquela conjuntura, o papel desempenhado por esse episódio na elaboração da história recente da Folha serviu para a preparação na construção de uma “anistia” antecipada do jornal em relação ao episódio e a possibilidade de administrar o esquecimento sobre suas ações durante o regime militar; ao escolher o que deveria ser esquecido, controlava o que deveria ser lembrando.

No complexo amálgama de ocorrências desencadeadas em fins de 70, mesmo que a prisão de Diaféria não tenha tido grande efeito político em um momento no qual eram comuns as represálias dos militares a órgãos da imprensa e a jornalistas, como foi o escandaloso caso de Vladimir Herzog, o episódio reveste-se de significância emancipadora e imprime um momento visível para o distanciamento e ajuda a construir uma relação de alteridade entre a Folha e os militares. Percebe-se, nesse ponto, uma virada na relação memória/esquecimento e construção de identidade. Todo o esforço realizado na produção de uma memória instrumentalizada sobre o evento, ou um exercício abusivo de memória com a evocação insistente do episódio a fim de firmá-lo como ocorrência positiva para história da nação, agora se revertia em esforço de esquecimento, o que atesta que toda a formulação da nova identidade ampara-se na função mediadora e seletiva da narrativa, fazendo com que os abusos de memória se tornassem conseqüentemente, abusos de esquecimento. Como lembra Ricoeur, citando Locke “tudo o que constitui a fragilidade da identidade se revela assim oportunidade de manipulação da memória, principalmente pela via ideológica”⁶⁵.

Com isso, o jornal começa a estruturar um bem sucedido projeto de reconstrução de sua imagem pública e sobre a memória de sua participação nos eventos em que, poucos anos antes, havia desempenhado um papel capital como apoiador.

⁶³ ABRAMO, Cláudio. *A Regra do Jogo*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.p. 90.

⁶⁴ ABRAMO, Cláudio. *A Regra do Jogo*. Idem.

⁶⁵ ABRAMO, Cláudio. *A Regra do Jogo*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.p. 90.

Antecipa-se, capturando para si a luta pela democracia e pela abertura política, numa estratégia de esquecimento que priva e controla narrativas autorizadas a partir dos conteúdos divulgados em suas páginas. Abrir-se para as diversas vozes era uma maneira dissimulada de tornar-se o lugar autorizado de onde elas deviam partir. Melhor ter exilados, presos políticos e intelectuais falando de dentro do jornal do que de fora dele.

Ainda no final daquele mês de setembro de 1977, Hermes Lima⁶⁶ escrevia para a Secção Tendência/Debates um texto bastante significativo sobre os novos rumos tomados pelo jornal a partir daquele episódio:

A sociedade civil é basicamente de paisanas, aqui e em toda a parte. A paisanada é que escreve poesia, romance e filosofia. Também produz, discute, briga e protesta. Aparentemente é indisciplinada. Anda sempre fora de forma. Mas é o chão em que o Estado deita raízes⁶⁷.

A sociedade civil agora figura como o elemento de destaque, é em seu nome que o jornal passa a falar na nova conjuntura política que começava a se desenhar. Não por acaso, exatamente no mês em que se instaura abertamente o ponto de tensão entre militares e o jornal, começam a ser publicados os textos mais contundentes de crítica ao regime. Percebamos que agora sociedade civil e governo militar, que antes eram apresentados como os elos complementares dessa sociedade, passam a ser projetados na cena pública quase como pólos opostos.

Civicamente estamos paralisados. Partidos sob vigilância, censura de livros, controle da juventude universitária. Proibição dos comícios, das manifestações públicas (...). Revestiu-se assim o Estado de uma armadura autoritária que o afasta da sociedade civil⁶⁸.

⁶⁶ Foi presidente do Supremo Tribunal Federal, membro da Academia Brasileira de Letras, ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República de 8 de setembro de 1961 a 18 de setembro de 1962, e primeiro-ministro do Brasil, durante a breve experiência parlamentarista ocorrida no governo João Goulart.

⁶⁷ LIMA, Hermes. *Sociedade e arbítrio político* – Tendências/Debates, 1º. Caderno, p. 03, Folha de S. Paulo, 22 de setembro de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁶⁸ LIMA, Hermes. *Sociedade e arbítrio político*. Idem.

Como destaca Ruy Lopes:

Aproveitando os ventos liberalizantes que então sopravam, a Folha lançou-se ao novo projeto, que aí, está a vista de todos. Passou a emitir opinião diariamente, contratou comentaristas políticos, ampliou a editoria específica e abriu espaço para que as figuras mais eminentes da comunidade – independentemente de suas convicções ideológicas – abordassem temas da atualidade sem qualquer interferência da direção do jornal. Graças a isto, a Folha que já tinha uma grande circulação, aumentou seu peso político, tornando-se hoje leitura obrigatória nos centros de decisão. A postura política transformou o boletim em um órgão influente⁶⁹.

A posição de Ruy Lopes, assim como, o artigo de Mário Magalhães acusam as estratégias desse esquecimento administrado a partir da função seletiva da narrativa. Se para muitos, 1964 desde o princípio fora apresentado como a tomada de poder autoritária que instituiu a ditadura no país, para a Folha e outros grupos que o haviam apoiado é somente no final de 70 que tal explicação passa a ser considerada no horizonte de significação do episódio. Na nova fase, o passado deixa de oferecer lições positivas para o presente e torna-se confuso; perde sua força mobilizadora para o futuro que também se torna um tempo de incerteza.

O lento processo de distensão política foi uma preparação para o esquecimento, não somente sobre as ações do jornal, mas dos demais grupos civis que apoiaram o golpe, tornando-se o momento para que a Folha requeresse para si a graça anistiantes. O presente, nesse momento, dispensa o passado e prefere falar diretamente ao futuro, como se tudo se eclipsasse frente aos “ventos liberalizantes que então sobravam”.

Com as questões colocadas acima, passarei à reflexão de como o grupo de mídia foi capaz de reconstruir sua identidade, operando um engenhoso projeto de esquecimento sobre sua atuação nos episódios de 1964, introduzindo em seu lugar novas ocorrências de forma a construir “uma memória encobridora” sobre suas ações passadas.

⁶⁹ LOPES, Ruy, Folha de S. Paulo, 23/05/1980 in Mota e Capelato. Op. cit. p. 213.

3.2 “*Ventilai as consciências*”⁷⁰: as artes do esquecimento e a memória encobridora

Na secção anterior, minha intenção foi demonstrar como ocorreu um processo de objetivação do acontecimento na cena pública, tomando como ponto de partida a atuação do grupo no trabalho de inscrição do evento na duração de forma a conceder-lhe monumentalidade e status de ocorrência célebre para a memória e a história do país. Partindo dessa configuração, o episódio se tornou artefato histórico sobre o qual se aprofundam as disputas de versões. Rejeitado e/ou celebrado, o acontecimento assume lugar de uma inscrição histórica, apresentando seu potencial como agenciador de sentidos históricos, marcos de memória e ações de esquecimento.

Ao estudar o acontecimento, tomando por base um grupo que o ajudou a produzir, pragmática e simbolicamente – acontecência e representância – tentei evidenciar como um grupo de mídia atua na produção do acontecimento emblemático na contemporaneidade. Dessa forma, o que apresentei até aqui foram as formulações desse grupo sobre o evento, o que provavelmente, poderá servir para pensarmos como outros meios operam com processos semelhantes na fabulação de outras ocorrências emblemáticas.

Para a Folha, o episódio foi inicialmente celebrado e formulado como ocorrência exemplar e positiva, narrado como “Revolução” necessária, imediatamente associada a outros eventos de forma a conceder-lhe densidade histórica. Tal elemento ressalta a dimensão ideológica presente nessa produção, como mencionei anteriormente; uma dimensão nem sempre visível, que quase sempre “permanece dissimulada; (...) inconfessável; mascara-se ao se transformar em denúncia contra os adversários no campo das competições entre ideologias”⁷¹. Entretanto, na dinâmica de relações em que as versões são constantemente postas em disputas; narrativas e situações que antes predominavam são colocadas em xeque para que outras passem a reivindicar seu lugar. Em fins de 70, ganham visibilidade as reclamações por mudanças no cenário político e,

⁷⁰ Expressão cunhada por Machado de Assis, na obra *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Record, 1998.

⁷¹ RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007, p. 95.

ponto mais premente, o processo de abertura política e, posteriormente, a luta pelas eleições diretas na primeira metade dos anos 80.

Tais exigências enfraqueciam claramente os grupos políticos que tinham dominando até ali e, para muitos que se beneficiaram com o episódio, começava a desmoronar também sua aura de positividade e a certeza de um futuro promissor relacionado a ele. O futuro agora dependia de que o episódio se encerrasse completamente enquanto experiência e desse a possibilidade para emergência de novos horizontes de expectativa.

No engajamento relacionado à urgência por mudanças, os acontecimentos passados começam a ter uma menor visibilidade, situação previsível, uma vez que todas as atenções se voltam para a abertura política e para as novas ocorrências postas na cena pública. Entre 1977 e 1985, o foco se dará sobre fechamento do ciclo acontecimental relacionado a 1964. Portanto, não se interroga quem auxiliou ou foi responsável por sua efetivação, mas sim, quem se engajará na mudança. A euforia produzida em torno dos debates pela abertura e, posteriormente, sobre o movimento das Diretas eclipsará durante longos anos a memória sobre os dramáticos momentos de efetivação do golpe na cena pública, sobretudo sobre seus deflagradores e apoiadores, a tal ponto que alguns se tornarão os porta-vozes pela luta da democracia. Como questão fulcral desse momento, entrará em cena a idéia da anistia “geral e irrestrita” logo, o processo de abertura política teve como uma de suas principais chaves de formulação o consentimento para o esquecimento “total”.

Em relação à Folha, destacam-se dois aspectos capitais: primeiro, a tarefa de formular a desvinculação pública entre o grupo e o evento, aspecto que comecei a demonstrar no ponto anterior, quando foi analisado o episódio envolvendo o jornalista Lourenço Diaféria e, segundo, a elaboração da identidade do jornal como sendo a voz de defesa da democracia e da sociedade civil. No próximo capítulo, abordarei o último aspecto dessa estratégia, quando o jornal assumirá um incontestável lugar de legitimação social, tornando-se narrador da história sobre o episódio, situando-se não mais como o apoiador inicial, mas como o lugar de jurisdição simbólica sobre 1964. Antes disso, vejamos como o jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva narra a mudança do jornal:

A ampliação da área de influência da Folha entre o público pode ter como marco inicial o processo de abertura política do regime militar, nos meados de 70. (...) A partir de então, a Folha passou a ser identificada como um jornal de resistência ao regime autoritário e uma espécie de “porta voz” da chamada “sociedade civil”. A direção da empresa teve a sensibilidade de perceber que o país mudava e apostou num ramo que, o futuro comprovaria, era o que a maior parte dos brasileiros desejava seguir⁷².

Com o mesmo engajamento que a Folha se abriu em 1964 para os eventos que precipitaram o golpe, defendendo-os, nos 15 anos seguintes, o jornal assume um papel de frente em defesa da democracia e da abertura política em fins de 70. Na construção narrativa sobre sua mudança frente ao episódio, o jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva⁷³ prefere explicar que tal direcionamento se deu pela percepção da empresa sobre o fato de que o Brasil mudava, apostando assim em tal elemento. Dessa forma, o presente, tempo no qual o jornalista exercita sua reflexão dos episódios passados, é usado como testemunha de que o jornal mais uma vez se colocou “a serviço do Brasil”⁷⁴, exercendo também o papel de fazedor de história, a exemplo da mesma argumentação utilizada em 1964. A partir daí, segundo o autor de “Mil Dias”, o jornal assumiria o lugar central na resistência ao regime militar. A graça anistiantes começava a ganhar valor de amnésia pública e as ações do passado mudam de significado para que fossem adequadas ao novo papel que o jornal se propunha assumir. Ao se referir ao período que vai de 1962 a 1974, Lins da Silva avaliava que:

Nesse período, não houve tempo para preocupações com o jornal em si. Todos os esforços de concentravam no saneamento financeiro da empresa (...) antes de poder pensar em organizar melhor o jornal, Frias teve que recuperá-lo economicamente. De 1962 a 1967,

⁷² LINS da SILVA, Carlos Eduardo. *Mil Dias: seis mil dias Depois*. São Paulo: Publifolha, 2005, p. 54.

⁷³ Carlos Eduardo Lins da Silva é um dos mais importantes personagens na história recente do Jornal Folha de São Paulo, jornalista engajado, assumiu diversos postos, desde correspondente internacional, ombudsman, diretor de redação além de ter tido um papel capital tanto na concepção como na implantação do projeto Folha. Boa parte dessa experiência é relatada na obra: *Mil Dias*, reeditado anos depois como *Mil Dias: seis mil dias Depois* pela Publifolha em 2005.

⁷⁴ Apesar do slogan já existir nas páginas das Folhas, é somente a partir de 1961 quando os três principais jornais do grupo são unificados como Folha de São Paulo que passa a ser escrito na capa, permanecendo até os dias atuais.

considerado a primeira fase de sua gestão, foi só disso que se tratou (...)⁷⁵

No período de 1968 a 1974, a preocupação essencial ainda não era a redação⁷⁶

Em nenhum momento, o autor menciona o golpe ou o apoio dado pela Folha ao episódio. Em um dos poucos trechos no qual faz uma menção direta a isso, limita-se a dizer que “no período histórico de 1967 a 1984, há que se levar em conta também os obstáculos políticos”⁷⁷, sem esclarecer quais seriam tais obstáculos. Tudo ocorre como se, a partir de um dado momento, o jornal simplesmente assumisse o lugar de protagonista em meio à apatia generalizada do país, personificando a imagem de uma liderança aglutinadora de todas as vozes contra o regime. A obra de Lins da Silva pode ser compreendida como parte de um projeto, muito mais amplo que a mudança técnica-editorial implantada na Folha nos anos 80, significa, especialmente, a política de construção de uma nova identidade do jornal que teve como ponto capital a formulação de uma nova memória.

Entre os anos de 1975 a 1984, a Folha busca, cotidianamente, estruturar seu afastamento do episódio. Para Lins da Silva, “o jornal pressentiu a “abertura” política e investiu nela”⁷⁸. Contrariando o discurso racionalista sempre empregado para explicar as atitudes editoriais da Folha, o jornalista argumenta que será o “pressentimento” que levará o Jornal a mudar tão drasticamente sua leitura sobre o acontecimento a partir de 1978.

Nesse mesmo ano, foi produzido um documento interno com o objetivo de estabelecer os novos rumos editoriais do jornal para os anos subsequentes. Nele são destacados três pontos fundamentais para a discussão e o primeiro deles é exatamente um esboço histórico no qual o jornal realiza uma breve análise sobre a história do Brasil, procurando analisar os motivos dos problemas brasileiros naquele momento.

Na análise, a história do jornal se mistura à do país numa narrativa que intercala ambas em uma mesma matriz explicativa cujo final, o tempo presente, se

⁷⁵ LINS da SILVA, Carlos Eduardo. *Mil Dias: seis mil dias Depois*. São Paulo: Publifolha, 2005, p. 73

⁷⁶ LINS da SILVA, Carlos Eduardo. *Mil Dias: seis mil dias Depois*. Ibidem, p. 74.

⁷⁷ LINS da SILVA, Carlos Eduardo. *Mil Dias: seis mil dias Depois*. Ibidem, p. 75

⁷⁸ LINS da SILVA, Carlos Eduardo. *Mil Dias: seis mil dias Depois*. São Paulo: Publifolha, 2005.

explica por uma longa cadeia de eventos que tem início com a colonização. Importante notar que mais uma vez a história é convocada para dar sustentação aos argumentos do grupo, de maneira a fazer crer que tudo se desenvolvera seguindo um curso linear de acontecimento que culminaram com o inevitável colapso que foi a tomada de poder pelos militares em 1964.

(...) Mas as contradições internas da sociedade são tão profundas e o liberalismo é uma solução tão pobre para resolvê-las que surge o colapso de 64. Forma-se então uma coligação de forças sociais, que oferece suporte político para que a alta burocracia estatal (especialmente o oficialato) opere o Estado a partir de uma proposta desenvolvimentista antiliberal e antidistributiva. Essa gestão pública responde a uma necessidade histórica de modernização do País e do próprio capitalismo. Mas ela se esgota ao cumprir a tarefa e o saldo que deixa atrás de si são distâncias sociais ainda maiores. O sistema autoritário (...) torna-se obsoleto⁷⁹.

Assim como em 1964, os argumentos reforçam novamente a tese de que não havia outro caminho a seguir a não ser a imperiosa modernização do país implantada com o apoio de “uma coligação de forças sociais”, uma necessidade histórica e inadiável, imposta por condicionamentos históricos e econômicos que “estão na própria trajetória histórica do jornal – que não pode ser negada e nas implicações do sistema capitalista em que vivemos – ao qual a Folha está submetida”⁸⁰. Ao se apresentar como analista desse processo passa a se situar em um local de emissor de opiniões e a reivindicar mudanças nessa sociedade:

A partir dessas rápidas considerações históricas, propomos os seguintes pontos como formalização da tendência editorial da “Folha”. (1) Melhores condições de vida (...); (2) organização de um regime democrático (...); (3) Liberdade de Informação (...); (4) fortalecimento dos organismos da sociedade civil (...); (5) distribuição mais equitativa da renda nacional (...);

⁷⁹ Levantamento de pontos indicativos de posição editorial e avaliação sintética do momento político – Documento interno do conselho editorial da Folha – 1978 in MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. p. 239.

⁸⁰ Levantamento de pontos indicativos de posição editorial e avaliação sintética do momento político – Documento interno do conselho editorial da Folha – 1978 in MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impres, 1981, p. 239.

(6) apoio à livre iniciativa econômica (...); (7) submissão de toda a economia ao interesse social (...); (8) preservação da identidade nacional (...).⁸¹

O evento agora está plenamente integrado à história do Brasil numa ordenação causal e linear de significações. Na lógica apresentada pelo grupo, foi um passo necessário para que se superassem problemas estruturais e históricos do país, na medida em que serviu para modernizá-lo, daí não ser realizada nenhuma crítica à ocorrência em si nem tampouco aos seus resultados gerais, uma vez que, até determinando ponto, parecia ter cumprido seu objetivo. A “coligação das forças sociais” é uma “totalidade” indefinida e amorfa, apresentada assim, exatamente porque não importava pensar sobre quem se beneficiou com o estabelecimento de tais acontecimentos. O esboço histórico termina precisamente com a conclusão de que o esgotamento do presente deveria abrir a porta ao futuro, agora totalmente imprevisível para que se realizassem projeções sobre ele.

Na sequência, além de serem discutidos os “pontos indicativos”, mencionados acima, sugere-se uma “avaliação do momento” quando o jornal analisa a conjuntura política e aponta abertamente o caráter autoritário do regime, e mais uma vez destaca a necessidade de fechamento do ciclo: “Acreditamos que o regime político autoritário vem-se tornando obsoleto na medida em que não atende mais aos interesses de setores importantes da população”⁸². Para a Folha, não havia mais dúvida quanto ao encerramento do episódio e, assim sendo, passa a trabalhar fortemente para que isso ocorra em suas matérias e editoriais.

Ao comemorar seu aniversário de 60 anos, o jornal aproveita para reforçar sua posição, ao discorrer sobre o papel da imprensa na transição política, ressaltando que, acima de tudo, o jornalismo deveria funcionar como uma “espécie de termômetro das oscilações políticas e das tensões sociais”⁸³, uma vez que:

⁸¹ MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. Idem.

⁸² Levantamento de pontos indicativos de posição editorial e avaliação sintética do momento político – Documento interno do conselho editorial da Folha – 1978 in MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impres, 1981, p. 239.

⁸³ *Os caminhos da transição*. Folha de S. Paulo, – Editorial – 1º. Caderno, p. 02, 19 de fevereiro 1981. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

O termômetro jornalístico tem servido também para indicar os sentimentos que prevalecem na população, como ocorreu exemplarmente no fim do governo João Goulart. Naquela ocasião, a queda do presidente da república foi pontuada por contundentes editoriais, entre os quais merecem especial menção os do extinto Correio da Manhã que se incorporaram definitivamente à história do jornalismo no Brasil⁸⁴.

Curiosamente, ao mencionar os acontecimentos que precipitaram o golpe em 1964, o Grupo Folha se omite novamente como participante e apoiador do episódio, colocando-se como um observador analista situado de um lugar de isenção em relação ao evento. Em sua reflexão, a imprensa desempenha uma função de valor quase universal, a velar pela sociedade, sendo a primeira a falar em nome dela. Ao fazer isso, realiza uma tentativa de despolitização de sua atuação, ao colocá-la em um lugar acima de todas as ideologias. Quando se refere a essa função, considerada primordial, o jornal se posiciona na narrativa apresentando a si próprio como espaço agregador de todas as opiniões e lugar de independência política para compreender os reais anseios dessa população. Num jogo que esconde e revela, direciona a imagem de si como sendo o modelo a representar o ideal de imprensa que construiu:

O registro da gama de tendências de opinião, da diversidade de interesses, das alternativas de análise da realidade política e social, quando equilibrada e pluralista como o que esta “Folha” procura fazer em suas colunas de colaboradores expressivos das diversas correntes da sociedade civil, parece vir ao encontro de uma expectativa profunda e de uma necessidade premente dos leitores⁸⁵.

Ainda sobre o Golpe, a menção ao Correio da Manhã funciona como uma espécie de memória síntese da atuação da grande imprensa sobre o episódio. Primeiro

⁸⁴ *Os caminhos da transição*. Folha de S. Paulo, – Editorial – 1º. Caderno, p. 02, 19 de fevereiro 1981. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

⁸⁵ *Os caminhos da transição*. Folha de S. Paulo, – Editorial – 1º. Caderno, p. 02, 19 de fevereiro 1981. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

porque sustenta a justificativa de que todos acreditavam que em 1964 a deposição de João Goulart era necessária e inevitável. O editorial do Correio da Manhã do dia seguinte ao evento é contundente nesse aspecto:

A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do Governo. Chegou ao limite a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: saia⁸⁶.

Uma vez que todos souberam captar os anseios da população, justifica-se assim, a posição tomada pela grande imprensa em seus editoriais no dia seguinte ao Golpe, como pode ser demonstrado em algumas das principais manchetes daqueles dias:

De Norte a Sul, vivas à Contra-Revolução (Jornal do Brasil – Editorial 01/04/1964)

Escorraçado. (Tribuna da Imprensa – 02/04/1964)

Ressurge a Democracia (O Globo – 04/04/1964)

São Paulo Repete 32 (O Estado de São Paulo – 01/04/1964)

A tomada de poder pelos militares é apresentada como tendo sido desejo de toda “população”, como se chamasse o leitor a lembrar que todos queriam aquilo em 1964, responsabilizando-o também pelo episódio.

Todavia, o segundo ponto importante nessa referência ao Correio da Manhã é o fato de ele ter se tornado um dos mais fortes espaços de denúncia ao governo militar poucos dias após o golpe e, passando a realizar em suas matérias e editorias, declarações

⁸⁶ CORREIO DA MANHÃ. *Fora!* – Editorial, 01 de abril de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

diárias contra as arbitrariedades do regime, como uma série de matérias nas quais denuncia torturas e prisões ilegais pelo país já em setembro de 1964⁸⁷.

Pode-se interpretar a alusão ao Correio da seguinte maneira: primeiro a grande imprensa, e aqui se inclui a Folha, concedeu apoio aos militares porque soube compreender os “sentimentos que prevaleciam” entre a população contra João Goulart, mas logo em seguida, ao perceber que se instaurara ali, um regime autoritário se voltou contra ele. O que o texto não diz é que durante quase todo o período os demais órgãos da imprensa ou se mantiveram ao lado do governo militar, a exemplo da própria Folha, ou se calaram temendo represálias como sofreu o Correio da Manhã.

A lembrança do jornal Correio da Manhã funciona como uma maneira de recalcar a lembrança sobre a atuação dos demais órgãos da imprensa e suas posturas frente ao episódio. Tenta homogeneizar as ações da imprensa na atitude de um veículo como se todos tivessem tido a mesma conduta. O jornal ainda chama atenção para uma questão importante, ao afirmar que não é função da imprensa “conduzir a história”, e numa resposta que se antecipa às possíveis críticas futuras sobre seu apoio aos militares, afirma que:

(...) apesar das aparências a imprensa não faz governos nem desfaz regimes, mas registra os sentimentos, desejos e esperanças da população, além de manifestar suas alegrias e indignações; nem tampouco amolda a opinião, expectativa vã dos poderosos que mediante a propaganda e o controle da informação, provocam, ao contrário, o repúdio da opinião pública⁸⁸.

São omitidas as especificidades da participação de cada veículo frente ao golpe, ratificando uma memória intencionalmente fragmentária sobre essas ações, ergue uma lembrança que recalca rapidamente as inúmeras nuances do longo e problemático processo de formulação desse episódio na cena pública e a importância da grande imprensa como formuladora de uma representação positiva do evento durante quase 20 anos. Fixa o olhar no presente, na transição, pois é ela que importa ao futuro e joga uma

⁸⁷ Algumas dessas matérias podem ser vistas em MOLICA, Fernando, et all. *10 reportagens que abalaram a ditadura militar*. São Paulo: Record. 2005. Curiosamente, a única matéria da Folha mencionada no livro é uma denúncia de favorecimento do BNH a Delfim Neto em 1982.

⁸⁸ *Os caminhos da transição*. Folha de S. Paulo, – Editorial – 1º. Caderno, p. 02, 19 de fevereiro 1981. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

sombra sobre o passado, de forma a obliterar aquilo que não interessa lembrar na trajetória presente.

É assim que o jornal se sente plenamente à vontade em falar sobre a necessidade de “substituição de idéias” e liberdade de imprensa ainda em 1978, quanto volta a escrever editoriais depois do episódio Diaféria. Liberdade que segundo ele foi, em vários momentos, mal interpretada pela imprensa que “muitas vezes empregou a liberdade de que dispunha no esforço de resguardar e ampliar interesses que, sobre serem minoritários e exclusivistas, eram antidemocráticos”⁸⁹.

3.3 Anistia, amnésia e identidade: o acontecimento recalçado e a ascensão da Folha como o canal da democracia

No começo desse capítulo, propus realizar uma espécie de arqueologia da inscrição do acontecimento na duração que consistiu em primeiro lugar investigar seu processo de objetivação no tempo, ou seja, os ciclos de retorno do evento à cena pública, monumentalizado em seus rastros. Dessa forma, falou-se aqui em memória exercida de forma abusiva, quando o grupo de mídia estimulou um fluxo quase cotidiano de narrativas a fim de firmar o episódio como ocorrência positiva na história da nação. Posteriormente, procurei analisar como, a partir de um dado momento, considerando as transformações no cenário nacional, o grupo Folha passou a produzir o afastamento de sua imagem desse mesmo evento. Neste sentido, investiguei as estratégias que visaram essa dissociação, quando a reformulação da identidade do jornal passou a depender da lembrança de sua participação na ocorrência. Portanto, o que inicialmente foi caracterizado como abuso de memória começou a se reverter em abuso de esquecimento.

Assiste-se assim às transformações no processo de objetivação do evento na duração a partir das narrativas do jornal. A tomada de poder pelos militares passou de “revolução de 1964” para “movimento de 1964” e, finalmente, para “regime autoritário” em fins dos anos de 1980. Tais mudanças fizeram com que o episódio se tornasse um

⁸⁹*Nosso direito e nosso dever*. Folha de S. Paulo, Editorial, 1º. Caderno, p. 02, 07 de maio de 1978. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

artefato histórico plenamente configurado no conjunto das grandes ocorrências históricas do Brasil. Vimos ainda a progressiva deterioração da aura de episódio quando o jornal foi pressionado a rever tanto suas posições, como suas previsões em relação a ele. Elementos que demonstraram como a produção midiática, além de operar na escritura do acontecimento a cena pública, atua numa segunda formulação do evento, principalmente no trabalho de sua inscrição no tempo, fases de um processo que venho denominando de operação midiográfica.

Mas a inscrição do acontecimento na duração é só o começo de seu incessante retorno à cena pública como ocorrência memorável. É justamente aí que terão início vários ciclos de apropriação do evento e que o colocarão no centro de disputas sociais e políticas entre vários grupos da sociedade. O episódio se torna um patrimônio para aquela sociedade que joga com as possibilidades de suas apropriações simbólicas e materiais na produção de novas versões sobre o passado. É assim que é possível compreender períodos de consentimentos para esquecer, como aqueles de reivindicações para lembrar.

Retomarei a problemática de construção da identidade na relação entre memória e esquecimento a partir de um exemplo prático de instrumentalização da memória, quando a Folha reformula sua identidade social e política a partir de outros episódios. O que irei tentar investigar serão exatamente as estratégias de esquecimento articuladas pelo jornal em um trabalho no qual se podem identificar ao menos duas grandes linhas de atuação: primeiro, a realização de uma política pública de esquecimento por substituição de eventos; quando são introduzidos outros episódios que acabam por eclipsar, quase totalmente, a relação da Folha com os acontecimentos de 1964 – dentre eles destaco a abertura política e a campanha das Diretas.

Na segunda linha, ressalto o esquecimento administrado pela produção de uma nova memória social – a partir de uma insistente campanha de auto-promoção que será responsável por fixar a imagem do jornal, nos anos 1990 como democrático, plural e apartidário. Esquecimento comandado que não se dá pela repressão, nem pelo apagamento dos rastros, mas, sobretudo, pela função seletiva da narrativa na elaboração de uma memória politicamente desejável. Memória institucionalmente pensada e comandada a fim de tornar a Folha um opositor histórico dos governos militares e espaço de defesa da democracia.

Nesse aspecto, o elemento mais importante a ser superado pelo jornal, com a abertura política em princípio de 80, era a fragilidade de uma identidade atrelada aos militares, ressaltando assim a necessidade de refazer publicamente seus percursos em relação ao golpe. A grande questão sobre “quem somos nós” exigia uma passagem da resposta “fomos apoiadores do regime” para o “somos os porta-vozes da democracia”. Tal empreendimento contou, direta ou indiretamente, com a participação de teóricos e intelectuais que, após os anos 80, ajudaram a narrar a história do jornal praticamente eclipsando os primeiros 15 anos de regime ditatorial de sua trajetória política.

Em seu lugar, o destaque foi dado ao esforço do jornal em se estabilizar economicamente e ampliar sua capacidade de produção técnica. Tal argumento aparece inclusive em obras de intelectuais renomados como os historiadores Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato⁹⁰, que ressaltavam em 1980 que: “a oposição da Folha a 31 de março de 1964 não deixava margem de dúvida: ela se autodefinia como ‘liberal e democrática’ (FSP, 31/03/1964)”. Mesmo o jornal tendo realizado uma intensa campanha em favor dos militares e apologia ao evento, como tentei demonstrar nos capítulos anteriores. Sobre esse mesmo ponto, Claudio Abramo também destacava que:

De 1969 até 1972 a Folha atravessou um período negro, em que não havia espaço político algum no jornal. Na verdade, o jornal não tinha condições de resistir a pressões do governo, e por isso não provocava. (...) ⁹¹.

O jornalista ainda ressaltava que, posteriormente àquele momento, “Frias decidiu mudar a Folha basicamente por razões de competição de mercado”. Na prática, a partir daí, Abramo intermediou a vinda de diversos colunistas e novos jornalistas que passaram a escrever para o jornal:

⁹⁰ MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impres, 1981, p. 193.

⁹¹ ABRAMO, Cláudio. *A Regra do Jogo*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 87

Quando saí do Doi-Codi, comecei a formular os planos para a Folha. A partir de junho comecei a mudar o jornal, a princípio sem estar na redação, mas sempre de acordo com Frias. começamos a levar gente boa como Paulo Francis, Newton Rodrigues, Alberto Dines (...) e aí começou a virada. A reforma da Folha representou uma mudança completa de atitude, de comportamento, que até hoje permanece um pouco⁹².

A preocupação mais urgente era principalmente a preparação do país para um processo de liberalização e a estabilidade social após um longo período de repressão e de uma política econômica que havia beneficiado prioritariamente a classe da qual a Folha se dizia porta-voz, e que agora claramente estava ameaçada com a iminente falência do chamado milagre econômico.

É com o depoimento editor-chefe da Folha, Boris Casoy⁹³, logo após o episódio Diaféria, que se percebe a que parte da sociedade civil o jornal dizia representar: “a Folha fala pela classe média, defende seus direitos. Procura transmitir a visão do *citizen*, do cidadão ... [mas] a faixa é mais ampla (...) abrangendo as franjas do operariado. Aliás, a classe média se penaliza com o operário que ganha mal (...).⁹⁴

A classe média é apresentada como a grande protagonista dessa mudança que somente ocorreria por suas mãos. A ideologização da memória se realiza a partir dos recursos de variação oferecidos pela narrativa, sendo seus personagens postos na trama como condutores de uma mudança política e social. Destarte, de propugnadora das ações dos militares, a classe média assume o lugar de opositor aguerrido do regime. Tal mudança aponta, em último plano, “precisamente a função seletiva da narrativa que

⁹²ABRAMO, Cláudio. *A Regra do Jogo*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 89.

⁹³Boris Casoy passou a atuar como jornalista na Folha em 1974 e apenas três meses depois, após o episódio Diaféria assumiu o cargo de editor chefe do jornal, chamado para substituir Claudio Abramo, que em seu livro *A Regra do Jogo* argumenta que a substituição se deu principalmente pela proximidade que Casoy tinha com o militares. Em 1968 foi secretário de imprensa de Herbert Levy, um dos parlamentares defensores do golpe e secretário de agricultura do governo de Abreu Sodré. Trabalhou também como assessor de imprensa de Luis Fernandes Cirne Lima, também ministro da agricultura no governo Médici.

⁹⁴ Boris Casoy em entrevista a MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impres, 1981, p. 234.

oferece à manipulação a oportunidade, os meios e as estratégias do esquecimento, tanto quanto da rememoração”⁹⁵

Na nova fase narrativa, o “movimento de 64” é apresentado como episódio que se realizou praticamente à revelia do jornal que, sendo parte da sociedade civil organizada, sofreu seus efeitos negativos como a censura e a repressão, aspecto que fica claro nas palavras de Lins da Silva ao se referir ao processo de mudança da Folha naquele período:

A opção pela forma de acumulação monopolista do capital *feita à revelia da opinião pública a partir de 1964-1967* começou a revelar suas conseqüências práticas na segunda metade da década de 70 em diante (...). Entre essas conseqüências, estavam, contraditoriamente, o fortalecimento do movimento sindical e de outros movimentos sociais e a aspiração inadiável por democracia representativa, como ficou claro entre 1974-1984⁹⁶. (meus grifos)

O jornal já se distancia do acontecimento. Sendo ele parte da sociedade civil, representante da classe média, da qual é também porta-voz, afasta-se do episódio, como se ele próprio não tivesse sido um dos principais apoiadores e responsáveis por sua formulação social e simbólica através da tessitura narrativa engendrada em suas páginas. Posição contraditória para um veículo que ainda em 1975 avaliava o mesmo período como de plena normalidade, política e econômica, destacando que:

A tranquilidade que enfrentamos sem atentados e ações terroristas que infelicitam outros países, o surto de desenvolvimento e o progresso material alcançado, o sentido da moralidade e eficiência que se tem procurado imprimir nos lugares e nas funções públicas não podem ser esquecidos, nem postergados, no momento de qualquer da renovação política que se venha desenvolver⁹⁷.

⁹⁵ RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007, p. 98.

⁹⁶ LINS da SILVA, Carlos Eduardo. *Mil Dias: seis mil dias Depois*. São Paulo: Publifolha, 2005, p. 105

⁹⁷ *O País lembra os 11 anos da Revolução*. Folha de S. Paulo, 1º. Caderno, p. 03 1º. Caderno. 31, de março de 1975. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

Em um caráter profundo, tratava-se da busca de auto-proclamação de uma nova função social para o veículo naquela conjuntura, adequar-se, por conseguinte, às novas exigências postas no cenário público de fins de 70. O desafio era o de não permanecer o mesmo, mas exatamente, colocar-se como a diferença entre os demais veículos de comunicação. Imagem desenhada tempos depois e insistentemente narrada em suas páginas.

Por imagem pública devemos entender a unidade formada pelo corte ideológico das preocupações do jornal, pelo seu estilo editorial e pela sua fisionomia plástica. É preciso que essa unidade seja reconhecida pelos que lêem a **Folha** e vivida pelos que a fazem. Não devemos ambicionar as unanimidades (...) mas sim o reconhecimento da identidade pela diferença (...)⁹⁸.

Na formulação dessa diferença, intercalam-se novas expressões públicas da memória em sua relação com o episódio, processo que começa a se desenhar ainda em 1977, quando a manutenção do regime ditatorial começava a apresentar problemas cada vez mais graves. O “milagre econômico”, carro chefe da propaganda do governo Médici, e que durante todo o período era mencionado como justificativa para o duro sistema de repressão política e torturas, era denunciado em seus abusos. A ameaça do retorno da inflação era cada vez mais nítida assim como um provável colapso energético.

A grande meta passou a ser, portanto, tornar a Folha um jornal rentável e competitivo como produto de circulação nacional e, para isso, aproveitou-se o momento no qual a questão da governabilidade e da cidadania eram pontos capitais a serem debatidos pela sociedade brasileira. Se a expansão do mercado em São Paulo, dominado pelo jornal *O Estado*, ainda se constituía um problema em princípios de 80, a participação de várias vozes dissonantes a se pronunciarem em suas páginas, ajudou a construir o reconhecimento político que tanto o veículo almejava para falar aos grupos que até ali estiveram contra o regime e a outros ainda mais numerosos que reivindicavam mudanças. É assim que passa a investir vigorosamente no potencial

⁹⁸ PROJETO EDITORIAL 1985-1986 in A Folha Capturado de Site Folha On-Line – Círculo Folha – Projeto Editorial http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto_editorial.htm em 26/09/2007

simbólico e, conseqüentemente, comercial que viria com o processo de abertura. É o jornalista Mário Magalhães quem afirma que:

Em janeiro de 1974, Golbery do Couto e Silva⁹⁹, (...) chamara Frias para uma reunião no Rio. Revelou que o novo governo iniciaria a distensão. Reafirmou sua obsessão com um "novo 9 de Julho"¹⁰⁰, o temor de que houvesse uma rebelião paulista contra o poder federal nos moldes da Revolução de 32. E disse que ao futuro governo não convinha apenas um jornal forte em São Paulo. A Folha era um jornal muito lido, mas de pouco prestígio e influência restrita. Era informativo, mas faltava-lhe densidade política. (...) Numa reunião na casa de praia do "publisher", em Ubatuba, foi definido um "pacto", segundo Ruy Lopes. Ele conta ter participado de vários dias de discussão com Frias, Otavio Frias Filho, Cláudio Abramo e Boris Casoy. Ao final, decidiram, rememora o então editor-chefe, explorar ao máximo, jornalisticamente, as possibilidades da abertura¹⁰¹.

A partir de então, a lógica mencionada anteriormente por Lins da Silva foi colocada a pleno vigor. A abertura se tornou o grande capital político que possibilitou apresentar o jornal quase como o opositor histórico ao regime, como se não tivesse apoiado o golpe ou talvez como se o tivesse feito tão somente para representar os anseios da população naquele momento, assumindo assim, condição de mais uma de suas vítimas. Nos anos 80, termos como regime autoritário, censura, esquadrões de violência, pauperização entram definitivamente na narrativa cotidiana e o episódio passa a ser tratado como marco negativo a ser superado.

Era natural, dessa maneira, que a Folha lançasse mão de todo e qualquer recurso que pudesse auxiliar na sua caminhada, ainda que precária e provisoriamente; era natural, por exemplo, que aproveitasse os ventos da abertura que sopravam já no período 1974-1978 para concentrar a maior parte de seus esforços na criação de impacto opinativo ("agora sim a Folha tem opinião", dizia-se com alguma frequência, pouco importa neste

⁹⁹ Chefe da casa civil do presidente Ernesto Geisel.

¹⁰⁰ Dia em que teve início a chamada Revolução Constitucionalista de 1932.

¹⁰¹ MAGALHÃES, Mario. *Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70* in *Folha 80 anos*, Folha Online, cap. no end. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/> em 27/09/2007.

momento se acertada ou equivocadamente) que permitisse ao jornal alçar-se no conceito público¹⁰².

A campanha da abertura política é o primeiro evento de substituição no qual o jornal se engaja e a mencionada reunião de Frias com Golbery demonstra o respaldo do jornal por parte dos militares. Isso evidencia a tentativa de controle sobre esse processo no qual, mais uma vez, o jornal se coloca como colaborador, ao menos no primeiro momento, do governo. Embora não houvesse ainda muita clareza sobre até onde tais transformações poderiam ir, o jornal teve suporte para apostar na possibilidade de mudança.

No projeto Editorial de 1981, do qual foi extraída a citação acima, o engajamento é descrito como parte de um projeto maior que pretendia “alçar” o jornal ao primeiro plano no conceito público. Tanto a abertura política como a campanha das Diretas concedem ao jornal a possibilidade de elaborar para si outra narrativa de participação na história recente do país; em pouco tempo, esses episódios se tornam o principal foco na tessitura de sua memória, fazendo com que parte do passado perca importância na formulação do novo papel social que se propõe exercer. Memória de um lado e esquecimento de outro, numa relação dialética e complementar que é efetivada pela função narrativa. Portanto, interessam, aqui, menos os meandros desse engajamento, e mais a maneira como ele será lido e interpretado em sua relação com a memória do grupo, uma releitura que começa a ser elaborada já em princípio dos anos oitenta, chamada pelo jornal de “a década da incerteza”:

A abertura de uma nova década configura um momento especialmente propício à reflexão. É como se pudesse recomeçar tudo do marco zero. Mas, na verdade o tempo não volta atrás. Por essa razão, tornam-se oportunos os balanços nessas épocas quando se criam ocasiões para projetar o futuro. Futuro sombrio. De resto.¹⁰³

¹⁰² PROJETO EDITORIAL, 1981 – *um ponto de passado e de futuro*. Capturado de Site Folha On-Line - Círculo Folha – Projeto Editorial http://www1.folha.uol.com.br/foalha/circulo/projeto_editorial.htm em 26/09/2007

¹⁰³ *A década da incerteza*. Folha de S. Paulo, – *Editorial* – 1º caderno. p. 02, 01 de janeiro de 1980. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

Percebemos que o jornal coloca seus leitores diante de um novo ciclo narrativo e acontecimental. Tal qual os meses que antecederam ao golpe, leva-os novamente a um estado de espera e, embora chame atenção para o fato de que, “o tempo não volta atrás”, situa-os outra vez diante de um presente que figura como um tempo de angústia frente à imprevisibilidade de futuro. Tempo “sombrio” nas palavras do jornal, como se todas as respostas somente pudessem ser dadas pelo devir em “um mundo extremamente dividido, incerto e inseguro”¹⁰⁴ e para o qual seria impossível realizar projeções sensatas.

O passado agora representa um tempo de lições amargas e, ao se referir a ele, o jornal vai buscar exatamente o que considera os grandes momentos de crise da humanidade, como que renunciando uma fase de desesperança e mal-estar que se iniciava naquele momento. A referência é feita a lugares muito mais distantes, no tempo e no espaço, para tentar construir uma explicação de longo prazo para os problemas enfrentados pelo Brasil, narrativa que a princípio esmaece o passado recente do país. Revoluções como a Francesa e a Industrial, crise dos sistemas coloniais, guerras mundiais, falências das grandes potências ocorridas em 1929, Comuna de Paris, dentre outros eventos considerados de caráter universal, são mencionados até que há um corte brusco na narrativa que chama o leitor a se situar em plena década de 70 no Brasil do século XX.

Após tantos exercícios de planejamento, tanta fabricação de “milagres” e muita teoria econômica, chega-se à trágica constatação de que o mundo deve conviver com a crise. A crise econômica, mas também a crise das teorias que criaram os mitos de abundância na última década. Sobretudo no Brasil¹⁰⁵.

Percebemos que todas as ocorrências deflagradas nos anos 60 são omitidas na tessitura, a crise toma como marco explicativo a década posterior, mais precisamente, os últimos cinco anos. Lembro que até 1975 o jornal comemorava efusivamente as conquistas econômicas do primeiro decênio do golpe. Todavia, mesmo que não seja mencionado, o episódio é o não dito sempre presente no texto, pois,

¹⁰⁴ *A década da incerteza*. Folha de S. Paulo, – *Editorial* – 1º caderno. p. 02, 01 de janeiro de 1980. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

¹⁰⁵ *A década da incerteza*. Idem.

justamente ao dar o salto para a década de 70, o discurso é o da decepção com um futuro de expectativas não realizadas.

Na verdade, o episódio continua projetado na narrativa, posto que todos os principais elementos de crítica na matéria se relacionam com o regime militar. Mas para fazê-lo, o jornal realiza um recorte preciso sobre os problemas que a nação enfrentava naquele momento e, talvez resida exatamente aí o sucesso da estratégia narrativa, que embora nos leve a interrogar sobre o passado, antecipa-se em dar as respostas, tentando conduzir a maneira como ele deveria ser visto, Vejamos:

Dos anos 70 herdou-se, por outro lado, um fardo bastante pesado. Podem ser considerados talvez os anos mais difíceis da História do Brasil. Regime autoritário fechado, luta armada, crescente pauperização (façamos claro: miséria), inflação acelerada na última fase, dívida externa imensa, deterioração do ensino em todos os níveis, ampliação da violência dos esquadrões de linchamentos. (...) viver passou a ser algo efetivamente perigoso.(...) O capitalismo selvagem exigia silêncio (...) a sociedade civil acordou e se descobriu débil, entorpecida, conformista. Anos de cooptação, morna vivência à sombra do poder, transformaram-na em um seguimento dócil da ordem dominante¹⁰⁶.

A crítica ácida e contundente do jornal nada lembra a Folha de poucos anos antes. Como se estivesse também a realizar uma crítica sobre si, parece se levantar do estado de entorpecimento no qual se encontrava, passando a bradar contra todos os problemas ali identificados. Somos levados a crer que falava de sua atuação nos anos anteriores; numa espécie de *mea culpa*; colocava-se na linha de frente da mudança.

Contudo, logo percebemos que é somente no momento seguinte que realmente se apresenta no texto, principalmente, quando destaca que foi à “ margem do regime que se desenvolveram muitas forças vivas e críticas”. Em seguida, destaca o papel desempenhado por instituições como a OAB, CNBB, Sindicatos dos Jornalistas, e chama atenção em especial para o fato de que foi graças “à imprensa, sobretudo, a que conseguiu se manter independente nessa década” que muito se deve ao

¹⁰⁶ *A década da incerteza*. Folha de S. Paulo, – Editorial – 1º caderno. p. 02, 01 de janeiro de 1980. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

“estabelecimento de um espaço crítico”¹⁰⁷ contra os militares. Esse é um elemento capital na nova chave de reformulação da identidade do jornal: o destaque à sua “independência” e pretensa isenção tanto em relação ao governo como a outros veículos de comunicação. Não por acaso, coloca-se quase como veículo isolado a iniciar a luta pela redemocratização do país.

Dessa forma, pode-se compreender o percurso de um grande projeto que soube dosar exemplarmente memória e esquecimento na construção da imagem pública desse grupo. Como disse anteriormente, um esquecimento que não se deu pelo apagamento de rastros, pois o grupo em nenhum momento vem a público negar seu apoio aos militares e ao regime por longos anos, mas que se sustentou na função seletiva da narrativa, para construir uma poderosa memória política sobre si. Tão forte que sequer foi questionada muitos anos após a abertura política. Uma tessitura que conseguiu fazer do jornal, possivelmente, um dos poucos exemplos quase consensuais no que diz respeito à legitimidade para reflexão política no país. O projeto Folha organizado nos anos 80, foi muito mais um projeto de reconstrução de memória do que de reformulação técnico-editorial.

Um esquecimento produzido pela substituição da memória de outros eventos que foram construídos como novos marcos identitário. O jornal buscou outras formas de narrar-se através de deslocamentos e supressões, ora realçando atitudes posteriores, ora jogando zonas de sombra sobre seu passado; reconfigurando, por fim, a própria maneira de se apresentar no espaço público.

Ao ressignificar os episódios de 1964, o jornal se isenta de participação nas tragédias daqueles dias, sendo mais um a sofrer suas consequências. Deparamo-nos, assim, com uma situação bastante peculiar: além de não poder escapar de uma reflexão sobre o fracasso da política social e econômica, resultados pelos anos da ditadura, o jornal teve, ainda, que “abrandar” sua atuação nesse período. Necessitou se equilibrar entre uma memória que o vinculava diretamente aos militares e um trabalho de esquecimento que lhe possibilitasse tornar-se porta-voz da democracia.

Um paradoxo, aparentemente de difícil resolução, que começou a ser enfrentado no curso daqueles dias com o engajamento do grupo no processo de abertura.

¹⁰⁷ *A década da incerteza*. Idem.

Com isso, nota-se como esse evento e, posteriormente, a campanha das Diretas-Já, foram instrumentalizados para reverterem-se no esquecimento do apoio dado ao golpe em 1964, pois, mesmo depois, quando o episódio volta a ser relacionado à Folha¹⁰⁸, tem um peso muito menor em sua história, diante do que representa a abertura e a campanha das diretas na construção de sua memória.

O que pode ser constatado nas palavras do jornalista e cientista político André Singer em 2002, segundo o qual o processo de constituição do projeto Folha foi produto da abertura, assim como “influenciou na abertura política, ajudando para que ela culminasse numa verdadeira transição para a democracia.”¹⁰⁹. A narrativa sobre o processo de abertura se confunde com a história da Folha, que é apresentada como uma das protagonistas e impulsionadoras do processo. Se os anos 80 são tomados como o começo de um novo ciclo político e social para o país, representam ainda, a efetivação do prestígio político da Folha no cenário nacional.

Com o respaldo alcançado através de um quadro de influentes colaboradores ligados aos setores de resistência mais aguerridos, alcançou ainda o posto de grande interlocutor da sociedade civil, aspecto insistentemente destacado pelo grupo e seus colaboradores em diversas ocasiões ao se referirem à sua trajetória do grupo, a exemplo da citação abaixo:

A Folha, que na década de 70 era o segundo jornal paulistano, passou a ocupar, em meados da década de 80, a liderança nacional da circulação. O salto começou a se delinear no período da “distensão” do autoritarismo, durante o governo do general Ernesto Geisel. Decidida a ocupar os espaços de expressão que surgiam a Folha abriu suas páginas a jornalistas e políticos que experimentaram o ostracismo durante os anos mais fechados do regime militar – e logo se constitui num fórum privilegiado para o debate de opiniões¹¹⁰.

¹⁰⁸ Em poucos momentos, ao longo das últimas décadas, a Folha teve que enfrentar questionamentos sobre seu alinhamento com os militares. É provável que o mais visível deles tenha sido em 2009, com o desencadear de críticas relacionadas ao Editorial que trata o período como “Ditabranda” que será melhor explorado no último ponto do quarto capítulo.

¹⁰⁹ SINGER, André. *Políticas de antecipação: a Folha na abertura democrática* in *Um País Aberto – Reflexões sobre a Folha de São Paulo e o jornalismo contemporâneo*. São Paulo. Publifolha. 2003 p. 53.

¹¹⁰ FOLHA DE. S. PAULO. *Folha de São Paulo: 20 textos que fizeram a história*. São Paulo. Folha de São Paulo 1ª. 1991. p. 7.

O espaço dado a colaboradores de perspectivas tão diversas como Fernando Henrique Cardoso, Miguel Arraes, Jarbas Passarinho, Jorge Boaventura, Boris Casoy, Alberto Dines, Paulo Francis, dentre outros, concedeu ao jornal força e reconhecimento político no âmbito nacional, nas palavras do seu atual diretor de redação Otávio Frias Filho: “a Folha viveu a sua Primavera de Praga”¹¹¹.

As opções públicas que o jornal passa a assumir podem ser explicadas ainda por outros aspectos. Um deles e, sem dúvida, bastante relevante, é a postura do jornal em se assumir como um empreendimento de mercado e, portanto, submetido à necessidade de se adequar às mais diversas conjunturas a fim de se manter competitivo enquanto tal. Questão clara nas palavras do jornalista Lins da Silva ao justificar os preceitos do pluralismo e do apartidarismo defendidos pelo projeto Folha:

O pluralismo e o apartidarismo são necessários não porque eles representem uma objetividade eticamente desejável (...) mas apenas porque o público que consome o jornal é composto por pessoas com diferentes visões de mundo (...) *a lógica não é nem ética nem política. É apenas mercadológica*. O jornal não pretende falar em nome de toda a sociedade ou da “opinião pública”, mas somente falar a todos os grupos que constituem seu leitorado¹¹². (meus grifos)

Sob vários aspectos, o acontecimento midiático e histórico no qual se configurou o golpe de 1964, serve para ajudar a entender o que o jornal Folha de São Paulo é hoje. Se, inicialmente, sua associação e convivência com o governo militar lhe rendeu estabilidade e a possibilidade de crescimento mercadológico, duas décadas depois, foi o elemento que lhe permitiu construir a imagem como veículo plural e apartidário justamente por se opor a ele. Isto ampliou espetacularmente sua influência no cenário da política do Brasil contemporâneo. Condição em grande parte planejada e articulada pelo jornal, não é por acaso que já em 1981 se autoreferencia como um dos

¹¹¹ MAGALHÃES, Mario. *Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70* in Folha 80 anos , Folha Online, cap. no end. <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/80anos/> em 27/09/2007.

¹¹² LINS da SILVA, Carlos Eduardo. *Mil Dias: seis mil dias Depois*. São Paulo: Publifolha, 2005, p. 130.

mais importantes do país, como pode ser observado em seu projeto editorial daquele ano.

(...) O jornal representa atualmente muito mais do que já representou através de sua atuação e imagem públicas no passado. Ao seu redor, surge um crescente consenso de que este é, de fato, um jornal independente, confiável naquilo que publica e cujas atitudes devem ser permanentemente levadas em consideração. Vem escrevendo de modo cada vez mais nítido o seu papel real na cena política, preenchendo a função de um órgão liberal-progressista, (...) preocupado com a necessidade de introduzirmos reformas pacíficas, mas, profundas no capitalismo brasileiro, destinados a solucionar os problemas sociais mais graves e criar convivência social estimável para a maioria e aceitável para as minorias.¹¹³

A citação ressalta a relação “estreita entre memória declarativa, narratividade e testemunho, representação figurada do passado histórico”¹¹⁴. No processo de ideologização da memória através da narrativa, percebe-se como o jornal joga com efeitos de variação na tessitura de sua nova identidade. Sendo assim, as estratégias de esquecimento são sutilmente inseridas de maneira a desfocar elementos identitários anteriores. Do passado, sabemos somente o que interessa para o entendimento sobre a posição do periódico no presente, o que pode ser resumido num esforço de sua afirmação no cenário nacional a fim de se tornar “um jornal independente, confiável”.

Na primeira metade dos anos oitenta, esses elementos colocam os leitores diante de um tempo de grandes expectativas. De um lado, os militares continuavam a comandar o estado, mas sofriam pressões públicas cada vez maiores para abandonarem o poder, perdendo apoio inclusive de seus colaboradores civis e tendo também agora parte da grande imprensa entre seus críticos. Não obstante, há ainda muita cautela nesse engajamento e a Folha só começa a investir na mudança com o suporte dado pelo chefe da casa civil Golbery do Couto e Silva. Afinal, segundo suas palavras citadas no texto

¹¹³ Projeto Editorial de 1981– documentos online - retirados de site Folha On-Line – Círculo Folha – Projeto Editorial http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto_editorial.htm em 26/09/2007

¹¹⁴ RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007, p. 455

do jornalista Mário Magalhães em 2001, “ao futuro governo não convinha apenas um jornal forte em São Paulo”¹¹⁵.

Caminhava-se, nesse sentido, para um complexo processo de transição no qual se misturavam diversos elementos, desde as prementes questões políticas, sociais e econômicas, até os imbricados caminhos de escritura e inscrição desses eventos na cena pública. Um combate de qualificação de condutas e conceitos que tornaram aquela década um verdadeiro campo de batalha de narrativas. Além da luta pela democracia e o fim da ditadura, o que estava em jogo era também um trabalho de formulação de sentidos tanto sobre o passado como sobre o presente. Sairiam vitoriosos aqueles que melhor soubessem lidar com as variadas articulações da memória e esquecimento.

A década de 80 começou sob um signo capital nessa disputa: a assinatura da Lei da Anistia, que foi transformada, em termos práticos, em autorização para o esquecimento, tanto das ações daqueles que se beneficiaram com o golpe como dos que resistiram a ele. A consolidação da Lei foi apresentada como projeto de uma conciliação para as divergências dos últimos anos – mas reverte-se, na cena pública, como o ideal de união nacional em torno da construção da democracia.

Exigia-se do país uma unidade imaginária que colocava como imperativo o silêncio sobre os dissensos e as memórias concorrentes. Passados trinta anos da sua assinatura, em 2009, constatou-se ainda uma grande resistência no enfrentamento das questões sobre a culpabilidade ou a criminalização de torturas, prisões ilegais e desaparecidos políticos como ponto de pauta das discussões sobre o período militar, o que o expõe caráter comandado desse esquecimento. Na medida em que houve uma clara tentativa de apagamento dessas questões, impossibilitou-se que o debate de versões criasse condições para “uma reapropriação lúcida do passado”¹¹⁶.

Ao se aproximar assim da amnésia, a anistia põe a relação com o passado fora do campo em que a problemática do perdão encontraria com o *dissensus*, seu justo lugar. (...) Tal mandamento equivaleria a uma

¹¹⁵ MAGALHÃES, Mario. *Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70* in *Folha 80 anos*, Folha Online, cap. no end. <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/80anos/> em 27/09/2007.

¹¹⁶ RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007, p. 462.

amnésia comandada. Se esse obtivesse êxito (...) a memória privada e coletiva seria privada da salutar crise de identidade que possibilita a apropriação lúcida do passado e de sua carga traumática¹¹⁷.

Destarte, o que estava em questão não era somente a dialética entre memória e esquecimento, uma vez que é inerente à construção da memória sua dimensão de olvido. Porém, é preciso chamar atenção para o fato de que os grupos que se mantiveram no poder por vinte anos coordenaram em grande parte a seleção sobre o que deveria ser lembrado e, conseqüentemente, o que seria relegado ao esquecimento.

Não se deve diminuir o peso de instituições populares, sindicatos, e outros movimentos sociais na luta pelo fim da ditadura, todavia, é inegável que houve a administração desse processo por parte dos militares e de seus apoiadores. Não por acaso, até meados dos anos 90, há dificuldade de falar sobre o período, tornado quase um tabu político, como se o preço a pagar pelo processo de redemocratização tivesse sido, inicialmente, o silêncio sobre o passado recente.

Para finalizar esse ponto, irei me deter sobre algumas matérias da Folha do dia 26 de janeiro de 1984, dia seguinte ao grande comício das Diretas-Já realizado em São Paulo; um dos episódios mais representativos e visíveis nos anos 80. Marco da primeira grande manifestação pública da redemocratização e que, além disso, serviu para fortalecer a imagem da Folha como o veículo de defesa da democracia. Um elemento curioso se apresenta logo no início do texto: a menção a outro episódio já estudado aqui:

Os números variam, mas uma coisa é certa: este comício foi a maior manifestação já realizada em São Paulo desde a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964. De acordo com os cálculos realizados pela Folha, 300 mil pessoas saíram às ruas para defender, na praça da Sé, a restauração das eleições diretas para Presidente da República.¹¹⁸

¹¹⁷ RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Idem.

¹¹⁸ 300 mil nas ruas pelas diretas. Folha de São Paulo 26/01/1984 in Folha de São Paulo 20 textos que fizeram a história. Op. cit. p. 136

Curiosamente, mesmo que haja um espaço de 20 anos entre os dois eventos, e que seus resultados políticos sejam totalmente opostos – enquanto o comício das Diretas marca o início do processo de redemocratização a Marcha representa o princípio do ciclo militar – na narrativa elaborada pelo veículo os episódios se equiparam em importância histórica. São tomados como referências memoráveis e aglutinadoras de novos sentidos na cena pública. Além disso, sua associação parece nos dizer que, tal qual em 1964, 20 anos depois, o povo paulistano se levantava outra vez em defesa do país, tendo por base os mesmos princípios, o que coloca os dois eventos numa mesma linha horizontal de representação.

Acontecimentos que parecem carregados de condição histórica antes mesmo de sua efetivação como ocorrência pragmática, na verdade, pode-se afirmar que são trabalhados exatamente para exercerem essa função. O fato de serem relacionados sem uma reflexão crítica significa que são tomados a partir de um padrão que formula o acontecimento emblemático através desse processo de comunicação. Carregam, por conseguinte, informações de um idioma histórico que fornece aspectos de qualificação para sua aceitação¹¹⁹.

Portanto, as matérias sobre a Marcha e o Comício das Diretas-Já servem que se observem alguns aspectos relevantes: primeiro demonstram alguns arquétipos na tessitura narrativa, tanto em sua escritura no espaço/tempo presente, como em sua inscrição na duração espaço/tempo futuro. Há sempre a recorrência a outros episódios em um caráter retrospectivo ou comparativo, além da tentativa de inseri-los no rol dos grandes acontecimentos do país, “São Paulo jamais tinha visto em toda sua história de 430 anos”. A descrição pormenorizada de detalhes, o que atesta a condição de testemunha do veículo: “um pipoqueiro gritava “quem quer votar para presidente compra pipoca quente” (...) nos três bares abertos muita cerveja, pastel, refrigerante e cafezinho(...).

Em segundo lugar, são narrativas passionais que convocam seus leitores a se filiarem aos projetos políticos que ambos representam em seu tempo. Neles se “faz história” e os eventos servem para instaurar um ponto de ruptura temporal. Como disse antes, embora sejam episódios que suscitam apropriações bastante diversas, sobretudo,

¹¹⁹Como as diversas variantes que venho tentando apresentar até aqui. Ver capítulos 1 e 2 sobre tipificações de acontecimentos.

em relação à construção de identidade – a Marcha, evento conservador de apoio aos militares, o comício das Diretas-Já, ícone da redemocratização – são colocados lado a lado parecendo se tratar de um mesmo e grande episódio. Vejamos narrativas sobre os dois episódios:

Nunca antes, em sua história, (...) São Paulo viu algo igual – centenas de milhares de pessoas transbordando da praça da Sé, para todos os lados (...) – a maior manifestação pública que o Brasil já viu. (...) reunido no proscênio do grande palanque, que quase desabou diante de tanta gente, diante do povo encharcado, mas feliz, cantando o hino com um gosto novo de amanhã que não demora¹²⁰.

Ali estava o povo mesmo, o povo povo (sic), constituído pela reunião de todos os grupos que trabalham pela grandeza da pátria (...)Aquele mar humano formou-se espontaneamente pelo natural desembocar de afluentes vários surgidos dos bairros e do interior, nascido nas mais diversas fontes. (...) A disposição de São Paulo e dos brasileiros de todos os recantos da pátria para defender a Constituição e os princípios democráticos¹²¹.

Tanto em 1964, como em 1984, o jornal é um dos principais agentes da escrituras dos episódios na cena pública, exercendo a mesma função em ambos os casos. Posição surpreendente, principalmente, quando pensamos sobre os significados sociais e políticos de cada um dos eventos. Ao analisar esses dois episódios importantes para a história recente do país, pode-se constatar como o acontecimento é capaz de descortinar estruturas profundas do pensamento histórico de uma dada sociedade. Aqui nos voltamos novamente para as interconexões entre o veículo/grupo de mídia com a sociedade da qual faz parte.

O jornal está, na verdade, operando com uma estrutura de formulação de acontecimento que é também reconhecida por essa sociedade, a tal ponto que, mesmo quando coloca lado a lado eventos tão concorrentes em sentido, não causa estranheza naquela conjuntura, afinal a Marcha e o Comício são expressões da vontade de “fazer

¹²⁰ *Na Sé, um brado retumbante pede eleições diretas* in Folha de São Paulo 26/01/1984 in Folha de São Paulo – 20 textos que fizeram a história. Op. cit. p. 140.

¹²¹ *Povo, apenas povo* Folha de S. Paulo, – Editorial. 1º. Caderno, 20 de março de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

história” daquela sociedade. Todavia, tal ação não minimiza o caráter intencional na manipulação dos resultados dessas representações. Afinal, há um grande hiato entre a Marcha e o comício das Diretas-Já, como se nada mais interessasse ser lembrado.

Para que o projeto de reformulação de identidade do jornal tivesse pleno êxito, era necessário construir uma argumentação de que suprisse um conjunto significativo de fragilidades políticas do veículo, e é desta maneira que Lins da Silva explica as atitudes do periódico em relação à campanha das Diretas, em 1988, quando analisa o projeto Folha: “o jornal captou mais uma vez (...) o estado de espírito das pessoas que consomem informação e se engajou, solitariamente a princípio, [no] movimento (...) mais significativo da história política recente do país”¹²².

Percebamos que a argumentação sempre trata de apresentar o jornal como defensor da sociedade a falar em seu nome; suas atitudes estão amparadas na alegação de que consegue compreender e “indicar os sentimentos que prevalecem na população”¹²³; o recurso à narrativa funciona como um lugar de autoridade para o veículo. Nesse caso é importante destacar a observação de Ricoeur:

(...) A composição da intriga impõe uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou lisonja. Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos.¹²⁴

O jornal se antecipa em significar os episódios desencadeados na cena pública e atua na elaboração de novas escrituras. O grande comício do dia 25 de janeiro de 1984 será narrado e lembrado como o novo marco político para a história do país. Como em 1964, o jornal trabalhará para torná-lo uma inscrição indelével tanto para a história do Brasil, como para formulação de novas memórias. Tal como a Marcha, quando o “povo, apenas povo” fez valer seus “sentimentos”, comparecendo à Sé para

¹²²LINS da SILVA, Carlos Eduardo. *Mil Dias: seis mil dias Depois*. São Paulo: Publifolha, 2005, p. 54

¹²³FOLHA DE S. PAULO. *O caminho da Transição* – Editorial. Folha de São Paulo, 07/09/1980 pág. 2.

¹²⁴RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007, p.455.

pedir a deposição de João Goulart da Presidência da República, vem agora, em 1984, à praça para pedir pelo direito de votar.

O povo acabou sendo o melhor dessa festa, colorida, descontraída, emocionalmente, sem incidentes, como São Paulo jamais tenha visto em toda sua história, de 430 anos. “Quem viu, viu, quem não viu não verá mais” repetia um grupo de estudantes¹²⁵.

A campanha das Diretas-Já já funciona no momento de sua efetivação como um acontecimento deflagrador tanto de memória e como de esquecimento. Como memória, ergue-se como a lembrança nacional da redemocratização e o fim do período ditatorial, como esquecimento, é o capital simbólico que a Folha utiliza para reescrever sua memória, agora distante, em relação ao golpe militar de 1964. Após 1984, o jornal completa o ciclo de sua desvinculação pública dos episódios deflagrados em 1964.

Embora concorde com Pierre Nora, quando ele afirma que pode se reconhecer aí a própria dilatação de uma percepção histórica produzida pela mídia, devo discordar quando o mesmo autor avalia que tal dilatação destrói a memória “voltada para a herança de sua própria intimidade” substituindo-a “pela película efêmera da atualidade”¹²⁶. Certamente, a acelerada partilha de eventos estimulada por tais recursos acabou por romper antigos laços de construção de identidade e sociabilidade, o que proporcionou o afastamento daquilo que o autor denomina de “memória verdadeira, social, intocada”¹²⁷; todavia, é sempre com uma intenção formuladora de identidade que o evento midiático memorável se estrutura. Uma identidade articulada entre o jornal e seus leitores; entre jornal e os eventos que narra, seja como aproximação ou afastamento ideológico, a memória sempre é colocada a serviço de uma busca de construção de identidade.

Na produção desses acontecimentos, é provável que estejamos a assistir à redefinição dos paradigmas de constituição de memória; um processo que articula tanto

¹²⁵FOLHA DE SÃO PAULO. *20 Textos que fizeram história*. São Paulo. FSP, 1991.

¹²⁶NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: problemática dos lugares*. São Paulo; rev. Projeto História – no. 10. 1993 pp. 7-28. p. 8.

¹²⁷NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: problemática dos lugares*. Idem.

elementos tradicionais como interage com novos desafios cognitivos postos em cena com a intensa presença dos meios de comunicação no cotidiano das sociedades contemporâneas.

Se a história, acusada de destruidora de memória, em seu criticismo é apontada por Nora como a única forma de lembrar hoje, é necessário que acrescentemos aí a interferência dos *medias* como um agente capital nessa mudança; uma memória midiaticizada, que nem é totalmente história, nem totalmente memória, situa-se no limiar dessas duas dimensões porque joga tanto com os elementos de uma como de outra. Ao mesmo tempo em que estimula uma relação afetiva, política e/ou social no processo constitutivo de identidade, sem a qual não seria possível sensibilizar para o objeto a ser lembrado – “a família, a pátria, Deus”, por exemplo – põe em cena elementos de um criticismo cientificista que visa conceder a essas lembranças caráter de universalidade numa operação que é também intelectual e laicizante. A isso denomino de construção social do acontecimento contemporâneo.

O evento assume o lugar de outras ocorrências que antes auxiliaram em seu processo de significação histórica, para tornar-se também referência memorável para outros eventos futuros. Somente quando um evento é novamente reinscrito na cena pública e tem ampliada sua dimensão de monumentalidade, em parte já impressa no momento de sua efetivação, que se demonstrará seu potencial como acontecimento aglutinador de novos usos do passado, produtor de sentidos, marcos de memória e objeto de negociação para o futuro. Em seu momento de inscrição na duração, passa de uma dimensão de ocorrência midiática para ganhar *status* de ocorrência memorável.

Refiro-me a uma invenção histórica que não está circunscrita ao universo acadêmico, uma produção que transita entre o pensamento pragmático e um processo de objetivação do acontecimento que se desenvolve antes mesmo dele se tornar objeto de reflexão histórica acadêmica. É provável que estejamos a testemunhar ao surgimento de um novo idioma histórico. Uma gramática própria exercida em uma hipertrofia de imaginação histórica presente nos dias de hoje.

Isso significa dizer que nos deparamos com uma formulação de acontecimento histórico, especialmente, vinculado às produções dos meios de comunicação. Trata-se de uma fabricação que antecede à própria oficina do historiador,

para lembrar Michel de Certeau, e que certamente se impõe como muito mais força ao fazer historiográfico do que o fato histórico de matriz positivista do século XIX.

Diferentemente dele, esse acontecimento não é um dado a ser revelado, mas carrega uma dimensão muito mais complexa, pois traz em si o peso de uma imaginação histórica social em uma formulação que mistura intencionalidade, acaso e normatização. Mais do que isso, realiza-se como espetáculo encenado no cotidiano e partilhado por uma audiência excepcional. Efetiva-se em uma urgência de interpretação social e de desejo de qualificação e verdade histórica. Com isso, deparamo-nos com um acontecimento de múltiplas conjunções, cercado pela ansiedade de veredictos e explicações que não podem, ou não querem, esperar para tornarem-se objetos da história no futuro e sobre o qual dificilmente o historiador poderá negar a condição histórica.

Certamente, é nesse ponto que o novo trabalho de produção historiográfica poderá começar a funcionar; a partir da investigação dos processos de fundação desse evento no universo social, compreendido não em sua dimensão de acontecência, mas principalmente de representância pré-historiográfica. Para isso, importante atenção deverá ser dada às suas várias contexturas e aos meandros políticos e sociais de sua formulação. É provável que mais importante do que explicar porque um determinado evento é considerado “histórico”, seja compreender que processos de formulações o construíram como histórico.

Deve-se considerar ainda que essa produção realiza uma poderosa economia da memória, capaz de dar conta de múltiplas dimensões do lembrar e do esquecer, posto que uma matéria do jornal tanto pode funcionar como um rito de recordação possível de ser transmitida através das estruturas de sentimento das pessoas que a partilham, que vivenciam seus impactos como ocorrência práticas de suas vidas; como pode ser, também, o registro, o rasto visível de uma dada ocorrência no tempo, o que a faz uma produtora de arquivos, função acentuada de forma espetacular nas últimas décadas, como um dever capaz de instituir diversos lugares de memória.

Os anos noventa significaram a consolidação da Folha no cenário nacional como um dos grupos de maior força no país, tendo seu principal produto, o jornal, tornado-se naquela década o veículo de maior circulação no país, destaca-se ainda seu reconhecimento entre políticos e intelectuais, o que atesta o sucesso na elaboração de

sua nova identidade. Para o episódio, é um momento de um novo retorno à cena pública. Acontecimento histórico-midiático, que se torna objeto de várias apropriações e discussões. Objeto de espetacular apelo midiático que acaba por desencadear uma frenética demanda de produtos que têm como base a retomada de uma política de memória sobre ele. Nesse novo momento, o jornal também irá atuar de maneira significativa, como de urdidor de passados passará à condição de tutor do acontecimento na cena pública. É disso que tratará o último capítulo desse trabalho.

Capítulo 4

Os vendedores de passados: a escrita da história como produto da mídia

Até aqui, venho analisando os elementos de uma operação específica de formulação dos eventos na cena pública, ensejada pelos meios de comunicação. Tratei dos processos de tessitura e significação do acontecimento no espaço das ocorrências cotidianas. Posteriormente, passei à investigação sobre como, a partir de um dado momento, tais veículos realizaram um trabalho de monumentalização desses acontecimentos de forma a auxiliar em sua inscrição na duração a partir da problemática entre memória e esquecimento. Em termos gerais poderíamos dizer que essa operação se desenvolve em três tempos: o tempo do acontecimento, o tempo da memória e o tempo da história, este último a ser discutido neste capítulo.

Esclareço que a sugestão dessa tripla temporalidade é marcada pela interconexão desses tempos que estão sempre em processo de transformação e, sobretudo, interação no espaço de mediação dos meios de comunicação. Nesse sentido, valho-me do conceito de distensão, bem como dos de concordância/discordância, dos quais nos fala Ricoeur, para destacar que esses referentes temporais não se encerram em si, já que estão em diálogo constante na produção de sentidos em horizontes diversos; um processo de ir e vir. Tempos intercambiantes que agregam padrões múltiplos de significação.

Dentre os vários componentes dessa escrita, desde aqueles que dizem respeito ao cruzamento de diferentes *topoi* em regimes de historicidade distintos, até as configurações do próprio campo midiático vale a pena começar a última parte dessa reflexão com a citação abaixo:

O passado é uma espécie de supermercado no qual as pessoas - e as revistas - buscam nas gôndolas aquilo que

lhes interessa. Ao comemorar efemérides, as autoridades procuram lembrar o que pega bem¹.

O extrato mencionado chama atenção sobre o que parece ser uma peculiaridade dessa fabricação: o tratamento do passado como uma mercadoria que pode ser “comprada” na banca de revista, ou no supermercado, como destaca o jornalista da Folha. O texto sugere que, em nossa sociedade, “todo” o passado da humanidade agora poderia estar disponível, tal qual qualquer outro produto de mercado. Nessa lógica, a história se submete às mesmas regras de consumo que ditam as necessidades de sua divulgação ou produção a partir do “que pega bem” lembrar.

Certamente um valor agregado à história que está além da tradicional função pedagógica ou moral atribuída ao passado. Mais do que um referente de identidade, ela deve atender a rapidez de um mercado que exige que o passado se renove tanto quanto as manchetes da primeira página de seus jornais diários. Por isso, o jornalista argumenta que “raros são os historiadores que sabem escrever textos atraentes para um público leigo”, talvez por isso nunca consigam lograr tanto sucesso nas gôndolas dos supermercados. Seu texto, ainda chama à atenção que uma popularização da história somente terá êxito com uma escrita estruturada a partir da linguagem dos veículos de comunicação, para os quais concisão, rapidez e didatismo parecem os motes para o sucesso de jornalistas que “têm escrito muitos best-sellers tratando de temas históricos”.

Essa condição de passado vendável, ou “comprável”, é totalmente nova se pensarmos sobre os regimes de historicidade anteriores. Um tratamento que parece diluir o espaço de experiência entre passado e presente, uma vez que este último, apenas se apossa do primeiro como objeto cultural e estético, destituindo-lhe de seu potencial de reconhecimento e identidade para as gerações futuras. Tal postura tenta transportar para o passado a própria efemeridade de um presente que dita, com lances de quase tirania, uma relação com o ontem amparada, principalmente, pela curiosidade e espetacularização, tornando-o apenas um velho bazar a fornecer as peças exóticas para ornar as roupas de seus compradores. É dessa forma que, na mesma matéria, o jornalista analisa os temas das revistas populares que, tratam de história:

¹BONALUME NETO, Ricardo. *Revistas tentam “popularizar” a História* in *Ilustrada* – Folha de S. Paulo, 31 de janeiro de 2004.

A mais pop delas, "Aventuras na História", com *a grife* da revista "Superinteressante", é voltada para um público mais jovem. Um número dela traz um texto sobre samurais, *algo na moda no momento* por conta de um filme com Tom Cruise, e um texto sobre o Drácula histórico, "o príncipe medieval que inspirou as lendas de vampiros". Muitas ilustrações, infográficos e fotos servem para tornar a leitura mais ágil, algo que também foi copiado, mas mais discretamente, pelas outras duas revistas².

O ideal da história vendida nas gôndolas de supermercado, baseada nas últimas tendências da moda dos bens culturais, é apenas um dos aspectos do atual momento vivido pela explosão de narrativas sobre o passado no tempo presente. Associado a isso, não se pode esquecer que os próprios registros dos eventos, antes raros e restritos aos arquivos públicos ou familiares, hoje se encontram em grande parte também disponíveis a um bom número de usuários das mídias contemporâneas através de vídeos, textos, fotografias etc.

A explosão de informação, associada à fábrica acontecimental que, como venho afirmando, reordenou as formas de representação do passado, assim como os elementos constitutivos da própria história enquanto campo do conhecimento, desencadeou novas escrituras advindas de lugares bastante distintos, numa "comercialização em massa da nostalgia"³, que caminha aliada a uma obsessiva "automusealização através da câmera de vídeo, a literatura memorialística e confessional, o crescimento dos romances autobiográficos históricos (...)". Aspectos que tornaram o passado, mercadoria bastante cobiçada na contemporaneidade. Todavia, segundo Harald Weinrich, "desde então tornou-se evidente que vivemos numa sociedade superinformada, na qual a verdadeira sabedoria não consiste em adquirir informação, mas rejeitá-la, e para isso não há programas de internet"⁴.

A apresentação desses aspectos serviu para que eu problematizasse a última etapa da operação que venho tentando delinear ao longo desse trabalho: a produção de

²BONALUME NETO, Ricardo. *Revistas tentam "popularizar" a História* in *Ilustrada* – Folha de S. Paulo, 31 de janeiro de 2004.

³HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória – arquitetura, monumento, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000, p. 14.

⁴WEINRICH, Harald. *Armazenado, quer dizer, esquecido* in *Lete: arte e crítica do esquecimento*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 285.

uma escrita da história advinda dos meios de comunicação. O leitor pode se questionar se não é disso que venho tratando desde o começo. Em parte sim, se considerarmos que toda formulação sobre os acontecimentos chegam até nós de forma narrativa, em textos, imagens, sons etc., que tentam dar sentidos a tais ocorrências.

Todavia, o elemento central na primeira etapa dessa reflexão foi a ênfase na elaboração social do acontecimento emblemático na cena pública, objeto dos três primeiros capítulos. Para ressaltar uma diferença fundamental entre estes dois momentos, pode-se dizer que até 1985 o evento ainda não havia fechado seu ciclo acontecimental. Sendo assim, estou considerando que os 21 anos de ditadura militar representaram o desenrolar do evento desencadeado no mês de março de 1964. Episódio que já naquele ano se tornou uma espécie de síntese para explicar tanto ocorrências que o antecederam, exemplo dos eventos estudados no segundo capítulo⁵, como as que se seguiram a ele após o dia 31.

Sendo assim, coloco em evidência meu último argumento: após o encerramento do ciclo acontecimental e antes de se tornarem objeto de análise dos historiadores, os chamados acontecimentos emblemáticos – como é o caso do Golpe de 1964 – são submetidos a um processo de análise num tipo de escrita histórica produzida pelos meios de comunicação. E, mesmo que tais conteúdos não sejam fruto de um campo disciplinar fechado – uma vez que são elaborados com a contribuição de especialistas de diversas áreas –, resultam em um produto que consegue condensar diversas áreas do conhecimento das quais toma emprestado metodologias e conceitos para tentar construir explicações sobre o passado numa espécie de historiografia midiática.

O exercício dessa escrita pode ser identificado ao menos em duas grandes linhas: a primeira realizada no espaço da própria mídia – no caso em estudo, no jornal – produzida em cadernos especiais, debates ou reportagens investigativas publicados, especialmente, em datas emblemáticas e, na segunda, quando o jornalista se propõe a elaborar obras específicas para tratar de temáticas históricas – os “best-sellers” os quais menciona Ricardo Bonalume – transpondo os limites dos próprios veículos para os

⁵Quando discuti a o Comício da Central, a Marcha da Família e a Revolta dos Marinheiros, aos quais qualifiquei como acontecimentos-possibilidade para os dois primeiros e acontecimento-acaso, para o último.

quais trabalham; como exemplo disso, posso mencionar a obra do jornalista da Folha Élio Gaspari⁶, também colunista da Folha, sobre a ditadura militar.

É dessa primeira parte que irei tratar aqui, a escrita da história no espaço da mídia. Portanto, a prioridade será analisar os textos que os próprios jornalistas, e alguns dos colaboradores convidados pelo jornal, produziram sobre o episódio em estudo. Começamos pela variedade de atores que atuam nessa produção, exatamente para destacar a complexidade dessa escrita.

4.1 Os escrevedores de história

Entre a segunda metade dos anos noventa e a primeira década de 2000, o jornal Folha de São Paulo se tornou um dos mais importantes veículos de discussão política no país. O afamado projeto Folha já havia se firmado e, em termos de inserção nacional, poucas referências ainda associavam a história do jornal ao Golpe de 1964. Entre todos os grandes veículos de comunicação que apoiaram os militares, certamente o grupo Folha foi o que melhor soube desvincular sua imagem do episódio, tornando-se um dos seus principais debatedores na primeira década do século XXI.

Nesse período, passaram por suas páginas um sem número de influentes intelectuais e colaboradores que ajudaram a construir uma visão quase mitificada do jornal como espaço isento e apartidário, além de referência entre meios acadêmicos e políticos. Acrescenta-se a isso o fato de uma agressiva estratégia de marketing com utilização de outras mídias, como propagandas em rádio e televisão, ter auxiliado na popularização do jornal nacionalmente. Exemplo dessas campanhas foi o premiado comercial “Hitler”, de 1988, cuja mensagem principal é bastante significativa sobre o papel que o jornal constrói para si na condução da informação no país:

⁶ Élio Gaspari é atualmente um dos colunistas mais importantes da Folha. Seus artigos são distribuídos em vários jornais de circulação nacional. A influência do jornalista sobre o tema em estudo se ampliou consideravelmente com a publicação de sua obra sobre a ditadura militar. Dividida em 4 grandes volumes o jornalista trabalha quase todo o período militar, a exceção do governo de João Batista de Figueiredo. Sua ênfase se dá principalmente, sobre a participação do Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel nos bastidores e, posteriormente, a frente do governo militar. O jornalista praticamente cria uma mitologia política em torno dos dois personagens, apelidados na obra de o Feiticeiro e o Sacerdote. A obra de Gaspari serve como o principal ponto de referência para as análises que o jornal realiza a partir de 2000 sobre o período.

(...) É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade, por isso é preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe. Folha de São Paulo, o jornal que mais se compra e o que nunca se vende⁷.

Situação que nos faz lembrar as observações feitas por Certeau sobre a construção da legitimidade do historiador para tratar do passado num momento em que “o privilégio negado às obras controláveis foi transferido para um grupo incontrolável”⁸. Da mesma forma, o jornal acabou por se tornar uma referência que pretendeu se colocar fora do alcance de todas as críticas, pois apesar das fragilidades e contradições daquilo que se produzia nele, exaltava-se seu lugar quase supra-social para informar sobre todos os temas.

Nas efemérides de trinta e quarenta anos do golpe, a Folha esteve à frente na organização de debates e na convocação de vários personagens para discutirem e explicarem os significados do episódio, o que resultou numa intensa produção de textos e matérias que culminaram em bons exemplos dessa escrita histórica elaborada em suas páginas.

Minha reflexão nesse ponto enfrentará alguns desafios, pois, debruçar-me-ei sobre textos de jornalistas, colunistas, colaboradores externos do jornal que apresentarão perspectivas muito distintas e, por vezes, opostas do evento. Isso já chama atenção para o fato de que a formação, lugar social e participação destes autores no episódio serão muito variados, o que certamente já impede de se falar em uma única visão sobre 1964; por conseguinte, não busco encontrar, nessa diversidade, uma síntese explicativa que possibilitaria construir uma única narrativa sobre o episódio, embora, como veremos adiante, é com essa intenção que o jornal convoca tantos discursos divergentes. Minha aspiração será investigar em que medida, na heterogeneidade desses pontos de vista, é possível encontrarmos conexões entre estes interlocutores, quem sabe identificar

⁷ A propaganda pode ser vista na íntegra no endereço:

<http://www.youtube.com/watch?v=6t0SK9qPK8M>

⁸ CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 68

elementos de construção de sentido e arquétipos de representação histórica que perpassam essa produção.

Quando falo isso, refiro-me à possibilidade de tentar reconhecer aquilo que Hayden White⁹ chamou de um nível estrutural mais profundo do pensamento histórico, o que está além da literalidade do discurso ao tratar dos acontecimentos históricos e que nos permitiria falar em idéias de histórias e formas de pensamentos históricos presentes nestes textos e, conseqüentemente, nessa sociedade.

Para começar irei me deter na análise de dois extratos produzidos nas efemérides de 30 e 40 anos:

Há uma região interior de nós mesmos chamada Brasil. O Brasil mudou muito dentro de nós. Não falo de uma descrição figurativa da história recente. Falo mais de um ritmo que muda de 1964 para cá, ritmo de silêncios e de vozes, um ritmo de vida interior que foi mudando nos últimos trinta anos. (...) A História só muda realmente por baixo dos fatos. Há uma revolução silenciosa e mental sob os acontecimentos. O que mudou nas cabeças? Antes de 64, o ritmo das coisas tinha a linearidade sucessiva de um filme acadêmico. (...) Rompeu-se em 64 o sonho de que as idéias sozinhas mudavam o mundo. Não tínhamos mais futuro harmônico. (...) Todos nos sentíamos culpados diante do olhar severo dos generais. Que havíamos feito de errado?¹⁰

‘A História, mestra inalterável dos homens e das nações.’ (Rui Barbosa). São passados 40 anos. Essa data merece ser lembrada na sua verdadeira significação e na sua real repercussão para a nossa sociedade. (...) Meu propósito, como membro de vários institutos históricos, foi reconduzir a vitória do movimento de 31 de março à sua verdadeira significação. (...) o marco que coroou a resposta da grande maioria dos brasileiros, apoiada pelas Forças Armadas, ante as ameaças e as tentativas de implantação de um regime político incompatível com a nossa vocação de viver numa sociedade livre e democrática¹¹.

⁹ Cf. White, Hayden. *Trópicos do discurso – ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo; Edusp. 2001.

¹⁰ JABOR, Arnaldo. *Os trinta anos de 64 fizeram nossa cabeça*. Folha de S. Paulo – Ilustrada 5-6. 5 de abril de 1994.

¹¹ MATTOS, Carlos Meira. *O 31 de Março de 1964*. Folha de S. Paulo – Opinião 31 de março de 2004, cap. no endereço <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3103200409.htm>.

As citações acima apresentam duas perspectivas distintas sobre o significado do evento de 1964. A primeira, de Arnaldo Jabor¹², embora pareça falar em nome de geração de jovens que a partir de 1964 sofreu as ações repressivas do regime militar, representa, sobretudo, a decepção da classe média silenciada logo após os primeiros anos da ditadura militar; é o olhar de quem falava “muito em ‘luta de classes’, mas não acreditava nela”¹³. Para Jabor, aquele momento acabou por solapar uma visão quase romântica e idealizada da classe média brasileira quanto ao presente: “nada descreve o choque do surgimento súbito de Castello Branco na capa da revista *Manchete*”¹⁴.

A outra, do general reformado Carlos Meira Matos¹⁵, apresenta o acontecimento prodigioso. O golpe é narrado como uma ação de salvaguarda da nação e da democracia ameaçadas pela desordem em que, segundo o autor, o país estava mergulhado. Para ele, ao contrário de golpe, o evento foi “o marco que coroou a resposta da grande maioria dos brasileiros, (...) ante as ameaças e as tentativas de implantação de um regime político incompatível com a nossa vocação de viver numa sociedade livre e democrática.”¹⁶

Em um nível mais profundo de significação, as citações apresentam também duas maneiras distintas de compreender a história. A primeira é caracteriza como

¹² Arnaldo Jabor tinha 24 anos em 1964. Foi editor da revista *Movimento*, publicada pela União Nacional dos Estudantes, a UNE. Estreou a carreira de jornalista profissional em *O Metropolitano* (1962), jornal ligado ao movimento estudantil, mas nas três décadas seguintes, dedicou-se ao cinema, primeiro como técnico de som e assistente de direção em filmes durante o governo Jango, como em *A nave de São Bento* (1963), *Maioria absoluta* (1964) e *Integração racial* (1964). Depois de estabelecido o regime militar, faz o curso de cinema Itamaraty-Unesco (1964) tornando-se documentarista dirigindo o curta *O circo* (1965) e *Opinião pública* (1967), coletânea de depoimentos sobre as ambições e os temores da classe média brasileira. Nas últimas décadas do século XX, tornou-se colunista do jornal *Folha de S. Paulo* (1991), passando em 1995 para as empresas de Roberto Marinho. Fonte: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/ObsSoBio.html>

¹³ JABOR, Arnaldo. *Os trinta anos de 64 fizeram nossa cabeça*. *Folha de S. Paulo* – Ilustrada 5-6. 5 de abril de 1994.

¹⁴ JABOR, Arnaldo. *Os trinta anos de 64 fizeram nossa cabeça*. Idem.

¹⁵ General reformado do Exército do Brasil nascido em São Carlos, no interior do estado de São Paulo, veterano da Segunda Guerra Mundial, conselheiro da Escola Superior de Guerra e especialista em geopolítica. Participou ativamente do golpe militar (1964) e foi amigo e colaborador do presidente Humberto de Alencar Castello Branco, no seu governo (1964-1967) atuando como subchefe do gabinete militar da Presidência da República. Também foi comandante do Destacamento Brasileiro das Forças Inter-Americanas de Paz na República Dominicana (1965) e comandante da Academia Militar das Agulhas Negras. Promovido a general-de-brigada (1968), deixou a ativa quando era vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (1973). Publicou diversos livros nas áreas de geopolítica e estratégia militar, entre eles *Projeção Mundial do Brasil* (1960), *Operações na Guerra Revolucionária* (1966), *A Doutrina Política da Revolução de 31 de Março de 1964* (1967), *A Geopolítica e as Projeções de Poder* (1977), *Estratégias Militares Dominantes* (1986), *Guerra nas Estrelas* (1988) e *A Geopolítica e a Teoria de Fronteiras* (1990). Fonte: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/ObsSoBio.html>

¹⁶ MATTOS, Carlos Meira. *O 31 de Março de 1964*. *Folha de S. Paulo* – Opinião 31 de março de 2004, cap. no endereço <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3103200409.htm>.

ocorrência pessoal e subjetiva, como um “ritmo da vida interior” que se realiza em caráter quase existencial. Para Jabor a história talvez só se manifesta como experiência interior, por “sob os acontecimentos” o que a impediria de apresentar modelos universais. Em sua fala, existe uma tensão em relação ao paradigma tradicional da *magistra vitae*. A história não ensina, não pode ensinar porque só pode expressar a si mesma.

Segundo sua visão, antes do episódio, o tempo tinha a “linearidade sucessiva de um filme acadêmico” e o futuro era visto como o lugar de previsibilidade, da “harmonia”. Com isso, parece que encontramos ainda com a crítica a uma idéia de processo histórico, colocando em xeque também o princípio teleológico e otimista atribuído a ele. Híbridosam-se, portanto, tanto a presença da modernidade do pensamento histórico, como de sua crise em fins do século XX. Para Arnaldo Jabor, as efemérides de trinta anos de 1964 faziam ver que a história parecia não ter sentido algum e sua arbitrariedade caminhava, concomitantemente, à sua impossibilidade de apresentar lições para o presente.

Para Meira Matos, chamado a colaborar nas efemérides de 40, era chagada a hora de “reconduzir a vitória do movimento de 31 de março à sua verdadeira significação”. Para isso, deixa claro que sua autoridade em fazer essa condução advinha não apenas do fato de ter sido um dos envolvidos no evento, mas, principalmente, por ser “membro de vários institutos históricos”, o que lhe legitimava a apresentar aos leitores do jornal uma representação segura e verdadeira do passado.

Ao abrir seu texto com a frase de Rui Barbosa, convoca o antigo *topos* da *Magistra Vitae* e recorre de maneira retórica à erudição como que se valendo de uma autoridade quase milenar atribuída à história, que, sob esse paradigma, reafirma a possibilidade de compreensão das ações humanas em um *continuum* histórico ininterrupto e inesgotável. Sugere assim um percurso de aperfeiçoamento moral, intelectual perene que englobaria tanto as gerações passadas como as futuras.

Em sua evocação do cânone tradicional, quer fazer justiça aos que estiveram junto consigo, como atores na trama do evento, além de lançar um alerta ao presente na medida, em que chama os leitores da Folha a olharem para o passado e receberem seus exemplos. Para Meira Matos, a história é uma escola “na qual se podia aprender a ser

sábio e prudente sem incorrer em grandes erros”¹⁷. Sendo assim, segundo o general, foi o trabalho dos militares no poder que possibilitou o estado democrático de hoje. Seu ensinamento, no caso, era a reafirmação do golpe militar, como tendo sido a grande revolução que, em 1964, salvara o país do caos no qual parecia estar mergulhado.

Nossos dois personagens não apenas têm visões opostas da história e do episódio, como também foram atingidos de formas diferentes por ele. Para o cineasta, cuja formação se dá no ambiente do cinema novo e inspirado pelo neo-realismo italiano, a tomada do poder pelos militares estimulou a “crença da mudança de comportamento cultural, buscando saídas individuais, mágicas, místicas”, obrigado seu grupo a ter que aprender a lidar com a frustração de ver o país mergulhado em uma ditadura. Já para Carlos Meira Matos, especialista em análises geopolíticas, vice-chefe de gabinete de Castelo Branco, a tomada de poder em 1964 sempre foi vista com ocorrência necessária e positiva.

Seus textos são exemplo de como, em um mesmo horizonte temporal, podem conviver referentes de regimes de historicidade distintos. Meira Matos é o típico representante de um grupo para o qual a história continua a ser a grande mestra da vida, cuja tarefa de ensinar permanece inalterada. Já o cineasta apresenta uma variedade mais complexa de referências temporais e conceituais que dificulta seu posicionamento em apenas um paradigma. Talvez se encontre, como poderiam dizer alguns contemporâneos, “à beira da falésia”, uma vez que não se pode deixar de destacar que sua compreensão histórica também, em 1994, é fortemente influenciada pelas transformações ocorridas pós-1989, momento em que, segundo Hartog¹⁸ “escrever uma história dominada pelo ponto de vista do futuro, como uma teleologia, não é mais possível, (...). E o presente mesmo, como acabamos de ver não é um chão seguro”, ou para usar um termo em moda naqueles dias, teríamos chegado ali, “ao fim da história”.

Tais divergências colocam uma primeira questão relevante, a saber: os ritmos de adequação, sob os quais, formas distintas de representação histórica apresentam-se nas sociedades ocidentais. Se, como afirmam tanto Hartog quanto Koselleck, já em meados do século XVIII fica mais nítida a transformação do antigo

¹⁷ KOSELLECK, Reinhart, *O Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio, 2006, p. 42

¹⁸HARTOG. François. *Regime de Historicidade*. Capturado da Internet em 8/05/2006 no endereço: <http://www.fflch.usp.br/dl/heros/excerpta/hartog.html>.

topos do *magistra vitae* e a emergência daquilo que os autores denominam de “moderno regime de historicidade, mudança que pode ser sentida com mais força em países como França e Alemanha – configurada principalmente nas disputas de conceitos como *Geschicht* e *Histoire*¹⁹ - as manifestações dessas disputas num espaço de experiência cotidiana parecem ser bem mais lentas e confusas quando se enfrenta a problemática da escrita histórica midiática.

É necessário chamar atenção que isso não significa que, muito antes grandes transformações já não tivessem ocorrido na escrita da história no Brasil. Muitas foram as chamadas “revoluções” historiográficas vividas durante o século XX que nos colocaram em consonância com os debates mais recentes sobre a produção do conhecimento histórico; e não é improvável que encontremos os ecos dessas mudanças em alguns momentos no jornal. Todavia, o conflito realçado pelos interlocutores alerta para o fato de que, dentro dessa escrita da mídia, podem-se vislumbrar modelos de representação que ainda encontram grande aceitação como referências de compreensão histórica em nossos dias, mesmo que, em termos de uma escrita da história convencional, pareçam está superados.

Embora estejam em edições diferentes no tempo, as citações são exemplos de como o veículo organiza diferentes formas de representação histórica em suas páginas. Mas o que possibilita a reunião de visões tão díspares sobre os acontecimentos e sobre a própria história, de forma a não tornar essa produção irrealizável?

É provável que nenhuma obra realizada pelo campo da história ousasse condensar paradigmas tão distintos de construção do passado, sob o risco de ser desqualificada por seus pares. Contudo, o mesmo não parece ocorrer com essa produção, na qual tudo parece encontrar espaço de inteligibilidade; um grande amálgama de modelos e arquétipos, como se ali todas as idéias de história fossem possíveis. As visões sobre os episódios sempre podem ser criticadas e questionadas por seus leitores do jornal, ou pela sociedade de maneira geral, mas raramente se interpela a forma sob as quais elas são construídas, ou seja, a própria maneira de representação do passado em seus elementos estruturantes.

¹⁹ Para uma discussão mais detalhada desse conteúdo, cf. KOSELLECK. Reinhart, *O Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio, 2006.

Nessa lógica organizativa, tanto a posição do general, defendendo a ação dos militares, como as críticas de Arnaldo Jabor ao episódio, são explicadas como o desejo do veículo de apresentar todas as versões do acontecimento para que algum dia se pudesse realizar uma síntese explicava sobre ele. Daí compreende-se o que pode ser a primeira característica dessa produção: o veículo trata o passado como uma totalidade a ser desvendada; logo, quanto mais vozes fossem reunidas sobre ele, maior a possibilidade de capturá-lo; por conseguinte, constata-se ainda que para o jornal a história mantém sua representação como coletivo singular que reuniria todas as versões, todas as histórias particulares.

Se o jornal tenta se apresentar como *locus* de debate social indiscutível, parece também querer se tornar o espaço de isenção para o tratamento da história do país. Ao trazer a voz do general, bem como com as de seus opositores, além dos especialistas para explicarem essas versões, coloca-se como a referência legitimada a convocar todas as versões sobre o episódio. Lugar tanto de memória, como lugar de história, numa hibridização que se materializa na produção de uma memória historicizada e uma escrita da história monumentalizada, nas quais perdura a idéia de um conteúdo de verdade sempre possível de ser identificado em seu caráter final.

Mesmo abrindo espaço para tantos modelos de representação histórica, quando vai abordar diretamente algum tema que exija sua posição sobre o passado, predomina um olhar tradicional sobre a história, ligada principalmente ao modelo moderno de representação histórica. Ao invés de uma mera narrativa cronológica, que nunca deixa de ser realizada por essa escrita, a história deve trazer, principalmente, uma explicação sobre os eventos numa rede causal de significação. Como bem destaca Koselleck sobre esse modelo, “passou-se a exigir da história uma maior capacidade de representação, de modo que se mostrasse capaz de trazer à luz (...) os motivos que permaneciam ocultos, criando assim um complexo pragmático, a fim de extrair do acontecimento causal uma ordem interna²⁰.”

Essa conduta leva, conseqüentemente, a outra conclusão: se é possível encontrar a verdade, ou os motivos que explicam os fatos históricos, é necessário também realizar o julgamento sobre passado, intenção que fica evidente com o

²⁰KOSELLECK. Reinhart, *O Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio, 2006.

jornalista Luiz Nassif²¹, ao constatar que 30 anos ainda parecem ser pouco tempo para se apresentar um veredicto sobre o episódio:

Revolução ou golpe? Os analistas ainda não chegaram a um consenso sobre se chamam o movimento militar de 1964 de revolução ou golpe. É um sinal ostensivo de que 30 anos não parecem suficientes para produzir o devido distanciamento histórico. Há quase um consenso de que o período Castelo Branco foi o que proporcionou as mais profundas transformações institucionais do Brasil moderno. Mas é pouco para um julgamento abrangente do regime militar²².

A busca de verdades ou consensos históricos para descrever o acontecimento figura como uma das maiores preocupações dessa escrita pragmática, que lança ainda uma intenção de busca por justiça como função atribuída à história, característica herdada da tradição iluminista e que permanece como elemento bastante relevante na estruturação dessa produção.

No mesmo ano de 1994, outro colaborador do jornal, o ex-governador de São Paulo na época do regime militar, Roberto de Abreu Sodré, adverte:

A história é a grande conselheira.

A revolução nasceu como subproduto da criminosa e enlouquecida renúncia de Jânio. Sobe à Presidência o vice João Goulart. Este, aliado ao cunhado Leonel Brizola e a alguns líderes sindicais, marxistas ou saudosista do getulismo, agitavam toda a nação, com greves e bandeiras vermelhas. Quebraram a hierarquia militar, dando força de comando ao cabo Anselmo e a fuzileiros navais do almirante Aragão. Marchávamos para o caos. Com o povo apoiando a intervenção militar, o governo ou desgoverno de Goulart se desmorona, sem tiro, sem herói.²³

²¹ Jornalista e colunista da Folha durante longos anos tratando de economia, tendo se desligado do jornal em 2006.

²² NASSIF, Luiz. *Revolução ou Golpe?* – Dinheiro – 2-3. Folha de S. Paulo, 31 de março de 1994. Cap. no endereço: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/27/index.html>

²³ SODRÉ, Roberto de Abreu. *A história é a grande conselheira*. Paineis – Folha de S. Paulo. 26 de março de 1994.

Roberto de Abreu Sodré²⁴ foi um colaborador importante do regime militar. Exerceu o governo de São Paulo, eleito indiretamente para o período entre 1967 a 1971, na transição entre o governo do general Costa e Silva e Garrastazu Médici. Nessa matéria, o ex-governador aproveita os trinta anos do episódio para falar do presente no qual vivia. A partir do passado, alerta para uma possível crise social e política que se anunciava, fazendo lembrar, segundo ele, o que teriam sido as origens da “revolução de 1964”. Para ele, o sentido do evento permanece inalterado, posto que, em sua narrativa de retrospectiva, mantém os mesmos argumentos que os justificaram no passado. Todavia, não é o passado o foco da reflexão de Sodré; ele é apenas seu ponto de partida para a sua grande admoestação:

A revolução de 64, que começou bem, terminou muito mal. Pergunto: não é de se recordar esse passado tão recente? Não é de se temer, hoje diante da crise aberta, o pior? O presidente da República, o presidente do Supremo e os das duas Casas Legislativas precisam começar a dialogar, mas dialogar incessantemente, para devolver a paz tão necessária ao país. Um pequeno benefício a poucos espalha-se por metástase a muitos, levando à morte o plano econômico tão necessário a todos.²⁵

Com a evocação do cânone tradicional Sodré joga sobre o presente uma presença de passado irradiadora e inequívoca. Seu argumento se ampara na consideração de uma constância da natureza humana, que justificaria uma potencial semelhança de todos os eventos humanos; dessa maneira, aprender a identificá-los antes mesmo que se concretizem como nova experiência é um exercício que somente pode ser realizado se aceitarmos plenamente os “conselhos” da história.

Destaco algumas questões importantes nos depoimentos de nossos atores: assim, como Jabor e Meira Matos, mencionados anteriormente, Nassif e Sodré também

²⁴ Abreu Sodré foi um dos fundadores da UDN em 1945 e a partir de 1966 passou a ser um dos principais integrantes da ARENA e um dos fundadores do PDS nos anos 1980. Sodré sempre esteve alinhado com as principais elites políticas e agrárias do país. Sua atuação como governador de São Paulo durante o governo Médici, foi fundamental inclusive no combate a membros da Igreja Católica críticos ao governo militar.

²⁵ SODRÉ, Roberto de Abreu. *A história é a grande conselheira*. Paineis – Folha de S. Paulo. 26 de março de 1994.

trazem visões totalmente diferentes sobre o episódio; eles jogam com representações sobre o passado que tanto os distanciam como os aproximam em alguns elementos.

Para Nassif, a história já é compreendida enquanto o coletivo singular que exige uma nova consciência da realidade social. A história só é capaz de falar do que aconteceu, por isso, é preciso se distanciar do passado para julgá-lo; já que nos deparamos com um coletivo que explica as singularidades a partir de uma dinâmica própria, o evento é único, mas exige-se que se encontre nele sua dimensão histórica latente, aquilo que o introduziria na marcha do processo histórico da humanidade. Por isso, a prioridade é explicá-lo:

A julgar por depoimentos colhidos entre pessoas que estavam dos dois lados do muro, o golpe militar foi decorrência desse vácuo político gerado pelo próprio Jango. Não havia uma proposta clara dos militares para o país. Recorreu-se, então, ao estoque de propostas disponíveis nas mãos dos tecnocratas dos anos 50, que não eram implementadas por falta de articulação política²⁶.

Em Nassif, o passado está subordinado a um conjunto de hipóteses e afirmações realizadas pelo autor nos 30 anos do episódio: “havia um vácuo político”, “faltava articulação política”, etc. É o presente que explica o passado, ao contrário de Sodré para quem o presente que é visto pelo passado, posto que, somente através de suas lições que se podem evitar os erros do futuro. Com o ex-governador, não existem hipóteses, mas sim, constatações. Identifica-se um conjunto de “sintomas” que claramente eram semelhantes aqueles apresentados no passado.

Com pontos de vista aparentemente tão dispares em relação ao passado, será possível encontrarmos elementos que os aproximem, ou até mesmo, sejam comuns entre nossos atores? Talvez um ponto de interconexão capital resida na possibilidade da descoberta da verdade histórica. Seja realizada por meio de conjecturas ou constatações comparativas, ela estaria sempre disponível, bastando para isso uma boa dose de atenção e perspicácia na investigação dos fatos históricos.

²⁶ NASSIF, Luiz. *Revolução ou Golpe?* – Dinheiro – 2-3. Folha de S. Paulo, 31 de março de 1994.

Os escritores (jornalistas, testemunhas, especialistas, etc.) formulam questões que apresentam a história como um campo aberto e em constante disputa, apresentam assim, um mosaico de versões no qual predomina uma simbiose entre o antigo *topos magistra vitae* e o moderno regime de historicidade. Nessa escrita é possível vislumbrar alguns núcleos de orientação: o passado como totalidade a ser desvendada; um princípio pedagógico atribuído à história, o caráter moral e a necessidade de julgamento do passado, elementos que explicam, em parte, que idéias díspares transitem pelo jornal.

Os textos partem de três lugares de formulação, a saber: as testemunhas que rememoram e narram os episódios passados, como é o caso evidenciado com o general Meira Matos; os intelectuais chamados a explicar os acontecimentos a partir dos campos específicos de suas disciplinas, - aspectos econômicos, políticos, religiosos, etc. – e os artigos de jornalistas que pesquisam sobre o tema para produzirem matérias do período. É fácil encontrar aí também aqueles que partilham tanto da condição de testemunha como de intelectuais. Portanto, não há uma produção fechada em seus elementos conceituais ou mesmo sociais, pois, mesmo que ela seja articulada pelo campo midiático, transpõe suas fronteiras na medida em que necessita de outros campos para construir seus argumentos.

Todavia, há um aspecto importante: quando o jornal resolve trazer à tona uma reflexão sobre eventos históricos lida com os mesmos protocolos de sistematização que ordenam a produção das notícias; isso leva a considerar que, sob aspectos metodológicos, o passado é tratado como qualquer matéria em seu fluxo cotidiano. Com os trechos estudados, pode-se perceber como se ressaltou a máxima da pluralidade das versões, a busca das verdades sobre o episódio, a evocação de testemunhas, pré-requisitos fundamentais para a elaboração da notícia.

Não por acaso, o jornalista Luis Carvesan em 1994, ao lembrar os 30 anos do golpe, dá um aviso:

É extremamente importante que novos detalhes históricos, pitorescos, ridículos alguns – sobre o movimento militar de 31 de março de 1964 venham à

tona. (...) No mínimo para que não se perca na poeira do tempo a escuridão sob a qual fomos obrigados a viver²⁷.

Em textos elaborados em um mesmo horizonte temporal, o passado tanto pode ensinar como se configurar como experiência arbitrária, que muitas vezes parece não realizar o ensinamento que se solicita da história. É o que reclama o colunista da Folha também em 1994, Gilberto Dimenstein²⁸, ao constatar que:

O Brasil virou uma imensa fábrica de ignorantes. Basta ver um incrível detalhe da pesquisa Datafolha publicada hoje, motivada pelos 30 anos do golpe militar. A metade dos brasileiros não sabe dizer o nome de um único presidente daquele regime. Mais: apenas 22% lembram-se de que, em 64, derrubou-se um governo democraticamente eleito. Esses números jamais deveriam sair da cabeça de nossa elite política. A ignorância é um dos combustíveis para os candidatos a ditador – mas também a incompetência dos civis. No Brasil, temos esses dois ingredientes conspirando contra a solidez da democracia. Note-se que, segundo o Datafolha, 24% dos brasileiros, faixa nada desprezível, admitem a possibilidade de uma ditadura. Tal número se encaixa com a constatação de 70% dos entrevistados de que, durante o regime militar, a situação econômica era melhor²⁹.

A pesquisa tem a intenção de estimar até que ponto os ensinamentos do passado teriam sido eficazmente aprendidos, mas, como pode ser percebido há uma viva decepção quando o jornalista constata que, em 1994, a população não havia conseguido aprender com a história, a tal ponto que sequer lembrava o nome dos presidentes militares. Por outro lado, pode-se verificar que o próprio texto de Dimenstein tenta se realizar para seu leitor como o alerta quanto à necessidade desse aprendizado, pois “esses números jamais deveriam sair da cabeça de nossa elite política”.

²⁷ CARVESAN, Luiz. *Lembrar para não esquecer*. Opinião 1-2. Folha de São Paulo, 29 de março de 1994. Cap. no endereço: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/27/index.html>

²⁸ Até hoje é um dos principais articulistas da Folha de S. Paulo.

²⁹ DIMENSTEIN, Gilberto. *Somos uma fábrica de ignorantes*. Opinião. Folha de São Paulo, 27 de março de 1994. Cap. no endereço: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/27/index.html>

Esses princípios mantêm uma forte influência com os paradigmas cientificistas positivistas do século XIX e, mesmo que nunca seja dito de forma direta, indica também referências à própria escola histórica metódica. Tal constatação chama atenção para o fato dessa relação entre os meios de comunicação e a história ser bastante anterior. Afinal, quando Heródoto recomenda ir buscar os relatos das testemunhas para melhor narrar os acontecimentos históricos não acaba por sugerir aquilo que é tomada como a principal atividade jornalística na modernidade?

Nesse vigoroso fluxo de conteúdos, deve-se considerar que essa escrita não pode ser vista como um produto historiográfico nos moldes em que são pensados os processos dirigidos pelo ofício do historiador. Conseqüentemente, não está condicionada a ele, o que acarreta metodologias e formulações bastante distintas, uma vez que escreve história sem pertencer ao lugar de produção intelectual que é a oficina do historiador. Portanto, seu tratamento sobre fontes, conceitos, e objetos não estão submetidos ao campo da história, mas às exigências de seu próprio lugar de produção. O que certamente se constitui em um dos principais pontos de conflitos entre historiadores e jornalistas.

Mesmo quando o jornalista se propõe escrever história, o faz amparado pelas ferramentas de seu campo de atuação intelectual. Desse modo, não é de se surpreender que seus livros se tornem sucessos editoriais, como mencionado logo no início desse capítulo. É especialmente aí, no trabalho sobre os objetos e fontes, que essa escrita se distingue da historiográfica convencional.

É preciso ainda destacar outro aspecto fundamental presente na historiografia contemporânea, o qual não parece ter alcançado com a mesma força a escrita da história midiática: a história considerada como representação problemática do passado, ou seja, sua condição de relato limitado e sempre em construção, não apenas em termos de novas descobertas de registros, mas em relação às questões colocadas à própria elaboração do conhecimento histórico. Aquilo que, segundo Le Goff e Nora, obrigou aos historiadores “a tomada de consciência do relativismo de sua ciência”³⁰:

³⁰ LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História novos problemas*. Rio de Janeiro, Frâncico Alves Editora, 1995. p. 12.

Esse caráter singular de uma ciência que possui apenas um único termo para seu objeto e para si própria, que oscila entre a história vivida e a história construída, sofrida, fabricada, obriga os historiadores, já conscientes dessa relação original, a se interrogarem novamente sobre os fundamentos epistemológicos de sua disciplina³¹.

A escrita midiática da história continua sendo uma tentativa de relato fiel do passado e seu principal problema está na impossibilidade de articular e conhecer satisfatoriamente todos os registros desse passado e não nos elementos epistemológicos estruturantes dessa produção, tampouco o lugar de onde ela parte. Sob esse prisma, sua transformação se dá, sobretudo, pela divulgação de “documentos” que podem “trazer à tona” novas descobertas sobre os acontecimentos relatados. Uma compreensão que reafirma o caráter de uma objetividade tradicional do conhecimento histórico e do passado como dado a ser revelado. Vejamos alguns exemplos em matérias produzidas nos anos de 1994 e 2004:

Documentos obtidos pela Folha ***comprovam*** que, entre os anos 60 e 80, o Estado brasileiro promoveu a censura à correspondência, a espionagem de ativistas políticos no exterior e o controle de partidos, universidades, colégios e redações de jornais³².

Documentos revelam ação de Médici e Nixon para barrar esquerda no Uruguai; EUA têm amplo arquivo sobre regime militar (...). Um dos últimos documentos liberados pelo governo dos Estados Unidos sobre o regime militar brasileiro revela que a participação americana no Brasil não se limitou a monitorar a derrubada do governo de João Goulart, em 31 de março de 1964³³.

História revelada - ONGs, órgãos como o NSA e bibliotecas presidenciais nos EUA, como a de Lyndon

³¹LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História novos problemas*. Rio de Janeiro, Frâncico Alves Editora, 1995. p. 12.

³² MOLICA, Fernando. *Estado promovia uma guerra psicológica contra adversários*. FOLHA DE S. PAULO, Caderno Especial – 30 anos do golpe. 27 de março de 1994. cap. no endereço: Cap. no endereço: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/27/index.html>

³³ CANZIAN, Fernando. *Documentos revelam ação de Médici e Nixon para barrar esquerda no Uruguai*. FOLHA DE S. PAULO, Caderno-Brasil. 28 de março de 2004.

Johnson (1963-1969) e a de John Fitzgerald Kennedy (1961-1963), guardam milhares de documentos sobre o regime militar no Brasil e sobre a participação americana na derrubada de João Goulart em 64 - o que torna mais profícua a pesquisa sobre o período nos Estados Unidos do que no Brasil³⁴.

Por outro lado, mesmo quando renomados historiadores são chamados a opinar em suas páginas, adaptam-se às exigências desse lugar. Como exemplo, cito o historiador Luiz Felipe de Alencastro, que em 1994, reclamava sobre a dificuldade de se estudar o período:

Um equívoco se introduziu no balanço geralmente estabelecido a respeito do golpe de 1964. Quando aparece gente – tão rara quanto os micos-leões – lembrando as atrocidades cometidas pela ditadura, surge um mal-estar que toca até democratas tarimbados. (...) Como só acontece entre nós, estes eventos dramáticos teriam perdido seu nexu histórico. (...) Se transformaram apenas em culto doméstico das famílias das vítimas. Quem quiser tratar do assunto que o faça literariamente. Que escreva um desses romances de formação, meio autobiográficos. E estamos conversados. (...). Para além do revanchismo, deve haver espaço para uma análise das consequências atuais da tirania que se abateu sobre o país 30 anos atrás.³⁵

Alencastro não está escrevendo para o campo disciplinar da história, e realmente não seria apropriado fazê-lo, uma vez que o público leitor do jornal é bastante diferente daquele do universo acadêmico no qual ele circula. Seu texto é um chamamento para seja feita uma reflexão “para além do revanchismo” sobre o passado, e, assim como Dimenstein, que reclamava da ignorância do povo brasileiro em sua matéria, o historiador deixa claro que no Brasil ainda não parece ser dada a devida atenção à significação dos acontecimentos históricos, pois, “só acontece entre nós, estes eventos dramáticos teriam perdido seu nexu histórico. (...) Se transformaram apenas em culto doméstico das famílias das vítimas”.

³⁴ CANZIAN, Fernando. Documentos revelam ação de Médici e Nixon para barrar esquerda no Uruguai. FOLHA DE S. PAULO, Caderno-Brasil. 28 de março de 2004.

³⁵ FOLHA DE S. PAULO. 1964: *Por quem dobram os sinos?* ALENCASTRO, Felipe Luiz. Nacional – 16 de maio de 1994.

Percebamos que Alencastro também apela para a autoridade judiciária da história para deliberar sobre os acontecimentos passados tarefa que segundo ele não deve ser delegada somente “às famílias das vítimas”, principalmente para que seja feita uma avaliação sobre a “tirania que se abateu sobre o país.” Também está implícito a crítica ao esquecimento, ao qual o episódio parece relegado entre os anos de 1985 e 1995.

Sendo assim, talvez seja pertinente considerarmos, como destaca Stephen Bann, que “a experiência estilística poderia ser a única maneira de conceber e compreender uma história que não está limitada pelos protocolos tradicionais, e, portanto, por expectativas ou ordem preestabelecidas”³⁶. Como não está submetida às ordenações do campo disciplinar da história, isso pode criar a impressão de que esteja desobrigada de prestar contas sobre suas formulações ou que seus conteúdos históricos tenham menos impacto em nossa sociedade do que aqueles advindos da prática historiadora.

Mas esse aspecto não a isenta da responsabilidade de produzir uma dada versão do passado. Ao contrário, mesmo que a elaboração desses conteúdos seja conduzida por caminhos diversos daqueles do ofício dos historiadores, são também poderosas representações do passado. Uma invenção da história que ordena significativos recursos científicos e estilísticos que criam um idioma histórico próprio dos meios de comunicação. O que me leva mais uma vez a concordar com o autor, pois:

É somente reconhecendo e identificando os códigos através dos quais a história foi mediada, é ligando-os aos atos criadores de indivíduos em determinadas circunstâncias históricas, que podemos ter a esperança de evitar uma separação definitiva entre o mundo circunscrito do historiador profissional e a generalizada moda de espetáculo na qual todas as formas de representação popular se arriscam a ser assimiladas³⁷.

³⁶ BANN, Stephen. *As invenções da história – ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: UNESP, 1994, p. 22.

³⁷ BANN, Stephen. *As invenções da história – ensaios sobre a representação do passado*, Ibidem, p. 15.

Por conseguinte, se é válida a provocação de Stephen Bann, ao afirmar que “nos dias de hoje o jornalismo é implicitamente confrontado com a história e deste modo tem as conotações de um ponto de vista limitado e efêmero, corrigido pelo historiador”³⁸, não é menos verdade que a história também se vê pressionada e provocada pelo jornalismo – pela mídia, de forma geral – a compreender a própria construção pública de eventos e conteúdos históricos, antes mesmo de serem submetidos à crítica historiográfica.

Uma narrativa de múltiplas faces, entrecortada por vários saberes que operam a própria plasticidade da imaginação histórica, formulada por uma extensa variedade de autores que têm, a princípio, como único elemento comum a adequação de suas reflexões ao espaço concedido no meio de comunicação.

Mesmo que essa escrita seja uma bricolagem de vários campos e personagens, é possível identificar alguns princípios que a vinculam mais diretamente aos paradigmas tradicionais de representação do passado, e a partir disso, destacam-se ainda outros elementos recorrentes em sua formulação, a saber: o caráter veritativo; a obsessão das origens e o princípio da causalidade. Tais pressupostos aparecem de forma difusa, havendo em vários casos uma hibridização de categorias de diferentes regimes de historicidade que funcionam de acordo com as escolhas do veículo em um dado presente.

Nota-se que, mesmo diante de versões e idéias de história diversas no caso do golpe, um aspecto é sempre realçado: 1964 é narrado como marco que explica todos os problemas do país naquele momento e a história, mesmo que nem sempre possa apresentar lições, funciona como recurso retórico de extrema eficácia para o presente. O jornal faz com que os depoimentos veiculados em suas páginas dialoguem entre si, mas, os conduz em uma busca pela verdade. Esta, por sua vez é controlada dentro de sua narrativa, que delimita os marcos temporais e os principais nomes envolvidos no processo, resultando assim na tríade clássica: acontecimentos, datas e nomes.

É preciso ressaltar, como destaca Muniz Sodré, que “em todo esse processo o jornalista é apenas parcialmente autônomo, já que tem que obedecer às regras de um planejamento produtivo, assim como de uma concepção coletiva de acontecimento, que

³⁸BANN, Stephen. *As invenções da história – ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: UNESP. 1994, p. 36.

em parte o ultrapassam, fazendo com que a seleção das ocorrências informe tanto sobre o campo profissional do jornalismo quanto sobre o meio social a que se refere as notícias”³⁹. Portanto, não se pode compreender essa produção sem considerar que ela obedece a uma pauta que realiza uma seleção prévia tanto sobre os aspectos que a serem discutidos, como daqueles que irão ser chamados a discutir tais aspectos.

Em seu desenvolvimento, se destaca uma sucessão de várias escritas que, apesar de divergirem em versões, apresentam expectativas muito parecidas em relação à função que o passado deve exercer. Pode-se dizer que predomina uma história que é problematizada apenas no embate de narrativas, lugares de construção de verdades, mas que reproduz uma visão pragmática tradicional de seus usos no cotidiano. Ressalta-se também, como os primeiros elementos da operação midiográfica permanecem presentes, pois, não se modificam as idéias de fato, verdade e pluralidade. Ao congregiar várias visões sobre o acontecimento, o jornal quer demonstrar que está aberto a todos os lados, para que se encontre uma verdade final sobre o episódio.

Vejamos outro personagem expressivo nesse momento. Em 1 de abril de 1994, o sociólogo Herbert de Souza⁴⁰ fazia a seguinte reflexão sobre o significado de 1964 para a história do Brasil:

Em 1964, o Brasil buscava a mudança. Uma longa e sofrida história que nascia do genocídio indígena, passava pela escravidão e continuava na dicotomia entre uma elite fria e uma massa de trabalhadores sem direitos e sem terra. Seu nome era reforma de base, democracia. Um movimento democrático, que nascia da sociedade, tentava se aproximar de um Estado que durante séculos havia sido o grande instrumento do status quo, da Casa Grande e Senzala, do apartheid social⁴¹.

³⁹SODRÉ, Muniz. *A Narração do Fato – notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, Vozes. 2009. p. 26.

⁴⁰ Sociólogo e ativista dos direitos humanos brasileiro. Concebeu e dedicou-se ao projeto *Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida*. Concluiu seus estudos universitários em Sociologia, no ano de 1962. Durante o governo de João Goulart assessorou o MEC, chefiou a Assessoria do Ministro Paulo de Tarso Santos e defendeu as Reformas de base, sobretudo a reforma agrária. Com o golpe militar, em 1964, mobilizou-se contra a ditadura. Com o aumento da repressão, foi obrigado a se exilar no Chile em 1971. Lá assessorou Salvador Allende até sua deposição em 1973. Conseguiu escapar do golpe de Pinochet refugiando-se na embaixada panamenha. Posteriormente morou no Canadá e no México. Durante esse período foram reforçadas as suas convicções sobre a democracia - que ele julgava ser incompatível com o sistema capitalista. Em 1981, junto com os economistas Carlos Afonso e Marcos Arruda, fundou o IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e passou a se dedicar à luta pela reforma agrária, sendo um de seus principais articuladores.

⁴¹ SOUZA, Herbert. *Filhos do golpe reconstruem a cidadania*. Tendências/Debates Folha de S. Paulo. 1 de abril de 1994. cap. no end. Cap. no endereço: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/27/index.html>

Em poucas palavras o sociólogo resume a história do Brasil demonstrando que todo o passado de dominação caminhava para a superação em 1964 caso não tivesse havido a brusca interrupção pelo Golpe. A narrativa faz crer que, parecia muito plausível e certa a possibilidade do Brasil finalmente superar séculos de uma “longa e sofrida história” “da Casa Grande e Senzala e do apartheid social”. Para o sociólogo, há uma clara construção de sentido que perpassa uma comunicação cotidiana permeada de informações memoriais e culturais que põem em destaque referências históricas, fazendo com que, exemplarmente, séculos caibam e sejam compreendidos em poucas linhas pela ordenação simbólica na qual o texto é construído. Muito parecido com isso é o que realiza outro importante intelectual, e personagem chave em 1964, atuando no governo João Goulart, o antropólogo Darci Ribeiro⁴²:

O Brasil atual é fruto e produto da ditadura militar, que armou-se de todos os poderes para conformar a realidade brasileira, segundo diretrizes opostas às até então vigentes (...). O valor mais alto que perdemos debaixo da ditadura foi o sentimento de que o Brasil é um país especial, com destino próprio e singular, a ser alcançado por nosso esforço. Generalizou a corrupção até nas cúpulas dos órgãos supremos do poder. Temo, mesmo, que ela tenha quebrado na juventude de classe média o nervo ético e o sentimento cívico, levando enorme parcela dela ao desbunde e à apatia⁴³.

Na crítica à ditadura, Darci Ribeiro a constrói como a origem dos todos os problemas brasileiros, responsável também pela desestruturação do Brasil como um país “especial” cujo destino “próprio e singular” seria alcançado em um futuro próximo. Ressalta-se o claro valor cívico e laudatório do povo brasileiro o qual foi quebrantado pela ação do período ditatorial, homogeneizando, sob um dado olhar, toda a sociedade, bem como, os efeitos do regime.

⁴² Antropólogo, tendo realizado diversos trabalhos nas áreas de educação, sociologia e antropologia. Ao lado de Anísio Teixeira foi um dos responsáveis pela criação da Universidade de Brasília, elaborada no início dos anos sessenta, sendo seu primeiro reitor. Também foi o idealizador da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Publicou vários livros sobre os povos indígenas.

⁴³ RIBEIRO, Darcy. *O desastre da ditadura*. Folha de S. Paulo – Painel, 26 de março de 1994. cap. no end. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/27/index.html>.

O passado torna-se então, “como uma floresta para dentro da qual os homens, pela narrativa histórica, lançam o seu clamor, a fim de compreenderem, mediante o que dela ecoa o que lhes é presente”⁴⁴. O que lembra novamente as palavras de Gilberto Dimenstein e o argumento de que o “Brasil virou uma imensa fábrica de ignorantes”⁴⁵ ao lamentar o esquecimento do povo brasileiro sobre os detalhes em torno de 1964.

Darcy Ribeiro, Herbert de Souza e Dimenstein exemplificam as adequações da autoridade disciplinar do campo intelectual desses autores adaptadas ao veículo de comunicação. Mesmo que tragam em suas reflexões elementos que identificam sua formação particular, em suas reflexões também existem padrões de expectativas sobre o passado aos quais estão submetidos. Suas posturas sobre o passado e o tipo de história que elaboram são o resultado desse híbrido que somente pode ser articulado nessa escrita em particular. Exercício que tanto abre espaço para a tomada de posição e julgamentos sobre o passado como também pode pedir isenção aos próprios jornalistas ao fazê-lo. Outro elemento que não pode deixar de ser mencionado é ainda a interferência da memória como referente nessa elaboração.

O texto que se estrutura a partir de diferentes ilhas de permissão e interdição que devem ser compreendidas a partir da proposta que o veículo realiza para tratar do passado. Se é possível termos ali os generais que lideraram o golpe, os exilados que sofreram perseguição, torturadores, torturados e intelectuais contra e a favor ao episódio, é porque há uma ordenação prévia que sistematiza cada uma dessas versões, apresentando-as como se fossem o todo sob qual a história se manifesta.

Por trás dessa intenção totalizante de explicação histórica, o jornal pretende figurar exatamente como único lugar no qual isso seria possível de ser realizado. Como obra supra-histórica que conseguiria se situar no lugar de onde o passado seria finalmente capturado. A maior de todas as invenções, nesse caso, é própria construção do veículo como sendo o espaço da história para a sociedade contemporânea; suas páginas se materializariam como se fossem o coletivo a englobar todos os singulares ao reunir tais particularidades em uma unidade de sentido, ali estava a própria história.

⁴⁴ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 62.

⁴⁵ DIMENSTEIN, Gilberto. *Somo uma fábrica de ignorantes*. Opinião. Folha de São Paulo, 27 de março de 1994. cap. no end. Cap. no endereço: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/27/index.html>

As formas sob as quais o jornal evoca o passado estão associadas tanto a um ordenamento técnico-teórico de produção das matérias, dimensão diretamente ligada ao campo profissional, como também, às constituições mentais sob as quais o passado é refletido nessa sociedade. Uma compreensão anterior sobre a configuração da história que oferece as ferramentas essenciais para estimular, no presente, marcos de memória e esquecimento e, além disso, o estabelecimento de distinções sociais, construção de identidades e reivindicações de direitos.

Na elaboração dessa escrita, embora haja elementos que a todo momento atuam como pontos de conformação sobre o conteúdo comunicado – linguagem, meio, forma, apresentação etc. – a mensagem precisa produzir efeito de realidade, verossimilhança, ser “significativamente decodificada”. Como afirma Hall “é esse conjunto de significados decodificados que ‘tem um efeito’, influencia, entretém, instrui ou persuade, com conseqüências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas, ou comportamentais muito complexas”⁴⁶.

Estabelece-se uma troca necessária que desencadeia negociações marcadas por tensões, rupturas ou mesmo conformações em diferentes momentos de apropriação, que são responsáveis pela constante atualização dessa escrita da história. Posições que solicitam que o passado preste contas com o presente e vice-versa, sobretudo, quando “este presente hipertrofiado rapidamente se tornou desconfortável em si mesmo. Ficou muito ansioso por ver-se como já passado, como história”⁴⁷, como destaca Hartog ao se referir ao regime de historicidade em que vivemos.

O evento é reivindicado por vários grupos que pretendem ordenar suas explicações e, embora predominem certas versões que se tornam mais visíveis no arranjo de sentidos, isso não quer dizer que ele seja capturado totalmente por alguma delas ou que se submeta a uma rede de determinação imutável, pois, “é sempre possível ordenar, classificar, atribuir e decodificar um acontecimento dentro de mais de um ‘mapeamento’”.⁴⁸

⁴⁶ HALL, Stuart. *Da diáspora – identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, 368.

⁴⁷ HARTOG, François. *Regime de Historicidade*. Capturado da Internet em 8/05/2006 no endereço: <http://www.fflch.usp.br/dl/heros/excerpta/hartog.html>.

⁴⁸ HALL, Stuart. *Da diáspora – identidade e mediações culturais*. Op. Cit. p. 374.

Em suas páginas, esses grupos debatem, dando impressão de que, a cada efeméride, a verdade estaria mais próxima de ser alcançada, pois, em um contínuo processo de novas descobertas e acúmulo de evidências, chegar-se-ia um dia à sua total explicação; além disso, constrói-se a sensação de que, finalmente, o passado poderia ser reparado no presente, um lenitivo para aqueles que estiveram diretamente ligados ao evento.

As divergências sobre sua conceituação – ditadura, revolução, movimento militar – apontam que a definição do acontecimento que é multifacetária e complexa, o que não significa, necessariamente, que o jornal seja um espaço plural sobre 1964. Predomina sobre o episódio uma epistemologia tradicional e pragmática, na qual o veículo, aparentemente, exime-se de posições e apenas trabalha para que a verdade seja descoberta por baixo de toda a poeira das versões e é, nesse sentido, que joga com todos os depoimentos apresentados em suas páginas.

A história é explicada a partir de um encadeamento de causas, efeitos e conseqüências. Em nenhum momento tais relatos se apresentam como elaborações, mas, são tomados como lugares de verdades que “resgatam”, “retratam” e “revelam” o passado, cabendo ao leitor descobrir qual deles é o verdadeiro. O veículo atua ainda como o próprio teatro no qual o processo da história seria por fim encenado.

Os colaboradores demonstram diferentes idéias que operam, em um nível pragmático, formas distintas de representação do passado. Embora deva se reconhecer que tais opiniões nem sempre sejam as mesmas defendidas pelo veículo, como ele próprio destaca, resultam em produto que é organizado por ele e é, exatamente, a maneira como ele distribui, aceita, divulga, escolhe ou interdita tais conteúdos que se formula essa escrita. Por sob o caleidoscópio dessas vozes há, não apenas uma intenção de revolver os mortos mas, também de decantar as formas como esse passado pode ser compreendido e contado.

Na investigação sobre essa produção, pode estar a chave para vislumbrarmos alguns aspectos importantes da cultura histórica pragmática na contemporaneidade, tais como a convivência em um mesmo horizonte temporal de diferentes regimes de historicidade, os jogos na produção de memória e esquecimento além de modelos divergentes de compreensão histórica que conseguem encontrar legitimidade como

explicação do passado, mas de espaço de encenação, o jornal pode se converter também em lugar de jurisdição sobre as ocorrências passadas. É disso que tratarei no próximo ponto.

4.2 O tribunal da história: o passado no banco dos réus.

Chegou a hora de serem destacados alguns pressupostos recorrentes nessa produção; aquilo que comumente aparece como recurso argumentativo sobre o papel de uma história midiática no esclarecimento dos eventos passados, bem como de sua função social. Assim, passarei a analisar mais detidamente alguns aspectos mencionados anteriormente, tais como, a questão da necessidade de se realizar o julgamento sobre o passado, o princípio pedagógico e moral atribuído à história e a intenção totalização presente nessa escrita.

Da mesma forma que a historiografia convencional o texto midiático reivindica para si uma relação privilegiada com o real mistificado como dado concreto a ser descrito ou revelado. Assim como a historiografia ele diz falar do que “aconteceu”, valendo-se da própria argumentação do discurso histórico para se legitimar socialmente. No caso de ocorrências como o golpe, opera ainda com um léxico de elaboração do evento político, de cunho claramente tradicional que coloca em evidência uma escrita sobre o acontecimento que remete às formulações advindas do século XIX.

Pode-se dizer que realiza uma narrativa história genérica, trabalhando com modelos conceituais que a caracterizam e a situam em um dado conjunto de referenciais epistemológicos e sociais que tornam possível sua compreensão. Como destaca Stephen Bann ao se referir à historiografia, não se trata apenas de “uma questão de coleção de termos combinados” para dotar de sentido histórico uma dada produção, mas, sobretudo, o tipo de argumentação sob a qual ela se assenta, “e a prova de que nós adquirimos essa aptidão pode ser encontrada em nossa disposição para inserir o

significado de acontecido por trás de toda e qualquer instância do tempo verbal passado em um contexto historiográfico.”⁴⁹

Uma tessitura que tem como base a própria autoridade do fato histórico que realiza o principal efeito de realidade para essa escrita, acontecimento cuja autenticidade é indiscutível, cabendo, portanto, a busca de esclarecimento sobre suas faces. Conseqüentemente, o episódio é marcado por uma idéia de unicidade que se revela como o elemento capital da própria transformação da história. Marco referencial que situa o “agora” e demarca na narrativa a diferença entre o ontem e o amanhã. É através dele que idéias de histórias ganham densidade no caráter pragmático das relações cotidianas, produzindo não apenas uma dada explicação sobre a ocorrência em si, mas estimulando a fabricação de sentidos históricos nas sociedades em que esses conteúdos circulam.

A escrita histórica produzida nas efemérides funciona ainda como momento de deliberação de sentenças sobre o passado e marca a ocasião em que se encerra o episódio como acontecência, atestando, assim, sua condição de preteridade como pode ser percebida no editorial que analisa os 40 anos do episódio:

Se há algo a comemorar no aniversário de 40 anos do golpe de 31 de março de 1964 é justamente o fato de podermos afirmar que o ciclo militar se encontra hoje encerrado num passado histórico. Se suas repercussões ainda se fazem sentir e se há facetas a merecer esclarecimentos, não há dúvida de que o fantasma da ditadura militar já não mais assombra a vida nacional⁵⁰.

Nesse novo ciclo, está em jogo a construção de uma autoridade veritativa sobre o passado, tessitura que se realiza em uma tripla temporalidade e que tenta fazer da própria narrativa uma prova autoreferente dos eventos descritos, uma vez que

⁴⁹BANN, Stephen. *As invenções da história – ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: UNESP, 1994, p. 83.

⁵⁰Folha de S. Paulo. *40 anos depois* – Editorial, 31 de março de 2004. Capturado do site Folha Online/almanaque/especial golpe militar 40 anos nos endereços: <http://almanaque.folha.uol.com.br/> e <http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura.htm> em 26/09/2007.

procura se apresentar como o relato verídico do que aconteceu. Continuemos com o editorial:

(...) Hoje, o Brasil que volta suas atenções para aqueles anos de arbítrio é uma sociedade organizada em torno de um regime de liberdades. Vigora o Estado de Direito, realizam-se eleições, a imprensa encontra as condições para exercer seu papel e o pensamento e a cultura livraram-se das amarras da censura. Foi tortuoso e acidentado o caminho para que se alcançassem esses valiosos objetivos⁵¹.

O trecho reforça que o encerramento do evento no passado fecha o ciclo acontecimental e desenha outra configuração social construída em total oposição ao período anterior. Todavia, lembremos que essa não é primeira vez que o argumento do encerramento do passado vem à tona. Nos anos que se seguiram ao golpe, o jornal já havia se utilizado de tal artifício para marcar a ordem que defendia naquela conjuntura. Relembremos um editorial citado anteriormente, de 1975:

Ao completar seu 11º aniversário, a Revolução de 31 de março se apresenta aos olhos da nação dentro de um processo evolutivo perfeitamente consonante com os propósitos que a justificaram (...). A normalidade democrática em nome da qual se levantou o país em 1964 configurando a finalidade primordial da Revolução que visa atingi-la constitucionalmente em toda sua plenitude não deve, entretanto, servir de pretexto para contestações, revanches ou inadmissíveis retornos a um deprimente passado. (...) ⁵².

Ambas as citações realçam uma importante questão: o veículo procura atuar também como lugar de deliberação quanto aos limites temporais do evento e, conseqüentemente, sobre os usos do passado. Ao determinar a finitude da ocorrência no tempo, tenta controlar, no presente, suas representações tanto como espaço de

⁵¹Folha de S. Paulo. *40 anos depois* – Editorial, 31 de março de 2004. Capturado do site Folha Online/almanaque/especial golpe militar 40 anos nos endereços: <http://almanaque.folha.uol.com.br/> e <http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura.htm> em 26/09/2007.

⁵² *O país lembra os 11 anos da Revolução*. Folha de S. Paulo, - Editorial. 1º. Caderno, p. 03, 30 de março de 1975. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem).

experiência, como os horizontes de expectativas vinculadas a ela. Percebamos como os exemplos efetivam dois encerramentos totalmente distintos, os quais nos colocam diante de futuros exemplarmente diversos.

Mesmo havendo entre os editoriais um hiato de quase trinta anos, ambos se amparam numa intenção historiadora bastante precisa: escrever o passado e controlar as narrativas que irão orientar o presente e o futuro, uma vez que ao deliberar sobre o encerramento do episódio, demarca projeções e expectativas que circunscrevem no presente um universo limitado de versões para o passado.

Em 2004, ainda mais que em 1994, quando parecia não haver tanta clareza quanto ao presente, parece se estruturar um novo horizonte de expectativa para história do país, estimulado pelo novo espaço de experiência que se colocava naquele momento. Para refletir sobre tais aspectos, tomo como fio condutor, um debate sobre o episódio organizado e mediado pela Folha em 1996:

O 31 de março de 1964 é uma data incômoda para o Brasil. Uma data que divide o país há três décadas. Para alguns, o dia em que a revolução militar derrotou os comunistas insurretos. Para outros, o dia em que o golpe militar quebrou a ordem democrática. A Folha pôs, cara-a-cara, duas personagens que freqüentaram trincheiras opostas na fase que se seguiu ao 31 de março: o coronel reformado Passarinho, 76, e o escritor Marcelo Rubens Paiva, 36. (...) Acomodados em cadeiras opostas de uma mesa retangular, distantes apenas quatro metros um do outro, Passarinho e Marcelo reviveram, durante três horas de debate, as dores do passado. (...) Divergiram, divergiram e divergiram. Mas puseram-se de acordo em torno de uma questão: as Forças Armadas devem explicação à historiografia nacional(...).⁵³

Trinta e dois anos e quatro meses se passaram entre o dia 31 de março de 1964 e o dia em que se organizou este debate⁵⁴. Na citação, pode-se observar que a Folha já trabalha com um acontecimento plenamente configurado para história recente do Brasil; evento midiático, memorável e historiográfico. Embora haja um consenso

⁵³ SCHWARTZ, Adriano. *Memórias do presente – 100 entrevistas do Mais!* São Paulo. Publifolha, 2003. pp. 437-454.

⁵⁴ Debate realizado em 30 de julho de 1996.

sobre sua importância no rol da chamada grande narrativa nacional, ressalta-se, no entanto, a divergência em torno da ocorrência e é nesse espírito que o jornal propõe o debate: para que sejam dadas “explicações à historiografia nacional”.

Nesse aspecto, parece haver aqui certa confusão entre memória, história entendida como experiência humana e a sua escrita. Em todo caso, o jornal arrisca se colocar como o responsável por dirimir tais conflitos e, possivelmente apresentar uma versão mais “verdadeira” sobre o passado recente do país.

Ao sugerir que ali pudesse ser resolvido o “incômodo” causado pelas lacunas na explicação do episódio, o que possivelmente seria alcançado com o confronto das testemunhas e dos especialistas representando cada um dos lados, vê-se um claro desejo de imparcialidade ligado à posição do veículo. Ao se apresentar como o terceiro na diversidade dessas leituras do episódio, coloca-se naquela configuração como o mediador neutro em busca de respostas. Não por acaso, ao lançar a primeira questão aos debatedores, ataca de frente a problemática da verdade sobre 1964:

Folha: À abertura de seu livro, Marcelo Rubens Paiva menciona uma frase de Oswald de Andrade: “A verdade é sempre realidade interpretada”. Na sua introdução, o senador Jarbas Passarinho menciona uma frase de Leão XIII (...) que diz: “A primeira lei da história é não ousar mentir; a segunda, não temer exprimir toda a verdade”. Eu perguntaria a ambos: *qual é a verdade sobre o momento histórico que se seguiu ao movimento de 64?* (meus grifos)⁵⁵.

Embora no primeiro momento o conceito de verdade seja tensionado, uma vez que se destacam duas definições de conteúdo bastante distintas ao citar as obras dos debatedores – uma verdade apresentada como relativa e outra quase como absoluta. Pode-se constatar que o veículo toma abertamente como base o mesmo pressuposto do Senador Jarbas Passarinho, e acaba por ratificá-lo como princípio de explicação dos acontecimentos históricos, ao esperar que as testemunhas esclareçam “a verdade sobre (...) 1964”. Nesse caso, “o que chama atenção nessa posição não é, certamente, o apelo

⁵⁵ SCHWARTZ, Adriano. *Memórias do presente – 100 entrevistas do Mais!* São Paulo. Publifolha, 2003, p. 438.

à verdade em si, mas sim a exigência que o acompanha, ou seja, de permitir que a verdade irrompa pura e imediatamente⁵⁶”. Com isso, põe em cena uma espécie de realismo que acredita que a verdade da história pode se manifestar de maneira completa e intacta, talvez como uma “verdade nua e crua” que falaria por si mesma.

Tal procedimento lembra os protocolos de escrita da história cuja matriz iluminista exigia da representação histórica quase o espelho no qual o homem moderno deveria busca sua auto-imagem; vale a pena lembrar uma passagem de Ranke, principal expoente do historicismo alemão, ao tratar do problema:

Tudo se interpreta: estudo crítico das fontes autênticas, interpretação apartidária, representação objetiva; a meta é a presentificação da verdade completa (...) Pois a verdade só pode ser uma.⁵⁷

Mesmo que a verdade não estivesse totalmente ao alcance individual das partes presentes ao debate, era de se esperar que o confronto entre as várias perspectivas pudesse ajudar em sua apreensão. Não por acaso, o senador Jarbas Passarinho começa a responder a questão, assumindo a própria limitação de seu ponto de vista, ainda que não deixe de afirmar a possibilidade de atingi-la a qualquer momento:

Não ousei mentir em nenhum momento do livro que escrevi. Agora, não sei se eu disse toda a verdade (...) sobre alguma coisa eu silencieei. Você perguntou sobre a verdade. Eu me lembrei de ter lido um provérbio asiático que dizia que todo fato tem três versões: a sua, a minha e a verdadeira. Talvez entre a minha e a do Marcelo possa surgir a verdadeira⁵⁸.

Apesar de a afirmação ser feita por um dos debatedores, ela se coaduna com o objetivo maior proposto pela própria Folha, ao solicitar que fossem dadas explicações

⁵⁶ KOSELLECK. Reinhart, *O Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio, 2006, p. 163.

⁵⁷ RANKE apud KOSELLECK. Reinhart, *O Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio, 2006, p. 165.

⁵⁸ PASSARINHO, Jarbas in SCHWARTZ, Adriano. *Memórias do presente – 100 entrevistas do Mais!* São Paulo. Publifolha, 2003, p. 438.

à historiografia nacional. Sob esse aspecto, a citação nos demonstra a permanência de uma idéia de verdade que é mais identificada com o padrão moderno de escrita da história, o qual parece orientar de maneira bastante representativa essa produção da mídia; não esqueçamos que tal compreensão está presente igualmente na produção da notícia.

Embora o veículo se abra para a colaboração de vários intelectuais, quando o próprio jornal resolve se pronunciar sobre a história opta por repetir modelos tradicionais que têm se mantido com muita força nas representações históricas dos meios de comunicação em fins do século XX.

Na realidade, uma experiência que oscila entre o antigo cânone *magistra vitae* e a perspectiva iluminista como mencionei anteriormente. Para Koselleck esses referenciais parecem ter permanecido durante longo tempo como cânone da escrita histórica e, não por acaso, perduram em outras escrituras sobre o passado. Por conseguinte, parece bastante pertinente que para pensarmos essa escrita midiática da história, consideremos que:

Permaneceu intacta a precedência dada ao registro da história contemporânea acrescida da contribuição dada, nos inícios da época moderna, pela literatura memorialista. E assim permaneceu também quando a investigação estendeu-se ao passado imediato. Os índices de verossimilhança permaneceram associados ao testemunho ocular, e, se possível, ao de agentes e participantes, seja no que diz respeito à história da Revelação, seja nas histórias dos eventos eclesiais ou mundanos⁵⁹.

No entanto, se essa escrita se ampara no referente iluminista para fundamentar a base de suas hipóteses e conclusões, não se pode negar que em alguns casos vai buscar em Heródoto sua inspiração. O que fica evidenciado no confronto das testemunhas, que faz lembrar o antigo historiador, para o qual recuperar o acontecimento só seria possível valendo-se do testemunho auditivo do sobrevivente, única maneira de conferir credibilidade à sua narrativa. No debate em estudo, o

⁵⁹KOSELLECK. Reinhart, *O Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio, 2006, p. 166.

exercício de reflexão do passado se sustenta fundamentalmente em testemunhas que reproduziriam a realidade de forma precisa.

Nesse caso, nos deparamos igualmente com o exercício da rememoração que, agora, atuará como recurso basilar para essa “reconstituição” da história. Se, em ciclos anteriores de comemoração, a memória fora solicitada para ajudar a imprimir o evento no tempo, em seu retorno renovado à cena pública, vemos que ela será instada a auxiliar na revisão da “historiografia” sobre o período. Nessa tentativa de esclarecimento, se misturam indistintamente, representações do passado bastante díspares, pois, embora o jornal se proponha a resolver os problemas da historiografia nacional sobre o episódio, o que acaba por realizar é um confronto de memórias sobre o golpe. Nesse caso, há um processo claro de historicização da memória, cujo fim é objetivá-la no tempo, tornando-a história.

Essa escrita também opera com outras variantes que exigem que a história não somente revele a verdade, mas que também profira juízos, portanto, obriga-se a julgar, como pode ser constado no artigo de Luiz Carvesan em 1994:

Mas é preciso que se diga que foi em nome de uma ideologia que não era a minha e a título de combater idéias que também não saíam da minha cabeça que eles – os militares – me relegaram por anos à escuridão, ao medo e ao atraso. A história os julgará melhor que eu. Mas eis, com o risco da arrogância, o meu veredicto: culpados⁶⁰.

O debate sobre o episódio é o convite a uma reencenação do acontecimento, numa tentativa de presentificação do passado histórico a partir do olhar de suas testemunhas, sendo a busca por justiça e estabelecimento de verdades motes da representação histórica exercitada pelo veículo. Tal ação efetiva ainda uma função moral sobre o episódio, posto que não apenas se deseja dirimir as dúvidas, mas, principalmente, objetiva-se oferecer veredictos sobre o que passou.

⁶⁰CARVESAN, Luiz. *Lembrar pra não esquecer*. Opinião 1-2. Folha de S. Paulo, 29 de março de 1994.

Todo o argumento para a realização do encontro se sustenta numa preocupação com a historiografia nacional, o que evidencia sua relação direta com a busca da verdade histórica e o papel exercido pelos meios de comunicação na contemporaneidade. Nesse processo, a ansiedade por explicação e a ordenação de parâmetros de compreensão para o passado são postas como funções capitais realizadas pelos meios de comunicação.

Nessa tarefa, o jornal coloca em ação os mesmos princípios utilizados na produção da notícia e sua primeira atitude é exatamente a recomendação de sempre ouvir “todos” os lados para que, a partir daí, fosse possível produzir uma narrativa que sintetizasse o acontecimento:

“Além da qualificação moral adicional, em relação direta com ela, a representação dos fatos também é representação entre partes adversas, acareação de protagonistas, comparecimentos de todos ao que se pode opor a solidão do leitor de arquivos”⁶¹.

História e notícia estão; por conseguinte, configuradas em um mesmo horizonte de formulação. Ao observamos atentamente, veremos que o fragmento efetiva outra ocorrência particular: o debate sobre o passado é o próprio exercício de estabelecimento de novas inscrições sociais e cognitivas sobre o acontecimento.

O trecho se constitui, assim, uma tessitura na qual ansiedades, tensões e contradições marcam o dramático e contínuo processo de re-atualização ao qual o episódio de 1964 está submetido. A dramaticidade sob a qual o encontro é narrado demonstra o espaço movediço no qual o acontecimento se situa para aqueles atores sociais.

Assim sendo, a composição da mesa parece querer funcionar exemplarmente, como o tribunal da história, o lugar em que são colocados, “cara-a-cara”, vítima e acusado, heróis e vilões, ambos tendo ao seu lado, defensores especialistas que servirão como parâmetro de equilíbrio entre os entrelaçamentos da memória e da história e para que, também, não fosse negado o direito à apresentação de cada uma das versões dos “fatos”. O presente é colocado como o lugar da encenação do

⁶¹RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007, p. 334.

passado. “De fato, trata-se de nada menos do que ripostar ao desgaste pelo tempo de todo tipo de rastros, materiais, afetivos, sociais deixados pela falta”⁶².

Ao “reviverem as dores do passado”, as personagens teriam a oportunidade de passarem a história a limpo e, ao “olharem” retrospectivamente para 1964, eram chamados a estabelecer uma linha temporal que articularia o passado “representado” ou “reapresentado” no presente através da memória, exercício agregador de informações afetivas e pessoais marcadas por conflitos e tensões latentes entre ambos. Mas há também uma convocação para que o próprio leitor “reviva” tal momento, uma vez que é pensando em sua audiência que o debate se realiza, uma história encenada como produto da comunicação.

Em julho de 1996, o 31 de março de 1964 já é tomado como um evento agregador e sua condição histórica era incontestável para aquelas personagens. Golpe, revolução, regime autoritário e movimento militar são qualificações que rivalizaram todo momento, todavia, tais divergências se manifestam apenas sobre uma caracterização na historiografia nacional, mas não alteram o estatuto de acontecimento histórico alcançado pelo episódio, o que pode ser constatado pela questão impulsionadora do debate: “*Revolução militar*” ou “*golpe militar?*” é o que interroga o proponente do debate.

Descortina-se aí um componente fundamental nesse processo: a afirmação quanto à possibilidade de conhecermos uma verdade quase total sobre o passado, alcançada através do processo de investigação executado pela mídia a quem competiria, também diariamente escrever a história. Ao serem dispostas ali as várias versões do evento, considerava-se que o conhecimento sobre o episódio seria atingido com o confronto de várias perspectivas e pontos de vista opostos. É com essa intenção que são chamados os especialistas cuja participação deveria garantir o equilíbrio das forças ali presentes:

Compuseram também a mesa organizada pela Folha o historiador Jacob Gorender (1923) ele próprio preso e torturado durante o regime militar e o escritor Antônio Paim (1927), que apoiou os militares⁶³.

⁶² RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Idem.

⁶³ SCHWARTZ, Adriano. *Memórias do presente – 100 entrevistas do Mais!* São Paulo. Publifolha, 2003, p. 437

Com a análise do debate, é possível aferir que a verdade histórica é tomada em um caráter cumulativo composto de verdades parciais que contribuíram para que no futuro sua totalidade fosse desvendada. Como concluiu logo no início Jarbas Passarinho, “talvez entre a minha versão e a do Marcelo possa surgir a verdadeira”. Uma compreensão que joga sempre para o futuro a completude desse conhecimento, realçando, também seu caráter teleológico.

Na citação, podem-se observar ainda duas formas distintas de representação do passado: uma, que se estabelece em narrativas claramente ligadas aos lineamentos conceituais e teóricos. Aqueles que referenciam uma produção formal do conhecimento, os marcos historiográficos, os lugares estabelecidos pela autoridade disciplinar da história, representada no debate pelas figuras – também testemunhas – do historiador e do escritor. De outro lado, destacam-se os elementos assentados na experiência, nos jogos narrativos de evocação da memória que serão postos em prática a partir das testemunhas oculares que contam a história.

O jornal coloca-se no papel do juiz, do magistrado posto acima de todos os pontos de vista do passado e do presente, mediando divergências que possibilitariam “esclarecer” 1964, como pode ser constatado em mais um momento do debate no qual o interlocutor interroga Jarbas Passarinho sobre projeto de Anistia:

Passarinho: Não sei se vocês sabem, e estamos falando aqui muito em história, que fui defender o projeto de anistia do governo e me surpreendi ao verificar que o projeto do MDB era muito mais fraco (...) Há quem diga – (...) mas sou neutro no caso – que era jogo de grandes caciques do MDB para evitar que Prestes, Brizola e Arraes pudessem ser anistiados.

Folha: Que grandes caciques, senador?

Passarinho: Ah! Bom, Não me obrigue. Olha, nunca fui delator na minha vida, mas o que se dizia... [as reticências são do próprio jornal]

Folha: Quem assinou?

Passarinho: Se vocês pegarem lá o projeto do MDB, vocês vão ver. (...).⁶⁴

Mas o veículo vai além: procura atuar também como o historiador a debruçar-se sobre o arquivo vivo constituído pelas testemunhas ali presentes, como se buscasse operar a deontologia do juiz e do historiador, estabelecendo referentes de justiça e verdade no presente. Isso leva a considerar que um grupo de comunicação como o Folha pretende funcionar como uma espécie de “laboratório” de história, capaz de atuar, ao mesmo tempo, em várias dimensões do saber histórico pragmático, na medida em que trabalha na formulação de eventos na cena pública, organiza gigantescos arquivos de seus próprios rastros, convoca testemunhas e ainda elabora explicações sobre o que passou. Portanto, de vendedor de passados assume também o posto de tutor do futuro, tanto por meio de suas ações como convocador e ordenador de vozes, como pela função narrativa que sua escrita histórica exerce no cotidiano.

A necessidade de demarcação dos limites do passado, propugnada através dessa escrita da história, pode ser constatada ainda em outro debate, realizado em 1999, quando a Folha entrevista Evaldo Cabral de Mello e o questiona:

Folha: quais são os principais buracos da historiografia brasileira?

Mello: Inverto sua pergunta: a historiografia brasileira é um buraco, apenas há pontos que são mais aterrados.⁶⁵

A citação reforça a idéia de uma produção historiográfica idealizada, aquela cujo trabalho deveria ter como fim a reconstituição da realidade passada tal qual como aconteceu, como chama atenção Bann⁶⁶, assumindo “a possibilidade de um único relato

⁶⁴ SCHWARTZ, Adriano. *Memórias do presente – 100 entrevistas do Mais!* São Paulo. Publifolha, 2003, p. 445.

⁶⁵ SCHWARTZ, Adriano. *Memórias do presente – 100 entrevistas do Mais!* São Paulo. Publifolha, 2003, p. 504.

⁶⁶ BANN, Stephen. *As invenções da história – ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: UNESP. 1994, p. 73.

ideal, em que todas as áreas de divergência seriam eliminadas”. Portanto, espera-se que o texto histórico seja o relato transparente para a ação que descreve.

Sendo assim, o jornalista, assim como o “historiador tradicional, deve e pode apenas dar a resposta” sobre o que aconteceu. Conclui-se, por conseguinte, que será possível resgatar o passado e assim julgá-lo a partir do presente tal atitude leva a um último requisito dessa escrita: parte do esforço da história deve ainda servir a uma orientação moral para o futuro, daí a preocupação para que todos os “buracos” historiográficos sejam preenchidos, uma vez que revelar o “valor real, oculto” de cada dimensão do passado se torna o ponto fulcral dessa escrita, como pode ser constado na análise que Frias Filho realiza sobre a necessidade de se investigar o “sentido oculto da política”:

Uma das ilusões mais frequentes na política é tomá-la por seu valor de face, não pelo valor real, oculto. Por mais que todo mundo desconfie dos políticos, nossa tendência é sempre acreditar que na política esteja em jogo o que nos dizem que está. Quase nunca isso é verdade, às vezes a verdade é até o oposto. (...) a contra-revolução de 64, desfechada para banir "corrupção e subversão", cancelou as pressões sociais durante duas décadas, prazo necessário para que a modernização capitalista se tornasse irreversível no país. Uma coisa é o que os agentes e intérpretes pensam estar fazendo, outra é o que fazem sem sabê-lo. Esse sentido oculto da política, que só revela suas vísceras na autópsia, tampouco é um dado fixo⁶⁷.

Numa ação que forja, sistematiza e interpreta os rastros de 1964, o veículo constrói uma cadeia cruzada de vários elementos que explicam, interpretam e estabelecem veredictos que são subordinados uma dinâmica de esforços múltiplos e conflitantes que competem para dar sentido aos acontecimentos emblemáticos. Tais elementos não são pressupostos exclusivos da produção midiática; ao contrário, são apontados como requisitos epistemológicos em diferentes concepções historiográficas que, de uma maneira ou outra, lidam com algum desses elementos. Portanto, cabe entender como os veículos de comunicação irão trabalhar com tais exigências na elaboração de sua própria escrita histórica.

⁶⁷ FRIAS, Otávio Filho. *Como 2 e 2 são 4*. Opinião. Folha de S. Paulo, 6 de setembro de 2001.

Nesse trabalho há também um esforço para que tal escrita, assim como a historiografia, apresente-se tanto como representância, aquilo que Paul Ricoeur denomina de lugar-tenência, ou seja, um conhecimento histórico que se sustenta no princípio de um passado “real” a ser resgatado, o que “representaria” o próprio objeto ausente, mas também como depositário de seu face-a-face, “a saber, o passado ao mesmo tempo abolido e preservado em seus rastros”⁶⁸.

Considerando ainda as proposições de Ricoeur sobre a formulação do conhecimento histórico, quando o autor elenca três “grandes gêneros”⁶⁹ – o Mesmo, o Outro e o Análogo – para tentar resolver o problema do valor mimético que assume o rastro nessa elaboração, é o signo do “Mesmo” que mais se aproxima do tipo de conhecimento pretendido pelo jornal.

A primeira maneira de pensar a passadidade do passado é subtrair-lhe o aguilhão, ou seja, a distância temporal. A operação histórica aparece, então, como des-distanciação, uma identificação com o que outrora foi. Essa concepção não deixa de ter apoio na prática historiadora.⁷⁰

Um exercício de escrita da história como este quer ser uma espécie de “reefetuação”⁷¹ do passado no presente, na medida em que busca fazer reviver, no presente, o próprio evento que seria “resgatado” e “reconstruído” a partir da narrativa histórica. Vejamos outra matéria, agora do jornalista Sérgio Dávila:

Quando saiu de casa, naquela quarta-feira, dia 25 de março de 1964, o marinheiro Pedro Viegas sabia muito bem para onde iria: o palácio do Aço, sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro. Era ali que se reuniam a diretoria da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil e mais de mil pessoas. Entre elas estariam o mitológico João Cândido, o “almirante negro”, e o presidente da entidade, o Cabo Anselmo, na verdade o marinheiro de primeira classe José Anselmo dos Santos. O objetivo inicial da marujada era comemorar o segundo ano de existência da entidade, e,

⁶⁸ RICOEUR, Paul. *A realidade do passado histórico- Tempo e Narrativa* – Tomo III. São Paulo: Papirus Editora, 1997, p. 175.

⁶⁹ Ricoeur propõem essa reflexão tomando como base a obra “o Sofista” de Platão.

⁷⁰ RICOEUR, Paul. *A realidade do passado histórico- Tempo e Narrativa* – Tomo III. São Paulo: Papirus Editora, 1997, p. 244.

⁷¹ Conceito construído com base nas questões pontudas por COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de História*. São Paulo/Lisboa: Martins Fontes/ Provença, 1977.

como repórter do jornal da associação, "A Tribuna do Mar", Viegas não podia nem queria perder nenhum detalhe⁷².

Destaco alguns elementos que ajudarão a demonstrar como a escrita midiática da história tenta trabalhar como se realizasse uma “reefetuação” do passado. O primeiro deles é sem dúvida o caráter identitário que o texto procura imprimir na caracterização do evento que narra. De saída, entendemos que se trata do dia da revolta dos marinheiros. O autor começa por narrar o episódio a partir do olhar de um personagem coadjuvante, porém, central para o que deseja produzir: Viegas é o próprio rastro que coloca o leitor diante do passado, o “face-a-face” que estimula o exercício de nos situarmos no “lugar de”. Apresenta-o como o observador que irá registrar o momento: “como repórter do jornal da associação, (...) não podia nem queria perder nenhum detalhe”.

Há, portanto, a intenção de subtrair, na análise, a distância temporal que separa presente e passado, pois ao “revivê-lo” através dos “olhos” de Viegas, constrói-lhe uma identidade de passado-presente. Caso a matéria de Dávila não se ativesse à precisão das datas, poderia ser lida como qualquer outro evento contemporâneo aos seus leitores, já que carrega os mesmos elementos de identificação acontecimental aos quais estão acostumados com a produção jornalística contemporânea.

Nesse caso, pode-se igualmente constatar que a narrativa histórica se sustenta nos princípios da operação que organizou e sistematizou o evento na cena pública e, posteriormente, o ajudou a inscrever como ocorrência emblemática. Como tal, ampara-se em elementos que auxiliam a formulação de explicação e sentidos que estão dispostos diariamente nas páginas do jornal.

O texto do jornalista propõe um exercício de imaginação que procura colocar os leitores no interior do acontecimento, “entendido como pensamento (...), como ato de repensar o que foi uma primeira vez pensado”⁷³, quase como se tentasse reproduzir a ansiedade e a expectativa de Veiga para o início daquele que seria mais um episódio perturbador na conturbada atmosfera de março de 1964. Nesse momento, o

⁷² Folha de S. Paulo. *O dia em que a marujada foi às ruas*. DÁVILA, Sérgio. – Brasil - 25 de março de 2004.

⁷³ RICOEUR. Paul. *A realidade do passado histórico- Tempo e Narrativa* – Tomo III, p. 245.

autor lança mão da prova, no caso, o depoimento de Veigas publicado em um livro, apresentada como a evidência a corroborar com suas formulações:

Mas ainda não havia um sentimento de revolta", lembra hoje o ex-marinheiro e jornalista Pedro Viegas, 66, que reconta o episódio no livro "Trajetória Rebelde" (Editora Cortez), a sair neste mês. "Nós ainda estávamos dispostos a negociar, ver onde ia dar"⁷⁴.

O depoimento do marinheiro-jornalista é o que assegura, na narrativa de Dávila, a possibilidade de se alcançar aquele passado, posto que, para o jornalista, o testemunho assume lugar do documento que "de fato, coloca a questão da relação do pensamento histórico com o passado enquanto passado"⁷⁵. Ao longo do mês de março daquele ano, além da matéria anteriormente citada, o jornalista Sérgio Dávila escreveu uma série de outros artigos que abordaram os principais eventos ocorridos no mês de março de 1964, a saber: o Comício da Central do Brasil, a marcha de São Paulo, a revolta dos marinheiros e o dia do golpe, todas publicadas nos dias respectivos da ocorrência naquele ano, 13, 19, 25 e 31 de março.

Como o intuito de fazer uma síntese explicativa sobre os dias de março de 1964, Dávila reinscreve os episódios ocorridos naquele mês na cena pública, nas mesmas datas de sua efetivação, como se simbolicamente os reencenasse através da narrativa. Para analisá-los emprega algumas teses já em circulação desde princípios dos anos oitenta, ou antes, se considerarmos alguns argumentos que já, em 1964, explicavam a tomada do poder: o golpe viria de qualquer forma; a situação do Brasil era caótica; ambos os lados queriam dar um golpe de estado etc, a exemplo da matéria de Dávila sobre o dia do golpe:

Antes de começar a cair, há 40 anos, em 31 de março de 1964, o governo João Goulart foi alvo potencial de pelo menos três atentados frustrados da direita, um deles marcado para menos de um mês do golpe militar efetivo. Antes de cair, o governo João Goulart planejou, por meio de seu ministro da Guerra, o seqüestro de Carlos

⁷⁴ DÁVILA, Sérgio. *O dia em que a marujada foi às ruas*. Folha de S. Paulo. – Brasil - 25 de março de 2004.

⁷⁵ RICOEUR. Paul. *A realidade do passado histórico- Tempo e Narrativa* – Tomo III, p. 246.

Lacerda, então governador do Estado da Guanabara e inimigo político do presidente. Os meses, semanas, dias e mesmo horas que antecederam as ações que instalaram uma ditadura militar no Brasil que duraria 21 anos foram marcados por fortes tensões de ambos os lados⁷⁶.

Logo de saída, o autor aborda a queda de João Goulart com duas informações sobre ocorrências não realizadas, a saber; o presidente correu risco de ao menos três atentados, mas também os tramou contra seus adversários. Depreende-se daí uma primeira hipótese que ajudaria a explicar a tomada de poder pelos militares em 1964: Goulart era um governo fraco e desacreditado, a ponto de muitos tramarem sua derrubada e, como ele próprio articulava ações inconstitucionais e criminosas, era de se supor também sua pretensão a golpe, ou seja, o golpe viria de qualquer maneira. Desta forma, Dávila corrobora ainda com a perspectiva preventiva que explicaria o golpe.

Perspectiva estimulada pela crença de que o Brasil poderia através da ação crescente dos movimentos populares e pela execução de programas governamentais reformista, adotar, de forma definitiva, um modelo distributivo ou até mesmo, de acordo com Fernandes, caminhar em direção ao socialismo⁷⁷.

Sua versão dos 40 anos do episódio é amparada numa personificação negativa da imagem do João Goulart na condução da política no país. Argumentos presente em pensadores como o sociólogo Florestan Fernandes, que atribui grande parte da responsabilidade da “contra-revolução” ao próprio Goulart:

Cegueira e tibieza do governo João Goulart permitiram e facilitaram essa espantosa evolução. Ela não deve, contudo, ser atribuída àquelas condições. Tão pouco seria razoável debitar à desmobilização das massas alguma importância incentivadora. A massa respondera do norte ao sul, ao apelo da devolução do poder a João Goulart. Ele e seu “dispositivo militar” abrem dois elos. Um o da incompetência de um governo débil, que viu nascer e

⁷⁶ DÁVILA, Sergio. *O dia em que os militares tomaram o poder*. Folha de S. Paulo. BRASIL- 31 de março de 2004.

⁷⁷ DELGADO, Lucila. *1964: temporalidades e interpretações* in REIS, Daniel Aarão et all. *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*, Bauru-SP: Edusc. 2004 p. 19.

crescer a contra revolução e só tomou providência inócuas... A bandeira da contra revolução tremulou sozinha...⁷⁸.

Ao apresentar o presidente, ora sendo atacado por seus opositores, ora valendo-se de artifícios ilegais para se manter no poder, reafirma a inevitabilidade do golpe. Lembro que, já nos primeiros anos da ditadura a tese da “contra-revolução” ou do “contra-golpe” fazia parte do conjunto de explicações para os militares terem assumido o poder. Sendo assim, o jornalista reforça ainda o caráter inexorável do evento, reproduzindo argumentos estrutural-funcionalistas como os de Otavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Alfred Stepan⁷⁹. Com base nas conclusões de Skidmore, Dávila afirma:

Então, ‘Jango virava ora à esquerda, ora à direita, o que lhe deu o apelido de ônibus elétrico’, resume o brasilianista Thomas Skidmore. ‘Havia golpistas dos dois lados’, ele poderia se inclinar por um lado e fechar com os militares ou por outro e fechar com os comunistas.⁸⁰

A breve síntese do episódio é realizada a partir do paradigma do herói, ou no caso, melhor seria dizer, do anti-herói, lugar quase sempre destinado a João Goulart nas matérias apresentadas pela Folha. Uma postura que ressalta uma construção idealizada do evento político numa narrativa tradicional que o situa quase sempre na superfície de sua reflexão opção que marca ainda o lugar social assumido pela Folha na narrativa do golpe.

Nos anos 2000 o acontecimento passou a ser excessivamente trabalhado, contado e recontado pelo jornal e, sem dúvida, houve um grande impulso para isso com a publicação da obra do jornalista e colunista da Folha, Élio Gaspari. Embora a obra seja independente do grupo Folha, o certo é que, com suas quatro “ditaduras”, o jornalista concedeu importantes referenciais de orientação para a reflexão do período. A

⁷⁸ FLORESTAN, Fernandes apud DELGADO, Lucila. *1964: temporalidades e interpretações* in REIS, Daniel Aarão et all. *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*, Bauru-SP: Edusc. 2004, p. 20.

⁷⁹ DELGADO, Lucila. *1964: temporalidades e interpretações* in REIS, Daniel Aarão et all. *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*, Bauru-SP: Edusc. 2004.

⁸⁰ DÁVILA, Sergio. *O dia em que os militares tomaram o poder*. Folha de S. Paulo. BRASIL- 31 de março de 2004.

partir daí, boa parte das matérias produzidas de uma maneira ou de outra, ressaltam as principais teses do autor.

Curiosamente, Gaspari parece ter se tornado para a Folha personagem do mesmo peso que teve o “Feiticeiro” – qualificação atribuída por ele ao general Golbery do Couto e Silva – considerado, em sua obra, um dos principais mentores intelectuais do regime militar, assim como de seu desmantelamento. É a Gaspari que parte das matérias se reporta ao tratar do tema. Descortina-se assim, uma das nuances mais expressivas do episódio narrado pela Folha de S. Paulo: a partir de 2000, a visão sobre 1964 é marcada significativamente pelos argumentos deste autor.

4.3 A retórica do abrandamento da história ou o mito do acontecimento apaziguado

O rolo compressor do bonapartismo chavista destruiu mais um pilar do sistema de pesos e contrapesos que caracteriza a democracia. Na Venezuela, os governantes, a começar do presidente da República, estão autorizados a concorrer a quantas reeleições seguidas desejarem. (...) As chamadas "ditabrandas" – caso do Brasil entre 1964 e 1985 – partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituía[m] formas controladas de disputa política e acesso à Justiça. O novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru, faz o caminho inverso. O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente⁸¹.

Na véspera de serem lembrados os 45 anos do golpe que instituiu a ditadura militar no Brasil, o jornal Folha de São Paulo apresentava, em seu editorial do dia 17 de fevereiro de 2009, uma contundente crítica ao governo de Hugo Chávez da Venezuela. Suas alterações giravam em torno do referendo realizado naquele país que, dias antes, havia dado direito aos seus governantes de concorrerem a eleições consecutivas. Entretanto, as críticas realizadas ao presidente venezuelano não se constituía[m] exatamente uma novidade em suas páginas e, muito provavelmente, não teriam causado

⁸¹ FOLHA DE S. PAULO. *Limites a Chávez* – Editorial, 17 de fevereiro de 2009.

grande efeito se não fosse por um detalhe inconveniente: a menção ao regime ditatorial brasileiro qualificado pelo jornal de “ditabranda”.

O breve trecho do editorial trouxe à tona, entretanto, muito mais do que a postura combativa do jornal aos governos de esquerda da América Latina; demonstrou uma fresta pela qual se pode vislumbrar a versão defendida pela Folha sobre o período de 21 anos de regime militar. Por sua vez, o editorial foi desencadeador de outro evento: a aguerrida reação de grupos político-sociais, sobretudo, vítimas e intelectuais, que trouxeram à baila uma acalorada discussão sobre a construção da memória e a escrita da história a partir da atuação dos grandes veículos de comunicação na atualidade; debates que chamaram atenção ainda para os usos do passado no presente.

A passagem do ciclo ditatorial para o regime democrático no Brasil teve algumas nuances bastante relevantes e a primeira delas foi sem dúvida o processo de anistia geral e irrestrita que, se por um lado, para alguns, ajudou a consolidar a democracia na medida em que serviu para arrefecer rivalidades entre os diversos grupos sociais, por outro, estimulou o esquecimento e a impunidade para muitos dos crimes de tortura, arbitrariedades e assassinatos cometidos no período. Aarão Reis avalia que:

Em 1984 e 1994, quando bateram os sinos dos 20 e 30 anos do regime militar, a sociedade, embora já tendo recobrado as liberdades democráticas, não pareceu ainda muito propensa a debater o tema, como se estivesse mais inclinada a esquecer do que a recordar com espírito crítico um passado que visivelmente, mais incomodava do que interessava, ou satisfazia, a imensa maioria⁸².

Como venho afirmando, alguns elementos de significação na escrita histórica da mídia só podem ser entendidos quando realçamos áreas mais profundas da própria compreensão que essa sociedade tem sobre seu passado, bem como, das maneiras de representá-lo. Matérias como as do jornalista Sérgio Dávila, apresentadas anteriormente, são apenas uma pequena amostra de uma produção muito mais ampla e

⁸²AARÃO, Reis, et all. *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP. Edusc. 2004, p. 9.

complexa que o grupo Folha realizou sobre o golpe de 1964 a partir da segunda metade dos anos 90.

Nesse ponto serão abordadas mais diretamente questões de caráter ideológico dessa história do evento produzida pela Folha. Embora desde o começo, tenha procurado chamar à atenção que esse processo somente pode ser compreendido como ocorrência temporal e social, o capítulo até aqui deu mais ênfase aos elementos epistemológicos dessa escrita, suas nuances conceituais e metodológicas, que, sem dúvida, estão diretamente relacionadas com o lugar ocupado por seus escritores. Por outro lado, tentarei conjecturar sobre o alcance dessa narrativa a partir das apropriações de seus leitores, particularmente nos momentos de maior tensão, como o episódio do editorial mencionado.

Sendo assim, essa discussão complementa a do capítulo anterior quando tratei da elaboração do esquecimento seletivo implantado pelo jornal sobre sua atuação no episódio, bem como da formulação de novos referentes de memória na construção de sua própria história. A diferença é que, naquele momento, a reflexão foi dedicada à dialética entre memória e esquecimento e agora será abordada mais detidamente a postura, recorrente sobre o acontecimento, apresentada pela Folha, quando ela própria se manifesta sobre o tema em suas colunas de opinião ou editoriais, notadamente, no período mais recente da democracia, entre a segunda metade dos anos noventa e 2000, quando sua autoridade para tratar do episódio parece quase inquestionável.

Para entender melhor esse momento, é preciso relembrar que a partir dos anos oitenta, a atuação do jornal passa por três momentos: o primeiro, quando há um engajamento sistemático e intenso na campanha das diretas; questões que tratei no capítulo anterior. O segundo, quando o jornal passa a dar ênfase ao processo de modernização técnica e retraimento da atuação política, com a implantação do projeto Folha, que fixa os elementos que permanecerão até os dias de hoje. E, após essa fase, o último momento desse processo, a partir dos anos 90, quando, segundo a última versão do projeto de 1997, há “a transição de um texto estritamente informativo, tolhido por normas pouco flexíveis, para outro padrão textual que admita um componente de análise e certa liberdade estilística”⁸³. O jornal volta a tratar mais diretamente de temas que, em certa medida, havia evitado durante o período de implantação do projeto, dentre eles, a

⁸³ *Manual da Redação*. Folha de S. Paulo. Publifolha. São Paulo. 2001, p 15.

questão do golpe, que em 1994 tem a primeira grande reflexão, realizada com a publicação de um caderno especial para tratar das efemérides de seus 30 anos.

Para além das várias versões destacadas em suas páginas, dando a impressão de que, a qualquer momento, alcançaríamos uma narrativa total do episódio, a Folha apresenta uma visão recorrente sobre esses 21 anos da ditadura, que sem dúvida, é sentida com mais nitidez na primeira década deste século. Nela se destaca a tentativa de minimizar os efeitos do período, especialmente, ao confrontá-lo com outras ditaduras implantadas na América Latina. O veículo, em muitos momentos, acabou por produzir uma retórica do abrandamento do golpe militar e do posterior período ditatorial, o que pode ser constatado na nota da redação, lançada logo após o editorial “*Limites a Chávez*”, segundo a qual, “na comparação com outros regimes instalados na região no período, a ditadura brasileira apresentou níveis baixos de violência política e institucional”⁸⁴.

Embora a divulgação do editorial tenha causado grande polêmica naquele momento, tal postura não é uma novidade em textos do jornal, e pode ser encontrada entre seus principais articulistas, dentre eles o próprio Frias Filho que rotineiramente aborda o tema em sua coluna semanal. Pode ser constatado com o historiador Marco Villa, que embora não seja um dos colunistas fixos do jornal, é presença constante, tratando de temáticas que dizem respeito à história do Brasil contemporâneo, particularmente as que abordam o período em estudo. Vale à pena analisar alguns dos trechos de seu texto apresentado logo após a polêmica em torno da “ditabranda”:

É rotineira a associação do regime militar brasileiro com as ditaduras do Cone Sul (Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai). Nada mais falso. (...) O regime militar brasileiro não foi uma ditadura de 21 anos. Não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural. Muito menos os anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições para os governos estaduais em 1982⁸⁵.

⁸⁴ FOLHA DE S. PAULO. Nota da redação, painel do leitor, 19 de fevereiro de 2009.

⁸⁵ VILLA, Marco Antônio. *Ditadura à Brasileira*. Tendências/Debates – Opinião. Folha de S. Paulo, 5 de março de 2009.

Apesar de Villa querer denunciar a falácia que seria uma comparação entre os demais governos militares da América Latina e o brasileiro, é, exatamente, o que faz para defender que, na verdade, o que houve no Brasil foi uma espécie de “ditadura à brasileira”, título de seu artigo. Seu exercício de comparação cumpre exemplarmente a função inversa daquela que o historiador atribuiu a outras análises que, segundo ele, tentam equiparar, em termos de importância política, o regime instalado no Brasil e outros regimes americanos. Se, na reflexão de Villa, essas análises partem do princípio da identificação, ele faz o inverso ao querer realçar a total distinção entre eles. Regime que, segundo seus argumentos, embora tenha desrespeitado alguns preceitos constitucionais, não pode ser considerado como uma ditadura de 21 nos moldes das que predominaram na América Latina.

Percebamos que Villa abre em sua análise um espaço de onze anos – entre 1968 e 1979 – que seria, efetivamente, o período dessa *ditadura à brasileira*, embora não aprofunde isso no texto, preferindo elencar uma série de realizações dos governos militares que colocariam por terra a tese de uma “ditadura verdadeira” no país.

(...) Enquanto a ditadura argentina fechou cursos universitários, no Brasil ocorreu justamente o contrário. Houve uma expansão do ensino público de terceiro grau por meio das universidades federais, (...) A Embrafilme - que teve importante papel no desenvolvimento do cinema nacional - foi criada no auge do regime militar, em 1969. (...) A Funarte foi criada em 1975 – quem pode negar sua importância no desenvolvimento da música, das artes plásticas e do teatro brasileiros? (...) No Brasil, naquele período, circularam jornais independentes - da imprensa alternativa- com críticas ao regime (evidentemente, não deve ser esquecida a ação nefasta da censura contra esses periódicos). Isso ocorreu no Chile de Pinochet? E os festivais de música popular e as canções-protesto? Na Argentina de Videla esse fato se repetiu? E o teatro de protesto? (...) Os governos militares industrializaram o país, modernizaram a infraestrutura, romperam os pontos de estrangulamento e criaram as condições para o salto recente do Brasil, como por meio das descobertas da Petrobras nas bacias de Santos e de Campos nos anos 1970⁸⁶.

⁸⁶ VILLA, Marco Antônio. *Ditadura à Brasileira*. Tendências/Debates – Opinião. Folha de S. Paulo, 5 de março de 2009.

Percebe-se que o historiador encontra muito mais aspectos positivos a computar do que negativos a lamentar, chamando atenção ainda para o fato de que a história – historiografia – brasileira ainda está presa em uma “armadilha” dicotômica. Em seu artigo, Villa acaba por resumir toda a disputa de versões sobre o episódio a querelas pessoais que buscam principalmente o benefício de indenizações “generosas”, que tão somente visam “reforçar o caráter retrógrado e repressivo do regime, como meio de justificar as benesses”⁸⁷. Mas o historiador destaca que ainda existem os grupos de civis;

(estes, esquecidos nas polêmicas e que alçaram altos vãos com a redemocratização) e militares que participaram da repressão e que necessitam ampliar a ação opositora - especialmente dos grupos de luta armada – como justificativa às graves violações dos direitos humanos⁸⁸.

Em meio à polêmica desencadeada pelo editorial da Folha, o texto de Villa funciona como o respaldo acadêmico que justificaria a versão do episódio defendida pelo jornal. O historiador acaba por cair em outro extremo, ao realizar uma quase apologia das ações dos militares em vinte e um anos de ditadura. Omite a cassação de direitos políticos, dissolução do congresso e partidos políticos, tortura, ampliação espetacular da concentração de renda no país, perseguições e todo o tipo de arbitrariedades realizadas durante o governo dos presidentes militares. Ao querer apontar as armadilhas da história do golpe, o autor corrobora com as críticas que Frias Filho já havia realizado em 2001, acusando os estudos sobre o período de construir “fantasias como verdade historiográfica”:

A derrocada do regime militar (1964-1985) levou dez anos, desde a distensão iniciada por Geisel até a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral. (...) O regime militar não foi derrotado por uma sublevação. Perdeu sustentação à medida que a piora no desempenho econômico alimentava um consenso, cada vez mais amplo, de que a solução seria redemocratizar o país. No esforço ideológico para obter tal consenso, a ditadura foi

⁸⁷ VILLA, Marco Antônio. *Ditadura à Brasileira*. Idem.

⁸⁸ VILLA, Marco Antônio. *Ditadura à Brasileira*. Idem.

pintada como materialização do mal. Essa atitude maniqueísta, elogiável no calor dos acontecimentos, não deveria manter-se por força de inércia, como tem ocorrido, sob pena de reforçar não apenas a ingenuidade de se pensar a política em termos de bem e mal, em vez de choque de interesses, mas de fixar fantasias como verdade historiográfica⁸⁹.

Para Frias Filho, há uma versão predominante na historiografia nacional que caracteriza o episódio como sendo a própria “materialização do mal”, conseguida num esforço ideológico que acabou por construir uma compreensão fantasiosa do período militar. Talvez amparada numa mitologia dos grupos de esquerda do país, que teriam construído a imagem de uma resistência forte ao regime, por isso, logo no início afirma que o regime não foi derrotado, mas sim, perdeu sustentação com seu enfraquecimento econômico. Numa fórmula de explicação simples, sugere que, se o milagre não tivesse entrando em colapso, provavelmente o regime se mantivesse por muito mais tempo. Mas, o editor-chefe da Folha reconhece que:

Não há dúvida de que o regime militar foi boçal e violento. Interrompeu a vigência das liberdades públicas, aviltou as instituições, perseguiu e matou opositores. Ao cancelar pela força as pressões sociais, permitiu que o capitalismo se consolidasse no Brasil, mas ao preço de manter e até agravar desigualdades históricas. Do ângulo da economia, além da sempre lembrada modernização da infra-estrutura, seu principal legado terá sido completar o ciclo da industrialização via substituição de importações. Completou a transformação do Brasil em país industrial e urbano, cindido, entretanto, por um abismo de diferença social.⁹⁰

O texto de Frias é dúbio e marcado por contradições, uma vez que, se em dado momento realiza uma crítica à visão dicotômica do regime militar pela historiografia, realça a polaridade da situação ao constatar que o regime foi “boçal e violento”, agravou desigualdades históricas e aprofundou o “abismo da diferença social”.

⁸⁹ FRIAS, Otávio Filho. *Ainda a Ditadura*, Opinião – Folha de S. Paulo, 6 de dezembro de 2001.

⁹⁰ FRIAS, Otávio Filho. *Ainda a Ditadura*, Opinião – Folha de S. Paulo, 6 de dezembro de 2001.

A dificuldade da Folha em lidar diretamente com o episódio, a exemplo do texto de Frias, bem como as discussões que emergem com o editorial, comprova que, embora o grupo tenha realizado um bem sucedido projeto de esquecimento sobre sua atuação no acontecimento, nos vários ciclos de retorno do evento à cena pública, o passado continua a carregar um potencial de imprevisibilidade ao ser confrontado com as expectativas do presente, descortinando assim, as fragilidades nas construções das versões do passado. É preciso chamar atenção ainda para como o próprio jornal se apresenta como espaço de luta na apresentação de versões sobre esse passado, visto que é diretamente à produção historiográfica que direciona suas principais críticas. Como resposta à matéria de Frias, no dia seguinte, o historiador Carlos Fico, reconhecido especialista sobre a temática, rebate a acusação no painel do leitor:

A coluna de Otavio Frias Filho, "Ainda a ditadura" (Opinião, pág., A2, 6/12), ao afirmar que "fantasias" têm sido fixadas como "verdades históricas" e que "o maniqueísmo é péssimo historiador", dá a falsa impressão de que a produção histórica sobre o regime militar é fantasiosa e maniqueísta. A recente historiografia brasileira sobre o tema possui, ao contrário, grande vigor, com abordagens teóricas e temáticas múltiplas, além de expressivo rigor factual. (Carlos Fico)⁹¹

As páginas do jornal se tornam novamente um espaço de confronto evidente entre as versões do episódio. Isso confirma o potencial do agenciamento de significados realizados pelo veículo. O discurso do editor é tenso, pois tenta dar conta de dois pleitos, que de certa maneira se opõem: a herança das conquistas alcançadas por grupos como a Folha, que foram possibilitadas em grande parte por seu alinhamento político com os militares, e a reflexão crítica a um regime que cassou direitos políticos e permaneceu arbitrariamente no poder por 21 anos.

Emergem, daí, os problemas argumentativos do veículo, ao se posicionar sobre o tema, ora tentando despolitizá-lo, como na recomendação feita no seu manual

⁹¹ FOLHA DE S. PAULO. Painel do Leitor-Opinião, 10 de dezembro de 2001.

de redação⁹², ora sendo pressionado a tratar do tema de forma condenatória, como a segunda parte do artigo de Frias demonstra. Embora a Folha se apresente como “plural, apartidário e porta-voz da democracia”, o tratamento dado ao golpe de 1964 é um terreno movediço cujos resultados podem ser muitas vezes imprevisíveis.

O argumento de que a ditadura no Brasil não foi tão severa, como demonstrado nas palavras de Marco Villa, formulou uma explicação cuja sustentação se tornou problemática no momento da emergência dos discursos de reparação do passado, particularmente, quando se interroga sobre as responsabilidades dos crimes de torturas e desaparecimento de presos políticos no país.

Deste modo, a história da ditadura escrita pela Folha tenta se equilibrar sobre grandes paradoxos: sua postura, quase sempre ambígua, em relação ao tema e as crescentes demandas sociais para que sejam aprofundadas reflexões sobre o episódio; entre sua participação no evento e as questões advindas de vários setores sociais, que exigiam uma atitude de retratação e reivindicação por justiça. Deve-se ressaltar que o começo dos anos 2000 é o momento em que se intensificaram as pressões para que o evento passasse para o primeiro plano do debate social, procurando superar com isso um período de silêncio instalado logo após o processo de anistia.

Há nesse caso ainda outro elemento bastante relevante a ser destacado: a primeira década do século XXI é marcada pela intensificação de uma crescente política de apelo à memória fundamentada em idéias de restituição de direitos e reparação do passado. O golpe de 1964, a exemplo de outros eventos considerados traumáticos, aparece como ocorrência deflagradora de uma série de demandas sociais bastante complexas. Acrescente-se a isso, o fôlego alcançado com a produção de mini-séries, documentários, relatos de torturados, livros, dentre outros produtos que ajudaram a trazer o tema para um debate público mais amplo.

Importante destacar também o espaço que as reflexões sobre as ditaduras militares assumiram no âmbito de constituição dos governos democráticos na América Latina. O chamamento à investigação sobre o passado deu visibilidade a novos grupos

⁹²Vale à pena lembrar o verbete ditadura do último manual da redação publicado em 1997 e reeditado em 2001: “Ditadura – Use com critério esse termo, que significa *dominação de uma sociedade por uma pessoa ou pequeno grupo* (...) Não use a expressão *ditadura militar* nem *revolução de 64* para designar o *movimento militar* ocorrido no Brasil naquele ano.”

políticos, o que ajudou a alçá-los à condição de lideranças importantes nesses países, tornando o passado ponto capital para as recentes democracias sul-americanas.

Portanto, embora o grupo Folha tenha conseguido tirar proveito dos vários ciclos do evento para se colocar na primeira década do século XXI como um dos mais importantes grupos de mídia do país, em certa medida, acabou por superestimar seu próprio controle das narrativas produzidas em suas páginas sobre o episódio. Situação que pode ser comprovada na aguerrida arena de debates em que se transforma o painel do leitor no episódio “ditabranda”:

(...) Li no editorial da **Folha** de hoje que isso consta entre "as chamadas ditabrandas -caso do Brasil entre 1964 e 1985" (sic). Termo este que jamais havia visto ser usado. A partir de que ponto uma "ditabranda", um neologismo detestável e inverídico, vira o que de fato é? Quantos mortos, quantos desaparecidos e quantos expatriados são necessários para uma "ditabranda" ser chamada de ditadura? O que acontece com este jornal? É a "novilíngua"? Lamentável, mas profundamente lamentável mesmo, especialmente para quem viveu e enterrou seus mortos naqueles anos de chumbo. É um tapa na cara da história da nação e uma vergonha para este diário. Sérgio Pinheiro Lopes - São Paulo, SP⁹³.

A leitura torna-se o lugar de mediação na passagem da configuração de tessitura do evento, apresentada pela Folha, e a refiguração do texto. É novamente Ricoeur que ressalta que “é desse fenômeno de leitura, de cujo papel estratégico na operação de refiguração acabamos de nos dar conta, que importa agora depreender a estrutura dialética – que responde, *mutatis mutandis*, à da função de representância exercida pela narrativa histórica relativamente ao passado ‘real’”⁹⁴. Chega-se assim, ao último elemento de uma operação que teve início antes mesmo do evento se configurar na cena pública: a atuação do leitor final no texto jornalístico.

Todavia, a atuação dos leitores já emerge no horizonte de expectativa da informação, muito antes de ela ser difundida. Como atores sociais, os leitores do jornal

⁹³ FOLHA DE S. PAULO. *Painel do leitor-Opinião*, 19 de fevereiro de 2009.

⁹⁴ RICOEUR. Paul. *A realidade do passado histórico- Tempo e Narrativa – Tomo III*. São Paulo: Papyrus Editora, 1997. p. 277.

partilham com jornalistas, editores, articulistas de uma dada historicidade, por isso, na própria construção, e formulação dos conteúdos sua presença-ausente está sempre projetada.

Muitos deles vivenciaram de forma direta ou indireta os eventos significados na narrativa jornalística e comungam elementos de aproximação ou distinção na construção dos episódios. Partilham de uma memória cultural conquistada através de diversas outras formas de apreensão social de sentidos históricos. Ao se depararem com o texto, “são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram”⁹⁵.

Navegadores que, como o personagem criado por Saramago⁹⁶, singram os mares em busca da ilha desconhecida, no dizer de Certeau, peregrinam por um sistema imposto e a ordem estabelecida no próprio texto. Nessa vastidão aparentemente familiar, o leitor atua como o agente que introduz o estranhamento, a irrupção problematizadora; sujeito que reivindicava pra si a descoberta de novos territórios mesmo nos mapas já dispostos sobre a mesa.

Como tais, atuam de forma diferenciada sobre a informação que circula. Para mencionar novamente Michel de Certeau⁹⁷, enquanto uns trabalham a partir de lugares institucionalizados que visam ordenar a informação distribuída em grandes redes e sistemas de comunicação, lugar produtor de estratégias; outros perseguem as frinchas, os não lugares dessa produção a partir de ações e táticas de apropriação. Um movimento multiforme que coloca em diálogo os próprios leitores a disputarem, nas páginas do jornal, lugares no texto e interpretações sempre cambiantes do passado.

Essa participação muitas vezes tem que ser visualizada dentro dos espaços abertos no próprio produto, e, embora, estes sejam pensados de forma racionalizada pelo meio, há sempre a possibilidade de inferir sobre as maneiras como ele atua diante dessa produção. “A configuração do texto em termos de estrutura se iguala à refiguração feita pelo leitor em termos de experiência.”⁹⁸

⁹⁵ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano 1. arte de fazer*. Petrópolis: Vozes, 3ª., 1998. 270

⁹⁶ SARAMAGO, José. *O Conto da Ilha Desconhecida*. São Paulo: Cia da Letras, 2003.

⁹⁷ CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano – artes de fazer*. vol. 1, São Paulo: Vozes, 1998.

⁹⁸ RICOEUR, Paul. *A realidade do passado histórico- Tempo e Narrativa – Tomo III*. São Paulo: Papyrus Editora, 1997. p. 291

É nesse momento em que serão postos à prova os lugares de indeterminação presente no texto, as frinchas pelas quais os leitores irão se apropriar e significar os elementos de configuração presentes na narrativa. A tessitura dessa história experimenta os limites e desafios cotidianos da aceitação ou da rejeição de seus argumentos. Não por acaso, o espanto do leitor ao interrogar: “o que acontece com esse jornal?”, como se ali houvesse se quebrado um acordo tácito entre o veículo e sua audiência. Por outro, demonstra também como o processo de resignificação da memória realizado pela Folha foi bem sucedido, uma vez que parte dos leitores do jornal parece ser surpreendida diante da posição do jornal sobre o episódio.

Há anos a linha da Folha tem sido crítica às ditaduras, especialmente à nossa. Fiquei na dúvida se o termo "ditabranda" (editorial "Limites a Chávez", 17/2) foi ato falho ou se é mesmo defesa do regime que foi de Castelo a Figueiredo. Nossos torturadores justificavam a nossa ditadura acusando a dos outros. JOEL RUFINO DOS SANTOS (Rio de Janeiro, RJ)⁹⁹

Diversidade de significados que explode quando suas tensões se manifestam na cena pública. É somente no momento em que a trama se dá ao mundo que tem experimentado seu poder de convencimento e persuasão. “Essa primeira dialética, pela qual a leitura acaba sendo um combate, provoca uma segunda; o que o trabalho de leitura revela não é apenas uma falta de determinabilidade, mas também um excesso de sentido.”¹⁰⁰

Vejamos mais algumas participações de leitores sobre o episódio “ditabranda”:

Lamentável o uso da palavra "ditabranda" no editorial "Limites a Chávez" (**Opinião**, 17/2) e vergonhosa a Nota da Redação à manifestação do leitor Sérgio Pinheiro Lopes ("Painel do Leitor", ontem). Quer dizer que a violência política e institucional da ditadura brasileira foi em nível "comparativamente baixo"? Que palhaçada é

⁹⁹ FOLHA DE S. PAULO. *Painel do leitor-Opinião*, 21 de fevereiro de 2009.

¹⁰⁰ RICOEUR. Paul. *A realidade do passado histórico- Tempo e Narrativa* – Tomo III. São Paulo: Papirus Editora, 1997. p. 289

essa? Quanto de violência é admissível? (...) **MAURICIO CIDADE BROGGIATO** (Rio Grande, RS)¹⁰¹.

Mas o que é isso? Que infâmia é essa de chamar os anos terríveis da repressão de "ditabranda"? Quando se trata de violação de direitos humanos, a medida é uma só: a dignidade de cada um e de todos, sem comparar "importâncias" e estatísticas. Pelo mesmo critério do editorial da Folha, poderíamos dizer que a escravidão no Brasil foi "doce" se comparada com a de outros países, porque aqui a casa-grande estabelecia laços íntimos com a senzala - que horror! **MARIA VICTORIA DE MESQUITA BENEVIDES**, professora da Faculdade de Educação da USP (São Paulo, SP)¹⁰².

O leitor Sérgio *Pinheiro* Lopes tem carradas de razão. O autor do vergonhoso editorial de 17 de fevereiro, bem como o diretor que o aprovou, deveriam ser condenados a ficar de joelhos em praça pública e pedir perdão ao povo brasileiro, cuja dignidade foi descaradamente enxovalhada. Podemos brincar com tudo, menos com o respeito devido à pessoa humana. **FÁBIO KONDER COMPARATO**, professor universitário aposentado e advogado (São Paulo, SP)¹⁰³.

Mesmo que a Folha tenha conseguido durante os anos seguintes ao episódio, construir uma imagem de veículo democrático e "porta-voz" da sociedade civil, a construção da memória, assim como do esquecimento estão submetidos a uma dialética de leitura e recepção por parte de seus consumidores culturais como demonstrou impacto causado pelo editorial. Por conseguinte, a avalanche de críticas realça o confronto entre formulações escriturárias e o processo de apropriação quase inesgotável que a leitura exercer sobre o texto, como se esta revelasse o lado não escrito do próprio texto significado através da narrativa.

O dessemelhante aparece onde o consenso parecia predominar. Na participação dos leitores percebe-se como o golpe é tratado como patrimônio histórico e

¹⁰¹ FOLHA DE S. PAULO. Painel do Leitor-Opinião, 29 de março de 2009.

¹⁰² FOLHA DE S. PAULO. Painel do Leitor-Opinião, 29 de março de 2009.

¹⁰³ FOLHA DE S. PAULO. Painel do Leitor-Opinião, 29 de março de 2009.

memorável capital, enquanto uma experiência concreta para aqueles sujeitos. Mas há uma peculiaridade a ser destacada em relação a esses leitores: eles não são apenas consumidores de bens culturais, como de fato o jornal o é. Eles são também consumidores, leitores e fazedores de história, atores basilares dessas formas de escrever o passado na contemporaneidade.

Exercem ainda o lugar de escritores do passado, na medida em que reivindicam que a história seja “corrigida” de acordo com suas opiniões. Sua leitura, portanto, não apenas é uma ação criadora particular e individual – a do leitor que lê para si – mas é o exercício de uma leitura que quer ser lida por outros, tornando-se, dessa forma, leitura que escreve e inscreve outras formas de apropriação do passado.

Logo, a leitura “torna-se ela própria um drama de concordância discordante”¹⁰⁴. A história se efetiva, dessa forma, numa narrativa social viva que se demonstra como uma luta tenaz na constituição de sentidos sobre o passado para aquela sociedade. Leitura que pode ser também reintegradora e concordante, que aceita o repertório traduzido na narrativa do veículo, como demonstrado na citação abaixo:

Com certeza o leitor Sérgio Pinheiro Lopes não entendeu o neologismo "ditabranda", pois se referia ao regime militar que não colocou ninguém no "paredón" nem sacrificou com pena de morte intelectuais, artistas e políticos, como fazem as verdadeiras ditaduras. Quando muito, foram exilados e prosperaram no estrangeiro, socorridos por companheiros de esquerda ou por seus próprios méritos. Tivemos uma ditadura à brasileira, com troca de presidentes, que não vergaram uniforme e colocaram terno e gravata, alçando o país a ser a oitava economia do mundo, onde a violência não existia na rua, ameaçando a todos, indistintamente, como hoje. Só sofreu quem cometeu crimes contra o regime e contra a pessoa humana, por provocação, roubo, sequestro e justicamentos. O senhor Pinheiro deveria agradecer aos militares e civis que salvaram a nação da outra ditadura, que não seria a "ditabranda". **PAULO MARCOS G. LUSTOZA**, capitão-de-mar-e-guerra reformado (Rio de Janeiro, RJ)¹⁰⁵.

¹⁰⁴RICOEUR. Paul. *A realidade do passado histórico- Tempo e Narrativa* – Tomo III. São Paulo: Papirus Editora, 1997. p. 289.

¹⁰⁵FOLHA DE S. PAULO. *Painel do leitor-Opinião*, 20 de fevereiro de 2009.

Tal constatação reitera a dimensão traumática e tensa que situa o episódio como lugar de destaque na ordenação de atitudes sobre o passado, pois além de todos os aspectos discutidos aqui, emergem sobre ele memórias de forte teor emocional e afetivo que estimulam discussões severas no cotidiano, principalmente em torno das possibilidades de esquecimento que podem ser impressas sobre o episódio, pois, lembra Huyssen:

As próprias estruturas da memória pública midiaticizada ajudam a compreender que, hoje, a nossa cultura secular, obcecada com a memória, tal como ela é, está também de alguma maneira tomada por um medo, um terror mesmo, do esquecimento¹⁰⁶.

Manifesta-se, assim, uma troca de um patrimônio que é, ao mesmo tempo, memorial e cognitiva, pois, como observa Antunes e Vaz, “a mídia é um lugar de experiência e ao mesmo tempo um lugar que interpreta e reconfigura a experiência. Há uma dimensão ‘subterrânea’ dessa experiência do mundo, a cultura...”.¹⁰⁷ É nessa dimensão experiencial que as falas produzidas pelos colunistas do jornal e seus leitores dialogam.

Os embates desencadeados nas páginas da Folha demonstram ainda outro elemento importante: a escrita da história realizada pela mídia é imediatamente submetida à crítica de sua audiência e pode, mesmo, modificar-se a partir dela, através dos desvios de sua apropriação. Recepção que efetiva uma mediação entre passado e futuro, entre o “horizonte de expectativa do passado e o horizonte de expectativa do presente”¹⁰⁸. É ele que se impõe através do leitor que exige para si também o espaço de questionamento e intervenção na elaboração dessa história. Informações que não designam apenas as ausências presentes da escrita em sua realização configurante, mas as estratégias de conformação não realizadas, os espaços de rejeição e intervenção inventiva exercitada pelo leitor. Uma atuação que converte a competência prática da

¹⁰⁶HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória – arquitetura, monumento, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora-Universidade Cândido Mendes, 2000, p. 19.

¹⁰⁷ANTUNES, Elton e VAZ, Paulo Bernardo. *Mídia: um aro, um halo e um elo*. In GUIMARÃES, César e FRANÇA, Vera. *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte, Autêntica. 2006. p. 51

¹⁰⁸RICOEUR, Paul. *A realidade do passado histórico- Tempo e Narrativa – Tomo III*, São Paulo: Papirus Editora, 1997. p. 294.

compreensão narrativa em autoridade criadora que desencadeia novas demandas de sentido.

Dias depois, ao ser confrontado com as inúmeras reações negativas ao editorial, o jornal resolve recuar, e é o próprio Frias Filho que tenta fazer a difícil *mea culpa* em relação à utilização do neologismo, embora, em termos gerais, continuasse a reafirmar o conteúdo principal do editorial:

O diretor de Redação da **Folha**, Otavio Frias Filho, divulgou ontem as seguintes declarações: "O uso da expressão "ditabranda" em editorial de 17 de fevereiro passado foi um erro. O termo tem uma conotação leviana que não se presta à gravidade do assunto. Todas as ditaduras são igualmente abomináveis. Do ponto de vista histórico, porém, é um fato que a ditadura militar brasileira, com toda a sua truculência, foi menos repressiva que as congêneres argentina, uruguaia e chilena - ou que a ditadura cubana, de esquerda¹⁰⁹.

Na mesma nota, contudo, o jornalista acaba por acentuar ainda mais a crise ao se referir diretamente às notas dos professores Maria Victoria de M. Benevides e Fábio Konder Comparato:

Para se arvorar em tutores do comportamento democrático alheio, falta a esses democratas de fachada mostrar que repudiam, com o mesmo furor inquisitorial, os métodos das ditaduras de esquerda com as quais simpatizam. Otavio Frias Filho.¹¹⁰

Revela-se aí uma disputa política entre os grupos que transitam pelas páginas do jornal, não por acaso, logo após a nota de Frias Filho, Benevides e Comparato conseguem direito de resposta:

Levar mais de duas semanas para reconhecer um desatino editorial (a classificação do regime militar brasileiro

¹⁰⁹ FOLHA DE S. PAULO. *Folha avalia que errou, mas reitera as críticas*. DA REDAÇÃO - Brasil. Folha de S. Paulo, 8 de março de 2009.

¹¹⁰ FOLHA DE S. PAULO. *Folha avalia que errou, mas reitera as críticas*. DA REDAÇÃO - Brasil. Folha de S. Paulo, 8 de março de 2009.

como "ditabranda"), imputando a responsabilidade pelo episódio ao teor de nossas críticas, não parece um comportamento compatível com a ética do jornalismo. Sempre sustentamos, sem precisar receber lições de ninguém, que as vítimas de regimes arbitrários, aqui e alhures, merecem igual proteção e respeito, sem desvios ideológicos ou idiosincrasias pessoais¹¹¹.

Com a participação do leitor, a operação midiográfica fecha seu ciclo, mesmo que para reiniciá-lo no futuro em uma nova configuração. Através da leitura se fundam novos lugares que possibilitam outras perspectivas interpretativas sobre as versões do passado apresentadas pelo veículo. A ação criativa da leitura pressiona o jornal a rever suas formulações, isso porque a recepção é também um ato político de apropriação. Há uma série de sentidos sobrepostos que torna o conteúdo informado uma estrutura complexa de significados e formulações ideológicas, pois têm que lidar com a elaboração e a reelaboração de conceitos, argumentos e versões fazendo com que as contestações dos conteúdos distribuídos tornem-se também parte da construção narrativa dessa história.

¹¹¹ FOLHA DE S. PAULO. *Professores pedem direito de resposta no caso da ditabranda*. Editoria-Brasil, Folha de S. Paulo, 14 de março de 2009.

Conclusão

A operação midiográfica: o fim da aura do acontecimento e a produção de um novo estatuto histórico

O trânsito na cidade de São Paulo continua (...) às 18h30, o índice de lentidão já havia superado o **recorde histórico**¹.

O resgate dos 33 mineradores presos no norte do Chile colocou a tranquila cidade de Copiapó no mapa do mundo (...) jornalistas (...) chegaram a partir de todos os cantos do planeta para cobrir este **histórico acontecimento**².

(...) Os moradores da cidade de Las Vegas viram neve pela primeira vez em 30 anos. **O acontecimento histórico** provocou o fechamento momentâneo do aeroporto internacional, construído em pleno deserto do Nevada (oeste dos EUA) na quarta-feira (17)³.

A cobertura da Folha no primeiro turno das eleições teve como novidade uma inédita programação ao vivo (...) que registrou ao menos 11 milhões de páginas vistas, **recorde histórico** do site⁴.

O crescimento das importações no ano provocaram em setembro o **recorde histórico** do volume gasto para a entrada de produtos importados no país⁵.

(...) Os camaroneses dançaram animadamente para celebrar a primeira vitória do país **na história** do Mundial (...) JP San classificou o triunfo sobre a Austrália "como um momento inesquecível". (...) disse ele. "**Foi histórico**, uma recompensa por muitos anos de trabalho duro"⁶.

¹ FOLHA ONLINE. Cotidiano. *SP registra 293 km de congestionamentos; motorista deve evitar centro expandido até as 22h*. Capturado em 10/06/2009 no end.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u579520.shtml>

² FOLHA ONLINE. Mundo - *Resgate dos 33 mineiros coloca Copiapó no mapa do mundo*. Capturado em 10/10/2010 no end. <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/812652-resgate-dos-33-mineiros-coloca-copiapo-no-mapa-do-mundo.shtml>

³ Folha Online. Mundo. *Neve caiu em Las Vegas pela primeira vez em 30 anos*. Capturado em 06/10/2010 no end. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u481231.shtml>

⁴ FOLHA ONLINE. Multimídia. *Editor-executivo da Folha comenta cobertura histórica das eleições*. Capturado em 04/10/2010 no end. <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/809236-editor-executivo-da-folha-comenta-cobertura-historica-das-eleicoes.shtml>

⁵ FOLHA ONLINE. Mercado. *Importações batem recorde histórico em setembro, aponta governo*. Capturado em 01/10/2010 no end. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/807923-importacoes-batem-recorde-historico-em-setembro-aponta-governo.shtml>

⁶ FOLHA ONLINE. Esporte - *Com choro e dança, Camarões faz história no Mundial de vôlei com "artilheiro japonês"*. Capturado em 29/09/2010 no end. <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/806432-com-choro-e-danca-camaroes-faz-historia-no-mundial-de-volei-com-artilheiro-japones.shtml>

Perdido em meio às suas infinitas lembranças, Irineo Funes, o Memorioso⁷, solta o lamento:

Mais recordações tenho eu sozinho que as que tiveram todos os homens desde que o mundo é mundo. E também: "Meus sonhos são como a vigília de vocês". E, igualmente, próximo do amanhecer: "Minha memória, senhor, é como despejamento de lixos."⁸

Ao me deparar com a profusão fenomenal de eventos imediatamente alçados à condição de ocorrências históricas, não pude deixar de pensar no personagem de Jorge Luis Borges, ao qual, foi negada a possibilidade de esquecer; metáfora angustiante para os nossos dias. Para Funes, cada lembrança tornava-se outra: cada dia podia ser recordado em todos seus detalhes. O Memorioso guardava dentro de si todas as imagens, sons e dores que via e vivia, “podia reconstruir todos os sonhos, todos os entresonhos”. Irineo era, no dizer de seu próprio criador, “o solitário e lúcido espectador de um mundo multiforme, instantâneo e quase intolerantemente preciso”. Distrair-se do mundo lhe era impossível, pois sua existência era um insuportável ato de recordação. Embora enxergasse tudo, o Memorioso era cego, porque não podia escolher, em meio o amontoado colossal de suas lembranças, o que deveria ser esquecido.

Todos os dias, ao ligar a televisão, navegar pela internet, ou simplesmente, sentar em alguma praça para ler o jornal, ou revista semanal, iremos perceber que milhares de eventos históricos ocorreram nos últimos dias, ou mesmo nas últimas horas: a histórica partida de futebol, o índice de preços, a cobertura política, o seqüestro relâmpago que virou filme, a inacreditável transmissão das olimpíadas de inverno, de tal maneira, que seria impossível enumerar tantas ocorrências produzidas pelas mais variadas mídias às quais temos acesso.

Este trabalho partiu do lamento de Funes, traduzido na experiência direta de quem partilha das inquietações de um mundo que é, também, “quase intolerantemente preciso”. Mundo de vigília contínua em que produzir o novo, o emblemático e o espetacular virou condição de existência. Assim como o personagem, para quem,

⁷ Personagem criado por Jorge Luis Borges no conto do mesmo nome.

⁸ BORGES, Jorge Luis. Funes, o Memorioso. in *Ficções*. São Paulo: Editora Globo. 1999. p. 56. Versão Digital: <http://groups.google.com/group/digitalsource>

distrair-se, esquecer-se e dormir era impossível, senti-me confrontada por algumas desconcertantes perguntas advindas tanto pelo meu campo de reflexão, como de meu próprio lugar nesse mundo continuamente desperto: o que faz um evento ser qualificado como histórico na contemporaneidade? Que fundadores de sentidos históricos são mobilizados nos meios de comunicação? Em que medida se assiste à emergência de novos usos do passado efetivada pela mídia? Os novos lugares de escrita da história são capazes de reordenar antigos códigos de produção de memória e história? Foram algumas das perguntas que me estimularam na realização desse trabalho.

Na tentativa de respondê-las, desenvolvi nessa tese a hipótese de considerarmos uma complexa operação de construção de sentidos que ajuda a preparar e a formular os acontecimentos emblemáticos na contemporaneidade, a qual denominei de operação midiográfica. Um tipo de escrita da história, construída fora dos domínios dos historiadores, mas que influencia de maneira formidável os usos do passado, a construção de memórias e as formas de esquecimento.

No coração dessa reflexão, me detive na investigação de um evento de grande apelo social para a sociedade brasileira: o golpe de 1964 e, ao longo desse trabalho, foi meu objetivo viajar pelos vários ciclos de significação e de retorno desse evento à cena pública através das narrativas de um importante jornal, em 45 anos de sua produção, a Folha de São Paulo.

Tarefa complexa, pois me obrigou a caminhar por várias veredas sempre tendo o esforço redobrado de não me perder em nenhuma delas. Atalhos de sentidos, representações, demandas sociais, políticas, éticas e culturais, tal foi a diversidade de universos com os quais tive que lidar nessa investigação. Uma operação que se mostrou um movimento constante entre o ir e vir, intercalando em um fluxo contínuo de formulação, passado e presente, futuro e passado e desta forma, chego ao final desse trabalho com a constatação que a reflexão sobre os acontecimentos e formas de representação do passado não podem mais ser vislumbradas sob os mesmo paradigmas que orientaram nossas pesquisas até o século passado.

Certamente não se pode afirmar que modelos ligados aos regimes de historicidade anteriores tenham sido totalmente superados e foi exatamente o que tentei demonstrar quando analisei os vários escritores e suas orientações teórico-conceituais ao

produzirem as matérias para o jornal. Ficou claro ainda esses referentes atuam nessa escrita contemporânea de histórica.

Todavia, quando nos debruçamos sobre um evento histórico midiático tão complexo como o que aqui foi abordado, é incontestável que a demanda por explicação e reflexão é amparada em uma urgência que formula respostas e justificativas que antecedem mesmo o trabalho dos historiadores. Além disso, não podemos mais fechar os olhos para as dificuldades que teremos que enfrentar com a espantosa produção de rastros sobre tais ocorrências. A seleção de registros, sem dúvida, será um dos maiores problemas que enfrentaremos para o futuro de nossas pesquisas; questões que me fizeram refletir ainda sobre o próprio papel intelectual que desempenhamos hoje.

Certamente, pensar sobre a formulação dos acontecimentos históricos e as maneiras de representação do passado não é mérito da atualidade. Dificilmente há historiador ou pesquisador, preocupado em compreender as formas de elaboração do passado que não tenha sido chamado a refletir sobre tais questões. Seja em seu processo de formação, exercício docente ou de pesquisa, o fato é que, em algum momento, cada um de nós teve que responder a inquietante interrogação: “o que é um acontecimento histórico?” ou, como perguntaram tantos outros antes de nós: “como se escreve a história?” Aliás, respondê-las sempre foi um dos pontos centrais para o trabalho de feitura histórica.

De uma forma ou de outra, é em busca de compreender porque uma dada sociedade atribui sentidos históricos a eventos, estruturas, processos, culturas ou mentalidades que a história trabalha e formula suas narrativas. Afinal, escrever história é falar daquilo que possivelmente aconteceu e, mesmo considerando todas as reflexões filosóficas, epistemológicas ou cognitivas que o campo possa realizar acerca da dimensão do ocorrido, há sempre uma perspectiva de real, de ocorrência pragmática, que é almejada e projetada no universo de feitura da história.

Porém, e quando tentamos realizar essa pergunta fora dos domínios dos historiadores? Que respostas encontramos quando a lançamos a outros campos de produção do conhecimento e outros espaços de representação histórica, totalmente diversos da oficina do historiador? E se os eventos que buscamos tiverem por

característica se tornarem históricos, antes mesmo que nossas complexas metodologias, reflexões teóricas e epistemológicas possam fazê-lo?

Foi meu objetivo, portanto, falar sobre a produção social do acontecimento emblemático e as formas de escrita da história fora do campo da história. A meu ver, fenômeno de inegável força e que veio inserir questões inquietantes à própria maneira como compreendemos o passado hoje.

Desde Heródoto, a idéia do acontecimento histórico funcionava como uma espécie de lugar “mítico” que assegurava a existência de um passado observável, quase palpável. A história deveria relatar, apenas. Por isso, recomendava o eminente pensador grego, competia ao historiador, “relatar os acontecimentos mais memoráveis, auspiciosos ou lamentáveis”⁹. Perspectiva que se manteve por séculos, tendo como base uma idéia de história cujo caráter fundamental era ser a mestra da vida. Conseqüentemente, o historiador deveria “explicar o passado através do “achado”, da “identificação” ou “descoberta” das “estórias” que jazem enterradas na crônica”¹⁰, realçando, assim, o acontecimento único, exemplar, irrepetível. Ocorrência fundadora cujo universo de testemunhas era sempre restrito ao pequeno grupo que a partilhava no momento sua efetivação.

O “aqui e agora” que seria “alcançado” posteriormente através de seus “traços”, como diziam Langlois e Seignobos¹¹, ou em narrativas que podiam alçá-lo à condição de referência basilar para diversos grupos humanos. Acontecimentos abriam espaço para poucas versões, que se reproduziam lhes agregando quase valor de eternidade e universalidade, condição que os tornava objeto de culto assegurado pelos ritos de recordação. Limitados eram seus rastros ou mesmo sua capacidade de difusão e divulgação para além do seu circuito de realização, o que os tornava a ocorrência especial, digna de ser lembrada, relembada.

Mas o que dizer de um momento que qualifica diariamente como histórica uma diversidade tão grande de ocorrências? Como compreender eventos que parecem

⁹ HERÓDOTO. História. Brasil. Editora e-book Brasil - Digitalização do livro em papel Volumes XXIII e XXIV Clássicos Jackson W. M. Jackson Inc., Rio de Janeiro: Versão para o português de J. Brito Broca. p. 1950, p. 418

¹⁰ WHITE, Hayden. *Meta-História – a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo, Edusp. 2008. p. 22.

¹¹ Definições realizadas por Langlois e Seignobos em LANGLOIS, Charles-Victor e SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos da história*. São Paulo. Editora Renascença S.A, 1946. p. 44.

não se encerrar numa única temporalidade, como se houvesse sobre eles um contínuo processo de distensão que os fazem sempre em transito?

Embora, ao longo do século XX, a perspectiva acadêmica sobre os acontecimentos históricos tenha sofrido alterações bastante significativas¹², notadamente com a mudança de foco dos eventos para as estruturas, processos, etc., o final daquele século trouxe como elemento inquietante: a explosão acontecimental, efetivada nos meios de comunicação e a profusão de narrativas históricas articuladas em um aumento espetacular da preocupação com o passado. Segundo Mauad, “é justamente na possibilidade de associar a transmissão em tempo real e o caráter informativo atribuído aos noticiários à dimensão de consumo que as mídias carregam no mundo atual que os acontecimentos conquistam a sua hiper-realidade de divertimento dramático”.¹³

Se o século XIX foi considerado o século da história, a qual cabia a tutela sobre a investigação do passado, o que essa produção demonstra é que o final de século XX veio realizar uma quebra de autoridade no tratamento dos acontecimentos históricos, antes tomados como objetos por excelência ligados ao ofício dos historiadores aos quais competia referendar, ou não, através de complexas metodologias e arcabouço teórico, a pertinência de alçar ao estatuto de histórico determinadas ocorrências.

Isso não significa dizer que a escrita do historiador tenha tido sua função superada pela avalanche contemporânea dessas diversas escrituras históricas; ao contrário, evidencia os novos desafios para a produção historiográfica que certamente terá que aprender a lidar com essa profusão acontecimental. Por outro lado, não se pode negar que na formulação e apropriação pragmática de sentidos históricos, os meios de comunicação passaram a exercer um papel bastante relevante, de tal forma que suas matérias se tornam objetos de reconhecido valor de representação histórica antes mesmo dos produtos advindos do campo profissional da história.

¹² Várias foram as mudanças ocorridas nesse século que modificaram o olhar da história dos eventos para as estruturas como foi o caso das contribuições da Escola do Annales, concepções materialistas histórica.

¹³ MAUAD, Ana Maria. *Dimensões do presente: palavras e imagens de um acontecimento, os atentados ao World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001* in História do tempo presente. Bauru-SP, Edusc. 2007, p. 228.

A princípio, mesmo que esse conteúdo não possa ser considerado como o produto central em tais veículos, nem tampouco esteja submetido às ordenações do campo da disciplina histórica, é necessário considerar que ele se manifesta como uma tópica histórica bastante relevante, influenciando de maneira categórica a compressão ordinária sobre o passado e os acontecimentos considerados históricos em nossas sociedades.

Por conseguinte, não está em jogo apenas a análise de produção do acontecimento emblemático na cena pública, mas as variações da escrita da história na contemporaneidade, o que remete a outra dimensão nesse processo: a problemática da produção do conhecimento histórico hoje. Sobretudo quando colocamos como foco estudos sobre o tempo presente, um momento que, apesar de ainda serem evidentes os jogos de memória e esquecimento, caracteriza-se por uma urgência de reflexão sobre o passado, numa sistematização de conceitos e metodologias que mistura tanto pressupostos do campo científico da história como de outros campos disciplinares.

Todavia, é pertinente observar que, muito provavelmente, nos deparamos como um novo processo de constituição dos acontecimentos históricos, bastante diferente daquele vislumbrado até meados do século XX. Isso porque mudou não apenas seu *status* como ocorrência exemplar, singular e fundadora, transformaram-se, sobretudo, as formas de sua divulgação, e conseqüentemente, de sua apropriação. Não se pode negar também que se modificaram as formas de percepção das coletividades, assim como suas maneiras de lembrar, esquecer e selecionar seu patrimônio histórico e memorial.

Diferentemente de outros momentos, em que o contato com tais ocorrências era limitado, como realça Duby em sua bela narrativa sobre o Domingo de Bouvines, em virtude de “uma reserva de materiais cujo número é finito e que doravante já não é possível aumentar”¹⁴, o acontecimento contemporâneo demonstra exatamente a dificuldade seletiva sobre os materiais a serem utilizados em sua formulação, além disso, acrescenta-se outro elemento: a possibilidade de sua reprodução em imagens, sons e textos para uma audiência quase inesgotável. O acontecimento agora não apenas está disponível para ser lembrado, recontado; há também a possibilidade de ele ser

¹⁴ DUBY, Georges. O Domingo de Bouvines – 27 de julho de 1214. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 15.

“revisto” através das infinitas formas de registro disponibilizadas pelas mais variadas mídias.

Por conseguinte, destacam-se três importantes características em sua formulação: a possibilidade de sua reprodutibilidade incessante através de imagens, som e textos; a ampliação espetacular das testemunhas que têm acesso a ele no momento de sua realização e a vulgarização do estatuto de histórico, imediatamente atribuído a um sem número de ocorrências diariamente.

Evidentemente, isso não retira de tais acontecimentos seu “aqui agora”, que os situa em um determinado marco espacial e temporal, contudo, modifica drasticamente as formas de apropriação, recepção e divulgação desses eventos. Todos e cada um podem ter acesso diferenciado sobre eles. Há, dessa maneira, uma desterritorialização do episódio de seu lugar original, a tal ponto que ocorrências efetivadas em diferentes partes do mundo se tornam referentes de recordação para grupos humanos e culturas distintas, exatamente pela possibilidade da reprodutibilidade visual daquele “aqui e agora”. É o exemplo do que ocorreu em 2001 com a queda do World Trade Center.

Isso acabou por fundar novas apropriações não somente reflexivas e críticas, mas também sensoriais e cognitivas sobre os acontecimentos. Não por acaso, a sensação de nostalgia sobre o não vivido que tantos jovens relatam na contemporaneidade. Acostumamo-nos a assistir ao acontecimento-espetáculo elaborado a partir da palavra, do som e da imagem o que estimulou em nossa sociedade uma fome de novidades e tornou os meios de comunicação verdadeiras fábricas de ocorrências.

Esse fluxo está além da constatação vulgar do passado como fornecedor de efemérides. Especialmente na última década do século XX, constatou-se um momento que reivindicou o passado alçado ao primeiro plano de expectativas que antes se direcionavam ao futuro; assim, 1964 assumiu um lugar de destaque em produções culturais e acadêmicas para o Brasil. O presente, antes lugar das projeções e prognósticos – o que não deixou de ser totalmente – passou a manifestar-se como o tempo da reparação da restituição e da celebração dos mortos. Atitudes que são capazes de influenciar de maneira categórica a sistematização de políticas públicas de memória; grandes projetos cujo mote é o ressarcimento do passado.

É relevante considerar, ainda, que na contemporaneidade, os acontecimentos emblemáticos são costurados em um mundo de comunidades diaspóricas, intercambiáveis, ou para mencionar o conceito de Stuart Hall, híbridas¹⁵. Comunidades que são obrigadas a operar traduções culturais em seus lugares de saída e chegada, num processo que nunca se completa totalmente e no qual “as pessoas geralmente são obrigadas a adotar posições de identificação deslocadas, múltiplas e hifenizadas”.¹⁶

Lugares que criam memórias e narrativas de si e do outro a partir de experiências que nem sempre se desenrolam em seus ambientes de origem. Espaços de significação que comportam, por sua vez, vários tempos talvez, uma temporalidade intervalar que conjura a dispersão de vários signos e sensibilidades que nos confronta com os excessos de uma corrida desastrosa do consumo, cujos efeitos ambientais e sociais ainda não parecem suficientemente preocupantes para as sociedades atuais.

Deve-se considerar que a interferência dos meios de comunicação atuou não só na elaboração, mas na significação de acontecimentos na contemporaneidade, recolocou antigos problemas que pareciam ter sido superados com a profusão das vigorosas questões colocadas à história no século XX. Exemplo disso, como afirma Bédarida¹⁷ foi a própria discussão entre objetividade e subjetividade, retomada com destaque na produção do conhecimento histórico. Nesse caso, o autor aponta a emergência de uma nova abordagem histórica: o tempo presente, cujo limite se assenta na tensa relação entre atualidade e passado. Não há como negar que a profusão documental, a dispersão de vozes a falarem sobre o passado, o aumento da atuação da testemunha e, principalmente, a interferência dos meios de comunicação na produção de eventos, colocaram desafios bastante eloqüentes à prática historiadora. A engenharia complexa e difusa desse circuito cultural pressiona o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas, pois, cada vez mais, tecnologias são jogadas no mercado, articulando uma rede de interdependência entre informação, educação e consumo.

Essa profusão de registros e narrativas com as quais os acontecimentos contemporâneos são apresentados nos alerta que a história, entendida como campo do conhecimento, apresenta-se como um espaço em travessias, lacerada por demandas

¹⁵ HALL, Stuart. *Da Diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

¹⁶ HALL, Stuart. *Da Diáspora – identidades e mediações culturais*. Idem. 72

¹⁷ BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença de história in FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

inumeráveis. Propaga-se a qualificação de “histórico” aos quatro ventos como se o passado fosse a chave de justificativa para as mais variadas ações no dia-a-dia. Como afirmou Walter Benjamin, ainda no começo do desenvolvimento desse processo, “fazer as coisas ‘ficarem mais próximas’ é uma das preocupações tão apaixonadas das massas modernas como a tendência de superar o caráter único de todos os fatos através da sua reprodutibilidade”¹⁸.

Há ainda duas importantes observações feitas pelo autor, sobre a obra de arte, que vale a pena pensar para os eventos contemporâneos, a intensa divulgação de eventos modificou o valor de culto atribuído aos acontecimentos históricos, assim como transformou o valor de exposição e audiência atribuídas ele.

Há que se perguntar, conseqüentemente, se atualmente só se torna histórico, aquilo que é divulgado e exposto através dos meios de comunicação? Em parte, a resposta é sim, sobretudo, se os eventos que estamos falando tiverem como espaço de elaboração a cena midiática. Entretanto, devemos considerar alguns aspectos relevantes: mesmo um intenso processo de divulgação não assegura que o evento transporá a temporalidade de sua realização, ou seja, não há segurança que sua escritura na cena pública o tornará ocorrência emblemática para uma dada sociedade. Somente quando ele consegue transpor a efemeridade de seu próprio tempo é que, possivelmente, alcançara tal estatuto, nesse caso, é preciso que haja um processo de inscrição desses eventos na duração, um processo de retorno, reescrita, reconfiguração que o tornará algo mais do que aquele aqui e agora. Sendo assim, para que esse evento se realize enquanto ocorrência exemplar e histórica, ele precisa passar por um processo de feitura bastante complexo que se desenvolve principalmente no espaço público onde os meios de comunicação têm uma influência inquestionável.

Contudo, isso não significa dizer que outras ocorrências não consigam atingir reconhecimento de representação história fora desse circuito, o que coloca ainda outras duas questões: qual o papel dos historiadores nessa configuração e como identificar e lidar com ocorrências que se situam fora desse circuito histórico-midiático? Problemas que certamente não foram objetos da reflexão aqui, mas que abrem um grande leque para novas investigações.

¹⁸ Cf. BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas – Magia e Técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996, p. 170.

Neste trabalho procurei demonstrar também como o processo de elaboração desses eventos passa por vários ciclos, desde aquele que antecede sua própria existência como experiência prática na cena pública, quanto tratei dos elementos que informam a elaboração das notícias, até o momento posterior à sua efetivação, quando esse mesmo evento retorna em vários ciclos narrativos em matérias de retrospectiva.

O golpe de 1964 foi apresentado como exemplo de como o acontecimento contemporâneo é escrito e inscrito na cena pública, em várias fases de formulação, que o tornaram um importante artefato de construção e reconstrução de memória. Para a Folha de S. Paulo um trabalho de esquecimento comandado que se organizou não pela destruição dos rastros do passado, mas por uma memória encobridora, uma ação forte de reformulação identitária que alçou o jornal ao primeiro plano dos debates políticos do país. Exatamente pelo poder de suas narrativas, o grupo soube capitalizar esse acontecimento como importante referencial para construção de sua própria memória.

Procurei demonstrar ainda como esse novo acontecimento é um terreno movediço no qual caminham, lado a lado, a manipulação de informações, a omissão e a construção de perspectivas, muitas vezes deliberadamente enganosas, o que deve chamar atenção para a força inegável que assumiram os usos sobre o passado em um momento no qual a memória e o esquecimento são postos como referências fundamentais de constituição das sociedades contemporâneas. Nesse caso, é preciso esclarecer algumas diferenças fundamentais entre o processo que tentei descrever aqui e a própria operação historiográfica, da qual o historiador é o agente principal.

Diferentemente da operação historiográfica, que se realiza fundamentalmente numa condição de posteridade em relação ao evento estudado, ou seja, o historiador irá se debruçar sobre o ocorrido, momento em que se depara com seus rastros, demandas, pressões sociais e mercadológicas das quais nos falou tão bem Michel de Certeau; a operação realizada pela mídia tem início antes mesmo do evento se configurar como experiência pragmática. Ela já começa a atuar numa condição de antecedência ao próprio evento, na medida em que estabelece uma série de pressupostos que ajudarão a selecionar e a significar as ocorrências antes mesmo de sua eclosão na cena pública, como tentei demonstrar no primeiro capítulo. Enquanto o jornalista atua numa produção de artefatos que serão os futuros rastros dos eventos que narram, o que o historiador tem nas mãos é exatamente o fruto dessas elaborações.

No processo de formulação de sentidos desencadeado na operação midiográfica, há um esforço de retirar do evento seu caráter de excepcionalidade, já que toda narrativa se organiza num ânimo de inseri-lo em uma estrutura temporal que o situa sempre entre um antes e o depois. Embora o empenho dos meios se assente em uma espécie de agonia por perplexidade, na medida em que buscam sempre o novo, aquilo que causará impacto, ruptura e, possivelmente, poderá gerar novas demandas semânticas e sociais no cotidiano, seu trabalho principal é realizar sobre os acontecimentos um agenciamento que tenta sempre justificá-los. O estranho e o desconexo devem ser revertidos no familiar agregado a alguma cadeia explicativa. Daí a importância dada ao recurso “contextualização” e às constantes comparações entre eventos em trânsitos e eventos passados, como procurei discutir no segundo capítulo ao apresentar algumas tipologias desses acontecimentos.

Contudo, tais elementos não são imutáveis, mas, configuram-se como recursos de orientação nessa escrita, além do mais, não se pode esquecer a dimensão de imprevisibilidade sempre presente no cotidiano. A escritura de uma dada ocorrência na cena pública, portanto, é a primeira grande diferença que marca as duas operações. Considerar que há um processo de sistematização dos acontecimentos na mídia que antecede a própria ocorrência desmistifica a idéia, quase sempre defendida pelos meios de comunicação, de lugar meramente narrador de eventos, e recoloca a intencionalidade na reflexão exercida por eles.

Uma vez escrito na cena pública, o evento pode ou não entrar em um novo ciclo de significação através de seu retorno ao circuito da mídia. Nesse momento, a operação tem alguns aspectos semelhantes àqueles identificados no fazer historiográfico. É o momento da inscrição, ou seja, o evento passa a ser elaborado como ocorrência emblemática e objeto de disputas entre grupos sociais. Além disso, torna-se referente nos jogos de memória e esquecimento para uma dada sociedade. É a ocasião em que a necessidade de reflexão do passado começa a se configurar como aspecto relevante para essa produção. Se no primeiro momento era preciso esclarecer o presente, agora, é o passado que exige repostas.

A volta do evento tanto é amparada pelos interesses do próprio veículo, como nas efemérides de 30 e 40 anos, realizadas pela Folha sobre o golpe, como por demandas sociais que procuram a reavaliação da ocorrência num novo ciclo de reflexão

social. Há uma demanda política por esse retorno. E é nesse universo quase sempre de grande contestação que a ocorrência vai ganhando densidade história e cultural, tornando-se patrimônio memorável para a sociedade que a reivindica como tal.

Ao falar aqui sobre essa provável operação realizada pela mídia tentei realizar a descrição de um processo pragmático, porém refletido, de escrita da história. Um tecer complexo e entrecortado por vários recursos e exigências, que tanto transpõem os limites da historiografia, entendida como forma de escrita convencional da história, como dos próprios meios de comunicação. Deparamo-nos no entremeio de um fazer que partilha das conformações, principalmente, de dois campos: a história e a mídia, mas que está para além de ambos, na medida em que essa escrita pode estar fundando ainda novas experiências sobre o lembrar e os esquecer. Representações do passado que são absolutamente novas e que provavelmente ainda teremos que aprender a decifrar e compreender.

No momento em que a história pode ser compreendida por uma criança através de um jogo de RPG é necessário que estejamos atentos àquilo que Michel de Certeau nos alertou, pois talvez “antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela”¹⁹, o que nos levará, conseqüentemente, a olharmos para o papel que desempenhamos nesse trabalho nos dias atuais.

Como destaquei no início, é preciso termos clareza que a produção científica da história é uma dentre as várias narrativas que projetam o passado como horizonte de reflexão e significado. Existem diferentes narrativas que explicam e evidenciam formas de pensamento histórico que se manifestam em variados fenômenos de aprendizagem, desde o ensino formal, memórias de grupos, meios de comunicação, dentre outras.

A ação dos *medias*, nas últimas décadas do século XX, demonstra que há uma produção de conhecimento histórico fora do próprio campo científico, que atua de maneira capital no cotidiano. Essa constatação acabou sendo fundamental para a mudança de perspectiva que as pessoas tinham e passaram a ter em sua relação com o tempo e na suas maneiras de pensar historicamente os acontecimentos.

Para nós, historiadores, acostumados a “utilizar” artefatos midiáticos como produtos empíricos de nossas pesquisas, é preciso considerar que pensar a história hoje,

¹⁹ CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 76.

significa levar em consideração a influência que os meios de comunicação exercem na fundação de sentidos sobre o presente e, conseqüentemente, sobre o passado e o futuro. Assim sendo, é preciso avaliar que subsistem, em suas formulações, diversos fluxos de sentido que obedecem a interesses, visões de mundo, posturas políticas que colocam em evidência tanto dimensões superficiais como subterrâneas dessa própria experiência.

Além de produzir história, vender o passado tornou-se uma atividade estimulante, pois o interesse quase obsessivo por ele levou a uma verdadeira profusão de distribuição de obras e produtos em seu nome. Tal constatação impõe refletir que a produção do conhecimento histórico, entendido como atividade ordenada por um campo disciplinar, assume hoje novos aspectos em nossa sociedade.

Se o mundo em que vivemos é um mundo em travessias, talvez nós, historiadores, estejamos sendo chamados a atravessar também nossos territórios e fronteiras, sendo assim, desafiados a compreender as intrigas de uma história que se desenha muito além de nossas abrangências tradicionais.

Como iniciei essa conclusão pela metáfora de Funes, personagem que nos faz pensar sobre o fardo da memória no cotidiano, finalizo com outro escritor. Se Jorge Luis Borges criou um personagem aprisionado e cego pelo peso de suas lembranças, Saramago em sua obra, *Ensaio sobre a Cegueira*, apresenta uma sociedade atingida pela repentina e inexplicável perda da visão.

De súbito, seus personagens começam a ser acometidos por uma estranha cegueira branca, disseminada como uma praga incontrolável entre os habitantes daquele país imaginado. Ao invés de escuridão, era uma claridade violenta que os impedia de enxergar.

Saramago não situa seus personagens em nenhum lugar com precisão, em nenhum tempo cronológico, porque, possivelmente, queira nos dizer que a “rapariga de óculos escuros”, “o médico”, “o ladrão”, ou a “mulher do médico” sejam ou estejam em cada um de nós. Somos povoados, portanto, tanto pela cegueira da indiferença como desafiados pela difícil tarefa de enxergar quando todos preferem não ver. Um tempo nosso? É provável.

Um tempo situado entre a fugacidade e o excesso. Em sua obra, propositalmente, os objetos, troféus valiosos de uma sociedade de consumo, perdem o valor, exatamente, porque se tornam supérfluos - o que provavelmente sempre tenham sido - diante do desespero da sobrevivência que se situa muito além do possuir. O autor arrasta-nos para um olhar sobre nós mesmos. Talvez, desafiando-nos a pensar sobre que humanidade somos nós. Ensaio Sobre a Cegueira é um exercício de reflexão sobre esse tempo e, quem sabe, um alerta para ensaiarmos um olhar para nós e para o outro, para este e outros tempos.

Os personagens de Saramago mal podiam dormir porque era como se estivessem mergulhados em um imenso rio de luz, talvez em Lete, o mitológico rio grego do esquecimento. Assim como o personagem Borgeano é provável que estivessem cegos pelo excesso, mas nesse caso, principalmente, pelo obscurantismo da indiferença. Metaforicamente todos os elementos discutidos nessa tese talvez possam ser “vislumbrados” no mundo criado por Saramago: nosso atordoamento diante da explosão da informação, a busca de construção de sentido para os eventos a nossa volta, a perplexidade diante dos novos problemas colocados à compreensão do passado e, conseqüentemente, do presente; nosso olhar interrogativo para o futuro. Este talvez seja o maior desafio colocado a nós historiadores contemporâneos: a necessidade de compreendermos uma variedade surpreendente de representações do passado que instauram novos desafios à prática historiadora.

Fontes

PUBLICAÇÕES DA FOLHA DE SÃO PAULO

Coletânea - Memórias do Presente:

SCHWARTS, Adriano. *Artes do conhecimento – 100 entrevistas do Mais!* (1991-2002). São Paulo: Publifolha. 1ª. Edição 2003.

_____. *Conhecimento das Artes – 100 entrevistas do Mais!* São Paulo: Publifolha. 1ª. Edição 2003.

Outras publicações:

PILAGALLO, Oscar. *O Brasil em Sobressaltos – 80 anos de História contados pela Folha*. 1ª. Edição. São Paulo: Publifolha. 2002

NESTROVSKI, Arthur. *Figuras do Brasil – 80 anos da Folha*. 2ª. Edição. São Paulo: Publifolha. 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. *20 Textos que fizeram história*. São Paulo. FSP, 1991.

CÁTEDRA OCTAVIO FRIAS DE OLIVEIRA – Simpósio UniFian-Faam 2002. *Um país Aberto* – reflexões sobre a Folha de São Paulo e o jornalismo contemporâneo. São Paulo, Publifolha, 2003

LINS DA SILVA. Carlos Eduardo. *Mil Dias: Seis Mil dias Depois*. São Paulo, Publifolha, 2005.

RAMOS, José Nabantino. *JORNALISMO – Dicionário Enciclopédico*. São Paulo: Ibrasa, 1970.

Manual Geral da Redação Folha de São Paulo 1984; 1ª, São Paulo: Folha de S. Paulo, 1984.

Manual Geral da Redação Folha de São Paulo 1987; 2ª. : São Paulo: Folha de S. Paulo, 1987.

Novo Manual da Redação. 1992; 2ª. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992.

Manual da Redação. 2001. São Paulo: Publifolha, 2001.

PILAGALLO, Oscar. *A história do Brasil no século 20 (1900-1920)*. Coleção Folha Explica. São Paulo: Publifolha. 2002.

_____. *A história do Brasil no século 20 (1920-1940)*. Coleção Folha Explica. São Paulo, Publifolha. 2002.

_____ *A história do Brasil no século 20 (1940-1960)*. Coleção Folha Explica. São Paulo, Publifolha. 2002.

_____ *A história do Brasil no século 20 (1960-1980)*. Coleção Folha Explica. São Paulo, Publifolha. 2002.

_____ *A história do Brasil no século 20 (1980-2000)*. Coleção Folha Explica. São Paulo, Publifolha. 2002.

INTERNET

Folha Online: <http://www.folha.uol.com.br/>

*(Houve uma modificação em 2010 e a versão Online do jornal passou a se chamar **Folha.com** algumas páginas foram tiradas do ar, mas os endereços abaixo continuam disponíveis até a conclusão desta tese. Seus conteúdos foram coletados por mim e hoje compõem um pequeno acervo em forma de documentos digitais coletados para consulta posterior)*

Conheça a Folha - documento online. Retirado do endereço <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/> em 27/09/2007.

Ombudsman Folha – coletânea de artigos de 1995 aos dias atuais. No endereço: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/>

História da Folha – documento online - *História da Folha de São Paulo*, retirado do Site Folha On-line - Circulo Folha no endereço: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm em 27/09/2007.

Folha 80 anos – documento online - retirado do site Folha On-line no endereço <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/> em 27/09/2007.

Projetos Editoriais: 1981, 1985, 1985-86, 1986-7, 1988-89, 1997 – documentos online - retirados de site Folha On-Line – Circulo Folha – Projeto Editorial http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto_editorial.htm em 26/09/2007.

Arquivos da Folha – produção do jornal disponível para assinantes a partir do ano de 1994 na íntegra, no endereço: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

1964 – 2004: 40 anos do Golpe – Caderno Especial da Folha – retirado do site da Folha – Almanaque Folha Online no endereço: <http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura.htm> em 26/09/2007.

Dossiê Memória da Imprensa 1979 – documento online – retirado do site da Folha Online no endereço http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_home.htm em 11/02/2008.

Especial 40 anos do AI5 – documento online, no endereço:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2008/40anosdoai5/>

Especial Maio de 1968 - documento online, no endereço:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2008/maiode68/>

Especial 30 anos da lei da anistia – documento online no endereço:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2009/30anosdaleideanistia/>

Painel do Leitor, no endereço: <http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/> em 5 de dezembro de 2010.

Grupo tortura nunca mais, no endereço: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>

Portal Ternuma, no endereço: <http://www.ternuma.com.br/>

The National Security Archive – The Georges Washington University, no endereço:
<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/>

Dossiê mortos e desaparecidos políticos no Brasil – no endereço:
<http://www.desaparecidospoliticospoliticos.org.br/index.php>

A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça, no endereço:
http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1

MATÉRIAS FOLHA ONLINE

Jornal Folha de São Paulo, *Limites a Chaves* – Editorial, 17 de fevereiro de 2009.

Jornal Folha de São Paulo. 1964, *Um contragolpe revolucionário* – CADERNO BRASIL: 02/04/1978, capturado no endereço
<http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil70lista.htm>.

Jornal Folha de São Paulo. *Lacerda vai a Jango e faz pacto político, 26 de setembro de 1967*, Almanaque, Banco de dados Folha, acervo online, textos de Brasil - Folha Online. Cap. no end. <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil60lista.htm>

Jornal Folha de São Paulo. *Bomba explode em centro de pesquisa* – Caderno Brasil – 05/09/1976 – cap. no endereço:
http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_05set1976.htm.

Jornal Folha de São Paulo. *CB: Adeus ao Alvorada* – Caderno Brasil – 11/03/1967, cap. no endereço
http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_11mar1967.htm.

Jornal Folha de São Paulo. *UNE diz que encerrou congresso* – Caderno Brasil – 11/08/1967. cap. no endereço:
http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_11ago1967.htm

Jornal Folha de São Paulo. *Dossiê Censura* – Ilustrada – 05/03/1978. cap. no endereço:
http://almanaque.folha.uol.com.br/ilustrada_05mar1978.htm

Jornal Folha de São Paulo. CARVESAN, Luis. *Lembrar para não esquecer* – Opinião - . p. 1-2, 31/03/1994, cap. no endereço:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Jornal Folha de São Paulo. *DIMENSTEIN, G. somos uma fábrica de ignorante* - Opinião - p. 1-2; 27/03/1994 cap. no endereço.
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Jornal Folha de São Paulo. *São Paulo parou ontem para defender o regime - Caderno Brasil, 20/03/ 1964*, no endereço:
http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20mar1964.htm

Jornal Folha de São Paulo. *Aposte no Brasil* - Editorial; 4/ 12/1966. no endereço:
http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_04dez1966.htm

Jornal Folha de São Paulo. *Veja se você está inserido no contexto* - Caderno Especial p. B-12, 31/03/1994. no endereço:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

Jornal Folha de São Paulo. *A dinâmica e o legado de 64* - Tendência e Debates p. 1-3, 31/03/1994 no endereço:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>

- Jornal Folha de São Paulo. SOUZA, H. de. **Filhos do golpe reconstruem a cidadania.**- Tendências e Debates, p. 1-3, 1º abr. 1994. no endereço <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>
- Jornal folha de S. Paulo. RIBEIRO, Darcy. **O desastre da ditadura.** Folha de S. Paulo – Painel, 26 de março de 1994. cap. no end. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/27/index.html>.
- Jornal Folha de São Paulo. WAINER, Samuel. **Porque Café Filho traiu Getúlio,** depoimento dado ao repórter Wianey Pinheiro in Jornalistas contam a história – **Dossiê Memória da Imprensa,** FOLHA DE S. PAULO, 4 de janeiro de 1979. Almanaque, Banco de dados Folha, acervo online, Folha Online no end. http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_home.htm
- Jornal Folha de São Paulo. DÁVILA, Sergio. **O dia em que Jango começou a cair. Opinião** – Folha de S. Paulo, 13 de março de 2004. Especial Golpe Militar 40 anos 1964-2004, Folha Online, cap. no end. <http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura.htm>
- Jornal Folha de São Paulo. **Costa e Silva afirma que não haverá anistia.** 29 de dezembro de 1964, Almanaque, Banco de dados Folha, acervo online, textos de Brasil - Folha Online. Cap. no end. <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil60lista.htm>
- Jornal Folha de São Paulo. **Democracia – Reafirma Figueiredo,** 16 de março de 1979. Almanaque, Banco de dados Folha, acervo online, textos de Brasil - Folha Online. Cap. no end. <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil70lista.htm>
- Jornal Folha de São Paulo. **Castelo: o povo escolherá livremente seus governantes,** 4 de julho de 1965 Almanaque, Banco de dados Folha, acervo online, textos de Brasil - Folha Online. Cap. no end. <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil60lista.htm>
- Jornal Folha de São Paulo MAGALHÃES, Mario. **Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70** in Folha 80 anos , Folha Online, cap. no end. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/> em 27/09/2007
- Jornal Folha de São Paulo. DIAFÉRIA, Lourenço. **Herói. Morto.Nós.** Folha de S. Paulo, 1 de setembro de 1977, Folha 80 anos, Folha Online, cap. no end. http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02a.shtml
- Jornal Folha de São Paulo. Nós – Editorial, 17 de setembro de 1977, Folha 80 anos, Folha Online, cap. no end. http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02a.shtml.
- Jornal folha de S. Paulo. JABOR, Arnaldo. **Os trinta anos de 64 fizeram nossa cabeça.** Folha de S. Paulo – Ilustrada 5-6. 5 de abril de 1994.

- Jornal folha de S. Paulo. MATTOS, Carlos Meira. **O 31 de Março de 1964**. Folha de S. Paulo – Opinião 31 de março de 2004, cap. no endereço <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3103200409.htm>.
- Jornal Folha de São Paulo. BONALUME NETO, Ricardo. **Revistas tentam “popularizar” a História** in Ilustrada – Folha de S. Paulo, 31 de janeiro de 2004.
- Jornal folha de S. Paulo. ¹ NASSIF, Luiz. **Revolução ou Golpe?** – Dinheiro – 2-3. Folha de S. Paulo, 31 de março de 1994. Cap. no endereço: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/27/index.html>
- Jornal folha de S. Paulo. SODRÉ, Roberto de Abreu. **A história é a grande conselheira**. Painel – Folha de S. Paulo. 26 de março de 1994.
- Jornal folha de S. Paulo. MOLICA, Fernando. **Estado promovia uma guerra psicológica contra adversários**. FOLHA DE S. PAULO, Caderno Especial – 30 anos do golpe. 27 de março de 1994. cap. no endereço: Cap. no endereço: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/27/index.html>
- Jornal folha de S. Paulo. CANZIAN, Fernando. **Documentos revelam ação de Médici e Nixon para barrar esquerda no Uruguai**. FOLHA DE S. PAULO, Caderno-Brasil. 28 de março de 2004.
- Jornal folha de S. Paulo. Folha de S. Paulo. **40 anos depois** – Editorial, 31 de março de 2004. Capturado do site Folha On-line/almanaque/especial golpe militar 40 anos nos endereços: <http://almanaque.folha.uol.com.br/> e <http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura.htm> em 26/09/2007
- Jornal folha de S. Paulo. FRIAS, Otávio Filho. **Como 2 e 2 são 4**. Opinião. Folha de S. Paulo, 6 de setembro de 2001
- Jornal folha de S. Paulo. DÁVILA, Sergio. **O dia em que os militares tomaram o poder**. Folha de S. Paulo. BRASIL- 31 de março de 2004
- Jornal folha de S. Paulo. VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à Brasileira**. Tendências/Debates – Opinião. Folha de S. Paulo, 5 de março de 2009.
- Jornal folha de S. Paulo. FRIAS, Otávio Filho. **Ainda a Ditadura**, Opinião – Folha de S. Paulo, 6 de dezembro de 2001.
- Jornal folha de S. Paulo. **Folha avalia que errou, mas reitera as críticas**. DA REDAÇÃO - Brasil. Folha de S. Paulo, 8 de março de 2009.
- Jornal folha de S. Paulo **Professores pedem direito de resposta no caso da ditabranda**. Editoria-Brasil, Folha de S. Paulo, 14 de março de 2009
- Jornal folha de S. Paulo **Cotidiano. SP registra 293 km de congestionamentos; motorista deve evitar centro expandido até as 22h. Capturado em 10/06/2009 no end.**

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u579520.shtml>

Jornal folha de S. Paulo **Mundo - Resgate dos 33 mineiros coloca Copiapó no mapa do mundo**. Capturado em 10/10/2010 no end.

<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/812652-resgate-dos-33-mineiros-coloca-copiapo-no-mapa-do-mundo.shtml>

Jornal folha de S. Paulo. **Mundo. Neve caiu em Las Vegas pela primeira vez em 30 anos**. Capturado em 06/10/2010 no end.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u481231.shtml>

Jornal folha de S. Paulo **Multimídia. Editor-executivo da Folha comenta cobertura histórica das eleições**. Capturado em 04/10/2010 no end.

<http://www1.folha.uol.com.br/multimidia/videocasts/809236-editor-executivo-da-folha-comenta-cobertura-historica-das-eleicoes.shtml>

Jornal folha de S. Paulo **Mercado. Importações batem recorde histórico em setembro, aponta governo**. Capturado em 01/10/2010 no end.

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/807923-importacoes-batem-recorde-historico-em-setembro-aponta-governo.shtml>

Jornal folha de S. Paulo Esporte - **Com choro e dança, Camarões faz história no Mundial de vôlei com "artilheiro japonês"**. Capturado em 29/09/2010 no end.

<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/806432-com-choro-e-danca-camaroes-faz-historia-no-mundial-de-volei-com-artilheiro-japones.shtml>

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – SETOR DE MICROFILMAGEM

Jornal Folha de São Paulo. **Esforços para garantir êxito no comício da Guanabara** - 1º. Caderno – Pag. 03: 03/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)

Jornal Folha de São Paulo. **Não pode dar-se conspiração** – 1º caderno, pág.04: 02/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)

Jornal Folha de São Paulo. **Santiago Dantas condena os extremismos** – 1º caderno, pág.03: 03/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)

Jornal Folha de São Paulo. **Exército reagirá à provocações no comício do dia 13** – 1º caderno, pág. 06: 03/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)

Jornal Folha de São Paulo. Editorial – **Ora, a lei...** – 1º caderno, pág.: 05/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)

Jornal Folha de São Paulo. **Federação Ameaçada** – 1º caderno, pág. 03: 05/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)

- Jornal Folha de São Paulo. ***O Brasil poderá ser a China comunista da América*** – 1º caderno, pág. 02: 05/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. ***Rumores de complô comunista*** – 1º caderno, pág.02: 05/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. ***Radicalização*** – 1º caderno, pág. 04: 06/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. Editorial - ***Comício*** – 1º caderno, pág.03: 07/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. ***Desorientação do Governo*** – 1º caderno, pág.03: 08/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. Editorial – ***Queremismo, não!*** – 1º caderno, pág.04: 10/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. ***Tudo pronto para garantir a ordem no comício de JG*** – 1º caderno, pág.01: 10/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. ***1º de Maio no Pacaembu terá Goulart e Futebol*** – 1º caderno, pág.06: 10/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. ***Comício chega, tensão cresce, Jango descansa*** – 1º caderno, pág. 03: 11/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. ***Goulart teria ameaçado não comparecer dia 13*** – 1º caderno, pág.03: 12/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. Editorial – ***Comício Provocação*** – 1º caderno, pág.04: 13/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. ***Exército de prontidão no país: comício na Gb*** – 1º caderno, pág.01: 13/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. Editorial – ***Para que?*** – 1º caderno, pág.04: 14/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. ***JG Surpreende o país: refinarias encampadas*** – 1º caderno, pág.01: 14/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. ***Carreira política de Goulart chega ao cume*** – 1º caderno, pág.03: 14/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)

- Jornal Folha de São Paulo. **Comício do Rio firma a opção Jango-Lacerda**– 1º caderno, pág.03: 14/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Semana Política - Reações** – 1º caderno, pág.03: 16/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Lacerda pede União: segurança nacional ameaça** – 1º caderno, pág.: 16/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Organiza-se a “Marcha da Família”** – 1º caderno, pág.01: 16/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Mulheres vão defender a democracia** – 1º caderno, pág.07: 16/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **“Marcha pela liberdade” quer impeachment** – 1º caderno, pág.04: 17/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Tudo preparado para a Marcha com Deus pela Liberdade** – 1º caderno, pág.09: 18/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Hoje às 16 horas passeata em defesa da constituição** – 1º caderno, pág.01: 19/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **“Marcha da Família”** – 1º caderno, pág.04: 19/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Elevado número de Adesões a “Marcha pela Liberdade** – 1º caderno, pág.07: 19/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. Editorial – **Povo, apenas povo** – 1º caderno, pág.04: 20/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Mães oram ao Padre Anchieta** – 1º caderno, pág.08: 20/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Ademar e Lacerda congratulam-se nos Campos Elíseos** – 1º caderno, pág.03: 21/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. Editorial – **Fé no Regime** – 1º caderno, pág.03: 21/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Marcha repercute bem: deputados solidarizam-se** – 1º caderno, pág.05: 21/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)

- Jornal Folha de São Paulo. Editorial – **“Governo de Garra”** – 1º caderno, pág.04: 22/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Marcha foi repúdio à comunização do país** – 1º caderno, pág.07: 24/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Silvio Mota diz que não tolerará idéias subversivas** – 1º caderno, pág.03: 25/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Dor de Cotovelo** – 1º caderno, pág.04: 25/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Marinheiros força renúncia do Ministro: crise agravada** – 1º caderno, pág.06: 26/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. Editorial – **Imprensa** – 1º caderno, pág.04: 26/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Cronista assegura: não haverá Golpe!** – 1º caderno, pág.05: 26/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Golpe à esquerda visa marcha para a direita** – 1º caderno, pág.05: 27/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Crise na Marinha: Silvio Mota sai** – 1º caderno, pág.01: 27/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **A crise da Marinha mobiliza o governo** – 1º caderno, pág.03: 27/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. Editorial – **O caminho da concórdia** – 1º caderno, pág.04: 27/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Almirante Cunha Rodrigues, o novo ministro da marinha** – 1º caderno, pág.03: 28/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Fim da rebelião: JG circunscreve a crise** – 1º caderno, pág.04: 28/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Anistiados todos os marinheiros rebeldes** – 1º caderno, pág.01: 29/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. Editorial - **Indisciplina vitoriosa** – 1º caderno, pág.04: 29/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Ultimato do clube naval ao ministro da Marinha** – 1º caderno, pág.01: 30/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)

- Jornal Folha de São Paulo. *Os clubes naval e militar tomam posição conjunta* – 1º caderno, pág.01: 31 /03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. *UDN e PSD unidos para derrubar Goulart* – 1º caderno, pág.03: 31/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. *Jogando na crise o futuro do Brasil* – 1º caderno, pág.03: 31/03/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. *II Exército domina o Vale do Paraíba* – 1º caderno, pág.01: 01/04/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. *Calma completa no estado de São Paulo* – 1º caderno, pág.01: 01/04/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. *Argentina Lamenta o que ocorre no Brasil* – 1º caderno, pág.02: 01/04/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. *Proclamação de Ademar* – 1º caderno, pág.03: 01/04/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. *Confiança, apensar de tudo* – 1º caderno, pág.04: 01/04/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. *Congresso declara presidência vaga; Mazzilli assume* – 1º caderno, pág.01: 02/04/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. *Balanço do dia D* – 1º caderno, pág.02: 02/04/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. *AB – vamos voltar à lei com rigorosa depuração* – 1º caderno, pág.09: 03/04/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. *Petrobrás sem nenhum comunista: “Limpeza”* – 1º caderno, pág.01: 03/04/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. *Generais divulgam manifesto à nação* – 1º caderno, pág.01: 03/04/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. Editorial – *O Brasil continua* – 1º caderno, pág.04: 03/04/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. *Forças Armadas* – 1º caderno, pág.04: 03/04/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)

- Jornal Folha de São Paulo. **Economista diz que EUA já esperavam a queda de JG** – 1º caderno, pág.09: 03/04/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. Editorial – **Expurgos** – 1º caderno, pág.04: 04/04/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **A vez dos políticos** – 1º caderno, pág.04: 04/04/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **Kruell diz à Folha porque Goulart caiu** – 1º caderno, pág.06: 04/04/1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo Otávio. **Banditismo** - Editorial. 1º. Caderno, p. 02, Folha de S. Paulo, 22 de setembro de 1971. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **A Mensagem do Governo**- Editorial. 1º Caderno, p. 06, 03 de março de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional)
- Jornal Folha de São Paulo. **Decisões Políticas do Presidente Castelo Brasil**. 2º.Caderno, p. 4, 31 de março de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. Folha de S. Paulo. Editorial. 1º. Caderno; p. 03, 30 de março de 1975. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **O povo confiou nas forças armadas**. (capa), 01 de abril de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **O Modelo Brasileiro**. (capa) 31 de março de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **O Novo Governo**. 1º caderno. p. 03, 15 de março de 1974. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. NOBRE FILHO, Fernando. **A Razão e a Certeza** – BALANÇO, Folha de S. Paulo, 1º caderno-Nacional, p. 14, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. **O país lembra os 11 anos da Revolução** - Editorial. 1º. Caderno, p. 03, 30 de março de 1975. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. Dines, Alberto. **A noção do tempo**. 1º Caderno-Opinião, p. 02. Folha de S. Paulo, 31 de março de 1976. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)

- Jornal Folha de São Paulo. Dines. Alberto. ***O 13º aniversário IV***– Opinião, Folha de S. Paulo, 1º Caderno, p. 03, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. DALLARI, Dalmo. ***O quadro político do brasileiro*** – Tendências/Debates, Folha de S. Paulo. 1º. Caderno, p. 03, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. ***Distensão não elimina o AI-5***, 1º. Caderno, p. 04, 20 de junho de 1975. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. BAHIA, Alberto. ***Mudou o sistema, menos a consciência deste*** – Nacional, 1º. Caderno, Folha de S. Paulo, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. BOAVENTURA, Jorge. Balanço – Nacional 1º. Caderno, p. 14, Folha de S. Paulo, 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo Baleeiro, Aliomar. ***A frustração depois de 13 anos***, 1º. Caderno, p. 13, Folha de S. Paulo. 31 de março de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. ***Preso Lourenço Diaféria*** (Capa) 16 de setembro de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. ***Coluna de Lourenço Diaféria*** – Ilustrada. 2º. Caderno, p. 44, Folha de S. Paulo, 16 de setembro de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo Lima, Hermes. ***Sociedade e arbítrio político*** – Tendências/Debates, 1º. Caderno, p. 03, Folha de S. Paulo, 22 de setembro de 1977. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo Folha de S. Paulo. ***Os caminhos da transição*** – Editorial – 1º. Caderno, p. 02, 19 de fevereiro 1981. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. ***Nosso direito e nosso dever*** – Editorial, 1º. Caderno, p. 02, 07 de maio de 1978. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. ***O País lembra os 11 anos da Revolução***. 1º. Caderno, p. 03 1º. Caderno. 31, de março de 1975. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. ***A década da incerteza*** – Editorial – 1º caderno. p. 02, 01 de janeiro de 1980. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)
- Jornal Folha de São Paulo. ***O caminho da Transição*** – Editorial. Folha de São Paulo, 07/09/1980, p. 2.

Correio da Manhã. **Fora!** – Editorial, 01 de abril de 1964. (Fundação Biblioteca Nacional- Setor de Microfilmagem)

Bibliografia

- AARÃO, Reis, et all. *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: Edusc, 2004.
- ABRAMO, Cláudio. *A Regra do Jogo*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- ADORNO/HORKHEIMER. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANTUNES, Elton. *Imprensa e cidade: diários de uma vida besta*. Florianópolis: Anais do II Enc. Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 15 a 17 de abril de 2004. Cap no site <http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/index.htm>. 28/8/2004
- ANTUNES, Elton e VAZ, Paulo Bernardo. *Mídia: um aro, um halo e um elo*. In GUIMARÃES, César e FRANÇA, Vera. (orgs.) *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. São Paulo: Autêntica. 2006.
- ARBEX JR. Jose. *Showrnalismo – a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- AVELINO, Carmem Daniella Spínola da Hora. *O Jornalismo e os mecanismos de agendamento de rotinas sociais: um estudo do jornal “a republica” (Natal-GN, Brasil) durante a segunda Guerra Mundial*. Florianópolis: Anais do II Enc. Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 15 a 17 de abril de 2004. Cap no site <http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/index.htm>. 28/8/2004
- BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG. 2007.
- BANN, Stephen. *As invenções da História. Ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.
- BARBALHO, Alexandre. *Lívio Xavier – política e cultura*. Fortaleza: Edições A Casa, 2003.
- _____. *Cultura e Imprensa alternativa*. Fortaleza: Edições UECE, 2000.
- BARBEIRO, Jesús Martin. *Dos Meios às Mediações*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa – Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X Editora, 2009.
- _____. *História cultural da Imprensa – Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X. 2010.
- _____. *Como se escreve a história da imprensa?*. Florianópolis: Anais do II Enc. Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 15 a 17 de abril de 2004. Cap no site <http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/index.htm>. 28/8/2004

- _____. *O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira*. no Endereço <http://www.uff.br/mestcii/marial6.htm>: Revista Eletrônica Ciberlegenda, no. 7, 2002, cap. no dia 12/09/05.
- BARTHES, Roland. *Michelet*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BÉDARIDA, François. “*La mémoire contre l’histoire*”. Paris: Esprit, juillet. 1993
- _____. BÉDARIDA, François. *Tempo presente e presença de história* in FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas – Magia e Técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasileira, 1996.
- BLOCH, Marc. *A Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BODEI, Remo. *A História tem um Sentido?*. Bauru - São Paulo: Edusc, 2001.
- _____. *Livro da Memória e da Esperança*. Bauru - São Paulo: Edusc, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectivas, 1992.
- _____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- _____. “*A opinião pública não existe*”, in. *Questões de sociologia*. São Paulo: Marco Zero, 1983.
- BORGES, Jorge Luis. *Funes, o Memorioso*. in *Ficções*. São Paulo: Editora Globo. 1999. Versão Digital: <http://groups.google.com/group/digitalsource>
- BROSSAT, Alain. *La memoria colectiva – Entre la resistencia y la gubernamentalidad in Puentes*, No. 19 dezembro de 2006.
- BURKE, Peter & Briggs, Asa. *Uma História Social da Mídia – de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- _____. & PORTER, Roy. (orgs.) *História Social da Linguagem*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- BRETAS, Beatriz. *Interações cotidianas*, in GUIMARÃES, César e FRANÇA, Vera. *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- _____. *A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa* in *A Escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

- CAMARGO, Anna Cristina. *“Liberdade é uma calça velha azul e desbotada” – Publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação*. Campinas: Revista Opinião Pública, vol. VIII, no. 1, 2002.pp. 40-53.
- _____. *Diferente, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- _____. *Leitores, Espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- _____. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- _____. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- CATROGA, Fernando. *Memória e História* in PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteira do Milênio*. Rio Grande do Sul. Editora Universidade/UFRGS, 2001.
- CARVALHO, Alessandra e CASTELA, Ludmila da Silva. 31 de Marzo en Brasil: memoria deshilachadas in JELIN, Elizabeth (comp.). *Las Conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”* Madrid, Siglo XXI, 2005
- CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____. *A Invenção do cotidiano – artes de fazer*. vol. 1, São Paulo: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger, *O Mundo Como Representação*. Rio de Janeiro: Estudos Avançados, Número 11, v. 5, 1991.
- _____. *Práticas de Leitura*. Brasília: Estação Liberdade, 1996.
- _____. *A ordem dos livros – Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora UNB, 1999.
- _____. *Forma e Sentido, cultura Escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas SP: Mercado das Letras, 2003.
- _____. *À beira da Falésia. História entre Incerteza e Inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRS, 2002.
- _____. *A História Hoje: dúvidas desafios, propostas*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol. 7, no. 13. 1991, p. 97-113.
- CHAUVEAU, A e TÉTARD, Ph. *Questões para a História do tempo presente*. São Paulo: Edusc, 1999.
- CHIAVENATO, Júlio José. *O Golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 1994.

- COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de História*. São Paulo/ Lisboa: Martins Fontes/ Provença, 1977.
- CROCE, Benedetto. *La Historia como Hazaña de la Libertad*. México: Fondo de Cultura Econômica/ Coleccion popular, 1992.
- D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio A. Lima e CASTRO, Celso (org.). *Visões do Golpe – Memória Militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França Revolucionária*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. *Edição e sedição*. São Paulo: Cia das letras, 1992.
- _____. *O Iluminismo como negócio – História da publicação da enciclopédia 1775-1800*. São Paulo: Cia das letras, 1996.
- _____. *O Beijo de Lamourette – mídia cultura e revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DELGADO, Lucila. *1964: temporalidades e interpretações* in REIS, Daniel Aarão et all. *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*, Bauru-SP: Edusc, 2004 p. 19.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. *Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Jorge: Zahar Editor, 1994
- FALCON, Francisco J. C. *A Identidade do Historiador*. Rev. Estudos Históricos – Historiografia, no. 17 Rio de Janeiro. 1996.1.
- _____. *História Cultural. Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.
- FARO, J.S. *Marshall McLuhan 40 anos depois: a mídia como lógica de dois tempos*. Revista Fronteiras, Estudos Midiáticos. v 6, no. 2. 2004 – capturado. em 29/07/2008 no endereço:
<http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/fronteiras/article/view/3092/0>.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do Tempo Presente: desafios*. Rev. Cultura Vozes, Petrópolis: v. 94, No. 3, pp. 111 – 124, maio/junho, 2000.
- _____. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. *História, tempo presente e história oral*. Rio de Janeiro: Topoi, dezembro de 2002, pp 314-332.
- FERRO, Marc. *A História Vigida*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

- FRANÇA, Vera. *Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação* in GUIMARÃES, César e FRANÇA, Vera. Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FREITAS, Hélio. *Nem tudo é Notícia – O Grupo Folha na Internet*. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 9/07/1999.
- GEERTZ, Clifford, *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1978.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Mitos, emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- GONÇALVES, Adelaide. *Imprensa dos Trabalhadores: fonte, documento e memória social* in VASCONCELOS, Geraldo José & MAGALHÃES JUNIOR. (orgs) Linguagens da História, Fortaleza: Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da UFC, Coleção diálogos Intempestivos, 2003.
- GOULART, Ana Paula. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: e-Papers, 2007.
- _____. *Mídia e Memória – A produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro. PDF, 2007.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Revista Estudos históricos, n 1, 1988, p. 5-27.
- HABERT, Nadine. *A Década de 70 – apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. São Paulo: Col. Biblioteca do Tempo Universitário, 2003.
- HADDOCK, B. A. *Uma Introdução ao pensamento Histórico*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- Harvey. David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2007
- HALL, Stuart. *Da Diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- HARTOG, François. *Regime de Historicidade*. Capturado da Internet em 8/05/2006 no endereço: <http://www.fflch.usp.br/dl/heros/excerpta/hartog.html>.
- HELENA, Maria e PAES, Simões. *A década de 60 – rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: editora Ática, 1993.
- HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

- HERÓDOTO. *História*. Brasil. Editora e-bookBrasil - Digitalização do livro em papel Volumes XXIII e XXIV Clássicos Jackson W. M. Jackson Inc., Rio, 1950 Versão para o português de J. Brito Broca. Pág. 418
- HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *A Era dos Extremos – o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- _____. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória – arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora 2ª. Edição, 2000.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC, 2006.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo: norte e sul*. São Paulo: Edusp, 1997
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- JELIN, Elizabeth. “*Memórias em conflito*” in Puentes. No. 01 agosto de 2000.
- LABORIE, Pierre. *De l’opinion publique à l’imaginaire social*” in Vingtième Siècle. 1988, vol. 18, número 18, PP 101-117.
- LAGE, Nilson, FARIA, Teles, RODRIGUES, Sérgio. *Diário Carioca – o primeiro degrau para a modernidade*. Florianópolis: Anais do II Enc. Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 15 a 17 de abril de 2004. Cap no site <http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/index.htm>. 28/8/2004
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática 5ª, 2004.
- LANGLOIS, Charles Victo e SEIGONOS, Charles. *Introdução aos Estudos Históricos*, São Paulo: Renascença S.A. 1946.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, São Paulo/Campinas: Editora Unicamp. 1990.
- LIMA, Luis Costa. *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- LINS da SILVA, Carlos Eduardo. *Mil dias: seis mil dias depois*. São Paulo: Publifolha. 2005
- MAYER, Arno. “*Les pièges du souvenir*”. Paris: juillet, 1993.
- MALERBA, Jurandir. *A Velha História. Teoria, Método e Historiografia*. Campinas – São Paulo: Editora Papirus, 1996.
- _____. *A História Escrita. Teoria e história da historiografia*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MARQUES, Roberto. *Contracultura, tradição e oralidade – (re) inventando o sertão nordestino na década de 70*. São Paulo: Annablume, 2004.

- MARQUES DE MELO, José. *Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação*, Rio de Janeiro: Edições Paulinas, 1974.
- MARROU, H. –I. *Do conhecimento Histórico*. Lisboa: Editora Áster, LTD.
- MASSAGI JÚNIOR. *Fato vs Texto*. Florianópolis: Anais do II Enc. Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 15 a 17 de abril de 2004. Cap no site <http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/index.htm>. 28/8/2004
- MASTROGREGORI, Massimo. *Historiografia e tradição das lembranças*. In MALERBA. A História Escrita. Teoria e história da histografia. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MENESES, Sônia. *Os historiadores e os “fazedores de História”:* lugares e fazeres na produção da memória e do conhecimento histórico contemporâneo a partir da influência midiática. Rev. OPSIS. v. 7, no. 09, julho/dez 2007. Goiânia: UFG. 2007
- _____. *Quando o crime é notícia: O papel da imprensa na construção do espaço urbano do século XIX*. Revista PJ:BR (São Paulo), v. 8, p. 1, 2007.
- _____. *Nação de papel: o jornal como possibilidade de investigação histórica na problemática da construção nacional no século XIX*. In: Freitas, Antônio de Pádua Santiago de; Francisco Carlos Jacinto Barbosa; Francisco José Gomes Damasceno. (Org.). Pesquisas Históricas: fontes e trajetórias. 01 Fortaleza: UECE, 2008, v. 01, p. 9-261.
- _____. *1964, o ano de uma notícia indelével: A construção memorial do Golpe militar no Brasil entre a mídia, a memória e a história*. São Paulo, Uninove. Rev. Cenários da Comunicação, 2009.
- _____. *As Faces de Hécate: Literatura, Mídia e História* formas narrativas na produção do acontecimento na sociedade contemporânea. Santa Catarina, Rev. Estudos em Jornalismo e Mídia. (UFSC), 2009.
- _____. *As Chaves da Cidade: civilização e violência na construção urbana de Fortaleza na segunda metade do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2000.
- MITRE, Antônio. *O Dilema do Centauro. Ensaios de Teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MONTALBÁN, Manuel Vasquez. *As notícias e a informação*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, S.A. 1979.
- MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em tempo Real – o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.
- MORAES, Geneton. *Dossiê Brasil – As histórias por trás da História recente do país*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- _____. *Dossiê História*. Rio de Janeiro: Globo, 2007.

- MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impres, 1981.
- MOLICA, Fernando, et all. *10 reportagens que abalaram a ditadura militar*. São Paulo: Record, 2005.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991.
- NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques *Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- _____. *Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- _____. *Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- NORA, Pierre. *O Retorno do Fato* in NORA & LÊ GOFF. *Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- _____. *Entre Memória e História – a problemática dos lugares*. São Paulo: Rev. Projeto História/PUC vol. 10, 1993.
- NOVAES, Adauto. (org.). *Muito além do espetáculo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.
- _____. (org.). *Libertino Libertários*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- ORTIZ, Renato. *A Moderna tradição brasileira – cultura Brasileira e Indústria cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- PADILHA, Márcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRS, 2001
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A máquina da memória – almanaque abril, o tempo presente entre a história e o jornalismo*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2009.
- RABELO, José. *Os acontecimentos midiáticos como actos de palavra*. Servilha: Revista científica de información e comunicación, no. 03. 2006.
- RAGO, Margareth. *O efeito-Foucault na historiografia brasileira*. Revista Tempo Social. USP, São Paulo: 7(1-2) 67-82, outubro de 1995.
- REIS, Jose Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo Histórico a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Edita Ática, 1994.
- _____. *As Identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.
- _____. *História e Teoria – Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

- REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. ***O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-12004)***. São Paulo: Edusc, 2004.
- REZENDE e KAPLAN. ***Jornalismo Eletrônico ao Vivo***. São Paulo: Vozes, 1994.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. ***Mídia e História: ambigüidades e paradoxos***. Cap. da Internet no end. <http://www.intercom.org.br/paper/xxi-cilgt23/gt2306.pdf>, em 03/09/05
- RICOEUR, Paul. ***Tempo e Narrativa***. Tomos I, II, III, São Paulo: Papyrus Editora, 1997.
- _____. ***História e Verdade***. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- RICOEUR, Paul. ***Événement et sens***, in *Raisons Pratiques*, No. 02 *l'événement en perspective*, Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. 1991.
- _____. ***A Memória, a história, o esquecimento***. São Paulo: Unicamp, 2007.
- RIOUX, J.-P. ***Entre o Jornalismo e a História***. in ***Questões para a História do tempo presente***. São Paulo: Edusc, 1999.
- RIBEIRO, A. P. G. ***A história do seu tempo. A imprensa e a produção do sentido histórico***. Rio de Janeiro: dissertação de Mestrado defendida na ECO/UFRJ, 1996
- RODRIGUES, Marly. ***A Década de 50 – Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil***. São Paulo: editora Ática, 1994
- _____. ***A Década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às ruas***. São Paulo: editora Ática, 1994.
- ROUSSO, Henry. ***La hantise du passé***. Entretien avec Philippe Petit, les Editions Textuel, 1998.
- ROXO, Marco. ***Jornalistas, pra quê? militância sindical e o drama da identidade Profissional***. Niterói: UFF, tese de doutorado. Versão PDF, 2007
- RÜSEN, Jörn. ***Razão Histórica – Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica***. Brasília: Editora UNB, 2001.
- _____. ***Reconstrução do passado – Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica***. Brasília: Editora UNB, 2007.
- _____. ***História Viva – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico***. Brasília: Editora UNB, 2007.
- _____. ***Historiografia Comparativa Intercultural*** in MALERBA. ***A História Escrita***. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- SARAMAGO, José. ***O Conto da Ilha Desconhecida***. São Paulo: Cia da Letras, 2003.
- _____. ***Ensaio Sobre a Cegueira***. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

- SARLO, Beatriz. Tempo Passado – *Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI – no loop da montanha russa*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- _____. *McLuhan assombra ao Rei*. Folha de São. Mais! 23/02/1997.
- SILVA, Hélio. *1964, vinte anos de Golpe Militar*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- SOBRÉ, Muniz. *A narração do Fato*. Petrópolis-RJ: Vozes 2009.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Fúria de Calibã – memória do golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- _____. *Vida e Morte da ditadura – 20 anos de autoritarismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SOUSA, Daniel de. *Teoria da História e conhecimento histórico*. Lisboa: Editora Horizonte Universitário, 1982.
- STONE, Lawrence. *O Ressurgimento da Narrativa - reflexões sobre uma nova velha história*. Tradução do texto original publicado em Past and Present, no. 85 nov 1979, pp 3-24.
- TASCHNER, Gisela. *Folhas ao Vento – análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra. 1992.
- THOMPSON, John B. *Mídia e Modernidade: uma teoria social da mídia*. São Paulo: Vozes, 2004.
- TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa. 2004.
- TOMAZ, Kátia de Pádua. *A preservação de documentos digitais de caráter arquivísticos: novos desafios, velhos problemas*. Belo Horizonte: UFMG, tese de doutorado defendida em 2004. versão em PDF localizada no end. http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VALA-68ZRKF/1/doutorado_katia_de_padua_thomaz.pdf
- TREMBLAY, G.. *De Marshall McLuhan a Harold Innis ou da Aldeia Global ao Império Mundial*. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, v. 1, n. 22, 2005. cap. em 28/07/2008 no endereço: <http://ojs.portcom.intercom.org.br/index.php/famecos/article/view/228/0> .
- UFRJ-UFF-CPDOC-APERJ. *1964-2004 – 40 anos do golpe – ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004.
- VAINFAS, Ronaldo. Micro-História. *Os protagonistas anônimos da História*. Rio Janeiro: Editora Campus, 2002.

- VASCONCELOS, José Antônio. *Quem tem medo de teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: Editoria Annablume, 2005.
- VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Brasília: Editora UNB, 1998.
- VIZEU, Alfredo. *O jornalismo e as “teorias intermediárias” cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimento organizacionais e as perspectivas da análise do discurso (AD)*. BH/MG: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (anais eletrônicos) 2 a 6 de set de 2003.
- WHITE, Hayden. *Teoria literária e escrita da História*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol. 7, no, 13. 1991, p. 21-48.
- _____. *Meta-História –Imaginação Histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. *Trópicos do Discurso – Ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora EDUSP, 2001.
- WEINRICH, Harald. *Armazenado, quer dizer, esquecido* in *Lete: arte e crítica do esquecimento*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- WEHLING, Arno. *Fundamentos e Virtualidades da Epistemologia da História: algumas questões*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol. 5, No. 10. 1992, p. 21-48.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- WOLF, M., *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1994.

Anexos

Editorial: Em defesa da lei
[Publicado em 2 de abril de 1964]

Cap. http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02b.shtml

Neste texto foi mantida a grafia original da época

Não foi por falta de advertências que a situação nacional chegou ao estado em que hoje se encontra, de profunda crise militar e política, opondo-se ao presidente da República ponderável parcela das Forças Armadas e diversos líderes civis de incontestável autoridade, responsáveis pelo governo de importantes Estados da Federação.

Ninguém por certo desejou tal situação, excluídos certamente os elementos comunistas para os quais a situação do país estará tanto melhor quanto pior em verdade for. Esses elementos, infelizmente, vêm agindo há muito em altos cargos da administração pública federal e, de certa maneira, orientando muitas ações do governo.

O que pessoas de bom senso têm reiteradamente perguntado é isto: se o Partido Comunista se acha fora da lei, se os sentimentos do povo brasileiro claramente repelem o comunismo, se os elementos sabidamente comunistas têm sido sistematicamente batidos nas eleições em que prevalece o voto secreto e, mais do que isto, se têm obtido esmagadoras vitórias os líderes que se declaram ostensivamente contra os comunistas, por que haveriam estes de dominar no Brasil e dar o tom da política nacional?

Outra pergunta que as mesmas pessoas não raras vezes se fizeram é esta: se existem meios constitucionais para resolver a maioria dos grandes problemas nacionais, assim como para realizar as reformas necessárias ao progresso do país, por que se fez desse tema reformista uma simples bandeira de agitação, pregada com violência e com evidente propósito, não poucas vezes, de atirar os vários grupos sociais uns contra os outros? E por que se passou a denunciar a Constituição, a lei suprema, como fonte de todos os males do país e instrumento de opressão do povo? E por que passou a atacá-la, exigindo sua reforma, o chefe do Poder Executivo, que jurou cumpri-la, quando essa iniciativa de reforma é prerrogativa de outro Poder? Não menos respeitáveis são as dúvidas que surgiram em tantas cabeças esclarecidas a respeito da juridicidade dos atos seguidamente praticados pelo presidente da República, quando sob forma de simples decretos baixou determinações e normas que só podem vigir quando sob forma de lei. Nessas atividades e em várias outras enxergou-se o propósito de eliminar o Congresso Federal, e de eliminá-lo não apenas pelo desprezo votado a suas atribuições específicas e prerrogativas, mas também pelo incitamento do povo mediante doutrinação sistematizada e perturbadora.

Enquanto ganhava corpo, no governo, a tendência para o abuso de poder e o desrespeito aos outros Poderes da República, submetiam-se as Forças Armadas ao duro vexame de assistir ao apoio que a tais atos era dado por alguns oficiais colocados em postos de direção. Com habilidade foram assim as Forças Armadas aos poucos envolvidas na política, dando-se ao povo a impressão de que elas existem para defesa do presidente, transformado em superpoder, e não, e igualmente, para defender os outros poderes e de um modo geral as instituições.

Nosso clima de crescente absorção de atribuições pelo Executivo, escudado em dispositivos que os outros Poderes não poderiam jamais constituir, a própria Federação acabou renegada e o intervencionismo desabusado nos Estados passou a constituir uma quase rotina.

A cada abuso de poder crescia a apreensão natural das pessoas que têm consciência do regime constitucional em que vivemos, e que é o democrático. Essa apreensão manifestou-se na maioria da imprensa brasileira independente. Este jornal registrou numerosas vezes sua estranheza ante a cada vez maior ilegalidade em que ia mergulhando o governo federal, apelando ao patriotismo dos responsáveis pela coisa pública, a fim de que se reexaminassem as falsas posições e se dessem ao povo, com sinceridade, os frutos de um regime democrático sadiamente aplicado e vivido, em lugar dos engodos de um totalitarismo subversivo.

Clamamos em defesa da Constituição, em defesa do regime democrático, em defesa da independência e da harmonia dos poderes. E nesse clamor, não visamos a ninguém pessoalmente, havendo distribuído nossas críticas tanto ao presidente da República quanto a todos os outros elementos, civis e militares, que integram ou defendem os Poderes da República.

Mas os clamores foram vãos. Não surtiram efeito os apelos à razão e ao patriotismo dos homens a quem se acha confiada a sorte do país. E a sementeira vermelha se tornou cada dia mais abundante, não demorando a produzir os seus amargos e venenosos frutos, que a inflação, jamais combatida com determinação, tornava ainda mais perigosos. A estrutura do país começou a abalar-se, ante os olhos atônitos dos homens sérios e trabalhadores, do povo ordeiro e construtor, que se viu humilhado repetidamente pela nova conceituação que à palavra povo se procurava dar, isto é, a de povo como sinônimo de multidão organizada e condicionada para o aplauso sem raciocínio.

As sucessivas paralisações do país mediante greves que não nasciam dos trabalhadores mas de uma cúpula política

bem engordada em comodas posições de falsa liderança, falsa porque armada à custa do governo, ensombreciam ainda mais o ambiente nacional.

Finalmente, no lamentável comício do dia 13, na Guanabara, o que se viu e ouviu foi, diante dos chefes militares, a pregação aberta da revolução e do descumprimento da Constituição, ao mesmo tempo que os mais profundos sentimentos do povo eram ridicularizados pelos que mais deviam respeitá-los. E logo a seguir, numa verdadeira fúria de quem precisa realizar em pouco tempo uma obra imensa de destruição, a crise provocada na Marinha e o intolerável atentado à disciplina e à hierarquia militar.

Depois de lentamente tentar corromper o cerne das Forças Armadas mediante a conhecida pregação falsamente reformista, surgia o golpe que deveria prenunciar o fim da legalidade democrática: o assalto à própria organização das Forças Armadas. E estas, em vários pontos do país, chefiadas por alguns de seus chefes de maior respeitabilidade, se levantaram em defesa das instituições ameaçadas.

São claros os termos do manifesto do comandante do II Exército. Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. Na verdade, as Forças Armadas destinam-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Ora, a pátria estava ameaçada pelo comunismo, que o povo brasileiro repele. Os poderes constitucionais haviam sido feridos de morte, tantos os desrespeitos à Constituição, à lei, ao regime federativo. E a ordem periclitava com a quebra de disciplina e de hierarquia nas Forças Armadas.

E essa disciplina e essa hierarquia não constituem assunto de somenos, a que possa o presidente ou qualquer membro do governo, e em especial das Forças Armadas, dar importância maior ou menor, consoante seu temperamento ou suas tendências. Pois é a própria Constituição que estabelece serem essas Forças organizadas na base da hierarquia e da disciplina. Quebrar essa disciplina e essa hierarquia constitui crime pelo qual qualquer chefe de Estado pode ser responsabilizado.

Assim se deve enxergar o movimento que empolgou o país. Representa, fora de dúvida, um momento dramático de nossa vida, que felizmente termina sem derramamento de sangue. E termina com a vitória do espírito da legalidade, reestabelecido o primado da Constituição e do Direito. Resta-nos esperar que os focos de resistência esboçados em raros pontos logo se desfaçam, para que a família brasileira reencontre no menor prazo possível a paz à qual tanto aspirava e o povo, livre da pregação e da ação dos comunistas que se haviam infiltrado no governo, volte a ter o direito, que lhe haviam tirado, de trabalhar em ordem e dentro da lei.

HERÓI. MORTO. NÓS.

[Crônica publicada em 1º de setembro de 1977]

Cap. em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02a.shtml

Neste texto foi mantida a grafia original da época

Lourenço Diaféria

Não me venham com besteiras de dizer que herói não existe. Passei metade do dia imaginando uma palavra menos desgastada para definir o gesto desse sargento Sílvio, que pulou no poço das ariranhas, para salvar o garoto de catorze anos, que estava sendo dilacerado pelos bichos.

O garoto está salvo. O sargento morreu e está sendo enterrado em sua terra.

Que nome devo dar a esse homem?

Escrevo com todas as letras: o sargento Sílvio é um herói. Se não morreu na guerra, se não disparou nenhum tiro, se não foi enforcado, tanto melhor.

Podem me explicar que esse tipo de heroísmo é resultado de uma total inconsciência do perigo. Pois quero que se lixem as explicações. Para mim, o herói -como o santo- é aquele que vive sua vida até as últimas consequências.

O herói redime a humanidade à deriva.

Esse sargento Sílvio podia estar vivo da silva com seus quatro filhos e sua mulher. Acabaria capitão, major.

Está morto.

Um belíssimo sargento morto.

E todavia.

Todavia eu digo, com todas as letras: prefiro esse sargento herói ao duque de Caxias.

O duque de Caxias é um homem a cavalo reduzido a uma estátua. Aquela espada que o duque ergue ao ar aqui na Praça Princesa Isabel -onde se reúnem os ciganos e as pombas do entardecer- oxidou-se no coração do povo. O povo está cansado de espadas e de cavalos. O povo urina nos heróis de pedestal. Ao povo desgosta o herói de bronze, irretocável e irretorquível, como as enfadonhas lições repetidas por cansadas professoras que não acreditam no que mandam decorar.

O povo quer o herói sargento que seja como ele: povo. Um sargento que dê as mãos aos filhos e à mulher, e passeie incógnito e desfardado, sem divisas, entre seus irmãos.

No instante em que o sargento -apesar do grito de perigo e de alerta de sua mulher- salta no fosso das simpáticas e ferozes ariranhas, para salvar da morte o garoto que não era seu, ele está ensinando a este país, de heróis estáticos e fundidos em metal, que todos somos responsáveis pelos espinhos que machucam o couro de todos.

Esse sargento não é do grupo do cambalacho.

Esse sargento não pensou se, para ser honesto para consigo mesmo, um cidadão deve ser civil ou militar. Duvido, e faço pouco, que esse pobre sargento morto fez revoluções de bar, na base do uísque e da farolagem, e duvido que em algum instante ele imaginou que apareceria na primeira página dos jornais.

É apenas um homem que -como disse quando pressentiu as suas últimas quarenta e oito horas, quando pressentiu o roteiro de sua última viagem- não podia permanecer insensível diante de uma criança sem defesa.

O povo prefere esses heróis: de carne e sangue.

Mas, como sempre, o herói é reconhecido depois, muito depois. Tarde demais.

É isso, sargento: nestes tempos cruéis e embotados, a gente não teve o instante de te reconhecer entre o povo. A gente não distinguiu teu rosto na multidão. Éramos irmãos, e só descobrimos isso agora, quando o sangue verte, e quanto te enterramos. O herói e o santo é o que derrama seu sangue. Esse é o preço que deles cobramos.

Podíamos ter estendido nossas mãos e te arrancando do fosso das ariranhas -como você tirou o menino de catorze anos- mas queríamos que alguém fizesse o gesto de solidariedade em nosso lugar.

Sempre é assim: o herói e o santo é o que estende as mãos.

E este é o nosso grande remorso: o de fazer as coisas urgentes e inadiáveis -tarde demais.

Editorial: Banditismo

[Publicado em 22 de setembro de 1971]

Cap. em http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02c.shtml

Neste texto foi mantida a grafia original da época

OCTAVIO FRIAS DE OLIVEIRA

A sanha assassina do terrorismo voltou-se contra nós.

Dois carros deste jornal, quando procediam ontem à rotineira entrega de nossas edições, foram assaltados, incendiados e parcialmente destruídos por um bando de criminosos, que afirmaram estar assim agindo em "represália" a notícias e comentários estampados em nossas páginas.

Que notícias e que comentários? Os relativos ao desbaratamento das organizações terroristas, e especialmente à morte recente de um de seus mais notórios cabeças, o ex-capitão Lamarca.

Nada temos a acrescentar ou a tirar ao que publicamos.

Não distinguimos o terrorismo do banditismo. Não há causa que justifique assaltos, assassinios e sequestros, muitos deles praticados com requintes de crueldade.

Quanto aos terroristas, não podemos deixar de caracterizá-los como marginais. O pior tipo de marginais: os que se marginalizam por vontade própria. Os que procuram disfarçar sua marginalidade sob o rotulo de idealismo político.

Os que não hesitaram, pelo exemplo e pelo aliciamento, em lançar na perdição muitos jovens, iludidos, estes sim, na sua ingenuidade ou no seu idealismo.

Desmoralizadas e desarticuladas, as organizações subversivas encontram-se nos estertores da agonia.

Da opinião pública, o terror só recebe repúdio. É tão visceralmente contrario às nossas tradições, à nossa formação e à nossa índole, que suas ações são energicamente repelidas pelos brasileiros e por todos quantos vivem neste país.

As ameaças e os ataques do terrorismo não alterarão a nossa linha de conduta.

Como o pior cego é o que não quer ver, o pior do terrorismo é não compreender que no Brasil não há lugar para ele. Nunca houve.

E de maneira especial não há hoje, quando um governo sério, responsável, respeitável e com indiscutível apoio popular, está levando o Brasil pelos seguros caminhos do desenvolvimento com justiça social -realidade que nenhum brasileiro lucido pode negar, e que o mundo todo reconhece e proclama.

O Brasil de nossos dias é um país que deseja e precisa permanecer em paz, para que possa continuar a progredir. Um país onde o ódio não viceja, nem há condições para que a violência crie raízes.

Um país, enfim, de onde a subversão -que se alimenta do ódio e cultiva a violência- está sendo definitivamente erradicada, com o decidido apoio do povo e da Imprensa, que reflete os sentimentos deste. Essa mesma Imprensa que os remanescentes do terror querem golpear.

Porque, na verdade, procurando atingir-nos, a subversão visa atingir não apenas este jornal, mas toda a Imprensa deste país, que a desmascara e denuncia seus crimes.

Almanaque - Folha... x Folha Online x Folha Online - Con... x Folha de S.Paulo - ... x Folha Online - Circ... x Folha Online - Esp...

alm anaque.folha.uol.com.br/memoria_hom e.htm

Nova guia Nouveautés pour les... :: ARQUIVO PUBLIC... Assistir CSI Las Vega... LetrasUSP Download WikiLeaks Accueil | RFI IDC Go-to-ly

UOL ASSINE 0800 703 3000 BUSCAR BATE-PAPO E-MAIL SAC SHOPPING ÍNDICE PRINCIPAL

FOLHA DE S.PAULO
Almanaque

Nesta semana
massas e molhos
delícias de sucesso

Banco de Dados Folha

Dossiê Memória da Imprensa

Leia outros textos publicados na **Folha** a respeito dos temas abordados nas entrevistas

EDITORIAS:

- Brasil
- Ciência
- Mundo
- Dinheiro
- Cotidiano
- Esporte
- Ilustrada

CANAIS:

- Moda
- Música

AUTORES:

- Alfredo Bosi
- Anton Tchekhov
- Belmonte
- Florestan Fernandes
- Franz Kafka
- Lenita Miranda de Figueiredo
- Machado de Assis
- Moacyr Scliar
- Modesto Carone
- Monteiro Lobato
- Plínio Marcos
- Rubem Braga
- Sérgio Buarque de Holanda

ESPECIAIS:

- Bairros

JORNALISTAS CONTAM A HISTÓRIA

Em depoimentos de grandes nomes da imprensa —como Samuel Wainer, Odylo Costa, filho, Joel Silveira, Herminio Saccheta, Barreto Leite Filho, entre outros— são rememorados os principais fatos da História brasileira a partir da década de 20.

Os profissionais de imprensa escolhidos para os depoimentos viveram, sentiram e, na maior parte das vezes, participaram dos acontecimentos relatados. Enfim, a História contada por quem ajudou a fazê-la. (Folha de S.Paulo, 4 de janeiro de 1979)

Clique nos títulos para ler os textos da série:

- Na década de 20, a agonia do regime
- Os ensinamentos dos anos 30
- As ilusões da Constituinte de 46
- O levante paulista, em 1932
- O Estado Novo e o getulismo
- 1943, SP enfrenta a censura
- Uma nova imagem do Governo JK

Movimento Revoltoso

João Pessoa é Assassinado

A Marcha Triumphal do Movimento Constitucionalizador

O Brasil Reconhece o Estado de Guerra com a Alemanha e a Itália

Renunciou o Sr. Getúlio Vargas

Não Pretende Renunciar o Presidente da República

Kubitschek Afirma que Marchará com Jango Para as Eleições Presidenciais

Jânio Renunciou

Costa e Silva Afirma que Não Haverá Anistia

Almanaque - Folha... x Folha Online x Folha Online - Con... x Folha de S.Paulo - ... x Folha Online - C...

alm anaque.folha.uol.com.br/ditadura.htm

Nova guia Nouveautés pour les... :: ARQUIVO PÚBLIC... Assistir CSI Las Vega... LetrasUSP Download WikiLeaks

UOL ASSINE 0800 703 3000 BUSCAR BATE-PAPO E-MAIL SAC SHOPPING ÍNDICE PRINCIPAL

Almanaque

Banco de
Dados Folha



Esta página da web não está disponível.

EDITORIAS:	
Brasil	
Ciência	
Mundo	
Dinheiro	
Cotidiano	
Esporte	
Ilustrada	
CANAIS:	
Moda	
Música	
AUTORES:	
Alfredo Bosi	
Anton Tchekhov	
Belmonte	
Florestan Fernandes	
Franz Kafka	
Lenita Miranda de Figueiredo	
Machado de Assis	
Moacyr Scliar	
Modesto Carone	
Monteiro Lobato	
Plínio Marcos	
Rubem Braga	
Sérgio Buarque de Holanda	
ESPECIAIS:	
Bairros	
Contos	
Entrevistas	
Filosofia	
Folhetim	
Folhinha	
Galerias	
Largos e Praças	
Memória da Imprensa	

1964 40 ANOS DO GOLPE 2004

31 de março de 1964



48 horas.

Em 11 de abril, o Congresso expurgado elege presidente o general Humberto de Castelo Branco (1900-1967). Após a deposição de Goulart, entra em cena uma legislação baseada em atos institucionais. O objetivo é neutralizar lideranças e organizações sociais e políticas da esquerda em geral. Foram quatro atos até a posse do general Costa e Silva (1902-1969), em 1967, quando entra em vigor nova Constituição. O conflito político cresce.

Em 1968, começam a pipocar **manifestações** e greves reprimidas pela polícia. Em setembro, o deputado Márcio

O general **Olimpio Mourão Filho** (1900-72), chefe da 4ª Região Militar em Minas Gerais, divulga uma proclamação contra João Goulart (1918-1976) e a "ameaça comunista" que ele representava. Precipitando a marcha de suas tropas em direção ao Rio de Janeiro, recebe a adesão da maioria dos comandos militares.

Da **conspiração contra Goulart**, participaram setores civis, partidos como PSD e UDN e governadores influentes, como Carlos Lacerda (1914-1977), da Guanabara, e Adhemar de Barros (1901-1969), de São Paulo. **O governo cai em**



CRONOLOGIA

Instalação e queda do Regime Militar – Da renúncia de Jânio até a posse de José Sarney

Textos publicados na Folha a respeito do Regime Militar

Jânio Renunciou

Congresso Examina o Veto das Forças Armadas a Goulart

Mazzilli Confirma Sublevação na FAB

UDN e PTB fazem Restrições a Tancredo Neves para a Presidência do Conselho

Reforma Agrária: discurso de Jango

Rebelião em Brasília

JG suprime o país: refinarias encampadas

São Paulo parou ontem para defender o regime

2º Exército Domina o Vale do Paraíba

Costa e Silva afirma que não haverá anistia

Enfiteusas de Jango

Almanaque da Folha x Folha Online x Folha Online - Con... x Folha de S.Paulo - ... x Folha Online - Circ... x Folha Online - Es

alm anaque.folha.uol.com.br

Nova guia Nouveautés pour les... :: ARQUIVO PUBLIC... Assistir CSI Las Vega... LetrasUSP Download WikiLeaks rfi Accueil | RFI IDC Go-

UOL ASSINE 0800 703 3000 BUSCAR BATE-PAPO E-MAIL SAC SHOPPING ÍNDICE PRINCIPAL

Almanaque
almanaque.folha.com.br

Adaptador Wireless
a partir de R\$ **69,90**

folhashop
COMPARE AGORA

FOLHAONLINE



EDITORIAS

Brasil
Mundo
Ciência
Dinheiro
Cotidiano
Esporte
Ilustrada

AUTORES

Alfredo Bosi
Anton Tchekhov
Belmonte
Florestan Fernandes
Franz Kafka
Lenita Figueiredo
Machado de Assis
Moacyr Scliar
Modesto Carone
Monteiro Lobato
Plínio Marcos
Rubem Braga
Sérgio Buarque de Holanda

ESPECIAIS

Bairros
Contos
Entrevistas
Filosofia
Folhetim
Folhinha
Golpe Militar 40 Anos

"Chamados os brasileiros às urnas"

Em 3 de outubro de 1950 os brasileiros escolhiam o futuro presidente entre Getúlio Vargas (PTB), Eduardo Gomes (UDN) e Cristiano Machado (PSD). Leia este e outros textos (veja abaixo) publicados na Folha sobre eleições.



out.1950/Folha Imagem

Eleitores em 1950. Na época, as cédulas eram produzidas e distribuídas pelos partidos aos eleitores, que apenas as depositavam nas urnas. Veja [galeria](#) de fotos de outras eleições.

ELEIÇÕES

1984: Congresso rejeita emenda das Diretas

Mesmo com um placar de 298 votos a favor e apenas 65 contra, a emenda Dante de Oliveira não atingiu os dois terços necessários para ser aprovada. Veja esta e outras reportagens publicadas na Folha:

- [1955 - JK não aceita ameaças de golpe e segue candidato](#)

datas

Acevo UH



ESPECIAIS

Almanaque

SP450

Confira o [Especial](#) dos 450 anos de São Paulo do Almanaque



Edição Histórica

Veja o fac-símile da edição do jornal publicado no aniversário dos 400 anos da cidade, em 1954.



Mapa Virtual

Dê um passeio pelo centro de São Paulo da década de 70.

[Banco de Dados Fo...](#) x [F Folha Online](#) x [F Folha Online - Con...](#) x [F Folha de S.Paulo - ...](#) x [F Folha Online - Circ...](#) x

[bd.folha.uol.com.br](#)

[Nova guia](#) [Nouveautés pour les...](#) [ARQUIVO PÚBLIC...](#) [Assistir CSI Las Vega...](#) [LetrasUSP Download](#) [WikiLeaks](#) [ifi Ac](#)

UOL ASSINE 0800 703 3000 BATE-PAPO E-MAIL SAC SHOPPING

Banco de Dados Folha

Notebooks
a partir de
12x
R\$ **99,92** s/ juros

folhashop
COMPARE AGORA

Pesquisa

Acervo On Line

Almanaque

Exemplares Antigos

Folhapress

English

FOLHA DE S. PAULO

Acervo On Line:

Brasil

Textos Cronologia

Mundo

Textos Cronologia

Ciência

Textos Cronologia

Cotidiano

Textos Cronologia

Esporte

Textos Cronologia

Ilustrada

Textos Cronologia

Consulte também os arquivos da Folha de S. Paulo (exclusivo para



Mapa de São Paulo
Faça um passeio virtual sobre a cidade de São Paulo na década de 1970

Acervo On Line

FOLHA DE S. PAULO
VITÓRIA DA DEMOCRACIA
IMPEACHMENT!
Câmara depõe Collor em decisão histórica: presidente respeita o resultado e chamar assume hoje



1920-2000.

Exemplares antigos



Se você possui algum exemplar antigo do jornal **Folha da Noite**, entre em contato

Banco de Dados Folha

O Banco de Dados Folha é um acervo jornalístico que contém mais de oito décadas da história recente do Brasil. Seu objetivo é dar suporte aos jornalistas do Grupo Folha e propiciar o atendimento a pesquisadores, estudantes e empresas na realização de **pesquisas**. O **acervo** inclui a coleção de jornais editados pelo grupo, arquivo de recortes com cerca de 100 mil pastas temáticas e 20 milhões de imagens em arquivos físico e digital.

Pesquisa



Encomende uma pesquisa sobre um tema específico utilizando os serviços do Banco de Dados Folha.

SP450

Cidade comemora 450 anos, veja especial

Almanaque



Leia um especial sobre Belmonte

Publifolha



O Brasil em Sobressalto

"O Brasil em Sobressalto: 80 Anos de História Contados pela Folha"

No ar

Folha Imagem



Lique e confira o

Almanaque da Folha | Folha Online

www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/

UOL ASSINE BATE-PAPO BUSCA E-MAIL SAC SHOPPING UOL

Dell Vostro™ 3500 em até 10 parcelas sem juros em cartão. R\$1.849. [Compre já!](#)

FOLHA DE S. PAULO

80 ANOS

TEMPOS CRUCIAIS
Regime militar, Diretas-Já e impeachment de Collor são contados em reportagens

24 HORAS DE AÇÃO
O escritor Moacyr Scliar corta como e um dia de trabalho na Redação da Folha

EU E A FOLHA
Colunistas e chargistas recordam seus primeiros dias no jornal e contam histórias de seu cotidiano

VEJA A CAMPANHA

Lelo de Almeida/Folha Imagem

Tudo sobre a Folha

- **CHOQUE EDITORIAL**
Mudanças de forma e conteúdo reorganizam produção jornalística
- **GOSTO E NÃO GOSTO NA FOLHA**
Personalidades falam de suas preferências e divergências em relação ao jornal
- **A RENOVACÃO CULTURAL**
Jornal modifica o debate de ideias com Ilustrada, Folhetim e Mais!
- **QUEM É O LETTOR**
Pesquisa revela que visão liberal predomina entre os leitores da Folha
- **O OUTRO LADO**
Jornal ouve personalidades que se sentem prejudicadas por reportagens publicadas
- **MARCOS DO JORNALISMO**
Investigações jornalísticas revelam fatos que estão escondidos da opinião pública
- **CRONOLOGIA**
Oito décadas de histórias da Folha, do Brasil e do mundo
- **CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS**
Publicidades da Folha firmaram slogans e imagens de impacto popular
- **O GRUPO FOLHA**
Internet, novos jornais e gráfica de revistas diversificam atividade
- **O FUTURO**
Nativismo sociedade civil pede formas inéditas de abordagem, diálogo e serviço

Jornal chega aos 80 como empresa de multimídia em expansão e modelo de imprensa crítica, pluralista e independente

Folha de S. Paulo | Folha Online | Projetos especiais | Assine a Folha

Copyright Folha Online. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha Online.

Almanaque da Folha | Folha Online

www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/

UOL ASSINE BUSCA Web Notícias OK ÍNDICE PRINCIPAL

Dell Maximize o desempenho de sua empresa

CONHEÇA A FOLHA

Português | Español | English

FOLHA.com

Página inicial
Linha editorial
Cadernos diários
Suplementos
Quem faz
Sobre a Folha
História da Folha
Circulação
Centro Gráfico
Folha Online
Folha Explica
Treinamento
Arquivo e copyright
Assinaturas

O jornal mais influente do Brasil

Fundada em 1921, a Folha é, desde a década de 80, o jornal mais vendido no país (no ano passado, a circulação média foi de 302 mil exemplares em dias úteis e 365 mil aos domingos). O crescimento foi calcado nos princípios editoriais do Projeto Folha: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. Organizado em cadernos temáticos diários e suplementos, tem circulação nacional. Foi o primeiro veículo de comunicação do Brasil a adotar a figura do **ombudsman** e a oferecer conteúdo **on-line** a seus leitores.

Fale conosco
Endereço: al. Barão de Limeira, 425, CEP 01202-900, Campos Eliseos, São Paulo, SP, Brasil

FOLHA DE S. PAULO

EUA SOFREM MAIOR ATAQUE DA HISTÓRIA

Copyright Folha.com. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folhapress (pesquisa@folhapress.com.br).

Almanaque da Folha x Folha Online x Folha Online - Con... x Folha de S.Paulo - ... x Folha Online - Circ... x Folha Online - Esp... x Folha Online - Esp... x Folha Online - Bras... x

www1.folha.uol.com.br/fofha/circulo/historia_folha.htm

Novo guia | Novidades por in... | ARQUIVO PUBLIC... | Assine CS! Liv Vega... | Letras/USP Download | W44 e-aks | Account RFI | IDC Go-to-Market S... | Digital Universe | W44 e-aks - W44 e-aks | Chamada para traba... | Outros favoritos

UOL | ÍNDICE | CORREIO | SERVIÇO AO ASSINANTE | BATE-PAPO | FÓRUM | COMPRAS | RADAR UOL

Mais uma notícia que a Folha Online dá primeiro:

FOLHA ONLINE **CÍRCULO FOLHA** converse com a folha

História da Folha

A história da **Folha** começa em 1921, com a criação do jornal "Folha da Noite". Em julho de 1925, é criado o jornal "Folha da Manhã", edição matutina da "Folha da Noite". A "Folha da Tarde" é fundada após 24 anos. Em 1º de janeiro de 1960, os três títulos da empresa se fundem e surge o jornal Folha de S.Paulo. Conheça agora a história da Folha de S.Paulo, dos primeiros passos até a liderança na imprensa nacional.

Destaque

Década de 60
A **Folha** é pioneira na impressão offset em cores, usada em larga tiragem pela primeira vez no Brasil

Década de 70
É criado o Banco de Dados de São Paulo, que abrange os arquivos de foto, texto e a biblioteca da **Folha**

Década de 80
Mecintosh são postos na editoria de Arte para produção de mapas, quadros, tabelas, gráficos e ilustrações

Navegue década a década

Década de 20 e 30
Década de 40
Década de 50
Década de 60
Década de 70
Década de 80
Década de 90
2000

Galeria de primeiros páginas
(Clique nas imagens da Folha de S.Paulo - Fotos Reprodução/Folha Imagem)

Galeria de imagens históricas

Cadernos da Folha

Voltar à página inicial

subir ▲

Almanaque da Folha x Folha Online x Folha Online - Con... x Folha de S.Paulo - ... x Folha Online - Circ... x Folha Online - Esp... x Folha Online - Esp... x Folha Online - Bras... x

www1.folha.uol.com.br/fofha/especial/2009/30anosdaLeiDeAnistia/

Novo guia | Novidades por in... | ARQUIVO PUBLIC... | Assine CS! Liv Vega... | Letras/USP Download | W44 e-aks | Account RFI | IDC Go-to-Market S... | Digital Universe | W44 e-aks - W44 e-aks | Chamada para traba... | Outros favoritos

Quarta-feira, 26 de janeiro de 2011

Notícias | Especial | Serviço | Galeria | Erros | Colunas | Guia da Folha | Fale conosco | Assinante | Grupo Folha | Assine Folha

Em cima da hora | Ambiente | Bichos | Brasil | Ciência | Comida | Cotidiano | Direito | Educação | Equilíbrio e Saúde | Esporte | Ilustrada | Informática | Mundo | Turismo

brasil PUBLICIDADE **TECNISA** **busca**

30 ANOS DA LEI DE ANISTIA

Jonas Araújo - 21 ago 1979/Folha Imagem

30 anos depois, lei da anistia racha governo e chega ao STF

O debate gerado por investigações abertas pelo Ministério Público Federal para punir torturadores levou setores do governo a defender uma nova interpretação da lei.

- Lei de Anistia divide opiniões e é questionada
- Valor de indenizações provoca críticas
- Comissão pode anular indenização milionária

OPINIÃO

Anistia não foi um "ato de benevolência", mas um "verdadeiro clamor nacional", diz Lula

Lula recebeu anistia em 1934. Como vários integrantes de seu governo, o presidente chegou a ser preso na ditadura.

- Discutir anistia é "mexer numa ferida", diz Carlos Velloso

seções

Lei de Anistia | Galeria de imagens | Linha do tempo | Para ver e assistir | Sites relacionados | Vídeo

galerias IMAGENS DO DIA | OUTRAS GALERIAS

10 Reportagens que Abalaram a Democracia

Fernando Molicca

Por: R\$ 47,90

COMPRAR

Este livro reúne de algumas das melhores e mais ousadas reportagens produzidas ao longo do período da Ditadura Militar brasileira.

1968: O Ano que Não Terminou

Zuenir Ventura

De: R\$ 42,90

“Hoje percorremos todos os cantos do país identificando os milhares de prisioneiros anônimos e perdidos desculpados oficiais, são momentos de justiça restaurativa e de preservação da memória.”

Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão

A anistia não foi um ato de benevolência ou

Almanaque da Folha | Folha Online | Folha Online - Con... | Folha de S.Paulo - ... | Folha Online - Con... | Folha Online - Esp... | Folha Online - Esp... | Folha Online - Bras... |

www.folhaonline.com.br: folha.especial_2005-40anosdoai5/

Nova guia | Novos favoritos | ARQUIVO PUBLIC... | Assistir C2 La Vega... | Letras/SP Download | W&A Eds | Accu | RFI | IDC Go-to-Market S... | Digital Universe | W&A Eds - W&A Eds | Chamada para traba... | Outros favoritos

UOL ASSINE 0800 703 3000 BATE-PAPO E-MAIL RÁDIO UOL SAC TV UOL UOLHOST VOIP E-MAIL GRÁTIS SHOPPING ÍNDICE PRINCIPAL

ANUNCIE NOS CLASSIFICADOS DA FOLHA QUE VOCÊ MUDA TUDO. **SÓ R\$ 10,90* A LINHA** A MELHOR MANEIRA DE VIVER PELA RAZÃO OU PELA EMOÇÃO

FOLHA ONLINE
www.folha.com.br
Quarta-feira, 26 de janeiro de 2011

Experimente a nova **FOLHADIGITAL** [acesse](#)

Notícias | Especial | Serviço | Galeria | Extras | Colunas | Guia da Folha | Faça conosco | Assinante | Grupo Folha | Assine Folha | 0 800 8 11607

Em cima da hora | Ambiente | Bichos | Brasil | Ciência | Comida | Cotidiano | Dinheiro | Educação | Equilíbrio e Saúde | Esporte | Ilustrada | Informática | Mundo | Turismo

brasil PUBLICIDADE **Pelo melhor preço de SP** **busca** Folha Online Folha de S.Paulo

40 ANOS DO AI-5

AI-5 **1000 Folhas Imagem**

Militares comemoram os 45 anos do golpe militar de 1964
Militares inauguraram uma placa em homenagem a 126 mortos no período, que, segundo eles, seriam vítimas de ataques de militantes de esquerda.

- Manifestantes protestam contra comemoração
- Há 40 anos nasce o AI-5, símbolo da ditadura
- 82% nunca ouviram falar do AI-5, diz Datafolha
- Ditadura "fichou" 306 mil, revelam arquivos do SNI
- Cupe o áudio da reunião que definiu AI-5

"EXEMPLO"
AI-5 influenciou regimes militares em países na América do Sul, dizem analistas

- Chinaglia e Garibaldi chamam AI-5 de "página sombria"
- AI-5 deixou "herança maldita" na educação, diz professor

NOTÍCIA
Veja história interativa sobre reunião do AI-5

MALDIÇÃO
Mistério ronda fim cassete do AI-5

FONTEASSIS
Plano assembla o Laranjeiras

seções
Cronologia | Dê sua opinião | Galeria de imagens | Integra do AI-5 | Novos em Folha | Podcast | Reunido | Salta Mais | Sites Relacionados

LIVRARIA DA FOLHA

A Ditadura Envergonhada
Primeiro volume da premiada série do jornalista Elio Gaspari, o livro oferece um minucioso relato do golpe de 1964 e dos principais momentos dos primeiros anos da ditadura no Brasil.

R\$62,50 **em cartão** **VER DETALHES**

A Ditadura Escancarada
Neste volume, Elio Gaspari documenta os